

Lau  
ra  
Bas  
tos  
Per  
eira



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Laura Bastos Pereira

A POLÍTICA EXTERNA COMO MEIO DE REDEFINIÇÃO  
IDENTITÁRIA  
O CASO DA TURQUIA

Tese no âmbito do Doutoramento em Relações Internacionais - Política Internacional e Resolução de Conflitos orientada pelo Professor Doutor André Barrinha e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Junho de 2019



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Laura Bastos Pereira

# A política externa como meio de redefinição identitária: o caso da Turquia

Tese de doutoramento em Relações Internacionais - Política Internacional e Resolução de Conflitos, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Doutor

Orientador: Prof. Doutor André Barrinha

Coimbra, Junho de 2019

## Dedicatória

---

Aos meus pais, António e Camila.

## Agradecimentos

---

A conclusão desta tese não teria sido possível sem o apoio do meu orientador, André Barrinha, cuja prontidão e precisão na avaliação do meu trabalho foram uma constante no meio de um processo longo e cheio de incertezas. Agradeço igualmente aos meus professores no Doutorado de Relações Internacionais - Política Internacional e Resolução de Conflitos na Faculdade de Economia, José Manuel Pureza, Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes e Daniela Nascimento.

Em Istambul, gostaria de agradecer à equipa do Centro de Estudos Europeus e Internacionais na Universidade Kadir Has, sobretudo ao professor Dimitrios Triantaphyllou, cujo apoio foi indispensável durante o período em que permaneci naquela cidade.

Agradeço o apoio da minha família, mãe, irmãos, tio, cunhada e sobrinhos, e amigos, Sara, Andreia, Joana, Catarina, Ana, Ana Elisa, Marta, Laura, Alexandra, Kerem, Athina, Göksu, Cem e Lauren. Agradeço ao meu companheiro, Patrick, por me dar a mão nos momentos em que a conclusão desta tese me parecia impossível.

## RESUMO

Esta tese contribui para o estudo da relação entre política externa e o conceito de identidade e apresenta uma complexa articulação entre política externa e interna na construção da identidade do estado. Ajuda ainda a compreender a transformação social e política que se evidenciou no século XXI na Turquia, um país importante nas relações internacionais pela sua posição estratégica e ligações à Europa, Rússia e Médio Oriente.

O sistema político na Turquia está hoje sob o domínio do partido AKP e do seu ex-líder e agora Presidente da República, Recep Tayyip Erdoğan. Tanto o AKP como Erdoğan têm ganho eleições sucessivamente ao mesmo tempo que puseram fim à ampla influência nas instituições políticas e militares da elite kemalista e secular, que caracterizou a vida política na Turquia por largas décadas. Esta dissertação incide precisamente sobre esta transformação, tentando evidenciar um dos processos que a constituíram. Argumenta que o governo AKP utilizou a política externa da Turquia para redefinir o conceito de identidade nacional turca por forma a acomodar um novo entendimento de identidade que se conjugue com aquele veiculado pelo conservadorismo social de base islâmica. Além disso, argumenta que o fez em detrimento de um processo interno de redefinição identitária, uma vez que os casos de política interna em análise neste trabalho de investigação denotam uma concessão aos ideais kemalistas. O seu período de análise incide sobre o primeiro mandato do governo AKP, entre 2002 e 2007, sendo que é nesta altura que mais se evidencia o confronto entre a elite kemalista e o desafio colocado à mesma pela emergência política do AKP.

**Palavras-chave:** Política Externa, Turquia, Identidade, AKP

## ABSTRACT

This thesis contributes to the study of the relationship between foreign policy and identity by highlighting the complex interplay between foreign and domestic politics in the construction of the state's identity. It also contributes to our understanding of the political and social transformation that Turkey, an important country in international relations due to its location and connections to Europe, Russia and the Middle East, underwent in the beginning of the twenty-first century.

Turkey's political system is today under the rule of the AKP party and its former leader, now President of the Republic, Recep Tayyip Erdoğan. The AKP and Erdoğan have won consecutive elections. In the process, they have put an end to the influence of the secular and Kemalist elite over the political and military institutions of the country, which had defined Turkey's political life for decades. This thesis investigates this transformation by shedding light on one of the processes through which it occurred. It argues that the AKP government used Turkey's foreign policy to redefine Turkish national identity by incorporating a new concept of identity articulated by Islamic social conservatives. It also argues that this process was not reflected in the party's domestic politics, where, as the cases analyzed in this dissertation show, concessions to Kemalist ideology were made. It focuses its analysis on the period of the first mandate of the AKP government, between 2002 and 2007, since it is in this period that the confrontation between the Kemalist elite and the challenge to it represented by the rise of the AKP was most evident.

**Keywords:** Foreign Policy, Turkey, Identity, AKP

## Tabela de Contéudo

---

Dedicatória .....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Tabela de Contéudo .....	vi
Introdução.....	1
Metodologia e Modelo de Análise .....	4
Modelo de Análise.....	10
1. O conceito de identidade nas Relações Internacionais .....	22
1. 1. Identidade e estado na perspetiva construtivista.....	23
1. 2. Construtivismo convencional, crítico e o pós-estruturalismo.....	26
1.3. A política externa como a fronteira entre o "eu" e o "outro" .....	30
1.4. A representação do "outro" .....	33
1.5. A "combinabilidade" da política externa e identidade.....	35
2. A identidade nacional e a política externa da Turquia .....	41
2. 1. A construção da identidade nacional na República da Turquia.....	41
2.2. A política externa da República da Turquia .....	46
2.3. A Guerra Fria e a Aliança com o Ocidente.....	47
2. 4. O final da Guerra Fria e a redefinição do papel da Turquia .....	49
3. A identidade nacional e a política externa do governo AKP .....	54
3. 1. Os princípios da "Profundidade Estratégica" .....	54
3.2. O governo AKP e a política externa .....	60
3.3. O impacto da política de "Profundidade Estratégica" .....	62
3.3.1. Ancara e Damasco .....	64
3.3.2. Ancara e Erevã.....	65
3.3.3. Ancara e Teerão .....	65
3.3.4. Ancara e Washington .....	67

3.3.5. Ancara e a União Europeia .....	67
3.3.6. Ancara e a Rússia, Cáucaso e Balcãs .....	68
3.3.7. Ancara e Israel.....	70
3.4. A Posição Global da Turquia.....	70
4. A identidade nacional e a política interna da Turquia .....	73
4. 1. O Islão e a República da Turquia.....	73
4. 2. A "revolução conservadora" .....	75
4. 4. A nova elite intelectual .....	77
4.4. A transformação do Islão político.....	78
4. 5. A perda de influência militar .....	81
5. A identidade turca e a União Europeia .....	84
5. 1. O eterno candidato .....	84
5.2. A Turquia, a União Europeia e a luta pela definição identitária .....	87
5. 3. A vantagem de um país muçulmano na União Europeia.....	92
5.4. Um exemplo de união entre o Islão e a democracia .....	97
5. 5. Um país europeu, moderno e secular .....	100
6. A identidade turca e a Guerra do Iraque .....	103
6. 1. A aliança entre Ancara e Washington.....	104
6. 2. O conflito curdo e a Guerra do Iraque .....	108
6.3. A Turquia e o Médio Oriente.....	109
6. 4. A construção discursiva de um país democrático e pacífico .....	111
6. 5. A Turquia como país promotor de paz .....	113
6. 6. A Turquia como um país forte e influente.....	115
7. A identidade turca e o véu islâmico.....	119
7. 1. A importância do véu islâmico na definição da identidade turca.....	120
7. 2. O culminar do conflito .....	122
7. 3. O governo AKP e o véu islâmico .....	124
7. 4. A identidade turca na voz do AKP .....	126
7. 5. O véu islâmico como direito universal .....	128

8. A identidade turca e o conflito curdo.....	134
8.1. A instauração da República e a questão curda.....	135
8. 2. O AKP e o conflito curdo .....	142
8. 3. A identidade turca e o conflito curdo no discurso do AKP .....	146
8. 4. A democracia como solução .....	149
Conclusão .....	152
Relevância .....	158
Referências Bibliográficas .....	161

## INTRODUÇÃO

"O Novo Sultão" é o título atribuído por Cağaptay (2017) a Recep Tayyip Erdoğan, atual Presidente da República da Turquia. Esta designação simboliza a importância de Erdoğan na transformação política que marcou o início do século XXI neste país. Cağaptay (2017) argumenta que, tal como Atatürk nos primeiros anos da República, Erdoğan tem moldado a Turquia à sua própria imagem. Enquanto que Atatürk aspirava a um país secular e moderno, nos antípodas do império otomano, Erdoğan evoca um país muçulmano destinado a assumir uma posição importante no mundo, resgatando o poder perdido com o fim desse mesmo império.

Também como na era de Atatürk (Turnaoğlu, 2017), a Turquia de Erdoğan e do domínio do *Adalet ve Kalkınma Partisi*<sup>1</sup> (AKP) define-se pelo autoritarismo político. Desde a repressão violenta dos protestos populares de Gezi em 2013, ao crescente domínio do poder judiciário pelo executivo, supressão de meios de comunicação críticos do governo, silenciar da oposição política e nepotismo (Sarfati, 2017), o país parece estar hoje sob um autoritarismo eleitoral (Özbüdün, 2014), assente no facto de o AKP e Erdoğan continuarem a ganhar eleições. Ao mesmo tempo, a religião islâmica foi gradualmente penetrando o espaço social e político da Turquia, com a insistência pelo AKP de colocar na agenda política questões como o uso do véu islâmico e a entrada na universidade de estudantes de escolas secundárias religiosas, além da prioridade dada a membros do movimento político islâmico e membros do movimento Gülen para importantes cargos administrativos (Yeşilada e Rubin, 2011).

Foi, então, com a ascensão do AKP, que por fim o espectro social e político de carácter conservador islâmico na Turquia conseguiu derrubar o controlo do kemalismo e dos ideais de Atatürk sobre o sistema político. Desde o início da República, que estes ideais têm servido de justificação para o controlo da elite militar e burocrática sobre os governos eleitos, como se verifica nos sucessivos golpes de estado que assolaram o país, em 1960, em 1971, 1980 e 1997. O sucesso do AKP representa o derrubar desta barreira e a ascensão de uma novo grupo hegemónico, ou seja, uma "nova Turquia pós-kemalista"<sup>2</sup> (Öniş, 2015: 25) constituída por "(...) um novo modo de democracia iliberal onde as instituições formais existem, mas onde também uma maioria civil, com conservadores religiosos como o seu

---

<sup>1</sup> Partido da Justiça e Desenvolvimento.

<sup>2</sup> Tradução livre da autora. No original "new post-Kemalist Turkey"

elemento constituinte dominante, está cada vez mais a monopolizar o poder e a restringir o espaço para a restante sociedade (...)”<sup>3</sup> (Öniş, 2015: 25).

É precisamente neste cenário de luta hegemónica entre a elite secular kemalista e aqueles que a desafiam que o argumento desta tese se desenvolve, considerando o período entre 2002 e 2007, que constitui o primeiro mandato do governo AKP, como o início desta transformação. A partir da análise do conceito de identidade, esta tese ambiciona retratar a reconstrução da identidade nacional turca pelo governo AKP, como representante da "maioria civil" de que fala Öniş (2015:25), a fim de superar aquela imposta pela elite secular e kemalista. Esta tese argumenta que o governo AKP utilizou a política externa da Turquia para redefinir a identidade nacional turca por forma a acomodar um novo entendimento de identidade que se conjugue com aquele veiculado pelo conservadorismo social de base islâmica. Como a análise concluída nesta tese demonstrará, nos eventos respeitantes à política interna, o discurso da liderança do AKP revela uma concessão aos ideais kemalistas quando, no caso do véu islâmico, evita a definição da Turquia como país muçulmano e, no caso do conflito curdo, se cinge a uma noção de nacionalismo cívico que não contraria os princípios da República. Por sua vez, a política externa do governo AKP define a Turquia como país representante da civilização islâmica, importante na região e no mundo. Uma definição que espelha as ideias de Ahmet Davutoğlu, um académico responsável pelo conceito de "Profundidade Estratégica", que influenciou de forma determinante a política externa do governo AKP. As ideias desenvolvidas por Davutoğlu, que mais tarde ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e primeiro ministro, espelham o pensamento da nova elite académica que acompanhou a ascensão social do grupo conservador religioso.

A relevância desta dissertação para o estudo das Relações Internacionais é dupla. Em primeiro lugar, na temática da relação entre o conceito de identidade e a política externa, esta tese revela uma complexa articulação no processo de construção de identidade do estado. Se a política externa é o veículo para a construção de identidade do estado, torna-se claro neste trabalho de investigação que esta construção pode refletir um conflito identitário incompleto a nível interno. Mais, se o sucesso da política externa se espelha na eliminação a nível interno de construções identitárias concorrentes, tal como afirma Campbell (1992), esta tese revela que o grupo que desafia a construção identitária

---

<sup>3</sup> No original "(...) a new mode of illiberal democracy where formal institutions of democracy exist, but a civilian majority with religious conservatives as its dominant constituent element is increasingly monopolising power and restricting the space for the rest of society (...)."

dominante pode optar por utilizar a política externa como instrumento preferido neste processo, ou seja, o desafio à construção identitária dominante surge através da política externa e não no conflito identitário interno, como é exemplificado na definição identitária da Turquia como país muçulmano, expressa apenas na política externa.

Além disso, esta tese ajuda a compreender uma parte do processo da transformação social e política que assolou a Turquia nas últimas décadas. Ao entender este processo, compreendemos melhor a política atual da Turquia, sobretudo a forte cisão na sociedade que separa aqueles que apoiam o AKP e Erdoğan, que constituem um segmento da sociedade mais conservador, e aqueles que a ele se opõem. Compreender melhor a Turquia significa ainda um maior entendimento sobre um país fulcral na política internacional, não só pelas suas relações com a União Europeia, Estados Unidos ou Rússia, mas sobretudo devido à sua localização geográfica e influência nos desenvolvimentos no Médio Oriente.

Para melhor compreender o fenómeno de reconstrução da identidade nacional através da política externa, esta tese serve-se das premissas teóricas do construtivismo crítico e do pós-estruturalismo, aplicados ao estudo das Relações Internacionais. O construtivismo permite-nos entender o conceito de identidade como mutável, construído através de interações sociais no sistema internacional (Wendt, 1989, 1992, 1999). O construtivismo crítico e o pós-estruturalismo permitem-nos compreender não só os processos internos que levam à construção de um determinado conceito de identidade na política externa (Weldes, 1996), como também a importância da política externa na definição de identidade (Campbell, 1992), ao transmitir o sentido de ameaça necessário à construção do "eu" (idem) e ao construir o conceito do "outro" (Hansen, 2006).

Além disso, tanto o construtivismo crítico como o pós-estruturalismo evidenciam a importância do discurso na construção do conceito de identidade, uma vez que o discurso e a linguagem são os instrumentos para a construção do significado que atribuímos à realidade. Estas perspetivas teóricas sublinham uma ligação entre poder e linguagem, uma vez que estabelecer o discurso dominante na sociedade significa definir determinada leitura da realidade. Desta feita, em conformidade com as premissas teóricas do construtivismo crítico e pós-estruturalismo, esta tese centra-se na Análise do Crítica do Discurso (ACD) como a metodologia mais adequada para olhar a definição do conceito de identidade nacional turca através da política externa pela liderança do AKP, descortinando desta forma o desafio ao discurso hegemónico kemalista que esta constituiu.

## Metodologia e Modelo de Análise

O estudo do discurso começou a desenvolver-se nos anos 60 em várias disciplinas. Da etnografia, à semiótica ou à psicologia, a dimensão social da linguagem tornou-se objeto de estudo, fazendo com que a análise do "discurso", conceptualizado como "evento comunicativo"<sup>4</sup> (Van Dijk, 1997: 2), isto é, a linguagem como expressão de ideias num determinado evento social, se tornasse um campo teórico que influencia e integra múltiplas disciplinas (Van Dijk, 1997). Esta capacidade multidisciplinar deriva precisamente das características do discurso: o uso da linguagem, a expressão de ideias e a interação social, parte integrante de um vasto número de disciplinas (idem).

Apesar de incluir em si o elemento da linguagem, a análise de discurso é vista em oposição à linguística moderna que, na primeira metade do século XX, se centrou na linguagem como ciência exata (Beaugrande, 1997). A análise de discurso, vista na sua dimensão social, surgiu do desenvolvimento de outras áreas de estudo, como, por exemplo, de estudos feitos por linguistas que se centraram na decodificação de línguas desconhecidas, da linguística funcional (o estudo da linguagem em determinado contexto), da sociolinguística (a linguagem associada à posição social e económica), do estudo da textualidade, que desenvolveu a ideia do texto ligado ao conhecimento do indivíduo da sociedade, da inteligência artificial, que evidencia o conhecimento necessário para a comunicação e, por fim da psicologia social, do estudo da cognição social e da psicologia retórica (idem). A análise de discurso é, na verdade, a "(...) análise da linguagem em uso"<sup>5</sup> (Brown e Yule, 1983:1) e o estudo da razão para a qual a linguagem é utilizada. Ou seja, discurso como ação na sociedade, um fenómeno prático, social e cultural (Van Dijk, 1997b).

Como fenómeno social, o discurso está também ligado a relações de poder, uma característica particularmente em escrutínio na ACD. Na verdade, dentro do vasto leque da análise do discurso e a sua aplicação às ciências sociais, é a ACD que surge como melhor instrumento de análise para obter as respostas às questões colocadas por esta tese.

---

<sup>4</sup> No original "communicative event".

<sup>5</sup> No original "(...) the analysis of language in use."

A ACD permite entender o discurso como o elemento crucial na construção social da realidade que, como referimos anteriormente, vem de encontro às fundações teóricas desta tese. Além disso, a ACD distingue-se pelo seu entendimento do discurso como uma importante parte da transformação social, o que, por sua vez, permite olhar para o discurso e para a construção de identidade que dele advém como um fator decisivo num processo de transformação social na Turquia. Finalmente, como foi referido anteriormente, a ACD considera ainda que há uma ligação entre discurso e exercício de poder, mais uma vez em concordância com o construtivismo crítico e pós-estruturalismo que fundamentam esta tese, o que permite o entendimento do discurso como uma importante parte do domínio do sector conservador religioso no sistema político turco.

De facto, a ACD olha para a linguagem e para o discurso não apenas como um instrumento de expressão mas também como uma prática social, sendo que o contexto em que é utilizada é crucial para o seu entendimento (Fairclough e Wodak, 1997). Assim,

A ACD olha para o discurso - o uso da linguagem enquanto fala e escrita - como uma forma de 'prática social' - Descrever discurso como prática social implica uma relação dialéctica entre um específico evento discursivo e a situação(s), instituição(s) e a estrutura(s) sociais no qual se enquadra. Uma relação dialéctica é uma relação de duas direcções: o evento discursivo é formado por situações, instituições e estruturas sociais mas também os forma.<sup>6</sup> (Fairclough e Wodak, 1997: 258)

O discurso não só é parte do tecido social mas na verdade também o transforma, sendo que o discurso proferido pelo governo AKP e a sua redefinição de identidade nacional é um fator que age sobre a estrutura social ao mesmo tempo que é parte integrante desta. Desta forma, esta tese centra-se nesta qualidade transformativa do discurso, focando autores como Fairclough, cuja análise teórica evidencia precisamente a dimensão discursiva de processos de transformação social (Fairclough et al., 2011), em detrimento de uma análise mais centrada nas implicações cognitivas do discurso, como aquela preconizada por Teun Van Dijk, por exemplo, e de uma análise histórica que coloca mais ênfase no contexto do discurso, como por exemplo, no trabalho de Ruth Wodak (Fairclough et al., 2011). A perspetiva de Fairclough baseia-se numa abordagem transdisciplinar que engloba vários autores, entre os quais Bakhtin e Foucault (Resende e Ramalho, 2006). De Bakhtin, Fairclough retirou a ideia de que a língua não é apenas

---

<sup>6</sup> No original "CDA sees discourse - language use in speech and writing - as a form of 'social practice'. Describing discourse as social practice implies a dialectical relationship between a particular discursive event and the situation(s), institution(s) and social structure(s) which frame it. A dialectical relationship is a two-way relationship: the discursive event is shaped by situations, institutions and social structures, but it also shapes them."

linguística mas sim um processo social que envolve vários atores e várias vozes. Ou seja, esta perspetiva abriu as portas a um entendimento da linguagem como espaço de luta hegemónica (idem). De Foucault, Fairclough aprendeu que o discurso é constituído pelo tecido social e que analisá-lo significa analisar determinada prática social. Mais ainda, Fairclough adotou o conceito de "ordem de discurso", que, desde já, assumimos como a definição aceite por esta tese.

Segundo Fairclough (2001), "ordem de discurso" refere-se à dimensão semiótica de determinada instituição, organização ou área social. Nesse sentido, "uma ordem de discurso é uma estruturação social com determinada diferença semiótica - uma determinada ordem social de relações entre diferentes formas de criar significado, i. e., diferentes discursos e géneros e estilos" (Fairclough, 2001, 233)<sup>7</sup>. Este conceito supõe que o discurso é influenciado por determinadas convenções, isto é, determinadas instituições sociais demonstram uma determinada ordem de discurso. Como, por exemplo, uma sala de aula apresenta uma ordem de discurso diferente daquela de uma família (Fairclough, 1995).

O conceito de "ordem de discurso" refere-se ainda à dimensão discursiva de uma determinada ordem social (Fairclough, 1995). Na verdade, Fairclough assume que qualquer entidade que produza discurso tem necessariamente como base ordens de discurso. No entanto, como referimos anteriormente, o discurso dá forma também ao evento social, de forma que a entidade que produz o texto gera também novas configurações de discurso e géneros (idem). Fairclough (1989: 37) argumenta que "assim como é determinado pelas estruturas sociais, o discurso tem efeitos na estrutura social e contribui para o sucesso da continuidade social ou da mudança social."<sup>8</sup>

Desta forma, Fairclough permite-nos não só olhar para o discurso como uma forma de sustentar o *status quo* mas como o meio de uma luta pela hegemonia de uma determinada leitura da realidade, ou seja, como um instrumento num processo e não apenas como o sustento de uma estrutura social estática. Nisto afasta-se teoricamente de Foucault que sublinha sobretudo o discurso como forma de estruturar o conhecimento e a prática social (Fairclough, 1992). Foucault concetualiza o discurso como sistemas de

---

<sup>7</sup> No original "An order of discourse is a social structuring of semiotic difference – a particular social ordering of relationships amongst different ways of making meaning, i.e. different discourse and genres and styles."

<sup>8</sup> No original "As well as being determined by social structures, discourse has effects upon social structures and contributes to the achievement of social continuity or social change."

conhecimento que servem de base às políticas governamentais que constituem o poder na sociedade moderna (Foucault, 1977) e, portanto, centra-se numa perspetiva mais teórica do discurso. Fairclough aplicou as ideias de Foucault à análise de textos (Fairclough e Wodak, 1997), sendo um exemplo a sua análise do discurso mediático (Fairclough, 1995), onde o autor reconhece não só o poder dos meios de comunicação em influenciar o conhecimento ou as relações sociais, como também sublinha o facto de que estes deveriam ser analisados como elementos relevantes no estudo das transformações sociais.

A ACD permite assim compreender o estabelecimento de uma determinada construção social enquanto dominante. Segundo esta perspetiva a linguagem ajuda a sustentar estruturas de poder ou o domínio de determinado grupo sobre outro (Fairclough, 1989). Ajuda, igualmente, a unir a perspetiva de discurso como estruturante das relações sociais a uma análise centrada na linguagem como estrutura meramente linguística. Ou seja, a abordagem de Fairclough permite analisar a relação entre a dimensão discursiva e a mudança social, unindo as características textuais à dimensão social de determinado evento ou prática social (Fairclough, 1995).

A ACD permite então olhar para a redefinição da identidade do Estado turco pelo governo do AKP como um processo de transformação social que demonstra uma afirmação de poder por parte de determinado grupo social (neste caso, conservador), em detrimento de outras definições de outros grupos sociais. Tal como Bozdağlıoğlu (2003) enuncia, dentro da sociedade turca há diferentes grupos que detêm diferentes identidades e construções de identidade turca, e através da ACD é possível entender a dialética entre as diferentes definições e o domínio de uma delas.

Serve ainda o conceito de hegemonia tratado por Gramsci para compreender como um discurso se pode tornar hegemónico e anular ou pelo menos esbater outras construções sociais que competem com a definição dominante. Na verdade, na perspetiva de Fairclough, que se baseou no conceito de Gramsci, "hegemonia" é compreendida como o domínio de um grupo sobre outro, não necessariamente pela força, mas sobretudo pelo consenso entre os grupos (Fairclough, 2003). O conceito de "hegemonia" de Gramsci não se baseia inteiramente na dominação, mas sim na capacidade do grupo hegemónico em se recriar por forma a englobar em si conceitos que pertencem ao grupo subalterno (Jones, 2006).

Fairclough (1995) equipara o processo de normalização social de determinadas convenções discursivas à luta hegemónica em sociedade. Ou seja, as convenções discursivas, como por exemplo, as práticas discursivas de uma consulta médica, implicam uma certa ideologia, determinadas posições sociais e determinado tipo de relação entre os participantes. Ao mesmo tempo que determinadas convenções discursivas são normalizadas, também determinadas pressuposições ideológicas são aceites como senso comum. Estas pressuposições sustentam e reproduzem a ideologia hegemónica e, portanto, são também o alvo da luta pela posição hegemónica que passa por colocá-las em questão e substituí-las por outras (idem). Finalmente, a luta hegemónica é ainda constituída pelo esforço por parte das forças dominantes para preservar, reestruturar e renovar a sua hegemonia através do discurso, sendo o mesmo feito pelo grupo dominado que através do discurso tenta impor a sua hegemonia (idem).

No contexto turco, o discurso do governo AKP representa uma ordem de discurso, ou seja, um tipo de discurso relacionado com uma instituição da sociedade, que assegura determinada ideologia. De acordo com Fairclough, ideologia é uma construção da realidade inserida nas práticas discursivas que contribui para a produção, reprodução e transformação das relações de dominação (Fairclough, 1992). É legitimada através da ação social e cimentada nas identidades dos agentes (Ramalho e Resende, 2006). Sendo assim, a ideologia veiculada pelo governo AKP encontra-se na ação social e na definição de identidade transmitida pelos produtores de texto.

Os conceitos teóricos e os instrumentos conceptuais acima referidos, tais como discurso e ordem de discurso, servem como ponto de partida para a constituição das categorias analíticas, conceitos que servem o propósito de abrir as portas ao entendimento de determinados fenómenos sociais, dependendo sobretudo do conteúdo que pretendemos analisar (Weiss e Wodak, 2003). Deste modo, no nosso caso, a categoria analítica central é o conceito de identidade. É a partir deste conceito presente nos textos que pretendemos estudar determinado fenómeno social e político. Isto é, a partir do conceito de identidade pretendemos entender a transformação social orquestrada pelo governo AKP.

Segundo Grad e Rojo (2008), a ACD ajuda-nos precisamente a compreender a instrumentalização do conceito de identidade, ou construção de identidade, no processo de domínio sobre a sociedade (Grad e Rojo, 2008). Isto é, a ACD, ao questionar a construção de identidade em determinado período de tempo ou lugar, expõe a relação entre a construção de identidade e mecanismos sociais de controlo (idem).

Como já foi mencionado, a análise de discurso executada nesta tese refere-se à identidade do Estado, neste caso, o Estado turco, proferida pelo governo AKP. Esta identidade é refletida na Política Externa do Estado, tal como a definiu Campbell (1992), uma instituição formal com base no Estado e a concepção convencional de política externa dentro da disciplina das Relações Internacionais. Também como Campbell (1992), esta tese assume que a Política Externa serve para conter a definição de identidade orquestrada pelo conceito mais lato de política externa, um processo de diferenciação entre o "eu" e o "outro", fora do Estado, que acontece a vários níveis e assumindo várias formas de confrontação, como por exemplo, étnica, de classe, de género ou geográfica. Desta feita, partindo do princípio que “política externa” se refere a todas as práticas de diferenciação, a vários níveis, indo do individual ao global (Campbell, 1992: 69), então esta refere-se igualmente à definição de identidade nacional. Daí que esta tese assuma que a identidade do Estado proferida pelo governo do AKP na Política Externa reflete o conceito de identidade nacional tornado hegemónico no processo da política externa.

No que respeita ao conceito de identidade, este é percecionado como um processo individual de representação do mundo e ao mesmo definido e redefinido através da interação social. A consciência reflexiva é parte de toda a ação humana (Giddens, 2002) e, portanto, o agente forma a sua identidade de acordo com estruturas coletivas de significado (Wendt, 1992). De notar que a definição do conceito de identidade é bastante variada, sendo que, em geral, aqueles que estudam este conceito se debruçam sobretudo ou sobre a dimensão individual da construção de identidade ou sobre a sua dimensão social (De Fina, 2011). Neste trabalho, focamos sobretudo a dimensão relacional da construção de identidade, uma vez que nos propomos estudar um fenómeno social através deste conceito. Desta feita, o processo de construção de identidade está ligado à relação entre o "eu" e os "outros". Assim, "[q]uem nós somos é frequentemente definido em termos do que não somos, ou com quem nos parecemos. Estas oposições e compatibilidades caracterizam muitas vezes a construção de identidade mesmo quando se trata de um monólogo<sup>9</sup>" (De Fina, 2011: 271)

Ao olharmos para uma determinada concepção de identidade não estamos só a observar a forma como o 'eu' se identifica mas também como este vê o 'outro', pois esta concepção é construída através de um processo de reflexão. Neste sentido, a análise da

---

<sup>9</sup> No original "Who we are is often defined in terms of who we are not or who we are similar to. These oppositions and compatibilities often characterize identity construction even in monological talk."

representação do "outro" é importante, daí que alguns autores como Lene Hansen se foquem intensamente neste conceito. Na nossa tese, assumimos a importância da definição do "outro" sem a qual não há uma definição do "eu" mas partimos primeiramente do "eu" para a análise da identidade nacional da Turquia. Ou seja, assumimos que há efetivamente um "outro" mas que se encontrará subjacente nesta análise uma vez que o nosso enfoque é efetivamente na identidade do "eu" veiculada pelo governo AKP.

Ainda no que respeita à construção do conceito de identidade, é importante sublinhar que este processo é constante. Tal como refere Giddens (1984), agente e estrutura estão interligados, isto é, o agente influencia a estrutura, assim como a estrutura influencia o agente, num constante processo de produção e reprodução. Ora, em termos de identidade, Giddens assume também que identidade não se refere a características imutáveis mas a um produto de um processo reflexivo de definição do "eu" (Giddens, 2002). Esta perspetiva permite-nos ainda entender identidade como uma construção historicamente situada (Grad e Rojo, 2008). Neste sentido, entendemos a construção de identidade pelo Governo AKP como um instrumento social e historicamente situado.

Tendo em conta os princípios enunciados pela ACD, será exposto de seguida o modelo de análise segundo o qual foram analisados os textos selecionados.

## Modelo de Análise

Em primeiro lugar, para melhor compreender o processo de seleção do *corpus* desta análise, é necessário definir qual o critério que nos permitiu distinguir entre política externa e política interna. Numa perspetiva pós-estruturalista do sistema internacional a fronteira entre os dois espaços é fluida e pouco clara. Se a realidade é socialmente construída e compreendida através do discurso, então também a definição entre o "eu" e o "outro" é constantemente definida e redefinida através do discurso. Neste sentido, a fronteira formal do Estado é artificial, pois esta é constantemente definida e redefinida por um processo de diferenciação, tal como nos afirma Campbell (1992). Esta constante redefinição significa também que a fronteira do Estado é cada vez mais fluida.

No entanto, a fim de concluir a análise proposta por esta tese, política externa referir-se-á à interação do Estado da Turquia com outros agentes-estado no sistema internacional, por exemplo, com a União Europeia, e política interna referir-se-á a temas

que afetam sobretudo o processo político dentro das fronteiras do Estado turco, como por exemplo, as políticas referentes ao uso do véu islâmico.

Tendo também em conta que esta tese se centra na construção de identidade do Estado turco pelo governo AKP, o "eu" da sua análise, será apenas um, o Estado turco. Mais, o "eu" do Estado turco em escrutínio é aquele definido pelo governo AKP, excluindo a definição identitária do Estado turco por outros atores políticos e sociais. Neste ponto, é importante também referir quais os porta-vozes deste discurso que a nossa tese se propõe analisar, isto é, os atores políticos cujos discursos figuram na nossa análise. Escolhemos três figuras com base na sua relevância na cena política na Turquia e sobretudo na sua relevância como símbolo da ascensão do conservadorismo islâmico na Turquia - Recep Tayyip Erdoğan, Abdullah Gül e Bülent Arınç.

Tayyip Erdoğan é, sem dúvida, uma das figuras mais importantes, se não a mais importante, da política turca desde o início da década de 2000. O início da sua carreira política ficou marcado pela sua associação aos partidos políticos liderados por Erbakan, figura máxima do movimento islâmico político da Turquia. Mais tarde, Erdoğan foi um dos fundadores do AKP, cuja maior base se formou a partir da ala reformista do Partido da Virtude, que continuava a tradição islamista de Erbakan. Depois da vitória eleitoral do partido em 2002, Erdoğan tornou-se primeiro ministro do país apenas em 2003, sendo que, por ter servido quatro meses de prisão devido a um poema que leu ao público em 1994, não podia exercer cargos no parlamento, algo que foi alterado no ano seguinte à vitória do AKP. Tendo servido como primeiro ministro da Turquia desde então, Erdoğan apenas deixou este cargo em 2014, quando se tornou no primeiro Presidente da República da Turquia eleito por sufrágio universal.

Assim como Erdoğan é o símbolo de um movimento reformador da ala islamista da política turca que abandonou as posições mais radicais de Erbakan para formar um partido mais inclusivo de várias camadas sociais, também Abdullah Gül é símbolo desta transformação. Formou também o AKP com Erdoğan e tornou-se primeiro ministro da Turquia no período em que Erdoğan estava ainda excluído do parlamento, ou seja, de 2002 a 2003. Entre 2003 e 2007, exerceu o cargo de vice-primeiro ministro e ministro dos negócios estrangeiros. Mais tarde, tornou-se Presidente da República, cargo que abandonou em 2014, quando Erdoğan se tornou presidente. Tal como Erdoğan e Gül, Arınç fez também parte do Partido do Bem-Estar de Erbakan, e do seu sucessor Partido da Virtude, antes de participar na fundação do AKP. Arınç foi Presidente do parlamento turco,

ministro responsável pelas fundações e Rádio Televisão Turca, e, finalmente, vice-primeiro ministro até às eleições legislativas de 2015.

Desta feita, a seleção dos discursos destes três atores políticos justifica-se pelo facto de Erdoğan, Gül e Arınç serem símbolo de uma transformação da fração política islâmica que adotou uma posição mais conciliadora e que se apoiou na ascensão de grupos sociais conservadores tendo, ao mesmo tempo, ocupado os cargos mais importantes no sistema político turco. Como símbolo desta transformação o discurso dos três atores políticos, no que respeita à construção identitária do Estado turco, apresenta características idênticas, fruto do desenvolvimento das ideias da elite académica conservadora. Portanto, mesmo sendo três políticos diferentes, o "eu" do Estado turco que apresentam é similar. As três figuras políticas possuem ainda a legitimidade aos olhos do público dos discursos para estabelecer como verdadeiras as suas definições de identidade nacional. Tal como aponta Hansen (2006), as expectativas em relação a um discurso proferido por um agente político são desde já estabelecidas na sociedade e portanto um agente político terá a legitimidade aos olhos da audiência para falar sobre determinada política.

Também Ahmet Davutoğlu se apresenta como uma das figuras políticas em destaque nesta tese, apesar de não figurar como um dos enunciadores dos discursos analisados na mesma, uma vez que pouco se pronunciou nos meios de comunicação sobre os eventos em análise. Davutoğlu é o símbolo da emergência de uma nova elite intelectual conservadora na Turquia no final dos anos 90. Davutoğlu foi consultor do governo AKP, antes de se tornar ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2009. O seu trabalho, que enaltece o papel da Turquia na região com base na sua herança histórica, marcou profundamente a política externa adotada pelo governo AKP.

Mais, outra dimensão crucial para a análise do discurso, segundo Hansen (2006), é a seleção do período de tempo em que a análise vai incidir. Primeiramente, este período de tempo terá que ter um impacto, ou seja, terá que marcar uma mudança na estrutura social que nos propomos estudar (Hansen, 2006). Neste sentido, esta tese centra-se no período entre as eleições de Novembro 2002 a Julho de 2007, datas que marcam a primeira fase e chegada ao poder governativo do AKP e o primeiro mandato do partido como governo. Na seleção estas datas, considerámos que este seria o período que melhor demonstraria a luta hegemónica entre a elite kemalista e o grupo político que a desafia, representado pelo AKP, uma vez que o segundo mandato deste último representa um período de consolidação do poder do partido.

Durante o segundo mandato do governo AKP, de 2007 a 2011, Abdullah Gül exerceu o cargo de Presidente da República, o que significou menos oposição ao governo, uma vez que o seu antecessor, Ahmet Necdet Sezer, conhecido pela sua convicção secularista (Kaya, 2015). Acresce-se o facto de que a consolidação do poder do AKP no segundo mandato é notória sobretudo depois do partido ter sobrevivido a uma tentativa de expulsão do sistema governativo. Em 2008, o procurador-geral Yalçınkaya propôs o encerramento do partido do AKP por atividades anti-seculares (Çağaptay et al. , 2008), o que demonstra a tensão entre a elite kemalista e o AKP. Apesar disso, o Tribunal decidiu não ordenar o encerramento do partido (Tait, 2008).

Sendo assim, consideramos que é o primeiro período de governação que melhor demonstra a fase de desafio de poder à elite secularista, constituindo portanto uma fase que teve impacto na estrutura social do país. Mais ainda, não pretendemos com a nossa análise observar a evolução cronológica da definição do "eu" Estado turco pelas três figuras do AKP. Daí que tenhamos selecionado apenas o primeiro mandato, uma vez que acreditamos que demonstra de forma mais clara a tentativa de transformação da definição de identidade nacional pelo AKP. Não pretendemos com isto negar uma evolução cronológica do conceito, mas apenas permitir à nossa análise um maior enfoque na redefinição de identidade nacional pretendido pelo AKP. Dentro deste período de tempo, focamos a nossa análise em determinados eventos<sup>10</sup>. Esta tese centra-se ainda num variado número de eventos, sendo que, tal como nos indica Hansen (2006), a análise de vários eventos dentro do mesmo período de tempo permite-nos identificar padrões de transformação e reprodução (Hansen, 2006). No nosso caso, escolhemos não limitar a nossa análise a apenas um evento, na medida em que o seu objetivo passa por encontrar um padrão que demonstre que o discurso do governo AKP apresenta uma definição identitária do Estado turco nos eventos referentes à política externa que não corresponde totalmente à definição apresentada nos eventos ligados à política interna.

Os eventos foram selecionados com base nas questões de política externa e interna da Turquia que mais põem a descoberto os conflitos identitários do país. Exemplo disso é a questão relacionada com a candidatura da Turquia à União Europeia, que evidencia a disputa identitária entre os ideias kemalistas e conservadores islâmicos. O mesmo se aplica

---

<sup>10</sup> Importa mencionar que usamos na nossa análise a definição de Hansen (2006) de "evento". Tal como o define Lene Hansen (2006), o termo "evento" refere-se não só a uma data precisa ou ao termo mais comum de evento, mas sim a uma questão política que iremos analisar. Ou seja, na nossa análise, "evento" refere-se sobretudo à questão política que está subjacente à construção do "eu" do Estado turco.

à participação da Turquia na Guerra do Iraque, que desafiou a posição tradicional do país como aliado do mundo ocidental. No que respeita à política interna, a questão do uso do véu islâmico retrata mais uma vez a cisão entre os ideias kemalistas e conservadores islâmicos que defendem uma maior expressão religiosa na sociedade. Finalmente, o conflito curdo evidencia uma disputa pela definição de identidade nacional da Turquia, uma vez que a concessão de direitos à minoria curda vai contra os princípios republicanos de um país homogéneo.

De Fairclough esta tese adota ainda a definição de texto como "espaços sociais nos quais dois processos sociais fundamentais ocorrem simultaneamente: cognição e representação do mundo, e interação social"<sup>11</sup> (Fairclough, 1995, 6). Neste ponto, Fairclough aproxima-se de Bakhtin, que assume que o texto é "(...) uma reflexão subjetiva do mundo objetivo"<sup>12</sup> (Bakhtin, 1986: 113). De notar que, neste ponto, a ACD de Fairclough diverge da posição pós-estruturalista, uma vez que autores como Deleuze, Derrida ou Foucault argumentam que não há uma realidade independente da repetição infinita de conceitos que definem a forma como percebemos o mundo (Williams, 2005).

O texto não é um processo estritamente individual e implica sempre uma interação, tal como afirma Bakhtin, "o evento da vida de um texto, isto é, a sua verdadeira essência, desenvolve-se sempre na fronteira entre duas consciências, entre dois sujeitos"<sup>13</sup> (Bakhtin, 1986: 106). O texto é parte ideologia, na sua representação do mundo, interação social e textualidade, pois junta partes de textos e forma uma nova estrutura textual coerente e relaciona-a com o contexto em que a ação decorre (Fairclough, 1995). Em suma, o texto é também social, sendo que esta tese centra-se especialmente neste aspeto, nas implicações sociais e identitárias veiculadas pelo texto em causa.

Resta também diferenciar outros conceitos, tais como género. Segundo Fairclough, género constitui uma forma de usar a linguagem em determinado contexto que é socialmente convencionada, como por exemplo, uma entrevista ou uma exposição. O género dita a que prática social se refere, a que participantes, como a relação entre estes é construída e que formas de textos se aplicam nesse contexto (Fairclough, 1995). Além disso, o género determina ainda a autoridade do texto, isto é, a autoridade de um texto é

---

<sup>11</sup> No original "Texts are social spaces in which two fundamental social processes simultaneously occur: cognition and representation of the world, and social interaction."

<sup>12</sup> No original "(...) subjective reflection of the objective world."

<sup>13</sup> No original "The event of the life of the text, that is, its true essence, always develops on the boundary between two consciousness, two subjects."

diferente consoante o género em que se insere, como textos políticos, jornalísticos, análises quantitativas ou literatura de não-ficção (Hansen, 2006)

É importante que os textos tenham a legitimidade aos olhos do público para estabelecer a definição de identidade. Daí que a nossa análise se centre em discursos políticos que são considerados tradicionalmente fidedignos. Nesse sentido, escolhemos discursos políticos que foram reproduzidos nos media que apresentam igualmente uma autoridade sobre o que é considerado verdade.

Segundo Hansen (2006), os textos selecionados deverão apresentar três características - uma clara articulação entre a política adotada pelo governo e o conceito de identidade, lidos por um vasto público, e legitimidade para formar uma posição política (Hansen, 2006). Os textos selecionados nesta tese apresentam uma clara ligação entre a construção identitária e o tema político em questão em determinado texto, como por exemplo, a definição identitária da Turquia adotada pelo governo AKP num discurso sobre a integração europeia da Turquia. Os textos são ainda lidos por um vasto público e, tal como foi referido, conjugam discurso político e género jornalístico, ambos géneros com autoridade de conhecimento face ao público. De notar que os jornais selecionados *Hürriyet Daily News* e *Zaman* eram nacionais e com vasta circulação. O *Hürriyet Daily News* faz parte de um dos maiores grupos mediáticos na Turquia, e considera-se os seus artigos como a tradução das principais notícias do país. O jornal *Zaman*, também com uma vasta circulação, esteve associado ao movimento Gülen, referido em detalhe no capítulo quarto, e, no período em destaque nesta tese, tendia a apoiar as posições governamentais. No entanto, o jornal foi encerrado em 2016, precisamente por esta sua ligação a Fethullah Gülen e seus seguidores, acusados pelo governo turco de uma tentativa de golpe de estado nesse mesmo ano.

Com base nos modelos avançados por Lene Hansen em *Security as Practice* (2006), o modelo de análise desta tese serve assim sobretudo para analisar o discurso oficial, sendo que o seu objetivo é encontrar a construção de identidade do Estado turco pelos oficiais do partido no poder, AKP. No entanto, o objetivo desta tese não é apenas entender esta construção na sua forma mais formal, ou seja, refletida em discursos formais mas também numa perspetiva mais abrangente. Nos textos mediáticos esta tese destaca artigos noticiosos, que não incluem artigos de opinião. Dentro destes mesmos artigos, destaca-se a citação direta do discurso do agente político, dado que, como já foi referido

anteriormente, esta tese concentra-se no discurso do governo e está assim em menor risco de analisar textos com uma maior influência do autor do artigo noticioso<sup>14</sup>.

Concomitantemente, os textos selecionados apresentam uma clara definição do "eu", que tal como dissemos anteriormente, parte apenas dos três agentes políticos selecionados, por forma a encontrar de forma mais explícita a construção do "eu" do Estado turco pelo governo AKP. Além de incluir uma vasta audiência, os textos apresentam também autoridade para formar a definição de identidade uma vez que, não só são textos políticos de figuras proeminentes, como também são textos jornalísticos tidos como fidedignos.

Por forma ainda a descobrir quais então as características do "eu" do Estado turco pelo governo AKP, propomos uma análise do conceito através de oposições. Isto é, tal como foi referido anteriormente, a identidade é formada a partir de significados coletivos e sobretudo a partir daquilo que não somos. Ou seja, o "eu" é aquilo que o "outro" não é. Assim, a nossa análise irá verificar qual o "eu" do Estado turco construído pelo governo AKP através de oposições. Estas oposições serão transmitidas através de determinadas palavras-chave.

A escolha destas palavras-chave teve como base precisamente as linhas condutoras da política externa do AKP tais como foram apresentadas no capítulo 3. Desta feita, as palavras-chave incluem - Influente/ Não-influente; Líder/ Não-líder; Central/ Não-Central; Democrático/ Não-Democrático; Ativo/ Não-Ativo; Estável/ Não-Estável; Secular/ Não-Secular; Muçulmano/ Não-Muçulmano; Multicultural/ Não-Multicultural; Promotor de Paz/ Não-Promotor de Paz; Mediador/ Não-mediador; Humanitário/ Não-Humanitário<sup>15</sup>. Através destas oposições, analisaremos quais foram utilizadas nos discursos referentes à política externa e interna. Deste modo, expomos as diferenças entre a identidade nacional na política externa e interna.

É importante sublinhar que os discursos selecionados se referem ao discurso proferido por estas figuras políticas enquanto governo e não enquanto partido político, ou seja, AKP. Neste sentido, consideramos que o nosso argumento foca a reconstrução identitária pelo governo e não apenas por um partido político, sendo que, segundo

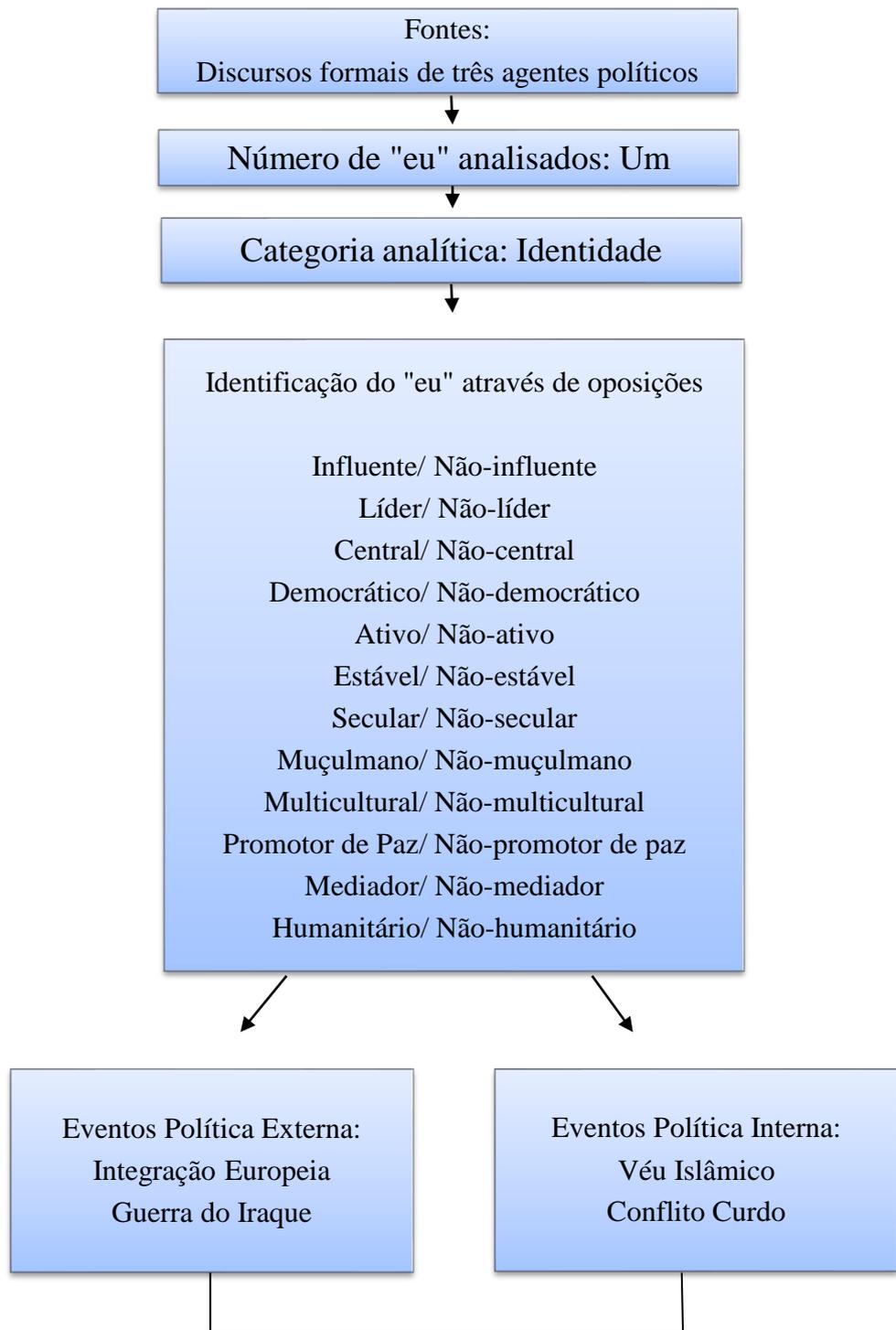
---

<sup>14</sup> Quando nos referimos a citação direta, referimo-nos justamente à citação entre aspas, sendo que é claro igualmente para o leitor quem é o autor daquelas palavras.

<sup>15</sup> De sublinhar que estas mesmas palavras serão traduzidas de acordo com a língua dos textos selecionados.

Campbell a Política Externa é definida pelo Estado e, portanto, pela instância governamental. Além disso, a nossa análise não foca a luta partidária e a forma como esta define a identidade nacional.

Desta feita, serve então o seguinte esquema de análise:



Período de análise: 3 de Novembro 2002 -22 de Julho 2007

Desta feita, o primeiro capítulo desta tese centra-se na exposição detalhada das premissas teóricas que a sustentam. Em primeiro lugar, o capítulo assinala a problemática em torno da oposição feita pelo construtivismo à abordagem racional no estudo das Relações Internacionais e enumera as razões pelas quais o construtivismo, sobretudo através do trabalho de Wendt (1987, 1992, 1999), melhor se adapta aos objetivos desta tese ao considerar o conceito de identidade do estado mutável. Em seguida, explicita as razões pelas quais precisamente o construtivismo convencional de Wendt (1987, 1992, 1999) é igualmente limitativo na análise proposta por esta tese, sendo por isso necessário adotar as premissas teóricas do construtivismo crítico e pós-estruturalismo no que respeita à relação entre política externa e construção de identidade.

Weldes (1996, 1998) assinala que o discurso é crucial na construção do significado e, portanto, nas representações dominantes na sociedade que sustentam as suas estruturas de poder. Paralelamente, os significados são construídos dentro do estado (Weldes, 1996) o que assume a importância da política interna na construção de identidade do estado, um aspeto crucial no entendimento da redefinição de identidade turca pelo governo AKP. De seguida, o capítulo evidencia a relação entre o conceito de identidade e a política externa e sublinha o papel do conceito de identidade na definição das fronteiras do estado, uma vez que comporta o sentido de perigo necessário à formação do "eu" e do "outro" (Campbell, 1992). Finalmente, o conceito de "outro" é analisado através do trabalho de Hansen (2006) e Rumelili (2004), assim como o conceito de "combinabilidade"<sup>16</sup> (Hansen, 2006: 25) entre política externa e identidade, isto é, um processo de ajustamento entre a política externa ditada pelos atores políticos e as representações da realidade da sua audiência (Hansen, 2006).

O segundo capítulo dedica-se sobretudo à temática da ligação entre política externa e identidade nacional na Turquia, incluindo a definição de identidade nacional turca no período republicano que ditou os ideais defendidos pelo kemalismo e as suas implicações para a política externa da Turquia até ao governo AKP. A política externa da Turquia durante o governo AKP é analisada em detalhe no terceiro capítulo, incluindo as ideias desenvolvidas por Davutoğlu que estruturaram essa mesma política, e as suas implicações práticas nas relações desenvolvidas por Ancara a nível internacional, como por exemplo, com a Síria, Arménia, Irão, Estados Unidos, União Europeia, Rússia, Cáucaso, Balcãs e Israel. Por sua vez, o quarto capítulo reflete sobre o conceito de identidade e a

---

<sup>16</sup> No original "combinability".

política interna da Turquia, enumerando as transformações sociais e políticas que estiveram por detrás da ascensão do AKP, permitindo-lhe redefinir o conceito de identidade nacional turca, como a transformação do movimento político islâmico, a ascensão de uma nova elite económica e académica com as políticas económicas liberais dos anos 80 e a perda de influência das Forças Armadas na vida política.

O capítulo quinto dá início à exposição do trabalho empírico desta tese e centra-se no primeiro evento analisado, a relação entre a adesão à União Europeia e a definição de identidade nacional turca. Após a exposição do contexto histórico e político da relação entre a União Europeia e a Turquia e do papel que o conceito de identidade desempenhou na mesma, o capítulo enuncia a definição de identidade expressa pela liderança do AKP no contexto da integração europeia. Nesta matéria, a liderança do AKP define no geral a Turquia como um país muçulmano, representante da civilização islâmica, modelo de compatibilidade entre Islão e democracia e como um país democrático. Em sintonia com as ideias desenvolvidas por Ahmet Davutoğlu, além do conceito de país democrático, também aquela de um país de liberdades ou capaz de contribuir para a paz mundial, está patente nos discursos analisados sob este tema.

Ainda no âmbito da política externa, os discursos analisados no capítulo seis remetem para o contexto da participação da Turquia na Guerra do Iraque. O capítulo inicia-se com a análise da relação entre Ancara e Washington e das implicações que a Guerra do Iraque teve nesta mesma ligação, assim como o papel do conflito curdo nesta matéria, e da posição da Turquia em relação ao Médio Oriente. Tal como no contexto de integração europeia e, mais uma vez, em conjugação com a política externa de Davutoğlu, a Turquia é descrita neste tema como um país democrático e pacífico, além de forte e influente na região.

O capítulo sete inaugura os eventos relativos à política interna com a análise da questão da proibição do uso do véu islâmico, uma problemática que espelha a divisão entre a elite secular e o grupo político conservador islâmico. Neste contexto, a opacidade no discurso da liderança do AKP é notória no que respeita à identidade religiosa do país, sugerindo apenas que o véu faz parte da cultura da Turquia e enfatizando uma diferença entre o povo e o estado nesta questão. O povo turco não colocaria nenhum obstáculo ao fim da proibição. A descrição da Turquia como país democrático está igualmente presente, apesar de nem sempre ser clara, assim como a incursão de um discurso sobre direitos do indivíduo e direitos universais para justificar a defesa do uso do véu.

O capítulo oito centra-se no conflito curdo, demonstrando que, neste tema, a liderança do AKP mantém um discurso semelhante àquele ditado pelas ideias da República. Apesar de por vezes referir o conceito de cidadania como acessível a todos, Erdoğan, o líder político que mais se pronunciou sobre esta matéria, associa também o conceito de cidadania àquele de nação turca, tal como ditam os ideais kemalistas, denotando uma concessão a estes mesmos ideais nesta matéria. Por fim, a conclusão apresenta os resultados deste trabalho de investigação e sublinha a sua relevância para o estudo da relação entre política externa e identidade e do sistema político da Turquia.

## CAPÍTULO UM

### 1. O conceito de identidade nas Relações Internacionais

O conceito de identidade é fulcral para esta tese, uma vez que o seu argumento principal se centra no facto da política externa da Turquia ter sido instrumentalizada pelo governo do AKP por forma a reconstruir a identidade nacional turca. Sendo assim, esta tese baseia-se no construtivismo, construtivismo crítico e pós-estruturalismo aplicados à análise das Relações Internacionais, cujos preceitos teóricos percecionam a identidade do estado como mutável e a política externa, processo através do qual o estado se expõe a elementos exteriores a si mesmo e pelos quais é influenciado, como instrumento nesta transformação.

O presente capítulo irá expor os principais elementos destas correntes teóricas e inicia-se com o construtivismo, sobretudo com o trabalho de Alexander Wendt (1987, 1992, 1999), que demonstra como a identidade do estado é construída a partir da interação com outros estados, uma clara diferença da perspetiva racional no estudo das Relações Internacionais que olha para a identidade do estado como intrínseca e imutável. Em seguida, serão expostas as razões pelas quais esta tese vai além do construtivismo convencional de Wendt e recorre ao construtivismo crítico e pós-estruturalismo, que sublinham a importância da linguagem na construção identitária e expõem como essa mesma linguagem e construção determinam as relações de poder que estruturam a nossa visão da realidade, para entender como o discurso é central na análise da forma como o governo AKP impõe a sua definição de identidade nacional turca através da política externa.

Ao apresentar estas premissas teóricas, o capítulo expõe igualmente um resumo dos principais trabalhos desenvolvidos sobre o conceito de identidade nas Relações Internacionais por forma a contextualizar o contributo desta tese para a literatura existente, ao argumentar que a política externa pode servir como meio preferido para uma mudança interna no estado no que respeita à identidade nacional.

## 1. 1. Identidade e estado na perspectiva construtivista

O estudo do conceito de identidade nas Relações Internacionais, na perspectiva do construtivismo, baseia-se sobretudo no trabalho de Alexander Wendt (1987, 1992, 1999) que desenvolveu o seu argumento a partir da crítica ao neorrealismo e à sua abordagem racionalista nas Relações Internacionais. Esta abordagem tem como base a teoria da escolha racional, isto é, os fenómenos são entendidos da melhor forma se for presumido que o indivíduo, ou os estados, fazem a sua escolha de forma racional com base na opção que consideram ser mais vantajosa numa determinada situação. Desta forma, a teoria da escolha racional centra-se sobretudo no comportamento do objeto para fazer previsões. Uma abordagem que está igualmente relacionada com o positivismo uma vez que recorre à observação e à prova de hipóteses para testar ou construir uma teoria (Dunne et al., 2010).

A discordância entre o construtivismo e a abordagem racional está intimamente relacionada com a clivagem no estudo das Relações Internacionais, conhecida como o Quarto debate, que divide os racionalistas e os reflexivistas, termos definidos por Robert Keohane (Keohane, 1988). Os reflexivistas rejeitam a abordagem positivista de que o que é descoberto, em termos de conhecimento, pode ser considerado como verdade absoluta e, pelo contrário, acreditam que não há nenhuma explicação social que seja neutra (Dunne et al., 2010).

Daí que o construtivismo assuma que o indivíduo age sobre o mundo com base na ideia que tem dele e, assim, também com base nesta ideia, influencia a realidade. O construtivismo considera que há de facto uma realidade física exterior ao indivíduo mas este não a consegue perceber se não através da sua mente. Desta forma, o mundo é construído pelas escolhas dos atores, mesmo que essas escolhas se baseiem num contexto social comum. Na verdade, apesar do construtivismo abranger uma ampla variedade de teóricos, muito diferentes entre si, todos têm em comum a ideia de que agente e estrutura se co-constituem (Nogueira e Messari, 2005), isto é, que o agente age sobre a estrutura que, por sua vez, influencia o agente e que a realidade é uma construção social (Onuf, 1998).

O conceito de que agente e estrutura se co-constituem e de que a estrutura é, ao mesmo tempo, condição e resultado da ação baseia-se na teoria de estruturação de Giddens (1984). A aplicação deste conceito ao estudo das Relações Internacionais constitui uma crítica ao neorrealismo (Waltz, 1979) ou à teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 1974)

que se apoiam na estrutura para entender o sistema internacional. Segundo Wendt (1987: 349), ambas as teorias estão erradas ao olhar para o agente ou para a estrutura como entidades concluídas e definidas antes da interação no sistema internacional. A solução estará assim em olhar para as duas entidades como mutuamente constitutivas, num processo constante de influência mútua (Wendt, 1987: 365). Desta forma, ao incorporar a teoria de estruturação, o estudo das Relações Internacionais equaciona não só a estrutura mas também a agência humana, que, para os construtivistas como Wendt (1987, 1992, 1999), é essencial, uma vez que a realidade é uma construção social. Conclui-se portanto que a teoria das Relações Internacionais terá que olhar para ambos os níveis de análise - estrutura e agente (Wendt, 1987). A análise estrutural deve servir para entender os princípios sociais que determinam a ação do estado e também as condições domésticas que enformam a perceção do estado segundo a qual este age, um fator negligenciado nas Relações Internacionais (idem). Ao centrar a análise no comportamento do estado, a abordagem racional nas Relações Internacionais ignora o facto de que a realidade no sistema internacional é uma construção social (Wendt, 1992).

Deste modo, o conceito neorrealista de anarquia no sistema internacional não é responsável pelo conflito, como é argumentado pelos teóricos neorrealistas (Weber, 2001). O neorrealismo defende que o estado atua de forma egoísta, de acordo com a perceção da sua própria segurança, quando, na verdade, é precisamente o facto de que o estado perceciona o sistema internacional como um sistema de autoajuda que faz com que atue desta forma (Wendt, 1992). Assim, o agente não é responsável pelo sistema internacional, nem a forma como os estados agem produto exclusivo da sua estrutura. A autoajuda e a política do poder são instituições, ou seja, escolhas, resultado de um processo de seleção e não simples causas do sistema anárquico (idem).

Assume-se então, nesta corrente teórica, que a identidade do estado é imutável e intrínseca. No entanto, a identidade é adquirida apenas com a interação social, uma vez que representa uma expectativa sobre o próprio "eu" e o seu papel na sociedade (Wendt, 1992). Daí que, o estado apenas possa adquirir a sua identidade através da interação no sistema internacional. Em suma, Wendt (1992) rejeita o conceito neorrealista de identidade que assenta na ideia de que a identidade do estado é natural, concluída e imutável, e, portanto, que o estado irá inevitavelmente agir consoante a sua perceção de segurança na estrutura anárquica.

A concepção de identidade como imutável é também a razão pela qual, num sistema internacional anárquico, o estado age de forma egoísta, tentando adquirir poder. Ou seja, olhando para a problemática do agente/estrutura, e qual tem o papel mais determinante, o neorrealismo afirma que a estrutura influencia o agente, cuja identidade é fixa (Wendt, 1987). Nesta perspetiva, num sistema anárquico, o agente apenas pode agir de forma egoísta, pois faz parte a sua natureza, assim como a luta pelo poder. No entanto, Wendt (1992), tendo em conta a perspetiva construtivista de que agente e estruturam se influenciam mutuamente, afirma que a estrutura influencia o agente, que por sua vez altera a sua identidade, alterando consequentemente os seus interesses e agindo de acordo com estes.

Desta forma, esta tese rejeita a perspetiva racionalista nas Relações Internacionais, uma vez que esta não permite uma análise do conceito de identidade do estado como relevante no sistema internacional, e parte da concepção de Wendt (1987, 1992, 1999) que a identidade é influenciável e que determina os interesses e o comportamento do estado. Apesar disso, o trabalho desenvolvido por Wendt (1987, 1992, 1999) apresenta igualmente limitações no que respeita ao objetivo desta tese.

Wendt (1999) sugere que há dois níveis de análise na explicação da política internacional. A primeira refere-se a questões empíricas referentes a atores e instituições, a segunda, a princípios e ideias em comum. O teórico acaba por anular o contributo do seu trabalho ao declarar que as explicações empíricas serão para o momento, enquanto que as explicações de segundo nível referem-se a um período longo, uma vez que, se ambos os níveis pode oferecer explicações, então um dos dois torna-se inútil (Kratowil, 2006). Ou seja, "o problema persiste na decisão se ao introduzir suposições simplificativas, os problemas da formação de interesse, papéis e identidades podem ser negligenciados em determinado caso<sup>17</sup>" (Kratowil, 2006: 34). Mais, apesar de reconhecer a importância da ontologia, Wendt acaba por argumentar pela sua inutilidade, uma vez que só as teorias científicas sociais podem "fazer parte do mundo" (Kratowil, 2006: 35). Na sua tentativa de juntar duas posições teóricas nas Relações Internacionais, metodológicas e ontológicas, Wendt acaba por ser considerado um "coleccionador" de ideias, apesar do esforço para as assimilar numa teoria geral (Guzzini e Leander, 2006).

---

<sup>17</sup> Tradução livre da autora. No original "Rather the problem consists in deciding whether by the introduction of simplifying assumptions, problems of interest-formation, roles, and identities can be neglected in a concrete case."

Além disso, Wendt não aprofunda o conceito de identidade, ignorando como cada unidade constrói os seus próprios significados e a sua própria identidade, mas apenas o relaciona com conceitos como "estado", "soberania" ou "anarquia" (Wæver, 2002). O teórico apenas observa o conceito de identidade do ponto de vista do sistema e não responde à questão de como os estados interpretam a estrutura internacional (Ringmar, 1997). Finalmente, segundo Zehfuss (2001), o conceito de identidade não pode servir de base aos interesses ou comportamentos do estado, uma vez que o conceito está em constante mutação. A identidade não pode ser percebida como um conceito acabado, tal como proposto por Wendt (1987, 1992, 1999), embora não de forma explícita, pois é um produto da linguagem e de como a linguagem estrutura o pensamento, o que significa que é um processo constante (Zehfuss, 2001).

## 1. 2. Construtivismo convencional, crítico e o pós-estruturalismo

As críticas de Zehfuss espelham a diferença entre o construtivismo convencional e construtivismo crítico. Na verdade, ambos partilham a ideia de que a realidade é uma construção social (Onuf, 1998) e que agente e estrutura se co-constituem (Nogueira e Messari, 2005), como vimos anteriormente. Além disso, partilham a ideia de que para analisar um fenómeno, este tem que ser contextualizado e entendido no ambiente social em que ocorre e, mais ainda, ambos aceitam a ligação entre poder e conhecimento e o poder da prática para produzir significado (Hopf, 1998).

A maior diferença no entanto parte da ligação com a tradição positivista que o construtivismo convencional ainda mantém, mas da qual o construtivismo crítico se distancia (Hopf, 1998). O construtivismo convencional pode, por exemplo, determinar comportamentos a partir da identidade nacional, no entanto, isso implicaria que práticas, instituições, regras e relações de poder, que definem a identidade, sejam entidades fixas, algo não aceite pela teoria crítica (idem). Daí, por exemplo, a crítica de Zehfuss (2001) a Wendt (1999) assente na ideia de que o tratamento da identidade como uma categoria acabada por este último está errada.

Segundo Hopf (1998), o que distingue os dois construtivismos é a ligação do construtivismo crítico à Teoria Crítica e à rejeição do positivismo na sua metodologia. A confusão referente à definição da Teoria Crítica entre os estudiosos das Relações

Internacionais é notória, sendo que é difícil apontar quais as características comuns nos trabalhos que aplicam a Teoria Crítica a esta matéria (Jones, 2001). Na verdade, apesar da multiplicidade de ideias geradas pela Teoria Crítica, uma das características comuns, apontadas por Bronner (2002), é o seu enfoque no estudo das possibilidades da emancipação humana e os obstáculos à mesma. De facto, Bronner (2002) define Teoria Crítica como um "aglomerado de temas inspirado pela busca da liberdade<sup>18</sup>" (Bronner, 2002: 4), opondo-se à tentativa de sistematização teórica ou à objetificação do sujeito.

No entanto, no estudo das Relações Internacionais, há divergências quanto à categorização destas vertentes teóricas, nomeadamente a diferença entre os construtivismos e as características específicas ao construtivismo crítico. Por exemplo, Jones (2001) argumenta que o construtivismo crítico pode incluir pós-modernistas, o que contraria a definição de Hopf (1998) que evidencia a ligação do construtivismo à Teoria Crítica e a sua dedicação à emancipação humana, uma vez que o pós-modernismo distingue-se da teoria crítica precisamente quanto à questão da emancipação (Jones, 2001). Já Onuf (1989: 40), distingue construtivismo crítico do pós-estruturalismo, decorrente do pós-modernismo, e refere que o pós-estruturalismo apresenta uma posição mais radical que o construtivismo, ao defender que nada existe fora do discurso. Na verdade, é difícil a distinção entre construtivismo crítico, pós-modernistas ou pós-estruturalistas.

Por sua vez, estas duas últimas definições são também de difícil distinção, embora esta tese destaque o pós-estruturalismo, uma vez que, partindo do pressuposto de Agger (1991), se relacionada maioritariamente com o conhecimento e a linguagem enquanto que o pós-modernismo se centra na sociedade, cultura e história.

Desta forma, esta tese centra-se no construtivismo crítico e pós-estruturalismo como a sua base teórica, tirando partido das ideias que ambas as correntes teóricas têm em comum. Em primeiro lugar, tanto o construtivismo crítico se centra no discurso para entender os sistemas simbólicos que lhes servem de base (Kazenstein et al., 1998), como o pós-estruturalismo admite também o papel da linguagem na construção da realidade (Onuf, 1989). Em segundo lugar, ambas presumem a ligação entre construção da realidade e o perpetuar das relações de poder (Finnemore e Sikkink, 2001, Onuf, 1989).

Em conclusão, ambas as vertentes teóricas se centram na ligação entre discurso, construção da realidade e relações de poder na sociedade. Estas premissas teóricas

---

<sup>18</sup> No original "(...) a cluster of themes inspired by the quest of freedom."

permitem a esta tese analisar o discurso do governo AKP como a imposição de uma determinada construção da realidade, neste caso, uma definição de identidade turca, e de como isso reflete a ascensão de um determinado grupo social, conservador islâmico, representado no AKP, no espaço político da Turquia.

O discurso é de facto crucial, pois constrói as representações predominantes do mundo que, por sua vez, são essenciais à estruturas de poder na sociedade (Weldes, 1996). Veja-se, por exemplo, o conceito de interesse nacional, entendido por Weldes (1996) como a linguagem que define a ação do estado, isto é, antes da tomada de decisão dos representantes estatais, estes submetem-se a um processo de interpretação por forma a compreender a situação em que se encontram e como reagir à mesma. Para que este processo possa acontecer, é necessário uma linguagem comum, aquela do "interesse nacional" (Weldes, 1996: 277). Daí que, "o 'interesse nacional' (...) é construído, é criado como um objeto com significado, de significados comuns segundo os quais o mundo, sobretudo o sistema internacional e o lugar do estado neste sistema, é percecionado"<sup>19</sup> (Weldes, 1996: 277).

Desta forma, subentende-se que, pelo menos em parte, os significados atribuídos aos objetos são construídos dentro do estado (Weldes, 1996). Isto é, ao contrário de Wendt (1992), que apenas perceciona a identidade e o interesse do estado como resultados da interação entre estados no sistema internacional, Weldes (1996) sublinha que os agentes estatais entram já no espaço internacional com um entendimento sobre o mundo, sobre o sistema internacional e do lugar do seu estado nele. Uma perceção formada por significados construídos na política e cultura interna ao estado (Weldes, 1996). O conceito de interesse nacional é assim formado através de um processo no qual os agentes estatais, dando uso a um preexistente corpo linguístico e cultural, criam representações de objetos aos quais atribuem simultaneamente uma identidade (Weldes, 1996: 281).

Estas representações são criadas segundo dois processos - a articulação e a interpelação. A articulação refere-se à produção de significado através da aglomeração de diferentes elementos linguísticos. Por exemplo, o termo "totalitarismo", na política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, ficou ligado àqueles de "expansão" e "agressão" (Weldes, 1996: 284). A interpelação equaciona as especificidades do conceito de

---

<sup>19</sup> No original "The 'national interest' (...) is constructed, is created as a meaningful object, out of the shared meanings through which the world, particularly the international system and the place of the state in it, is understood."

identidade quando incorporadas nas relações sociais. Ou seja, "diferentes representações do mundo incluem diferentes identidades que, por sua vez, transportam consigo diferentes maneiras de funcionar no mundo e que são colocadas em diferentes relações de poder e tornam possível a construção de interesses diferentes<sup>20</sup>" (Weldes, 1996: 287). Isto é, cada indivíduo coloca-se numa posição de sujeito e incorpora as representações associadas com esta posição. A posição de sujeito pode ser, por exemplo, o "nós" ou "eles" (Weldes, 1996). Como Weldes exemplifica (1996: 287), no que respeita ao interesse nacional de um estado, como por exemplo, aquele dos Estados Unidos da América, é o país que ocupa a posição de sujeito, criando um efeito de antropomorfização e fazendo com que ao país seja atribuída determinada identidade e determinados interesses. Neste contexto, é o conceito de "Estados Unidos" que se torna o centro das discussões sobre política externa e interesse nacional, sendo que o interesse nacional passa a referir-se aos Estados Unidos e não, por exemplo, aos cidadãos americanos. O indivíduo passa a identificar-se com as ações políticas dos "Estados Unidos" como representante de uma comunidade imaginária.

A pressuposição de que a identidade do estado depende não só da interação com outros estados no sistema internacional, mas também do contexto político e cultural interno contribui para o objetivo desta tese, uma vez que esta se centra na alteração da definição da identidade nacional turca, não na perspetiva do lugar da Turquia no sistema internacional, mas da sua significância a nível interno e de como a política externa pode contribuir para uma redefinição interna de identidade nacional.

Numa perspetiva de relação entre linguagem e poder, serve sublinhar também que existe um conflito entre as representações dominantes na sociedade, que necessitam de constante reprodução, e os discursos que as desafiam (Weldes, 1998). Desta forma, as representações tornam-se num palco de luta e contestação que está no centro da elaboração de políticas. Algo que se aplica ao estudo de caso desta tese, uma vez que o discurso do AKP constitui um desafio ao status quo kemalista.

Mais, as representações expressas por membros do estado têm prioridade sobre outras, uma vez que estes são eles mesmos vistos como a voz oficial do estado. Por sua vez, estas representações reforçam a legitimidade do estado em definir a política, nomeadamente a política externa (Weldes, 1998). Sublinhe-se então a relevância do

---

<sup>20</sup> No original "Different representation of the world entail different identities, which in turn carry with them different ways of functioning in the world, are located within different power relations and make possible different interests."

governo AKP na definição da identidade nacional da Turquia, uma vez que, como membros do estado, o discurso dos dirigentes do AKP, analisado nesta tese, tem prioridade sobre outras representações da identidade nacional.

O contexto no qual se desenvolve esta definição de identidade é igualmente importante. Weldes (1998) argumenta que o enfoque da análise nas relações internacionais deve ser o "modo de raciocínio" (Weldes, 1998: 223). O modo de raciocínio traduz as regras segundo as quais a construção de representações do mundo é feita. Este não é um processo individual mas um estrutura de regras que permitem certas formas de raciocínio. O enfoque na escolha individual apenas esconde o papel que as representações têm na definição das condições que permitem ao indivíduo escolher (Weldes, 1998).

Em suma, a política interna do estado é importante na análise do conceito de identidade, uma vez que o agente estatal recorre a uma fonte linguística e cultural já disponível na sua construção da representação do sistema internacional. A linguagem é assim crucial para compreender as representações dominantes na sociedade que enformam o conceito de identidade e como estas mesmas representações são a base da política externa.

### 1.3. A política externa como a fronteira entre o "eu" e o "outro"

O conceito de identidade pode ainda ser entendido como um instrumento na definição das fronteiras do estado (Campbell, 1993). David Campbell (1993) argumenta que o estado é uma construção imaginária que tenta construir representações de fronteiras que, por sua vez, são definidas através do conceito de identidade.

Partindo da premissa foucauldiana que a definição de um "nós" e um "eles" e, portanto, a construção da identidade é uma forma de representação da realidade que restringe o ser humano, Campbell (1992) centra-se no papel da política externa na definição da identidade do estado. A política externa constitui o meio que expressa o sentido de perigo necessário para a determinação da fronteira que separa o "eu" do "outro" (Campbell, 1992). Na verdade, mesmo que não haja nenhuma ameaça direta ou objetiva ao "eu", a mera existência do "outro" constitui desde já uma ameaça, uma vez que o conhecimento de um modo de vida diferente força o "eu" a questionar a sua própria

existência. Desta forma, o perigo expresso pela política externa força o "eu" a definir a sua identidade, seja o estado, a comunidade ou a nação (Campbell, 1992).

De notar que, Campbell (1992) define dois conceitos de política externa - Política Externa e política externa. A Política Externa refere-se à instituição formal do estado na sua relação com outros estados e forma a base das teorias dominantes das Relações Internacionais, como o Realismo, que têm no estado o seu principal enfoque. Esta instituição formal reforça e solidifica a definição identitária produzida pela política externa, referente ao processo de diferenciação entre o "eu" e o "outro" que recorre a vários níveis, do indivíduo ao estado (Campbell, 1992).

Importa sublinhar que esta tese se centra na análise da Política Externa, assumindo, tal como Campbell (1992), que esta é o produto da solidificação de um processo mais complexo de diferenciação na política turca. Deste modo, a Política Externa serve ainda para reforçar a definição de identidade turca do governo AKP que, ao mesmo tempo que toma conta de estruturas de poder, garante a imposição desta definição identitária. Além disso, uma vez que o processo de diferenciação da política externa pode ocorrer a vários níveis, esta tese centra-se naquele que se refere ao nível nacional, isto é, à identidade nacional, e assume-o como processo primário que resulta na Política Externa.

Para além disso, comum ao construtivismo crítico e pós-estruturalismo, é a ideia de que o discurso define a construção da realidade e desta forma determina as estruturas de poder na sociedade. Partindo destes mesmos pressupostos, Campbell (1992) percebe a política externa como uma prática que assegura a existência de fronteiras entre o "eu" e o "outro", que por sua vez ajudam a manter uma estrutura de poder.

No entanto, tendo em conta que a linguagem é um processo constante e, portanto, representações da realidade não são nunca um processo acabado, também a definição de identidade nunca está completa. Daí que a política externa não só define mas também redefine a identidade do estado, que, como entidade imaginada, está condenado a este processo constante de definição e redefinição de identidade (Campbell, 1992). Campbell (1992) dá exemplos, referindo-se aos Estados Unidos e à Guerra Fria. Segundo o autor, a Guerra Fria foi mais um episódio na luta dos Estados Unidos para definir a sua própria identidade, durante o qual, a definição do "outro", a União Soviética, tornava mais segura a definição do "eu". De notar que, os Estados Unidos são entendidos como o estado imaginado *per excellence*, uma vez que foi construído por uma população de diferentes

origens e, portanto, necessita ainda mais de uma identidade comum capaz de unir os seus cidadãos (Campbell, 1992).

Tal como vimos com o conceito de política externa em contraste com aquele de Política Externa, o processo de diferenciação que a constitui pode ser não só referente à interação do estado no sistema internacional, como ocorre também a nível interno. Isto é, o processo de diferenciação ocorre a todos os níveis, dentro e fora do estado, tal como afirma:

A fronteira entre o dentro e o fora, entre o eu e o outro, nunca é estática nem singular. Há uma multiplicidade de fronteiras implicadas na constituição e manutenção da identidade, fronteiras que têm tanto de áreas cinzentas que se movem como de linhas definidas.<sup>21</sup>(Campbell, 1992: 128)

Daí que, por exemplo, o mesmo discurso usado para justificar a opressão dos americanos nativos nos Estados Unidos tenha sido instrumentalizado para justificar a conquista de territórios fora da fronteira do estado no final do século XIX, argumentando "a necessidade (se não o dever) de civilizar, educar e tomar conta de populações 'primitivas', e a anarquia, barbaridade, e perigo que surgiria caso os Estados Unidos não agissem<sup>22</sup>" (1992: 154).

Aliás, Campbell (1992) sugere que, no estado moderno, o sucesso da política externa é determinado consoante o facto de ter conseguido ou não eliminar a definição de identidade do estado sua concorrente, a nível interno. O facto de ter diferentes definições de identidade dentro do estado, que competem entre si, é um obstáculo à necessidade constante do estado em definir-se a si próprio (Campbell, 1992).

Em conclusão, esta tese assume que o conceito de identidade é construído através do discurso (Weldes, 1996; Campbell, 1992), e que a política externa serve para definir as fronteiras desse mesmo conceito (Campbell, 1992), validando a análise da política externa do AKP como forma de definir a identidade nacional turca. Mais ainda, o conceito de que a política externa define a fronteira entre o "eu" e o "outro" (Campbell, 1992) permite-nos identificar esta oposição na identidade nacional turca e de como esta reflete uma luta de poder na política deste país.

---

<sup>21</sup> No original "The boundary between inside and outside, self and other, is never static nor is it singular. There are a multitude of boundaries implicated in the constitution and maintenance of identity, boundaries that are as much shifting gray areas as they distinct lines".

<sup>22</sup> No original "the need (if not duty) to civilize, educate and look after 'primitive' peoples, and the anarchy, barbarism, and danger which would flourish if the United States did not act."

## 1.4. A representação do "outro"

O enfoque nesta dicotomia deve ter em conta que na análise do processo de diferenciação, dentro de um "outro" podem constar vários "outros" ou vários tipos de "outros" (Hansen, 2006). O conceito de identidade não deve ser percebido apenas como resultado de uma oposição vincada entre o "eu" e o "outro", mas sim como o resultado de várias justaposições, sejam elas de aceitação ou oposição (Hansen, 2006). Tendo em conta que é o discurso que estrutura o conceito de identidade, neste processo de aceitação ou oposição entre o "eu" e o "outro", o discurso encontra um espaço intermédio e apresenta um conceito de identidade relativamente estável (idem).

A definição do "outro" pode conter várias identidades que, por sua vez, estão também divididas. Hansen (2006) exemplifica que na representação do Iraque pelos Estados Unidos, havia uma separação entre as representações de Saddam Hussein e o povo iraquiano. Mais, a oposição não é necessariamente completa sendo que, por exemplo, ao declarar o povo iraquiano como oprimido, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, não pretendia com isso dizer que o povo americano não é oprimido (Hansen, 2006). Além disso, o "outro" pode ser constituído pelo passado do próprio "eu", isto é, o "eu" pode construir o "outro" a partir do seu próprio passado, como por exemplo, no caso da Europa (Wæver,1996), Wæver (1996) sugere que depois da Segunda Guerra Mundial, a ideia de Europa foi construída em contraste com o seu próprio passado bélico.

Deste modo, o trabalho de Hansen (2006) é relevante para esta tese na medida em que, apesar de Campbell (1992) referir que a relação entre o "eu" e o "outro" não é sempre composta por uma oposição total entre os dois conceitos, Hansen (2006) aprofunda esta ideia e defende que esta relação é constituída por vários tipos de ligações. Ou seja, a relação entre o "eu" e o "outro" é o resultado da combinação entre vários níveis e posições, por vezes em junção, outras vezes, em oposição. É desta forma então que esta tese percebe o "outro" da representação identitária nacional turca pelo governo AKP, e avalia os vários tipos de "outro" que compõem o discurso dos dirigentes políticos.

Exemplo desta multiplicidade de representações do "outro" é também a relação entre a União Europeia e outros estados (Rumelili, 2004). De acordo com Rumelili (2004), a União Europeia traça fronteiras claras entre o "eu" e o "outro" com alguns estados mas não com todos. Rumelili (2004) argumenta que no processo de formação do "outro", há diferenças entre as identidades inclusivas, que são construídas através de diferenças

adquiridas, e identidades exclusivas, construídas através de diferenças intrínsecas. Além disso, também o nível de ameaça sentido pelo "eu" influencia este processo.

Desta feita, deve ser considerada na análise do processo de formação do "outro" a resposta dada por este (Rumelili, 2004). Neste sentido, existem dois tipos de resposta que podem ser expressas - de reconhecimento ou de resistência. Se a resposta for de reconhecimento, isto não obrigará o "eu" a reforçar a sua própria identidade, mas o oposto acontece quando a resposta é de resistência (Rumelili, 2004). Finalmente, também a distância social, definida por Rumelili (2004) como a percepção do "eu" em relação ao grupo em que se insere, influencia este processo.

Segundo Rumelili (2004), na relação entre a União Europeia e os países da Europa Central e de Leste, a diferença foi construída através de características adquiridas. Ou seja, a diferença é assente na ideia de que apesar de partilharem a mesma história, são diferentes em características adquiridas, como a identidade democrática. Um fator que faz com que a relação seja uma entre um elemento superior e um inferior. Mais, esta não é uma relação de ameaça porque o "outro" aceita a construção identitária que o "eu" tem sobre si (Rumelili, 2004).

A dissociação caracteriza a relação entre a União Europeia e Marrocos, pois este país é visto como estando fora do grupo identitário da Europa, sendo que, neste caso, o processo de tornar "outro" nem sequer tem lugar (Rumelili, 2004). A representação identitária de Marrocos também não é vista como uma ameaça pela União Europeia, uma vez que, tal como os países da Europa Central e de Leste, não contesta esta representação identitária e, mais uma vez, é também diferente em termos de características adquiridas, nomeada e igualmente, na característica democrática (idem).

Neste quadro, a Turquia encontra-se numa posição "de transição"<sup>23</sup> (Rumelili, 2004: 44), isto é, no limite de uma fronteira sem no entanto a ter transposto, diferente em termos de características adquiridas e intrínsecas (Rumelili, 2004). De acordo com Rumelili (2004), existem dois discursos identitários da União Europeia em relação à Turquia - um com enfoque nas características exclusivas da identidade europeia, sendo que a Turquia é vista como diferente, e o outro com enfoque nas características inclusivas que tendem a representar a Turquia como diferente apenas em termos de características adquiridas. Em termos de distância social, a posição europeia varia, uma vez que as

---

<sup>23</sup> No original "liminal".

questões de dissociação e associação também dependem do enfoque nas características exclusivas ou inclusivas da identidade europeia (Rumelili, 2004). Mais ainda, a Turquia não aceita a sua representação como diferente, tanto em termos de identidade exclusiva ou inclusiva, o que faz com que seja representada como uma ameaça nos dois casos. Todos estes fatores fazem com que a identidade europeia seja mais insegura, o que faz com que haja um impulso para a sua consolidação (idem).

Desta forma, a relação da União Europeia com os países da Europa Central e de Leste e Marrocos não é definida por uma relação de "eu" e "outro", o que apenas é possível devido à identidade híbrida da União, que vai além do estado (Rumelili, 2004). Mais uma vez, sublinhe-se a complexidade da relação entre o "eu" e o "outro" que pode não ser de total oposição.

### 1.5. A "combinabilidade" da política externa e identidade

Na relação entre política externa e identidade, é necessário sublinhar ainda que, além de definir as fronteiras da identidade, também tem o papel ativo de construir as suas próprias representações da realidade a partir de construções identitárias (Hansen, 1996). Assim como Campbell (1992) argumenta que o estado institucionaliza uma determinada representação da realidade, ou identidade, através da Política Externa, também Hansen (2006) sublinha que os agentes políticos tentam, através do discurso, institucionalizar as suas próprias representações da realidade. Desta forma, segundo Hansen (2006) estes mesmos agentes políticos condicionam a ação política. Algo igualmente defendido por Weldes (1998) que sustenta que a elaboração de políticas assenta numa luta entre diferentes representações da realidade.

Em mais um ponto de clivagem com Weldes (1996), Hansen (2006) utiliza o conceito de intertextualidade de Kristeva (1980), segundo o qual o texto baseia-se sempre em textos anteriores mesmo quando não há uma ligação clara entre eles, e indica que o discurso presente na política externa pode ter diversas fontes, como por exemplo, a literatura. Por exemplo, na política externa dos Estados Unidos em relação à Guerra dos Balcãs nos anos 90, a definição identitária dos Balcãs teve como uma das suas fontes o livro "Balkan Ghosts", de Robert D. Kaplan. Neste sentido, também Weldes (1996)

argumenta que os agentes políticos recorrem a fontes linguísticas preexistentes, não só partilhadas com a sua audiência como têm origem nesta mesma audiência.

Sendo assim, a construção de identidade expressa pelos responsáveis políticos provém de uma esfera política e social ampla, onde indivíduos, instituições e media também participam. Além disso, apesar de não ser totalmente igual às representações expressas por outros grupos sociais, aquelas apresentadas pelos agentes políticos não divergem totalmente, uma vez que, é pouco provável que o agente político apresente ideias opostas sendo que o seu objetivo é apresentar as suas posições como legítimas (Hansen, 2006). Segundo Hansen (2006), esta é uma das mais-valias da aplicação de uma lente pós-estruturalista na análise das Relações Internacionais, dado que permite olhar para a política externa do estado como um produto de diversos fenómenos sociais.

Apesar de aceitar as premissas do pós-estruturalismo e as limitações da teoria positivista na análise das Relações Internacionais, Hansen (2006) vai de certa forma contra essas mesmas premissas. Ou seja, mesmo que o pós-estruturalismo rejeite a ideia de que a pesquisa empírica pode produzir conhecimento sobre a realidade (Kazenstein et al., 1998), Hansen (2006) apresenta uma estrutura teórica para entender o processo segundo o qual identidade e política externa se co-constituem - o conceito de "combinabilidade" (Hansen, 2006: 25). Tal como afirma Hansen (2006: 26):

O objetivo dos responsáveis pela política externa - assim como o de outros atores que tentam influenciar a política externa - é apresentar uma política externa que pareça legítima e executável para a sua audiência relevante. Desta forma, no centro da atividade política está a construção de um elo entre política e identidade que faz com que os dois pareçam consistentes um com o outro.<sup>24</sup>(Hansen, 2006: 26)

Hansen (2006) exemplifica que na antecipação da Guerra no Iraque em 2003, o presidente George W. Bush constrói a identidade iraquiana como dividida entre um ditador com acesso a armas nucleares e um povo que anseia a liberdade. Assim sendo, a invasão americana não era apenas uma questão de proteger a nação americana mas também o mundo e o povo iraquiano, transformando esta invasão numa causa justa.

Partindo então do princípio que os atores políticos responsáveis pela política externa raramente tentam implementar políticas que vão contra as representações da realidade da sua audiência, então a relação entre política externa e identidade forma-se

---

<sup>24</sup> No original "The goal of foreign policymakers - as well as for other actors trying to influence foreign policy - is to present a foreign policy that appears legitimate and enforceable to its relevant audience. Thus, at the center of political activity is the construction of a link between policy and identity that makes the two appear consistent with each other."

num ajustamento mútuo para encontrar um equilíbrio entre si (Hansen, 2006). Desta forma, ambos os conceitos, como se inserem num mundo em constante mudança, continuam a reajustar-se mutuamente para enfrentar novas realidades (idem).

Neste processo, o discurso referente à política externa é mais ou menos estável consoante o nível de estabilidade do conceito de identidade nesse mesmo discurso (Hansen, 2006). Além disso, é preciso sublinhar que a relação entre o discurso da política externa e a representação de identidade pode ainda sofrer influências de fatores como a burocracia, os media, ou o poder militar e, portanto, é neste ponto que a agência humana assume um lugar (idem).

O conceito de "combinabilidade" não ignora o material como parte do objeto de análise, uma crítica apresentada ao pós-estruturalismo, pelo contrário, percebe o material e ideias como parte da mesma entidade e não separa os dois fatores na análise do problema (Hansen, 2006). Neste sentido, Hansen (2006) distingue factos de primeira e segunda ordem. Na análise do discurso, factos de primeira ordem referem-se ao modo como a forma como são colocadas determinadas questões é desde já estruturada por preexistentes contextos discursivos na sociedade. Por exemplo, Hansen refere o trabalho de Campbell (1992) em que este questiona a razão pela qual, no contexto da política de "Guerra às Drogas" nos Estados Unidos, questões raciais são tidas em conta no registo do uso de drogas e porque é que algumas drogas são tidas como perigosas e outras não. Hansen determina que "é um objetivo crucial da análise de discurso mostrar como estes factos de primeira ordem estão dependentes de determinada contextualização discursiva do assunto em questão e que esta contextualização tem efeitos políticos"<sup>25</sup> (Hansen, 2006: 20). Por sua vez, a questão de segunda ordem prende-se com os dados apresentados e se estes seriam contrariados caso se pusesse uma questão alternativa. Por exemplo, no estudo de Campbell (1992), a política de drogas que visava sobretudo as minorias étnicas nos Estados Unidos contrariava o argumento de que a população branca é a maior consumidora de drogas como a cocaína e o *crack*. Ou seja, a análise de discurso deve servir sobretudo para juntar fatores materiais e ideológicos (Hansen, 2006).

Veja-se então, mais uma vez, a política externa dos Estados Unidos em relação à Guerra dos Balcãs nos anos 90. O discurso sobre os Balcãs nos Estados Unidos foi construído sobre uma representação identitária que diferenciava os Balcãs e o Ocidente

---

<sup>25</sup> No original "It is a key goal of discourse analysis to show how these first-order facts are dependent on a particular discursive framing of the issue in question and that this framing has political effects."

(Hansen, 2006). Na verdade, a representação identitária dos Balcãs como países violentos, emocionais, retrógrados e incapazes de mudar é uma ideia presente durante séculos e comum nos países ocidentais. No entanto, quando a questão de genocídio foi levantada, esta suscitou um sentido de responsabilidade que caso falhasse atingiria a representação identitária dos países ocidentais (idem).

Além disso, o discurso referente à Guerra dos Balcãs mudou com o passar do tempo, de acordo com os acontecimentos, a vontade dos políticos, as críticas dos media e com a oposição dentro dos próprios países (Hansen, 2006). Há de facto vários tipos de representações identitárias e vários fatores que as influenciam. Hansen (2006) argumenta que, quando o conceito de genocídio é referido, a representação identitária dos Balcãs expressava a ideia de que o povo da região era incapaz de viver em paz, enquanto que, no caso do discurso político centrado na questão da crise humanitária, o conflito era visto como total responsabilidade dos líderes e o povo era representado como uma vítima. Além disso, nos Estados Unidos, houve uma tentativa de representação dos acontecimentos de certa forma a evitar o envio de tropas terrestres para o terreno, sendo que elementos de outras guerras onde os Estados Unidos estiveram envolvidos, como a guerra do Vietname, surgiram no discurso em relação à guerra dos Balcãs (Hansen, 2006). Por sua vez, o Reino Unido por exemplo teve um discurso mais centrado na crise humanitária para justificar o envio de tropas para o terreno, enquanto que o discurso dos Estados Unidos sublinhou mais o conceito de genocídio para justificar uma intervenção apenas aérea, uma vez que, neste caso, seriam apenas responsabilizados os líderes (idem).

Além disso, o argumento de Hansen (2006) segundo o qual o processo de decisão política passa por um ajustamento com a representação identitária prescrita pela audiência, permite perceber a forma como o discurso do AKP se ajusta à sua audiência, nomeadamente, aos seus apoiantes vindos de um grupo social conservador islâmico, mas, ao mesmo tempo, em determinados assuntos, se adapta a uma audiência mais nacionalista ou kemalista.

De facto, os níveis mais básicos do discurso são persistentes e tendem a resistir à mudança, no entanto, fatores externos podem alterar esta posição, sejam eles indivíduos ou instituições, como a União Europeia (Wæver, 2002). Wæver (2002) centra a sua análise na produção de estruturas de significado, ou seja, em vez de analisar o discurso na perspetiva referencial, isto é, uma palavra referindo-se a um determinado conceito, o autor sublinha as estruturas que organizam o discurso. Ou seja, a análise da estrutura do discurso centra-se

na estrutura de oposição entre conceitos que determina o significado. Sendo assim, o discurso é composto de vários níveis, sendo que os níveis mais profundos são mais adversos à mudança, enquanto que os níveis mais superficiais podem mais facilmente ser alterados (Wæver, 2002). Por exemplo, no discurso referente à Europa e aos Estados-membro, o primeiro nível do discurso, e o mais básico, refere-se a conceitos como estado e nação. O segundo nível relaciona estes conceitos com a Europa e o terceiro nível, o mais superficial refere-se a políticas europeias específicas defendidas por determinados grupos políticos (Wæver, 2002).

Wæver (2002) ainda que o seu trabalho se relaciona mais com as primeiras análises pós-estruturalistas, uma vez que, tal como Weldes (1996, 1998), se concentra na importância da estrutura e não na agência. O autor sublinha ainda a importância de uma análise histórica para entender como se formou o nível mais básico da estrutura do discurso atual em determinado caso (Wæver, 2002).

Finalmente, a política externa foi decisiva ainda na solidificação e naturalização da identidade nacional norueguesa como pacífica (Skånland, 2010). Segundo Skånland (2010), foi a participação da Noruega no processo de paz do Médio Oriente nos anos 90 que fez com que a sua perceção de identidade nacional passasse a incluir o conceito de nação pacífica que poderia contribuir para a paz no mundo. Esta ideia tornou-se depois a base de outras iniciativas de paz por parte da Noruega.

A análise de discurso concluída por Skånland (2010) é relevante para esta tese na medida em que é também a análise de um curto período de tempo durante o qual se pode verificar a ascensão, disputa e consolidação de uma determinada representação de identidade nacional. Apesar de não ter sido um discurso dominante na política externa norueguesa, a ideia de nação pacífica esteve de algum modo sempre presente o que permitiu que este discurso se tornasse dominante nos anos 90 (Skånland, 2010). Durante este fenómeno, os meios de comunicação centraram-se na ideia dos esforços positivos noruegueses para a paz e sublinharam a ideia de que a contribuição norueguesa era crucial para o resultado positivo de um processo de paz (idem).

Ao mesmo tempo, existiram discursos alternativos a este dominante, mas foram postos de lado (Skånland, 2010). No entanto, com o tempo e lentamente, críticas começaram a surgir nos meios de comunicação e a auto-perceção da Noruega como nação pacífica começou a ser questionada, o que levou a um processo de desnaturalização (idem).

Skånland (2010) sugere que a representação dominante, respondendo a contestações a essa mesma representação dominante, teve que ser atualizada e defendida, o que demonstra que a representação pode não ter sido completamente naturalizada e, portanto, necessitava de constante reprodução.

## 1. 6. Conclusão

O conceito de identidade, política externa e discurso são conceptualizados nesta tese através da abordagem teórica do construtivismo e pós-estruturalismo. Em primeiro lugar, o construtivismo convencional de Wendt (1987, 1992, 1999) concebe o conceito de identidade do estado como algo mutável, que depende da interação do estado com outros estados no sistema internacional. Em segundo lugar, o construtivismo crítico e o pós-estruturalismo sublinham a importância do discurso na construção de representações da realidade e, mais importante ainda, na construção do conceito de identidade. Daí que a análise do discurso constitua ainda a metodologia adotada nesta tese.

Além disso, estas correntes teóricas abordam a relação entre política externa e identidade. A política externa surge como um instrumento na definição de identidade do estado (Campbell, 1992), o que permite analisar a política externa do governo AKP como uma ferramenta na construção da identidade nacional turca. A distinção entre Política Externa e política externa (idem) permite também perceber o discurso oficial dos atores políticos retratados nesta tese como uma forma de consolidar uma redefinição da identidade turca por um grupo político que desafiou o discurso dominante do *status quo* kemalista e de como esta reflete uma transformação social na Turquia que permitiu ao AKP assumir o poder.

Finalmente, o contexto teórico apresentado neste capítulo permite entender a construção do "outro" como determinante na construção identitária do "eu". Um processo que pode incluir não só a oposição mas várias formas e níveis de ligação entre estes dois elementos (Hansen, 2006; Rumelili, 2004; Wæver, 2002), sendo que permite a análise do "outro" na política externa do AKP e de como este se relaciona, mais uma vez, com a elite secular e kemalista.

## CAPÍTULO DOIS

### 2. A identidade nacional e a política externa da Turquia

A política externa da República da Turquia reflete um conflito identitário dentro e fora do país. Por um lado, a nível interno, diferentes grupos lutam pelo poder de definir a identidade turca, uma vez que há um conflito constante entre as representações dominantes na sociedade e os discursos que as desafiam (Weldes, 1998). Por outro lado, a política externa e o encontro com o "outro" no sistema internacional definem as fronteiras dessa identidade (Campbell, 1992), sendo que, na Turquia, a relação com os países do Ocidente, Médio Oriente e Ásia central, seja ela de repúdio ou aceitação, sobretudo no caso europeu, é crucial no processo de construção da identidade turca.

Este capítulo reflete sobre estes conflitos ao longo da história da República da Turquia, começando precisamente na sua fundação e na definição de uma identidade assente nos princípios do kemalismo. Uma definição que foi apenas fortemente contestada nos anos 90 com a crescente influência do Islão político e do nacionalismo turco e, mais tarde, com a ascensão ao poder do AKP.

#### 2. 1. A construção da identidade nacional na República da Turquia

Não é de todo possível compreender o desafio apresentado pela identidade turca definida pelo AKP e entender a Turquia de hoje sem primeiro referir o processo de modernização que marcou a sua passagem de Império Otomano a República.

A fundação da República da Turquia no início do século XX caracterizou-se por um processo drástico de modernização do país, uma tentativa "de transferência forçada de uma nação inteira de uma civilização para a outra"<sup>26</sup>(Lewis, 2002: 267). No rescaldo da destruição trazida pela Primeira Guerra Mundial ao Império Otomano, Mustafa Kemal, líder na Guerra da Independência turca, apoiado pelos quadros burocráticos e militares, acreditava que para a Turquia sobreviver no contexto pós-guerra teria que se tornar um

---

<sup>26</sup> No original: "forcible transference of a whole nation from one civilization to another".

estado-nação moderno (Kezer, 2015). Atatürk, figura ainda hoje venerada na Turquia, liderou a luta pela independência que acabou com os planos de partilha do território do Império Otomano entre os Aliados da Primeira Guerra Mundial e foi fundador da República da Turquia, da qual se tornou o seu primeiro presidente. De acordo com Mango,

Mustafa Kemal Atatürk é um dos mais importantes estadistas do século XX. Ele estabeleceu e deu forma à República turca, (...). Ele influenciou a história dos países-vizinhos. Para populações governadas por estrangeiros, ele mostrou o caminho para a independência em conformidade com o resto do mundo.<sup>27</sup> (Mango, 2010: xi)

Por forma a cumprir o objetivo de tornar a Turquia num estado-nação moderno, os princípios fundadores da República da Turquia foram o "republicanismo, estadismo, secularismo, revolucionarismo, populismo e nacionalismo"<sup>28</sup> (Satana, 2008: 385), significando uma total transformação da sociedade turca (Kili, 1980), não só pela adaptação a uma nova estrutura de governo e instituições, como a rejeição das estruturas étnicas e religiosas que formaram o Império Otomano durante séculos (Kezer, 2015). Desta forma, uma sociedade pluralista, composta de diversas comunidades linguísticas, religiosas e étnicas e mesmo com diferentes trâmites legais entre elas, tornou-se um conceito pária para os ideais de um estado moderno com uma população homogénea sujeita a leis uniformes (idem).

Apesar de esta ter sido uma transformação radical, a influência dos ideais que a compuseram começou-se a sentir no período final do Império Otomano (Bozdaglıoğlu, 2003). No seu período auge, o Império Otomano tinha no Ocidente o seu "outro", uma perceção que se alterou na sua fase de declínio (idem). O debate em torno do declínio do Império Otomano a partir do século XVI questiona se este foi um verdadeiro declínio ou se o império apenas se tornou menos poderoso quando comparado com a Europa. Facto é que o império começou a ter dificuldades militares e económicas, sendo que as derrotas militares foram mais penosas, tendo em conta a identidade do império como um "estado de guerreiros"<sup>29</sup> (Black, 2011: 256). De acordo com Black,

a economia otomana, a perceção de um objetivo coletivo e a própria coesão social dependiam da contínua conquista e expansão. A sociedade otomana

---

<sup>27</sup> No original: "Mustafa Kemal Atatürk is one of the most important statesmen of the twentieth century. He established and shaped the Turkish republic, (...). He influenced the history of his country's neighbours. For peoples ruled by foreigners, he showed a way to national independence in amity with the rest of the world."

<sup>28</sup> No original: "republicanism, statism, secularism, revolutionarism, populism and nationalism"

<sup>29</sup> No original: "warrior state".

prosperava desde que a sua moral fosse encorajada pelas vitórias, e os seus líderes recompensados com os despojos de guerra<sup>30</sup>. (Black, 2011: 256)

Sendo assim, durante o período de declínio do Império Otomano, a sua elite política olhou para o mundo ocidental na tentativa de superar este declínio e, conseqüentemente, durante o século XVIII e XIX, foram introduzidas formas europeias na forma de governação otomana (Palmer, 1992). Quando até mesmo estas reformas não conseguiram travar o declínio do império, uma nova elite administrativa tomou conta da estrutura política, os chamados "Jovens Otomanos"<sup>31</sup> (Mardin, 2002: 3). Esta nova elite procurava incorporar os ideais europeus do Iluminismo com a religião Islâmica (Mardin, 2002). Segundo os Jovens Otomanos, as reformas implementadas pela liderança do império não foram suficientes, uma vez que não tiveram em conta os valores tradicionais otomanos e a religião islâmica. A solução estaria então a junção de valores religiosos a um sistema que imitasse o estado liberal europeu (Bozdaglıoğlu, 2003).

Estava em vigor uma época de avanço e recuo na adoção de ideais ocidentais, sendo que, depois dos Jovens Otomanos, segue-se uma época de recuo com Abdulhamid II como líder do império. Apesar de ter investido na adoção da tecnologia europeia, o seu reinado caracterizou-se por tentar conter a propagação de ideais ocidentais tais como liberalismo, nacionalismo e constitucionalismo (Bozdaglıoğlu, 2003). O reinado de Abdulhamid II representa a incursão das ideias do Pan-Islamismo no Império Otomano, sendo que venceu a identificação do império com a religião islâmica (Özcan, 1997).

Mais uma vez, em contradição com as políticas de Abdulhamid II, surgiu um movimento formado por uma elite inspirado nas ideias dos Jovens Otomanos, os Jovens Turcos. No entanto, ao contrário dos Jovens Otomanos, os Jovens Turcos rejeitavam a ideia de conciliação entre o Islão e ideais do mundo ocidental (Hanioglu, 1995). O objetivo central desta nova elite era modernizar toda a sociedade turca e considerava a adoção de instituições ocidentais o iluminismo do Império Otomano (Bozdaglıoğlu, 2003). De facto,

os ideólogos dos Jovens Turcos sonhavam com muitas das reformas socio-culturais que mais tarde seriam implementadas por Mustafa Kemal: a abolição da poligamia, a substituição do *fez* por chapelaria europeia, novos direitos para as

---

<sup>30</sup> No original "The Ottoman economy, the sense of collective purpose and social cohesion itself depended upon continual conquest and expansion. Ottoman society flourished so long as its morale was boosted by victories, its leaders rewarded by the spoils of war."

<sup>31</sup> No original "Young Ottomans".

mulheres, a completa secularização do sistema educativo e legal e a purificação da linguagem otomana<sup>32</sup>. (Bozdaglıoğlu, 2003: 43)

Este período foi fértil na discussão de ideias sobre como o Império Otomano deveria prosseguir. Nesta altura, surgiram movimentos como o Otomanismo, defensor da união dos povos sobre o trono otomano, o Pan-Islamismo, que procura unir as comunidades muçulmanas, e o Pan-Turquismo, que tentava unir os povos turcos - as três apoiavam a adoção de ideias ocidentais mas divergiam quanto ao grau de ocidentalização necessário (Bozdaglıoğlu, 2003).

Nesta mesma altura, o Turquismo começou a ganhar expressão e o conceito de etnia turca começou a ter influência na sociedade. Durante o período dos Jovens Turcos, aqueles que se consideram de etnia turca começaram a identificar-se primeiramente como pertencentes a esta etnia, e não como muçulmanos ou otomanos, tendo influenciado a importância dada ao nacionalismo turco pelas ideias kemalistas (Bozdaglıoğlu, 2003). Curiosamente, foram os turcos, grupo dominante no Império Otomano, que por último começou a formar uma ideia sobre a sua própria identidade nacional, uma nação incluída no estado otomano e no Islão mas de qualquer forma distinta (Lewis, 2002). Na ideologia kemalista, este conceito foi reforçado com a ideia de pertença territorial à Anatólia (Lewis, 2002), sendo que apenas os turcos muçulmanos eram considerados parte da nação (apesar dos curdos estarem incluídos nesta definição, uma questão em escrutínio mais à frente nesta tese). Por causa da identidade religiosa, gregos, arménios e judeus, foram excluídos desta definição de nação (Kushner, 1997), dando origem a diversos conflitos violentos na história da República, cujas repercussões se fazem sentir ainda hoje.

A instauração da etnia turca como principal característica do estado constitui um corte vincado com o Império Otomano, durante o qual a representação identitária era definida pelo Islão e pela pertença ao império, não pela etnia. Ou seja,

um cavalheiro otomano, bem até ao século XIX, identificar-se-ia então como Muçulmano ou Otomano, nunca como Turco, um termo que era utilizado como forma de distinguir turcos e não-turcos, ou como uma referência depreciativa ao camponês

Apesar das reformas otomanas não visarem a transformação radical da República da Turquia, "(...) a influência do Ocidente foi além das suas intenções e adquiriu um

---

<sup>32</sup> No original "Young Turks ideologues dreamed of several of the socio-cultural reforms Mustafa Kemal was later to implement: abolition of polygamy, replacement of the fez by European headgear, new rights for women, complete secularization of the educational and legal systems, and purification of the Ottoman language".

carácter cultural, o que resultou na criação de uma identidade ocidental, juntamente com a identidade islâmica e turca<sup>33</sup> (Bozdaglıoğlu, 2003: 45). A disputa entre estas entidades e a instabilidade que com ela advém fez com que na República se tornasse urgente a transformação não só do estado, mas também da sociedade, pois um conflito entre os dois resultaria na fraca legitimidade do estado (Bozdaglıoğlu, 2003).

O kemalismo queria, na verdade, acabar com a ambiguidade das reformas otomanas que oscilavam entre a modernidade ocidental e a cultura islâmica (Atasoy, 2005). De notar que, na referência ao conceito de kemalismo entende-se como a ideologia por detrás da Revolução turca de 1920, que formou o governo da República, cujas reformas determinaram a transformação radical mencionada anteriormente (Kili, 1969). Esta ideologia, assente nos seis princípios, mencionados anteriormente, - republicanismo, nacionalismo, populismo, estatismo, secularismo e reformismo - tomou conta da política turca durante décadas. Foi apenas a partir dos anos 70, com a crescente influência da esquerda marxista e da direita conservadora, que perdeu o seu monopólio e se tornou mais uma das ideologias que competiam na sociedade (Macfie, 2010). No entanto, a sua influência continua até aos dias de hoje, tendo como representante *Cumhuriyet Halk Partisi*<sup>34</sup> (CHP), apesar de ter sido nas últimas décadas, uma ideologia fortemente contestada, especialmente durante o governo do AKP (Alaranta, 2014). De acordo com Alaranta, "em muitos casos, os intelectuais contemporâneos kemalistas parecem adotar sistematicamente posições defensivas, opondo-se a todo o tipo de desenvolvimentos atuais, desde a globalização ao multiculturalismo"<sup>35</sup> (Alaranta, 2014: 2).

Estas ideias estavam ainda longe na altura da instauração da República, período durante o qual as reformas kemalistas tentaram erradicar o Islão da sociedade a todos os níveis, estabelecendo novas vestimentas, novas mobílias e até, novos estilos de música, tendo em conta que, nesta perspetiva, o Ocidente era o único modelo de modernidade a imitar (Atasoy, 2005). Para os ideais kemalistas, "o membro orgulhoso da nação turca teria que ser nacionalista (secular) e um ocidental, tal como deveria ser toda a sociedade em conjunto"<sup>36</sup> (Kushner, 1997: 222). Esta transformação torna-se ainda mais abrupta se se considerar que o império otomano é considerado um dos elementos mais importantes na

---

<sup>33</sup> No original "(...) the influence of the West went beyond the intended aims and took on a cultural character, which resulted in the creation of a Western identity in addition to Islamic and Turkish identities."

<sup>34</sup> Partido Republicano do Povo

<sup>35</sup> No original "In many cases, the contemporary Kemalist intellectuals seem to take thoroughly defensive positions, opposing all sorts of current developments from globalisation to multiculturalism."

<sup>36</sup> No original "The proud member of the Turkish nation was to be both a (secular) nationalist and a western, as was to be Turkish society as a whole".

construção da identidade europeia - constituindo o seu "outro" e tendo a religião como linha divisória (Yurdusev, 2010).

## 2.2. A política externa da República da Turquia

O processo de modernização que caracterizou a fundação da República da Turquia influenciou certamente também a sua política externa. Tal como na política interna do país, as ideias de Atatürk formataram igualmente a sua política externa, de tal forma que durante muitos anos nenhum governo foi capaz de desafiar estes mesmos princípios (Aydın, 2004). De facto, apesar das transformações que naturalmente acompanham a história do país, os princípios do kemalismo foram sempre respeitados e vistos como o único princípio possível para a política externa, sendo que houve mesmo momentos em que desafiar esta mesma política seria visto como um insulto a Atatürk e uma traição à nação (Aydın, 1999).

Para Atatürk, a política externa era uma extensão da política interna. Além disso, Atatürk considerava que uma política externa pacífica era necessária para conseguir levar a cabo as transformações dentro do próprio país (idem). Daí o famoso mote de Atatürk: "'Paz em Casa, Paz no Mundo'" - enquanto estabelecia uma ligação entre estabilidade interna e paz e ordem internacional, punha casa em primeiro lugar"<sup>37</sup> (Aydın, 2004).

Assim, a política externa da República caracterizou-se pela cautela e, sobretudo, por uma visão isolacionista que olhava primeiramente para o nível interno. Uma das principais heranças de Atatürk para a política externa turca foi a busca pela paz e o procurar evitar a guerra de todas as forma possíveis (Aydın, 2004). Neste sentido, a política externa da República reflete uma reação àquela do Império Otomano, expansionista, cuja tentativa de manutenção do império levou-o à incursão na Primeira Guerra Mundial (Rubin, 2001).

Ao contrário do Império Otomano, os objetivos externos da República da Turquia eram menos ambiciosos (Hale, 2003). Deste modo, durante a primeira década da República, as principais preocupações da Turquia eram a Grécia e os Balcãs, enquanto que nos anos 30, eram a Itália e a Alemanha (idem).

---

<sup>37</sup> No original "'Peace at home, peace in the world' - while he was connecting internal stability with international peace and order, he put the home front first".

Tendo em conta que a política externa era então a extensão da política interna, é importante sublinhar a orientação pró-Occidente da República da Turquia (Hale, 2003). Tal como foi referido anteriormente, na visão kemalista, a sociedade turca teria que ser ocidental e, sendo assim, a política externa virada a Occidente garantia a sobrevivência da identidade ocidental na Turquia moderna (Yanık, 2011).

Apesar disso, de acordo com Hale (2003), mesmo que o regime republicano tenha sido pró-Occidente, a Turquia estava mais preocupada em manter a sua própria segurança, e esta ideologia ocidental não era o fator determinante da sua política externa. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Turquia manteve assim um carácter neutro, concentrando-se em manter o território que conquistou em 1923, e neste aspeto, o país foi bem sucedido (Hale, 2003).

A definição do estado kemalista como pacífico e não-expansionista marcou a sua política externa (Uzer, 2011). A identidade do estado kemalista definiu a política externa da Turquia como "(...) cautelosa, pacífica (...) "<sup>38</sup> e com "(...) pouco interesse nos turcos que viviam fora do país"<sup>39</sup>, tendo como "principal preocupação o território da república"<sup>40</sup> (Uzer, 2011: 52). Neste contexto, a invasão do Chipre constitui apenas uma esporádica erupção de nacionalismo turco, determinante para a identidade do estado kemalista (Uzer, 2011). Tal como Hale (2003), Uzer (2011) argumenta que apesar da forte componente ideológica do estado kemalista, a sua política externa é sobretudo racional e a ideologia era considerada menos importante que manter o *status quo*.

### 2.3. A Guerra Fria e a Aliança com o Occidente

Ao contrário do que aconteceu no período da Segunda Guerra Mundial, no contexto divisório da Guerra Fria, a Turquia não conseguiu permanecer neutra. Em conformidade com os ideais kemalistas, a Turquia formou uma aliança com os países ocidentais. Foi de facto nesta altura que Ancara apresentou a sua candidatura às instituições europeias e se tornou membro da NATO, o que afastou ainda mais a Turquia do Médio Oriente e Bloco de Leste (Bozdaglıoğlu, 2003). A aliança com o Bloco Occidental servia de proteção contra a Rússia que nessa altura era vista como uma ameaça

---

<sup>38</sup> No original "(...) cautious, peaceful (...) "

<sup>39</sup> No original "(...) little interest in the Turks living outside the country (...) "

<sup>40</sup> No original "(...) its primary concern on the territory of the republic. "

pela Turquia, sendo que Ancara considerava que os Estados Unidos iriam ser mais úteis na conservação da sua independência (Hale, 2003). Assim, a Turquia tornou-se num importante país aliado do Bloco Ocidental durante este período.

Esta aliança foi forte enquanto a ameaça russa se fazia ainda sentir e enquanto o foco de maior conflito era ainda a Europa, ou seja, durante a primeira década da Guerra Fria. No entanto, após este período, Ancara expandiu a sua margem de manobra na política externa (Hale, 2003) e tentou mesmo restabelecer relações com o bloco soviético (Aydm, 2000). Além disso, após a primeira década da Guerra Fria, surgiram várias críticas à aliança turca com o Bloco Ocidental, a nível interno. Estas críticas baseavam-se sobretudo na suspeita de que o Bloco Ocidental na verdade não teria como prioridade os interesses da Turquia e surgiram em consequência de eventos como a crise dos mísseis de Cuba e, sobretudo, os acontecimentos no Chipre. No primeiro, os Estados Unidos concordaram em retirar os mísseis situados em território turco, no segundo, Washington não apoiou a Turquia na invasão do território cipriota em 1974 (idem). Aliás, o alargamento das relações da Turquia com outros países, fora do âmbito do Bloco Ocidental, fez parte de uma estratégia para conseguir apoio na questão do Chipre, uma vez que esta estava a isolar Ancara dos seus parceiros ocidentais (Uzer, 2011). De acordo com Uzer,

Nos anos 60 e 70, a Turquia dirigiu uma política externa multilateral, abrindo portas ao mundo árabe, votando juntamente com os árabes nas Nações Unidas e ao permitir que a OLP [Organização para a Libertação da Palestina] abrisse um gabinete de ligação em Ancara em 1979. Isto foi em parte motivado pela desilusão com o mundo ocidental mas partiu sobretudo de um desejo para recolher apoios no espaço internacional para a sua política no Chipre.<sup>41</sup> (Uzer, 2011:69)

No entanto, apesar da desilusão com a aliança ocidental, nos anos 80, a relação bilateral entre Washington e Ancara melhorou, dado que os Estados Unidos foram dos primeiros países a apoiar as Forças Armadas turcas. Além disso, durante esta década, o governo de Turgut Özal, responsável pela abertura da economia turca, recebeu o apoio americano (Harris, 2003). Em suma, apesar da pequena abertura da política externa turca dos anos 60 e 70, o discurso oficial determinava que estas eram apenas complementares à relação da Turquia com o Ocidente (Uzer, 2011).

---

<sup>41</sup> No original "In the 1960s and 1970s Turkey conducted a multilateral foreign policy, opening up to the Arab World, voting together with Arabs at the United Nations and allowing the PLO to open a liaison office in Ankara in 1979. This stemmed partly from disappointment with the Western world but more importantly from a wish to gather support for its policy on Cyprus in the international arena.

## 2. 4. O final da Guerra Fria e a redefinição do papel da Turquia

A bipolaridade durante o período da Guerra Fria proporcionava à Turquia uma clara definição do seu lugar no sistema internacional e, conseqüentemente, o fim desta estrutura traduziu-se na instabilidade da política turca. O fim da Guerra Fria obrigou a Turquia a repensar a sua política externa (Aydın, 2003), ao mesmo tempo que provocou uma crise de identidade a nível interno (Bozdağlıoğlu, 2003).

Neste contexto, as relações da Turquia com a União Europeia tornaram-se mais difíceis. Por um lado, o fosso criado por questões identitárias aprofundou-se, visto que a política europeia começou a incorporar cada vez mais fatores culturais na definição identitária europeia, o que contribuiu para o isolamento da Turquia (Bozdağlıoğlu, 2003). Segundo Yanık (2011), esta distância identitária surgiu na verdade após o golpe de estado de 1980, altura em que se desenvolveu o discurso de uma identidade ambígua da Turquia para demonstrar a capacidade da Turquia em servir de mediador entre o Médio Oriente e a Europa.

Em consequência desta distância, seguiu-se um período de instabilidade e incerteza na política externa da Turquia, uma vez que

Durante o período da Guerra Fria, a identidade "autodefinida" europeia da Turquia foi a variável mais importante na sua interação com o Ocidente no geral e, em particular, com a Europa. A criação da identidade ocidental do estado turco alterou as percepções dos líderes políticos turcos sobre eles próprios e os outros no sistema internacional, o que, por sua vez, definiu o interesse nacional da Turquia. Apesar de terem surgido alguns problemas, este raciocínio tornou possível a consistência e continuidade na política externa turca durante a Guerra Fria.<sup>42</sup>(Bozdağlıoğlu, 2003: 79)

De notar que, tal como Wendt (1992), autor referido no capítulo anterior desta tese, Bozdağlıoğlu (2003) assume a lente teórica construtivista e sublinha que o conceito de identidade define o interesse nacional do estado. Além disso, o mesmo autor argumenta, tal como Rumelili (2004), autora igualmente referida no primeiro capítulo, que a aceitação pelo "outro" da identidade do "eu" é crucial nesta interação. Ou seja, segundo Rumelili (2004), na análise da interação entre o "eu" e o "outro" é importante ter em conta a resposta do "outro", uma vez que o não-reconhecimento por parte do "outro" da identidade do "eu"

---

<sup>42</sup> No original "During the Cold War period, Turkey's self created European identity was the most important variable in its interaction with the West in general and with Europe in particular. The creation of the Turkish state's western identity changed the perceptions of Turkish political leaders about themselves and others in the international system, which, in turn, defined Turkey's national interest. Despite some problems, this reasoning provided consistency and continuity in Turkey's foreign policy throughout the Cold War."

leva este último a reforçar a sua identidade. De acordo com Bozdağlıoğlu (2003), a distância identitária colocada pela Europa criou um problema para a "identidade autodefinida"<sup>43</sup> da Turquia. A não aceitação da identidade da Turquia pelo seu "outro", a Europa, provocou uma crise identitária, algo que não aconteceu durante a Guerra Fria, pois durante este período, para os líderes turcos, o Ocidente parecia ter aceite a identidade europeia da Turquia. Mais, a rejeição da Turquia significava para a sociedade turca o falhanço dos ideais kemalistas, sendo que

o fim da Guerra Fria e a rejeição constante da UE em relação à adesão da Turquia, por um lado, e o crescente poder político dos nacionalistas e islamitas, por outro lado, acabaram com o monopólio do poder político da elite ocidentalizada, como ficou claro com vitória eleitoral do partido islamita Partido do Bem-Estar em 1995 e do Partido da Ação Nacionalista em 1999<sup>44</sup> (Bozdağlıoğlu, 2003: 90).

A rejeição europeia da Turquia baseada em fatores culturais teve ainda como consequência a tentativa por parte de Ancara em construir uma política externa alternativa baseada, desta vez, na identidade turca, neste caso, uma definição racial (Bozdağlıoğlu, 2003). Desta forma, a Turquia investiu no Cáucaso e Ásia Central, uma vez que, tendo em conta os ideais kemalistas da elite política e a influência dos movimentos nacionalistas na altura, na perspectiva dos líderes políticos esta seria uma melhor alternativa que o Médio Oriente. Esta aproximação ao Cáucaso foi sobretudo visível no apoio prestado por Ancara ao Azerbaijão no conflito de Nagorno-Karabakh (idem). Na verdade, o colapso da União Soviética abriu espaço para que emergisse, tanto dentro como fora do país, um ênfase nas ligações culturais, linguística e religiosas da Turquia com os estados recentemente independentes das repúblicas do Cáucaso e Ásia Central, sendo que a Turquia era representada como um modelo económico e político para estes países (Aydın, 2003). No entanto, os países da Ásia Central não eram complacentes com os ideias quase imperialistas dos políticos turcos (Bozdağlıoğlu, 2003), assim como se tornou rapidamente claro que a Turquia não tinha meios financeiros e tecnológicos suficientes para colmatar as necessidades destes estados recentemente independentes (Aydın, 2003).

Sendo assim, Ancara percebeu que esta não seria a esperada alternativa à União Europeia e voltou a investir na integração europeia mas, desta vez, teria que assegurar a Europa que a crescimento do fundamentalismo islâmico na Turquia não seria um obstáculo

---

<sup>43</sup> No original "self-created"

<sup>44</sup> No original "The end of the Cold War and the EU's constant rejection of Turkey's full membership on the one hand and the increasing political power of nationalists and Islamists on the other put an end to the westernized elite's monopoly on political power as became clear by the electoral victory of the Islamist Welfare Party in 1995 and the Nationalist Action Party in 1999."

(Bozdağlıoğlu, 2003). Desta forma, Ancara investiu na ideia de que a Turquia era o único país muçulmano e secular e poderia, caso se tornasse um país-membro da União Europeia, servir de ponte entre a Europa e a Ásia. A frequente referência a este conceito de Turquia como ponte de Tansu Ciller, enquanto primeira-ministra, é disto exemplo (idem).

Esta ligação à Ásia Central advém do nacionalismo da República baseado na comunidade e não em laços territoriais, sendo que o entendimento da identidade turca ia para além das fronteiras da Anatólia. Por sua vez, as incursões da política externa turca no Médio Oriente demonstram que a identidade religiosa muçulmana fez igualmente sempre parte da identidade turca (Kushner, 1997).

De facto, nos anos 90, a crise identitária na política turca dividiu o país entre secularistas e kemalistas e o Islão político, cuja ascensão é demonstrada pelo governo de Erbakan e o seu Partido do Bem-Estar. Durante o seu curto período de tempo no governo, Erbakan tentou estreitar os laços com os países muçulmanos, o que levou a uma maior divisão entre kemalistas e islamitas. Esta divisão levou a que a elite kemalistas pressionasse a entrada da Turquia na União Europeia. Uma cisão visível no governo de coligação entre o Partido do Bem-Estar (islamita) e o Partido da Via Justa (pró-Occidente), pois nesta altura "enquanto a primeira-ministra pró-Occidente Tansu Ciller [Partido da Via Justa] visitava líderes europeus para confirmar a 'europaneidade' da Turquia, Necmettin Erbakan recebia o líder da Irmandade Muçulmana como a sua primeira visita do estrangeiro"<sup>45</sup> (Bozdağlıoğlu, 2003: 135). O conflito entre as duas definições identitárias refletiu-se igualmente no facto de que para contrariar os islamitas, nos anos 90, as forças militares (cuja ideologia tinha um carácter fortemente kemalista) promoveram as relações entre Israel e a Turquia (Bozdağlıoğlu, 2003).

Na verdade, o poder de decisão política no que respeita à política externa da Turquia residia em três instituições : o primeiro-ministro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e as Forças Armadas, que tinha influência na decisão política através do Conselho de Segurança Nacional. O poder de influência das Forças Armadas foi notório nos anos 90 devido à instabilidade política sentida no país e, sobretudo, por causa da luta contra o *Partiya Karkerên Kurdistan*<sup>46</sup> (PKK). A influência política do poder militar foi clara no evento que ficou conhecido como "golpe de estado pós-moderno" ou *soft coup*,

---

<sup>45</sup> No original "While the Western-oriented Deputy Prime-Minister, Tansu Ciller, was visiting European leaders to confirm Turkey's Europeaness, Necmettin Erbakan was receiving the leader of the Muslim Brotherhood as his first foreign visitor."

<sup>46</sup> Partido dos Trabalhadores do Curdistão

quando as forças armadas, através do Conselho Nacional de Segurança, pressionaram o então primeiro-ministro Erbakan, líder do movimento islâmico político na Turquia, a resignar-se. Este evento apenas reforçou o poder militar na política turca (Uzer, 2011).

Foi também nos anos 90 que as preocupações securitárias da Turquia se voltaram para os países vizinhos, uma vez que durante a Guerra Fria, as ameaças eram definidas pelo conflito entre os dois blocos (Kirişçi, 2000). Ao mesmo tempo que as preocupações securitárias se voltaram para os países da região, também a Turquia começou a ser considerada como importante nesta mesma região (Aydın, 2003).

Finalmente, neste período também, o desenvolvimento económico aliado ao desenvolvimento democrático fez com que a identidade islâmica-otomana voltasse para o centro político (Yavuz, 1998). De acordo com Yavuz (1998), a escolha de formar uma aliança com o Bloco Ocidental foi resultado da percepção da Rússia como o "outro" da Turquia, o que reforçou a vontade da elite em fazer parte do Ocidente. Na Turquia, a representação do "eu" é formada por diversas identidades políticas - islâmica, balcã, anatólia, curda e turca - sendo que, nos anos 90 a identidade política islâmica foi mais influente (Yavuz 1998).

Esta transformação e a uma nova elite foi o resultado não só de transformações a nível interno, mas também das políticas liberais que abriram o caminho a discursos alternativos, além do fim da Guerra Fria, a rejeição por parte da União Europeia, indiferença da Europa à guerra na Bósnia, o etno-nacionalismo curdo e a emergência de estados muçulmanos nos Balcãs e na Ásia Central (Yavuz, 1998).

É neste contexto que surge o neo-otomanismo, "(...) num contexto em que o kemalismo oficial não é mais capaz de responder às necessidades dos novos urbanos"<sup>47</sup> (Ergin e Karabaya, 2017: 35). Segundo Yavuz (1998), o neo-otomanismo é uma forma de identidade política que redefiniu o interesse nacional da Turquia no final dos anos 90. O neo-otomanismo invoca com admiração a administração otomana, sublinhando a ideia de que esta era pluralista, com uma abordagem pragmática às identidades religiosas, culturais e étnicas. A glorificação de uma sociedade pluralista contraria a imagem da Turquia como um país etnicamente homogéneo ditada pelo kemalismo, assim como a admiração da atitude moderada no império em relação à religião islâmica, defendida pelo neo-otomanismo, é antagónica ao secularismo vincado da República (Yavuz, 1998).

---

<sup>47</sup> No original "(...) in a context where official Kemalism is no longer able to provide for the needs of the new urbanites."

O neo-otomanismo é referido como parte integrante das políticas do governo AKP que promovem a nostalgia em relação ao império otomano, focando sobretudo as ideias de multiculturalismo, cosmopolitanismo e tolerância (Ergin e Karabaya, 2017). Como demonstrará com mais rigor o capítulo seguinte desta tese, o governo AKP é símbolo da emergência de uma nova elite conservadora muçulmana, sendo que esta elite vê o império otomano como "(...) um multicultural, crente, justo e harmonioso e berço da civilização"<sup>48</sup> (Ergin e Karaya, 2017: 37). Um conceito que ressoa na política externa do AKP, através das ideias de Ahmet Davutoğlu, em escrutínio no próximo capítulo apesar de ele próprio rejeitar o conceito de neo-otomanismo.

## 2.4. Conclusão

Os ideais kemalistas foram decisivos não só para a política interna mas também externa da Turquia durante o século XX. Se por um lado, o ideal de pertença à civilização europeia e ocidental da nação turca por parte dos seguidores do kemalismo fez com a Turquia estabelecesse elos com os poderes ocidentais, por outro lado, o trauma das Guerras da Independência turca fizeram com que Ancara seguisse uma política isolacionista, cujo principal enfoque era manter a integridade territorial do país.

No entanto, esta política externa foi também influenciada pelos desenvolvimentos políticos internos, nomeadamente à ascensão dos movimentos políticos islâmicos nos anos 80 e 90, o que fez com que nos anos 90, a política externa turca se tenha dividido entre a aproximação à União Europeia, países árabes e ainda uma tentativa de aproximação aos países do Cáucaso, inspirada por movimentos nacionalistas. É neste contexto de fragmentação que surge o AKP, cuja política externa será exposta no capítulo seguinte.

---

<sup>48</sup> No original "(...) multicultural, pious, just, and harmonious cradle of civilization".

## CAPÍTULO TRÊS

### 3. A identidade nacional e a política externa do governo AKP

Ao contrário da falta de uma orientação clara na política externa turca durante os anos 90 (Sözen, 2010), demonstrada pelas diferentes tentativas de aproximação com a União Europeia, Cáucaso, Ásia Central e mundo muçulmanos, a política externa adotada pelo governo AKP assentou sobretudo na estrutura delineada por Ahmet Davutoğlu e o seu conceito de "Profundidade Estratégica"<sup>49</sup> (Davutoğlu, 2001). Este capítulo debruça-se sobretudo sobre estas ideias, sobre o seu impacto na política externa do AKP e nas consequências que estas tiveram na relação de Ancara com a União Europeia, Estados Unidos, Rússia, países do Médio Oriente, Cáucaso e Balcãs.

#### 3. 1. Os princípios da "Profundidade Estratégica"

Ahmet Davutoğlu, um académico que se tornou uma das figuras mais destacadas do AKP, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 2009 e 2014 e Primeiro-Ministro turco entre 2014 e 2016, altura em que disputas com o antigo líder e então Presidente da República, Recep Tayyip Erdoğan, o afastaram do governo (Srivastava, 2016). Davutoğlu é tido como o responsável por uma mudança discursiva e prática na política externa turca durante o governo AKP, tornando-a mais dinâmica e multidimensional (Aras, 2009). A sua visão para a política externa ambicionava transformar a Turquia num país central, juntando em si a cooperação bilateral com todos os países vizinhos e construindo uma estrutura sólida de influência nos desenvolvimentos políticos à sua volta. A Turquia adotava assim um papel ativo, em contraste com a abordagem kemalista que se centrava sobretudo na manutenção da segurança nacional.

Segundo Davutoğlu (2008), a Turquia não devia ser entendida como um país de fronteira, o bastião do Ocidente no Médio Oriente, como foi durante a Guerra Fria, nem como uma ponte, como foi descrita nos anos 90. A Turquia é um país central com múltiplas identidades regionais (Davutoğlu, 2008). Na verdade, a Turquia deveria tirar

---

<sup>49</sup> No original "Stratejik Derinlik".

vantagens dos laços históricos e geográficos que detém com os países vizinhos. O conceito de "Profundidade Estratégica" refere-se exatamente à profundidade da história e geográfica do país (Davutoğlu, 2012). Daí que a Turquia deva assumir uma posição no sistema internacional que esteja em concordância com a sua herança e, deste modo, garantir a sua segurança e dos seus países-vizinhos. Assim, segundo Davutoğlu (2008), "a Turquia deve garantir a sua segurança e estabilidade assumindo um papel mais ativo e construtivo para estabelecer ordem, estabilidade e segurança ao seu redor"<sup>50</sup> (Davutoğlu, 2008: 79).

Além disso, dada a importância no sistema internacional dos países vizinhos da Turquia nos quais o país pode exercer a sua influência, Ancara pode ser determinante para a política global (Davutoğlu, 2012). Davutoğlu (2008, 2012) argumentava que, tendo em conta as características históricas e geográficas da Turquia, este país é único e contém um grande potencial para influenciar não só a região em que se insere mas também a política internacional. O seu passado histórico facultava uma ligação única com os países e comunidades à volta da Turquia, países esses que, segundo Davutoğlu (2012), são cruciais para determinar o futuro da política internacional. O papel da Turquia seria então usar esta ligação única para a paz regional e mundial (Davutoğlu, 2012). Mais, no princípio do século XXI, a Turquia está finalmente numa posição em que pode tirar partido das suas características únicas, uma vez que o país está mais desenvolvido, nomeadamente, no que toca a uma abertura democrática, economia em expansão e uma política externa ativa (Davutoğlu, 2012).

O conceito de democracia é muitas vezes referido por Davutoğlu na sua definição da Turquia. Nas suas palavras, a Turquia é um país democrático, estável e secular, que tem vindo a consolidar a sua democracia. Mais, sublinha também a importância da promoção do conceito de democracia além fronteiras (Davutoğlu, 2012). Neste sentido, "(...) o mais importante *soft power* da Turquia é a sua democracia (...)"<sup>51</sup> (Davutoğlu, 2008:80), que constitui "(...) um baluarte para a democracia, estado de direito, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais"<sup>52</sup> (Davutoğlu, 2009: 15). De notar que, como a análise do discurso dos líderes políticos, exposta posteriormente nesta tese, demonstra, o conceito de país democrático ou em desenvolvimento democrático, é uma das

---

<sup>50</sup> No original "Turkey should guarantee its own security and stability by taking on a more active, constructive role to provide order, stability and security in its environs".

<sup>51</sup> No original "(...) Turkey's most important soft power is its democracy (...)".

<sup>52</sup> No original "(...) it is a bulwark for democracy, rule of law, respect for human rights and fundamental freedoms."

características mais referidas no que respeita à identidade nacional da Turquia, conjugando-se desta forma, com as ideias expressas por Davutoğlu.

Também em uníssono com as ideias expressas pelos líderes políticos analisados mais à frente neste trabalho, o pensamento de Davutoğlu não denota o total abandono dos ideais que estruturam a política externa da República durante o século XX. Davutoğlu sublinha que a sua visão para a política externa da Turquia assenta na divisa tradicional "paz em casa, paz no mundo", referida no capítulo anterior (Davutoğlu, 2012). A este lema, Davutoğlu acrescenta elementos que conferem dinâmica à política externa turca, uma vez que "um país central com tal excelente posição geográfica não se pode autodefinir de uma forma defensiva"<sup>53</sup> (Davutoğlu, 2008:78). Ou seja, Davutoğlu defende o abandono do posicionamento tradicional da Turquia que se centra apenas na segurança nacional. De sublinhar que, a referência ao lema proclamado por Atatürk denota a recusa em confrontar frontalmente os ideais kemalistas, sendo que o mesmo é visível no discurso dos líderes políticos analisado mais à frente, sobretudo no que respeita à questão curda e à definição étnica de identidade turca.

De acordo com Davutoğlu (2013), a política externa proactiva e multidimensional da Turquia no século XXI faz parte de uma mudança significativa no país em resposta a uma transformação global no mundo pós-Guerra Fria. Esta mudança traduziu-se numa maior democratização, uma economia poderosa e eficiente e, mais uma vez, na política externa dinâmica. Um período qualificado por Davutoğlu como a quarta grande transformação da Turquia na era moderna. Para trás ficaram as reformas Tanzimat, durante o império Otomano, a fundação da República e o início do sistema parlamentar multipartidário (Davutoğlu, 2013). Davutoğlu sublinha ainda que uma política externa ativa e multidimensional da Turquia contrasta com a abordagem isolacionista que muitos países adotaram depois dos acontecimentos do 11 de Setembro (idem). De acordo com Duran (2006), o pensamento de Davutoğlu advém precisamente do reconhecimento que não é possível sobreviver com isolacionismo no mundo globalizado.

Como referimos anteriormente, Davutoğlu definiu alguns elementos que devem ser acrescentados ao lema de Atatürk, "paz em casa, paz no mundo", para estabelecer uma política externa dinâmica. Ao longo dos anos, os princípios referidos por Davutoğlu sofreram variações, mas por forma a melhor clarificar as ideias que eles apresentam, esta

---

<sup>53</sup> No original "(...) a central country with such an optimal geographic location cannot define itself in a defensive manner".

tese centra-se em cinco princípios. De notar que, Davutoğlu (2009) acreditava que a posição da Turquia deveria permanecer fiel a estes princípios, independente da região ou país com os quais interagisse no espaço internacional.

Sendo assim, o primeiro princípio refere-se ao equilíbrio entre democracia e segurança. Davutoğlu (2008) argumentava que o enfoque na segurança nacional não se pode sobrepor ao direito do indivíduo à liberdade. Este princípio opõe-se em grande parte àquele que ditou a política externa turca em anos anteriores, centralizada, precisamente na manutenção da segurança nacional (Hale, 2003). Mais ainda, a política externa da Turquia refletia as preocupações internas, isto é, a perceção da ameaça interna, referente sobretudo ao separatismo curdo e Islão político, refletia-se na decisão dos líderes políticos no que respeita à política externa (Aras e Polat, 2008). Este fenómeno refletiu-se sobretudo nas relações com a Síria e o Irão, uma vez que o governo turco acusava Damasco e Teerão de oferecer apoio de fora aos separatistas curdos e aos islamitas (idem). Além disso, o enfoque nestas ameaças securitárias internas fez com que as Forças Armadas exercessem uma forte influência na política turca, como referimos no capítulo anterior (Güney e Karateklioğlu, 2005).

Assim sendo, Davutoğlu sublinhava que houve um processo de dessecuritização no entendimento da política externa, sendo que o conceito de segurança não é mais central, mas apenas mais um dos temas na política externa. De notar que o conceito de dessecuritização, a nível internacional, prende-se com o fenómeno de "(...) apresentar um assunto como urgente e existencial, tão importante que não deve ser exposto à normal disputa da política mas deve ser tratado de forma decidida pelos líderes mais importantes antes de qualquer outro assunto"<sup>54</sup> (Buzan et al., 1998: 29). Por sua vez, a dessecuritização é o processo segundo o qual os temas securitizados são separados do conceito de ameaça e inseridos no quotidiano da esfera pública (Buzan et al., 1998). De acordo com Barrinha (2014a: 152), este processo segue três etapas, mantendo um discurso sobre o tema securitizado livre de questões negativas, evitando também colocar questões de segurança sobre o tema, e, por fim, trazer o tema de volta à esfera política, subjugando-o aos mecanismos políticos e sociais que permitem a discussão e resolução do tema sem recurso à violência.

---

<sup>54</sup> No original "(...) means to present an issue as urgent and existential, as so important that it should not be exposed to the normal haggling of politics but should be dealt with decisively by top leaders prior to other issues."

Este processo de dessecuritização permitiria então à política externa turca deixar de perceber os países-vizinhos como uma ameaça, e transformá-los numa oportunidade (Davutoğlu, 2012). De acordo com Davutoğlu (2008), no século XXI, a Turquia conseguiu estabelecer o necessário equilíbrio entre democracia e segurança.

O segundo princípio de Davutoğlu refere-se à ideia de "zero problemas com os países vizinhos". A Turquia não só investiria na resolução de problemas existentes mas também transformaria a região que rodeia o país. O objetivo da Turquia seria criar uma área de cooperação e suplantar a instabilidade na região (Davutoğlu, 2012). Davutoğlu insiste na capacidade da Turquia em promover paz e segurança, especialmente no Médio Oriente, uma zona crucial para o futuro das relações internacionais.

Em terceiro lugar, Davutoğlu sugere uma política externa ativa. Ancara deveria estabelecer laços e cooperar com os países à sua volta por forma a estar mais consciente do desenrolar dos eventos e estabelecer formas de os influenciar (Davutoğlu, 2012). Davutoğlu considerava que as ligações estabelecidas com outros países permitiriam à Turquia agir de forma rápida e mais eficiente na resolução de eventuais problemas, e insiste na importância da mediação turca na resolução de conflitos (idem). Desta vez, este princípio contrasta com os ideais kemalistas defensores de uma perspectiva isolacionista, que apenas seria abandonada se os acontecimentos externos afetassem a sua própria segurança. De notar ainda que Davutoğlu considerava igualmente importante a implantação de uma estratégia a longo prazo na cooperação com outros países (Davutoğlu, 2012).

O quarto princípio prende-se com o carácter multidimensional da política externa da Turquia. Neste sentido, Davutoğlu defendia que as relações bilaterais promovidas por Ancara não deveriam estar em competição entre si mas sim em complementaridade (Davutoğlu, 2008). Por exemplo, a relação entre Ancara e a União Europeia ou com os Estados Unidos não competiriam com a relação estabelecida com a Rússia, mas sim, seriam complementares (idem). Desta forma, a política externa da Turquia não seria limitada pela sua aliança com os países ocidentais, nem as relações estabelecidas com outras regiões significariam o abandono da aliança. Mais uma vez, esta trata-se de uma posição de compromisso, não antagonizando aqueles que rejeitam uma ligação ao Médio Oriente e insistem na relação exclusiva com os países ocidentais, ou seja, a elite kemalista.

Finalmente, o quinto princípio refere-se à "diplomacia rítmica"<sup>55</sup> (Davutoğlu, 2008: 82), segundo o qual a Turquia deveria construir uma diplomacia consistente e constante no estrangeiro. De acordo com Davutoğlu (2013), isto significou um aumento de 160 missões diplomáticas em 2002 para 221 em 2013, fazendo da Turquia um dos dez países no mundo com mais representações no estrangeiro. Sendo assim,

a Turquia agora rejubila-se com a imagem de um estado responsável que estabelece ordem e segurança na região, que dá prioridade à democracia e às liberdades, enquanto lida com eficácia com problemas securitários em casa. O objetivo da Turquia é intervir de forma consistente nos assuntos globais fazendo uso de plataformas internacionais, o que significa a transformação da Turquia de um país central para uma potência global.<sup>56</sup>(Davutoğlu, 2008:83)

Apesar disto, Davutoğlu admite que a Turquia tem ainda que reforçar o seu sistema democrático e resolver os conflitos dentro da sua própria sociedade (Davutoğlu, 2008).

A política externa turca delineada por Davutoğlu é muitas vezes equacionada com o conceito de neo-otomanismo (Yavuz, 2016), referido no capítulo anterior. No entanto, o próprio Davutoğlu rejeitou esta definição, apesar de admitir que a herança do império Otomano influencia a política externa da Turquia, assim como as alianças com os países ocidentais. Nas palavras de Davutoğlu (2009): "eu rejeito o conceito de neo-otomanismo. Mas digo que a história otomana, assim como a nossa história republicana, o antigo mundo bipolar, estes são parâmetros permanentes que não podem ser alterados"<sup>57</sup>.

Davutoğlu expressa ainda a ideia de que a Turquia é um país culturalmente diversificado, sendo que, no seu entendimento, a política externa turca deve refletir essa característica no entendimento de diferentes culturas, " ao construir pontes de diálogo e entendimento intercultural"<sup>58</sup> (Davutoğlu, 2009: 13). Mais recentemente, Davutoğlu referiu o termo de "diplomacia humanitária" para referir uma das principais características da política externa turca, que tenta encontrar soluções não só para os problemas na região mas para os problemas que a humanidade enfrenta (Davutoğlu, 2013). Segundo Davutoğlu (2013: 866),

---

<sup>55</sup> No original "rhythmic diplomacy"

<sup>56</sup> No original "Turkey now enjoys an image as a responsible state which provides order and security to the region, one that prioritizes democracy and liberties, while dealing competently with security problems at home. Turkey's aim is to intervene consistently in global issues using international platforms, which signifies a transformation for Turkey from a central country to a global power".

<sup>57</sup> No original "I reject the concept on neo-ottomanism. But I say that Ottoman history, and also our Republican history, the former bi-polar world, these are permanent parameters that cannot be changed".

<sup>58</sup> No original "by building cross-cultural bridges of dialogue and understanding".

As realidades da nossa era necessitam a emergência de uma diplomacia centrada no ser humano, capaz de ultrapassar por um lado a divisão entre realistas/idealistas, e por outro lado a dicotomia *hardpower/softpower*. É preciso pôr um fim a tão afincadas distinções, e desenvolver uma nova linguagem diplomática em áreas da política relacionadas com o futuro de toda a humanidade, de políticas ambientais a políticas energéticas e projetos de alimentação, com o entendimento que a dignidade de cada ser humano é igual àquela de toda a humanidade. A Turquia está decidida em ser líder no estabelecimento de tal entendimento na escala global<sup>59</sup>.

Em suma, a estrutura delineada por Davutoğlu para a política externa turca, apresenta a identidade da Turquia como um país central, democrático, multicultural e pacífico, o que, como esta tese apresenta na análise discursiva concluída, se reflete nas palavras dos líderes políticos do governo AKP.

### 3.2. O governo AKP e a política externa

As ideias de Davutoğlu e suas consequências para a política externa da Turquia surgiram em parte como resposta aos desenvolvimentos internacionais. A tensão gerada entre os Estados Unidos e o mundo muçulmano depois do 11 de Setembro fez com que a Turquia se tornasse mais útil se se centrasse em questões identitárias na sua política externa, em vez do tradicional enfoque nas suas capacidades militares (Duran, 2006).

Em paralelo com o argumento desta tese, que o governo AKP utiliza a política externa para transformar a identidade nacional turca, alargando o seu espaço de ação política, é claro que a transformação do sistema político turco levada a cabo pelo AKP, como o afastamento do poder militar da decisão política, como referimos anteriormente, foi fortemente apoiada por fatores externos, como a União Europeia e uma globalização galopante (Duran, 2006). Duran (2006) sublinha que o AKP "europeanizou" ou "internacionalizou" questões relativas à política interna. Por exemplo,

(...) o JDP [acrónimo em inglês, *Justice and Development Party*] fez do assunto da democratização um objetivo da política externa, mas mais interessante ainda, também reposicionou o campo da política externa como uma forma segura de

---

<sup>59</sup> No original "The realities of our era require the rise of a human-oriented diplomacy, which can move beyond the realist/idealist divide on the one hand and the hard-power versus soft-power dichotomy on the other. There is a need to put an end to such stark distinctions, and to develop a new language of diplomacy in policy areas related to the future of the whole of humankind, ranging from environmental policies to energy policies and food programs, with the understanding that the dignity of each human being is equal to that of the whole of humankind. Turkey is determined to be a leader in the establishment of such an understanding on a global scale.'

continuar a democratizar o sistema político turco enquanto tenta evitar o confronto com os círculos conservadores secularistas.<sup>60</sup> (Duran, 2006: 282)

Este fenómeno é claro no que respeita ao investimento do AKP na integração europeia. Mais, tanto a política externa delineada por Davutoğlu, como o discurso dos representantes políticos analisado nesta tese demonstram que, no primeiro mandato do AKP, o governo AKP evitou o confronto direto com os ideais kemalistas. Sendo assim, o programa do AKP sublinha os conceito de democracia, direitos humanos, estado de direito e mesmo secularismo (Bozdağlıoğlu, 2010).

Mais ainda, na política externa do AKP, é clara a representação da Turquia como um país que concilia Islão e democracia, sobretudo no que respeita à integração europeia, como a análise discursiva levada a cabo no capítulo cinco indica. A referência à civilização islâmica é constante e ilustra a construção de uma identidade nacional diferente daquela preconizada pelo kemalismo. Este ênfase na reconciliação entre Islão e democracia atraiu o apoio americano e europeu que vêm o apoio à Turquia como uma forma de garantir o avanço da democracia no mundo muçulmano (Duran, 2006).

A referência à civilização islâmica alia-se ainda a invocação da herança do império otomano. Apesar de, como foi referido, Davutoğlu rejeitar o conceito de neo-otomanismo, a política externa do AKP faz referência à herança otomana presentes ainda hoje em antigos territórios do império (Saraçoğlu e Demirkol, 2015). Daí que a política externa em antigos territórios otomanos delineada por Davutoğlu se fundamente numa responsabilidade histórica da nação turca para com os povos que partilham uma mesma história (idem). Um aspeto substancialmente diferente daquele decretado pela política externa kemalista, uma vez que

Enquanto que o nacionalismo kemalista construía os territórios turcos numa perspetiva 'defensiva' como uma pátria que tinha sido libertada e que tinha de ser protegida contra alegadas infinitas conspirações de externos e internos 'inimigos', o nacionalismo do AKP vê a mesma geografia de uma posição bastante mais ambiciosa; como um 'centro' cultural e político do qual se podia estender a influência política do estado turco, como herdeiro do império otomano, até aos Balcãs, Cáucaso e Médio Oriente.<sup>61</sup> (Saraçoğlu e Demirkol, 2015: 312)

---

<sup>60</sup> No original "(...), the JDP has made the issue of democratization a foreign policy objective, but more interestingly, it has also resituated the domain for foreign policy as a secure way to further democratize the Turkish political system while trying to avoid a clash with conservative secularist circles."

<sup>61</sup> No original "While Kemalism nationalism constructed Turkish territories from a 'defensive' perspective as a homeland that had been liberated from and had to be protected against the supposedly unending conspiracies of foreign and domestic 'enemies', AKP's nationalism sees the same geography from a rather more ambitious position; as a cultural and political 'centre' from which the political influence of the Turkish state, as the heir of the Ottoman Empire, could be extended into the Balkans, Caucasus, and Middle East."

A referência a um passado comum entre comunidades é também visível no discurso dos representantes políticos analisados nesta tese no que respeita à questão do conflito curdo, como é demonstrado no capítulo oito.

Finalmente, o discurso de política externa do governo AKP inclui ainda uma "narrativa de excecionalidade"<sup>62</sup> (Yeşiltaş, 2013: 671). No governo AKP, a Turquia é representada como um país responsável por uma nova síntese entre culturas, capaz de ultrapassar a dicotomia Ocidente/Oriente, riscando a ideia de Turquia como um estado homogéneo (Yeşiltaş, 2013), uma das heranças do kemalismo. O AKP estabeleceu assim "uma visão geopolítica mais abrangente que inclui o poder económico da Turquia, identidade civilizacional e o carácter multiregional da geografia"<sup>63</sup> (Yeşiltaş, 2013: 671). Yanık (2011) sublinha ainda que, ao tentar definir o papel da Turquia como potência emergente, capaz de intervir a nível internacional, a elite política turca criou uma "identidade de excecionalismo" que apresenta a Turquia como um estado na fronteira. A essência híbrida desta identidade derivaria da junção entre as características históricas e geográficas do país (Yanık, 2011).

### 3.3. O impacto da política de "Profundidade Estratégica"

Tendo em conta as linhas orientadoras da política externa da Turquia definidas por Davutoğlu e governo AKP, ao longo dos primeiros mandatos deste último, a Turquia tentou reatar ligações com países-vizinhos, com os quais tinha tido problemas no passado, desenvolveu a sua atividade diplomática e interveio na mediação de conflitos na região, ao mesmo tempo, continuando a investir nas relações com os Estados Unidos e Europa.

Um dos eventos que marcaram uma mudança de posição no governo turco em relação a conflitos de décadas, foi a tentativa de resolução do conflito no Chipre. De acordo com Uzer (2011), Erdoğan, líder do AKP e primeiro-ministro da Turquia entre 2003 e 2014, era crítico dos 40 anos de política do Chipre, como ele próprio a intitulava, e apresentava-se como um solucionador de problemas. Neste sentido, e por forma a avançar com o projeto de integração europeia da Turquia, o governo AKP apoiou o Plano Annan, uma proposta das Nações Unidas para acabar com o conflito no Chipre que estabelecia a

---

<sup>62</sup> No original "exceptionality narrative"

<sup>63</sup> No original "(...) a wider geopolitical vision that includes Turkey's economic power, civilizational identity, and the multiregional character of geography."

unificação da ilha como uma federação composta de dois estados. A tentativa de solucionar o conflito cipriota e abdicar na soberania nacional na República Turca do Chipre do Norte, que é apenas reconhecido pela Turquia como estado independente, constitui um gesto significativo por parte do governo turco. No passado, Ancara foi firme na sua proteção ao estado do Chipre do Norte, tanto que este caso pode ser considerado uma exceção na política externa turca, antes do governo AKP, que assentava normalmente no pragmatismo e racionalidade (Uzer, 2011).

Para apoiar o Plano Annan, Ancara pressionou Rauf Denктаş, então reconhecido pela Turquia como o presidente da República Turca do Chipre do Norte, para ser feito um referendo (Bilgin, 2008). O referendo demonstrou o apoio ao Plano Annan de 65 por cento dos turcos cipriotas, mas apenas de 24 por cento por parte da população na parte grega da ilha (BBC News, 2004).

Apesar da tentativa de Ancara em solucionar a questão cipriota, esta tem sido uma das questões que tem impedido o avanço das negociações para a integração europeia. A Turquia recusa-se a alargar o Acordo de União Aduaneira à República do Chipre, estado-membro desde 2004, recusando-lhe portanto acesso aos portos e espaços aéreos turcos, devido à divisão com o Chipre do Norte, apesar de ter assinado um protocolo adicional para estender a união aos novos membros da União Europeia. Por sua vez, o Chipre vetou diversas vezes vários capítulos da negociação (Müftüleri-Baç, 2016) e o Conselho Europeu fechou oito capítulos dos capítulos necessários para cumprir os critérios de Copenhaga (Keyman e Aydın-Düzgit, 2012).

Mais recentemente, houve ainda outra tentativa de resolução do conflito no Chipre, com o início de conversações entre as duas partes, tendo tido o apoio de Ancara (Hürriyet Daily News, 2014a). No entanto, também estas negociações chegaram a um impasse depois do presidente cipriota ter suspenso as conversações em resposta a um plano da Turquia em explorar petróleo e gás em território marítimo onde o Chipre teria já direitos de exploração (Aljazeera, 2014).

Além da mudança de posição em relação ao Chipre, Ancara alterou também as suas relações com a Grécia. A cooperação entre Turquia e a Grécia caracteriza-se por fases de desenvolvimentos e recuos. Uma fase positiva, nos anos 80, depois da entrada da Grécia na UE, foi seguida por um ciclo negativo no final dos anos 90 (Öniş e Yılmaz, 2008), altura em que as Forças Armadas consideravam ainda a Grécia como uma das principais

ameaças externas ao país (Aydın, 2003). Apesar disso, as relações entre a Turquia e a Grécia permaneceram estáveis durante o governo AKP (Öniş e Yılmaz, 2008). É disto exemplo o facto da primeira visita oficial de Erdoğan, enquanto primeiro-ministro, foi precisamente à Grécia, uma alteração significativa na política externa da Turquia (Bilgin, 2008). Houve ainda um crescimento das transações económicas entre os dois países (Öniş e Yılmaz, 2008). Sendo assim, as relações entre a Turquia e Grécia parecem ter atingido uma fase mais estável e a perceção de ameaça securitária mútua substancialmente diminuída (idem).

### 3.3.1. Ancara e Damasco

No que respeita à mudança de posição de Ancara em conflitos com outros países, o caso da Síria é o mais emblemático. A tensão política entre a República da Turquia e a Síria é antiga e começou com a anexação de Alexandreta pela Síria em 1939 (Aydın, 2000), e continuou devido ao apoio sírio à causa curda (Aras e Polat, 2008). Esta tensão culminou nos anos 9, quando Ancara ameaçou Damasco por causa da sua proteção ao líder do PKK, Abdullah Öcalan. Os dois países estiveram à beira do conflito armado em 1998, quando a Turquia exigiu que as autoridades sírias entregassem Öcalan. Em resposta, Damasco expulsou o líder do PKK do país, sendo que este foi capturado no Quênia, alguns meses depois. Um outro ponto de tensão foram os planos da Turquia para utilizar a água do rio Eufrates e Tigre para eletricidade e irrigação dos terrenos que ameaçava o fornecimentos de água à Síria (Aras e Polat, 2008).

Apesar disso, durante o governo AKP, o caso sírio foi utilizado como exemplo da política de tornar antigos inimigos em países aliados. É disto exemplo o facto dos dois líderes terem visitado ambos os países, sendo que os líderes turcos desenvolveram até relações pessoais com Assad (Oğuzlu, 2012). Deste modo,

(...) alguns anos depois do AKP tomar o poder, a Síria e a Turquia partilhavam a mais cordial das relações, com Ancara a atuar como o intermediário entre Damasco e Jerusalém, apoiando Assad no Líbano numa altura em que as Nações Unidas, a França e sobretudo os Estados Unidos estavam a pressionar os sírios para retirar as suas tropas do Líbano. A Turquia e a Síria organizavam reuniões de gabinete simbólicas, elogiando as virtudes do que eles chamavam 'dois povos, um governo'<sup>64</sup> (Barkey, 2016: 27).

---

<sup>64</sup> No original " within a few years after the AKP had come to power, Syria and Turkey were engaged in the most cordial of relationships with Ankara acting as a middleman between Damascus and Jerusalem,

Também a economia entre os dois países cresceu substancialmente. Em 2007, entrou em vigor um acordo de comércio livre entre os dois países, o que significou um aumento do volume das trocas comerciais de 796 milhões de dólares em 2006 para 2,5 mil milhões, em 2010 (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Turkey, 2011). Os números do turismo também aumentaram devido à assinatura de um acordo de isenção de vistos entre os dois países em 2009.

### 3.3.2. Ancara e Erevã

As relações diplomáticas com Erevã também tiveram alguns desenvolvimentos positivos. Para a comunidade arménia na Turquia, é simbólica deste melhoramento a restauração da igreja de Akhtamar, uma catedral arménia no sudeste do país, e as reações públicas de revolta contra o homicídio do jornalista arménio, Hrant Dink, em Istambul de 2007. Em termos oficiais, foi significativa a visita de Gül à capital arménia em 2008 (Görgülü, 2009).

Como resultado desta reaproximação entre os dois países, a Turquia e a Arménia assinaram em 2009 do Acordo de Zurique, que propunha o estreitar de relações, incluindo a abertura da fronteira. No entanto, a recusa em definir o massacre da comunidade arménia em 1915 por oficiais otomanos como genocídio impediu o sucesso deste acordo, que previa a formação de uma comissão para analisar os factos históricos entre a Turquia e a Arménia (Bastos, 2013). O processo bloqueou com uma decisão do Tribunal Constitucional da Arménia que ditou que o protocolo não poderia pôr em causa a cláusula da Constituição arménia que dita a luta pelo reconhecimento internacional do genocídio arménio, à qual Ancara respondeu que desta forma o acordo nunca iria atingir os seus objetivos (Özerkan, 2010). Mais recentemente, Erdoğan deu um passo positivo ao oferecer os pêsames aos familiares daqueles que morreram em 1915, no dia do aniversário do evento em 2014 (Hürriyet Daily News, 2014b).

### 3.3.3. Ancara e Teerão

---

supporting Assad in Lebanon at a time when the United Nations, France, and the US in particular were pressuring the Syrians to vacate their troops from Lebanon. Turkey and Syria would hold symbolic joint cabinet meetings extolling the virtues of what they called “two peoples, one government.”

A Turquia tinha também difíceis relações com o Irão. A ameaça pairava sobre a elite kemalista que o Irão queria exportar para a Turquia a sua revolução islâmica. O regime religioso do Irão era visto como uma ameaça ao regime secularista da Turquia (Aras, 2001). Deste modo,

Um slogan comum nos protestos na Turquia é que 'a Turquia nunca vai ser o Irão'. Questões identitárias são também representadas através do uso de certas imagens, com um imagens de mulheres de preto com o véu islâmico e homens de barba em trajes tradicionais no Irão, por exemplo, sendo apresentadas frequentemente nos media turcos como imagens do "outro", que constituem uma ameaça existencial à 'nossa' identidade e regime<sup>65</sup> (Aras e Polat, 2008: 505).

Com o governo AKP, as relações entre Ancara e Teerão melhoraram, não só devido à política do governo em cooperar com os países-vizinhos, mas também devido ao facto de que a guerra no Iraque em 2003 alterou o contexto político na região e criou ameaças comuns aos dois países (Altunışık, 2010), pois ambos os países queriam prevenir a emergência de um estado curdo independente (Danforth, 2008). Além disso, as relações económicas melhoram também significativamente. Em 2000, o comércio entre os dois países eram apenas de um mil milhão de dólares, enquanto que em 2008, excedia os 10 mil milhões (Ehteshami e Elik, 2011). Em 2012, este número chegava aos 22 mil milhões, sendo que com um acordo bilateral assinado entre os dois países em 2013, a Turquia esperava atingir os 30 mil milhões em 2015 (Anadolu Agency, 2014).

Mais significativo ainda das boas relações entre os países vizinhos, foi o facto da Turquia ter intervindo, juntamente com o Brasil, na disputa entre a comunidade internacional e o Irão, no que respeita ao desenvolvimento da energia nuclear neste último. Em 2010, representantes da Turquia e do Brasil conseguiram um acordo com os líderes iranianos sobre os princípios para reiniciar um acordo de troca entre energia fósil e nuclear apoiado pelas Nações Unidas (Barrionuevo e Arsu, 2010).

No entanto, apesar do desenvolvimento positivo nas relações entre Ancara e Teerão na primeira década do século XXI, a cooperação entre os dois países nunca foi total. Além disso, desde o final da década, as relações económicas estagnaram, sendo que não atingiram os níveis antecipados e os dois países continuam a ter problemas em termos de transporte de mercadorias nas fronteiras e licenças de trabalho para os trabalhadores (Sinkaya, 2012).

---

<sup>65</sup> No original "A commonly used slogan in political protests in Turkey is 'Turkey will never be Iran'. Such issues of identity are also represented through the use of certain images, with images of veiled women in black and bearded men in traditional dress in Iran, for example, often being presented in the Turkish media as images of the 'other', posing an existential threat to 'our' identity and regime."

### 3.3.4. Ancara e Washington

O governo AKP manteve ainda as relações com os aliados tradicionais, como os Estados Unidos e a Europa, mesmo que no caso dos Estados Unidos tenham ocorrido incidentes que abalaram as relações diplomáticas entre os dois países. O facto de Ancara se ter mostrado relutante em apoiar Washington na guerra do Iraque 2003 surpreendeu a administração americana (Hale, 2007)<sup>66</sup>. Esta é uma diferença significativa tendo em conta que até então Ancara priorizava as suas alianças com os Estados Unidos e Israel (Öniş e Yılmaz, 2009). Em consequência, entre 2003 e 2007, as relações diplomáticas entre Washington e Ancara estiveram em crise, apenas se equiparando ao período entre 1975 e 1978, quando a administração americana impôs um embargo de armas devido à questão cipriota (idem).

No entanto, as relações diplomáticas entre Washington e Ancara recuperaram, uma vez que a Turquia manteve uma relação positiva com Bagdade (Hale, 2007). Além disso, em 2007 e 2008, Washington apoiou ataques turcos ao PKK em território iraquiano. Mais tarde, as boas relações continuaram com a eleição de Obama, uma vez que este tinha sido contra a guerra no Iraque e portanto não condena o apoio relutante de Ancara nesta matéria (Hale, 2009).

### 3.3.5. Ancara e a União Europeia

Durante o primeiro mandato do governo AKP, houve de facto avanços significativos no que respeita à integração da Turquia na União Europeia<sup>67</sup>. O AKP, que tinha deixado claro durante a campanha o apoio ao projeto europeu, começou pouco depois de assumir governo a implementar reformas políticas europeias para o progresso democrático do país (Patton, 2007). Em Dezembro de 2004, a UE determinou que a Turquia tinha cumprido suficientemente os critérios de Copenhaga, e o início das negociações foi agendado para 3 de Outubro de 2005 (idem).

---

<sup>66</sup> Ver capítulo seis.

<sup>67</sup> Ver capítulo cinco.

Apesar disso, o progresso na implementação das reformas começou a esmorecer ainda em 2005, sendo que nesta altura o novo código penal ficou aquém do desejado na proteção dos direitos das mulheres ou liberdade de expressão, além de que, apesar das promessas para resolver o conflito curdo, nada foi feito depois desta altura. Finalmente, em 2006, uma nova lei antiterrorismo foi aprovada que não garantia a proteção contra a tortura (Patton, 2007).

Para além disso, como foi referido anteriormente, a questão do Chipre foi central no impasse das negociações de acesso da Turquia à UE. Mais, aumentou a perceção na Turquia que a UE estava a usar a questão do Chipre para lhe bloquear a integração europeia (Öniş, 2009 apud Keyman e Aydın-Düzgit, 2013). Sendo assim, até 2012, a Turquia conseguiu apenas fechar um capítulo, tendo apenas 12 capítulos abertos de um total de 35 (Keyman e Aydın-Düzgit, 2013).

### 3.3.6. Ancara e a Rússia, Cáucaso e Balcãs

Durante a década de 90, as relações entre a Rússia e a Turquia centravam-se sobretudo na competição na área da energia, no equilíbrio de poder na região e nas tensões étnicas na região (Ozbay, 2011). Moscovo e Ancara estiveram em lados opostos em vários conflitos, nomeadamente, Nagorno-Karabakh, onde a Rússia apoiou a Arménia e a Turquia apoiou o Azerbaijão, assim como no Chipre e na Guerra dos Balcãs (Barrinha, 2014b). Além disso, ao longo de décadas, a Rússia apoiou em várias ocasiões o PKK e nunca reconheceu a organização como terrorista (idem).

No entanto, no princípio do milénio, tanto Ancara como Washington reconheceram que ambos beneficiariam de uma maior cooperação económica. Desta forma, as trocas comerciais aumentaram exponencialmente entre os dois países, culminando nas visitas oficiais dos dois líderes e a suspensão de vistos (Ozbay, 2011). Durante o governo AKP e seguindo a linha política desenvolvida por Davutoğlu, Ancara tentou manter uma posição de neutralidade no que respeita ao confronto da Rússia com os países ocidentais, ao mesmo tempo que tentou estreitar os laços com Moscovo (Aras, 2009).

A energia é um dos sectores que maior importância assume nas relações entre Ancara e Moscovo. A dependência turca face ao gás e petróleo russos é notória e, apesar

da vantagem russa nesta troca, Moscovo atribui igualmente importância ao mercado turco (Barrinha, 2014b). Depois do cancelamento de vários projetos que envolviam a construção de gasodutos na região, dois deles concorrentes, como "Nabucco", que ligaria a Europa ao Turquemenistão, fazendo com que a Europa dependesse menos dos recursos russos, e do "South Stream", que ligaria a Rússia ao Sul da Europa, passando pela Bulgária, que continuaria a fomentar a dependência europeia da energia russa, surgiu o "TurkStream", que liga a Rússia ao ocidente da Turquia (Austvik & Rzayeva, 2017). Para Moscovo, o "Turk Stream" representa um retrocesso, uma vez que o gasoduto não irá entrar em território da União Europeia, no entanto, continua a servir o objetivo de isolar a Ucrânia, fazendo com que Kiev continue dependente da energia russa. Para Ancara, a construção do "Turk Stream" pode ter implicações nos planos entre a Turquia e o Azerbaijão de transportar gás deste último ou, eventualmente, fazer chegar esse gás à Europa. Desta forma, com a construção do "Turk Stream", que poderá monopolizar também o fornecimento de gás vindo do Azerbaijão ou da Ásia Central, Moscovo pode ter conseguido evitar, mais uma vez, a construção de um gasoduto que consiga fornecer gás à Europa, destruindo a possibilidade de uma independência energética da Europa face à Rússia (idem).

No Cáucaso, aquando da crescente tensão entre a Rússia e a Geórgia em 2008, devido à disputa pela Ossétia do Sul e Abecássia, Erdoğan visitou a Geórgia, Rússia e Azerbaijão, tentando promover a cooperação numa plataforma de mediação (Aras, 2009) intitulada Plataforma de Estabilidade e Cooperação e Estabilidade para o Cáucaso, cujos membros incluiriam a Rússia, Arménia, Azerbaijão, Geórgia e Turquia. Esta iniciativa comporta uma posição diversa daquela tradicionalmente assumida por Ancara, uma vez que demonstra uma tentativa de incluir todos os agentes políticos envolvidos no conflito. Ao mesmo tempo, Ancara tentou não isolar Moscovo nesta iniciativa, visto que esta tensão política surgiu num período em que, tal como foi referido anteriormente, a Turquia promovia também boas relações com a Rússia (Aras, 2009).

Nos Balcãs, a Turquia estabeleceu um mecanismo de diálogo entre a Bósnia-Herzegovina, Sérvia e Turquia para mediar os conflitos entre a Bósnia e a Sérvia (Davutoğlu, 2013), descrito como um sucesso e uma influência positiva nesta matéria (Bechev, 2012). Apesar disso, o investimento da Turquia nos países Balcãs provocou o receio de um retorno do imperialismo otomano na região (idem).

### 3.3.7. Ancara e Israel

A exceção à política de boa vizinhança de Ancara foi a relação com Israel. Israel foi um forte aliado de Ancara durante os anos 90, sobretudo no que respeita à cooperação militar. Mais, enquanto que a elite burocrática e militar priorizava Israel na política externa turca, o governo, liderado por Erbakan tentava construir laços com o mundo muçulmano (Altunışık, 2010), como foi referido anteriormente. De notar que, durante o primeiro mandato do AKP, um processo de democratização fez com que o Ministério dos Negócios Estrangeiros estivesse cada vez mais sob a alçada do governo, o que veio alterar a instituição, tradicionalmente de cariz kemalista e uma das instituições mais elitistas no governo (Robins, 2003).

O antagonismo face a Israel é visível no discurso prestado por Erdoğan em Davos em 2008, no Fórum Económico Mundial. O líder do AKP falou de valores humanitários para defender o fim do conflito em Gaza, atacando o então primeiro-ministro israelita Shimon Peres. Além disso, as relações entre os dois países ficaram ainda mais tensas quanto as tropas israelitas atacaram o Mavi Marmara, um barco turco que transportava ajuda humanitária para Gaza. Israel acabou por pedir desculpas a Ancara, abrindo ainda a possibilidade do pagamento de compensações aos familiares dos cidadãos turcos que perderam a vida neste incidente (Today's Zaman, 2013). No decorrer das negociações para restaurar as relações entre a Turquia e Israel no que toca a este incidente, Israel acabou por permitir à Turquia estabelecer projetos de reconstrução humanitários em Gaza, indemnizou as famílias dos cidadãos em vinte milhões de dólares. Por sua vez, Ancara comprometeu-se a enviar toda a ajuda humanitária para Gaza através do porto de Israel, Ashdod (Kanat & Hanon, 2017). De notar que, mesmo depois do incidente do Mavi Marmara, as relações económicas entre a Turquia e Israel se mantiveram, tendo atingido um novo recorde em 2014 (idem).

## 3.4. A Posição Global da Turquia

Esta tentativa de mediação na questão iraniana demonstra por parte de Ancara a vontade em influenciar a política internacional. Um outro exemplo disto foi o estabelecimento, sob a alçada das Nações Unidas, da Aliança de Civilizações, uma

iniciativa de Kofi Annan, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, criada em 2005, com o apoio da Espanha e da Turquia. O seu objetivo visava a promoção do entendimento entre culturas e a rejeição do extremismo (United Nations Alliance of Civilizations, 2014). Para além disto, também sob a alçada das Nações Unidas, a Turquia preside em conjunto com a Finlândia a plataforma Amigos da Mediação, cujo objetivo é incentivar a resolução pacífica dos conflitos (United Nations Peacemaker, 2014). Ao referir-se a esta iniciativa, Davutoğlu (2013: 84) sublinhou que "a Turquia acolheu a Conferência em Mediação de Istambul em Fevereiro 24-25, de 2012, juntando representantes de ONGs, especialistas e oficiais de vários países. A Turquia vai continuar a promover esta plataforma por forma a contribuir para uma maior convergência internacional nesta matéria<sup>68</sup>".

Na verdade, durante o governo AKP, a política externa de Ancara teve como objetivo transformar a Turquia numa grande potência no sistema internacional (Barrinha, 2014c). Neste período, a Turquia pode ser considerada como um exemplo de um país "quase-BRIC"<sup>69</sup> (Öniş & Kutlay, 2013: 1409), acrónimo que se refere a um conjunto de países, que inclui o Brasil, Rússia, Índia e China, que se encontram em fases similares de grande desenvolvimento económico, em contraste com o tímido desenvolvimento económico dos Estados Unidos e da União Europeia (Öniş & Kutlay, 2013). Apesar de não fazer parte deste grupo, a Turquia aproxima-se do mesmo devido ao seu avanço económico durante o governo AKP, ao mesmo tempo que adotou uma política externa mais proativa e independente dos seus aliados com o objetivo de se tornar uma grande potência regional (idem). No mesmo sentido, a Turquia foi definida igualmente como uma "potência mediana"<sup>70</sup>, ao utilizar *soft power* para influenciar os países da região, ao mesmo tempo que desenvolve uma política externa autónoma e de influência global (Yalçın, 2012).

Esta definição da Turquia como potência regional com capacidade para influenciar a política internacional está de acordo com os ideais ditados por Davutoğlu para a política externa turca. Tal como foi referido anteriormente neste capítulo, Davutoğlu argumentava que a Turquia deveria tornar-se uma potência central que iria contribuir para a paz mundial.

---

<sup>68</sup> No original "Turkey hosted the Istanbul Conference on Mediation on February 24-25, 2012, bringing together representatives of NGOs, experts and officials from a variety of countries. Turkey will continue to promote this platform in order to contribute to greater international convergence on this issue."

<sup>69</sup> No original "near-BRIC"

<sup>70</sup> "middle power"

### 3.5. Conclusão

A identidade nacional representada pelo governo AKP na política externa da Turquia reflete a ideia de um país democrático, central, pacífico e de caráter islâmico. Estas características e a aliança entre geografia e herança otomana na política externa definida por Davutoğlu, contrastam com a herança kemalista cuja posição isolacionista e defensiva marcou a política externa da República até aos anos 2000. A junção de diferentes vértices regionais e culturais na Turquia contrastou com a visão homogénea de estado ditada pelas ideias kemalistas. Mais, o ênfase na herança islâmica ou o ideal de síntese entre Oriente e Ocidente opõe-se à clareza do kemalismo quanto à pertença da Turquia ao mundo ocidental.

No entanto, o discurso de Davutoğlu e do AKP relativamente à identidade da Turquia e à política externa não se opõe totalmente às ideias kemalistas, mas incorpora-as. Como país central, a Turquia deveria cooperar com todos os agentes à sua volta, sendo que as relações seriam complementares. Deste modo, o investimento na integração europeia esteve lado a lado com a construção de boas relações com a Síria, Irão e Rússia e a tentativa de solucionar conflitos antigos no Chipre e com a Arménia. Além disso, Ancara tentou intervir no sistema internacional, com iniciativas como a Aliança de Civilizações. Hoje, esta política externa foi claramente afetada pelo conflito sírio, cujas implicações para a Turquia afetaram as suas relações com os Estados Unidos e a Rússia.

A política externa do AKP e o seu contraste com aquela preconizada pela elite kemalista demonstra a luta pela representação de identidade pelos diferentes grupos políticos dentro do país, tal como dita (Weldes, 1998), e o conflito entre definições de identidade concorrentes a nível interno, sendo que o sucesso de uma determinada definição pressupõe a eliminação da outra (Campbell, 1992). É este o conflito interno no qual se centra o próximo capítulo.

## CAPÍTULO QUATRO

### 4. A identidade nacional e a política interna da Turquia

A construção de identidade nacional turca expressa na política externa do AKP retrata, como foi referido no capítulo anterior, uma luta política interna entre grupos políticos para estabelecer uma nova definição identitária. A emergência da classe conservadora e religiosa, que sustenta a ascensão política do AKP, representou um desafio à elite militar, burocrática e judiciária, defensora das ideias kemalistas, que perdeu o monopólio do discurso político na Turquia. O presente capítulo reflete sobre este mesmo processo e apresenta as principais transformações sociais que estiveram na sua origem.

Em primeiro lugar, por forma a entender o conflito ideológico entre o grupo social conservador religioso e a elite kemalista, é necessário tornar explícito a relação entre a religião islâmica e o processo de modernização imposto à sociedade turca pela República. Em seguida, o capítulo centra-se nas transformações sociais que permitiram a emergência de uma nova elite conservadora e as consequências deste fenómeno, ou seja, a construção de um discurso concorrente aos ideias kemalistas. Nesta construção, evidencia-se a emergência de uma nova elite académica que impulsionou Davutoğlu e, portanto, as principais ideias por detrás da política externa do AKP, e, ainda, a transformação da religião islâmica na Turquia, referindo sobretudo os movimentos Nur e Hizmet, de Fethullah Gülen. O retrato da transformação social na Turquia conclui com a análise da perda da influência militar no sistema político turco.

Finalmente, o capítulo encerra com a reflexão sobre o impacto desta transformação social e política nos dias de hoje na Turquia.

#### 4. 1. O Islão e a República da Turquia

A religião islâmica é um dos temas fraturantes na sociedade turca<sup>71</sup>. Políticas de exclusão do espaço político com base na religião são comuns na história da República da Turquia seja, por exemplo, no *soft coup d'état*, referido no segundo capítulo, seja na

---

<sup>71</sup> Ver capítulo 7.

detenção do político que é hoje o Presidente da República da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan. Erdoğan foi acusado de incitar o ódio com base na religião ao citar um poema que aludia a uma ligação entre a religião e força militar (Sontag, 2003). Erdoğan citou um poema que dizia "as mesquitas são as nossas barricadas, as cúpulas, os nossos capacetes, os minaretes, as nossas baionetas, e os fiéis, nossos soldados..."<sup>72</sup> (BBC News, 2002) e, por isso, em 1998, foi condenado a dez meses de prisão, tendo apenas cumprido quatro. Por causa desta condenação e consequente proibição de ocupar um cargo político, Erdoğan não pôde ser primeiro-ministro logo em Novembro de 2002, quando o AKP ganhou as eleições, mas uma alteração à lei permitiu-lhe exercer o cargo de primeiro-ministro a partir de 2003 (BBC News, 2002).

Esta tentativa de afastar a religião da política tem as suas origens na construção do estado moderno da República da Turquia. Por influência das ideias dos Jovens Turcos, que por sua vez foram influenciados pela tradição francesa de anticlericalismo e secularismo imposto pelo estado, o *Laiklik* (termo turco), isto é, o controlo da religião pelo estado e a expulsão da mesma do espaço público, tornou-se uma das características na identidade nacional republicana (White, 2013). Na perspetiva kemalista, o secularismo é a única forma de atingir o estado moderno, o progresso e o poder estatal (Yavuz e Esposito, 2003). A exclusão da religião foi importante para a elite kemalista uma vez que reforçaria o poder político do estado, isto é, o enfraquecimento do poder religioso, importante na união dos diversos grupos étnicos da Anatólia contra as invasões estrangeiras na Guerra da Independência turca, era agora crucial para fortalecer o poder político em Ancara (Azak, 2010). A adoção do secularismo como política oficial do estado tornou-se clara em 1928 com a exclusão do segundo artigo da Constituição de 1924 que definia o Islão como a religião oficial do estado e, em 1937, com a inclusão do termo secularismo na Constituição (Azak, 2010).

O monopólio kemalista sobre o estado foi primeiramente desafiado com a transformação do sistema político para um multipartidário em 1945. De notar que Davutoğlu assinalou este período como uma das grandes transformações da Turquia, como foi referido no capítulo anterior. Nesta altura, as eleições de 1950 permitiram à população rural expressar-se no espaço político, trazendo consigo as suas tradições conservadoras e afinidades religiosas (White, 2013).

---

<sup>72</sup> No original " The mosques are our barracks, the domes our helmets, the minarets our bayonets and the faithful our soldiers..."

A vitória do Partido Democrático nestas eleições levou a uma cisão no estado turco, cujas repercussões se fizeram sentir por décadas. O Partido Democrático foi acusado pela elite kemalista de corroer a identidade secularista do estado e, em 1960, as forças armadas orquestraram um golpe de estado e condenou o líder do partido, Adnan Menderes, à morte (idem). Iniciou-se assim uma fissura no sistema político turco entre o estado e o governo eleito, responsável pelos vários golpes de estado ao longo da história do país. Deste modo,

O estado (e as suas instituições, como a administração militar, judiciária e educativa) apresenta-se a si próprio como o guardião do sistema laico, da identidade secular nacional e da integridade cultural e territorial do estado-nação turco. Os governos, em contraste, veem-se a si próprios como representantes dos interesses do seu partido e do seu eleitorado, uma percentagem substancial do qual é devoto em crença e conservador no estilo de vida.<sup>73</sup> (White, 2013: 33)

Sendo assim, o sistema político turco foi definido pela influência de um grupo não-eleito, "um regime autoritário paralelo baseado na 'razão do estado' e não num processo político legítimo" (Öktem, 2011:xx). Este fenómeno pode ser referido como o "governo paralelo" (Yavuz, 2006: 16), "estado profundo"<sup>74</sup> (Öktem, 2011: 8) ou "estado guardião" (Öktem, 2011), referindo-se a um controlo escondido da política pelas instâncias maiores das forças armadas, poder judiciário e burocracia na Turquia, uma estrutura de poder dentro do estado apoiada em contactos interpessoais (Öktem, 2011). Apesar da repressão política com o golpe de estado, o Partido Democrático abriu o diálogo político, reconheceu outros agentes de modernização (não apenas o estado), remetendo o estado kemalista para uma posição conservadora, contra a emancipação da sociedade, protegendo o estado contra a ameaça do Islão (Yavuz e Esposito, 2003).

#### 4. 2. A "revolução conservadora"

A intervenção militar repetiu-se mais uma vez em 1971, quando disputas entre os partidos políticos tinham levado o governo a um impasse, e em 1980, quando as forças armadas intervieram para conter a violência entre grupos extremistas de esquerda e direita (Jenkins, 2007). O golpe de estado de 1980 marcou uma década de repressão política na

---

<sup>73</sup> No original "The state (and its institutions, like the military, judiciary and education administration) presents itself as the guardian of the laicist system and secular national identity and of the cultural and territorial integrity of the Turkish nation-state. Governments, in contrast, see themselves as representing the interests of their party and of the electorate, a substantial percentage of which is devout in belief and conservative in lifestyle."

<sup>74</sup> No original "deep state"

Turquia, sendo que dezenas de milhares de pessoas foram detidas, mais de 500 pessoas condenadas à morte, e 50 execuções (Gürbilek, 2011).

Além disso, este acontecimento político provocou uma transformação na sociedade no que respeita à relação entre o estado e a religião islâmica. Nesta altura, a junta militar tentou usar o Islão como ideologia que impedisse a propagação do comunismo (Jenkins, 2008). Esta aliança levou a que os movimentos islâmicos tivessem uma maior expressão, impulsionando uma mudança na sociedade e abrindo espaço a novos atores na sua reconfiguração (Yavuz e Esposito, 2003). Grupos anteriormente excluídos do espaço social, como por exemplo os movimentos religiosos de Nakşibendi e Nur, colheram os frutos dessa abertura e mobilizaram-se para encontrar um lugar na sociedade, construindo "(...) uma 'consciência' ativista para definir o contexto sociopolítico da Turquia"<sup>75</sup> (Yavuz e Esposito, 2003: xxv).

A década de 80 marcou de facto uma mudança estrutural na sociedade turca, fomentada ainda pelos fenómenos da urbanização, industrialização e educação generalizada, que incentivaram um setor da sociedade que tinha sido até então marginalizado (Yavuz e Esposito, 2003). Ao mesmo tempo, a década de 80 marca a emergência da sociedade de consumo na Turquia:

Do ponto de vista institucional, político e humanitário, foi um dos períodos mais difíceis na história recente da Turquia, mas ao mesmo tempo, uma era mais suave, mais livre de pluralismo cultural quando as pessoas foram libertadas das suas responsabilidades políticas e começaram pela primeira vez a falar por si próprias no mercado cultural, em vez de em nome de uma missão política qualquer.<sup>76</sup> (Gürbilek, 2011: 6)

Para além disso, a abertura económica da era de Özal deu a oportunidade a empresários da Anatólia, vindos de um setor da sociedade mais conservador e religioso, para prosperar (Gumuscu, 2010). Mais, as políticas económicas liberais fomentaram a emergência de uma contracultura com raízes na Anatólia, rural e conservadora (Yavuz e Esposito, 2003). A emergência deste grupo social é apelidada por Yavuz (2009:12) de "revolução conservadora", um processo que originou na sociedade civil no qual aqueles que tinham sido excluídos do espaço político pelo *status quo* kemalista assumem o controlo da linguagem política (Yavuz, 2009). Esta reconfiguração deveu-se não só aos desenvolvimentos económicos, mas também a inserção desta grupo conservador islâmico a

---

<sup>75</sup> No original "(...) an activist 'consciousness' to shape the sociopolitical landscape of Turkey."

<sup>76</sup> No original "From the point of view of institutional, political and humanitarian ends, it was one of the most severe periods in Turkey's recent history, but at the same time a softer, freer era of cultural pluralism when people were relieved of their political responsibilities and began for the first time to speak in the cultural marketplace for their own selves, rather than in the name of some political mission."

instituições superiores de educação e media, dando origem a uma nova *bourgeoisie* (Yavuz, 1998).

Desta forma, "a emergência de uma bourgeoisie islâmica com origem na Anatólia foi um contra processo à aliança económica e cultural existente entre o estado e os capitalistas com sede em Istambul"<sup>77</sup> (Yavuz, 2009: 52). Até então, os jovens empresários dependiam sobretudo dos contratos que estabeleciam com o estado, o que resultou numa ligação muito próxima entre a burguesia local e as elites burocráticas e seculares (Seufert, 2012). Foi a nova burguesia conservadora que impulsionou a ascensão ao poder do AKP (Yavuz, 2009).

#### 4. 4. A nova elite intelectual

A expansão desta nova burguesia significou ainda a proliferação de meios de comunicação independentes, assim como o desenvolvimento de um grupo de intelectuais islâmicos (Yavuz, 2009). Este fenómeno espelha-se na criação da associação MÜSIAD (Associação Independente dos Industrialistas e Empresários<sup>78</sup>) nos anos 90, que publicou vários artigos de Davutoğlu, e outros autores de perspectiva similar, na publicação da associação. Os autores publicados pela MÜSIAD tendem a sublinhar uma identidade religiosa, étnica (turca) e histórica, referindo sobretudo o império otomano, e argumentando que a sua história é a razão pela qual a Turquia deve promover relações com os seus países-vizinhos e transformar-se no poder regional para o qual estava destinada (Seufert, 2012). Este argumento relaciona-se claramente com a estrutura delineada para a política externa da Turquia por Davutoğlu, sobre a qual se debruçou o capítulo anterior.

Na verdade, Davutoğlu fez parte do grupo de intelectuais muçulmanos cujas ideias para o país e para a política externa da Turquia evidenciavam a sua história, nomeadamente o império otomano, e a sua identidade islâmica. Nas publicações da MÜSIAD, Davutoğlu defendeu que é impossível superar a oposição que existe entre a Europa e a Turquia, uma vez que este é o país herdeiro do império otomano, uma estrutura política de uma civilização que se opõe à Europa (Seufert, 2012). Em 1994, Davutoğlu argumentava que o Islão não pode ser percecionado apenas como uma etapa histórica que

---

<sup>77</sup> No original "The emergence of an Anatolian-based Islamic bourgeoisie was a counter process to the existing economic and cultural alliance between the state and Istanbul-based capitalists."

<sup>78</sup> No original Müstakil Sanayici ve İşadamları Derneği.

será ultrapassada com a industrialização ou modernização, depois da qual os muçulmanos adotariam costumes e conceitos ideológicos ocidentais. Em contraste, o Islão é uma visão do mundo alternativa à tradição ocidental (Davutoğlu, 1994). De acordo com Davutoğlu (1994: 2), "(...) os conflitos e contrastes entre o pensamento político islâmico e ocidental derivam sobretudo da sua experiência filosófica, metodológica e teórica e não apenas de meras diferenças históricas e institucionais"<sup>79</sup>.

Nesta perspetiva, os intelectuais islâmicos viam as políticas kemalistas como incompatíveis com o povo muçulmano e como uma ameaça à própria existência do estado, uma vez que a unidade nacional não poderia ser conseguida com uma ideologia do mundo ocidental (Seufert, 2012). Apesar disso, estes mesmo intelectuais viam a democratização da Turquia como essencial para superar o sistema autoritário kemalista (idem). Nesta ideia reside o essencial do fenómeno que espelha uma transformação do movimento político islâmico na Turquia, que adquiriu um discurso repleto de conceitos do Ocidente para fintar a autoridade kemalista.

#### 4.4. A transformação do Islão político

A nova *bourgeoisie* não estava disposta a apoiar posições radicais que apenas intensificariam a tensão política entre a oposição islâmica e a elite kemalista, uma vez que isto apenas serviria para limitar o seu espaço de ação política (Duran, 2006). Desta forma, os círculos islamitas passaram a apoiar a entrada da Turquia na União Europeia, sendo que consideravam que a integração europeia iria forçar o sistema político a um processo de democratização que o tornaria mais inclusivo (idem). É disto exemplo, o apoio prestado por Davutoğlu à integração europeia (Seufert, 2012), apesar das suas ideias de incompatibilidade do mundo ocidental com a identidade muçulmana da Turquia

Na verdade, os políticos do movimento islâmico turco no final dos anos 90 concluíram que, para desafiar o *status quo* kemalista, precisavam de recorrer a conceitos ocidentais (Dağı, 2005). Ou seja, concluíram que só poderiam sobreviver num país democrático, com respeito pelos direitos civis, e mais integrado no sistema internacional (idem). Sendo assim, não só procuraram o apoio das instituições ocidentais como também

---

<sup>79</sup> No original "(...) the conflicts and contrasts between Islamic and Western political thought originate mainly from their philosophical, methodological, and theoretical background rather than from mere institutional and historical differences."

adotaram um discurso de valores modernos e ocidentais, de democracia e direitos humanos (Dağı, 2004). Tal como sustenta Dağı (2004: 7),

Na alteração do seu discurso [dos movimento islâmico] não vemos a rejeição da modernidade, como seria de esperar, tendo em conta as suas posições anteriores, mas sim o envolvimento com o discurso de instituições modernas. As suas exigências não são mais fundamentadas com o Islão, civilização islâmica, valores, a qualidade excepcional da sociedade muçulmana, mas sim na universalidade da modernidade política, i. e., direitos humanos, democracia e o estado de direito.<sup>80</sup> (Dağı, 2004: 7)

Este fenómeno reflete-se no AKP, descrito por Dağı (2005) como pós-islâmico, uma vez que apenas sublinhava os seus laços com a religião islâmica a nível social e não na discussão política. De facto, o AKP declarou-se como partido pertence ao espectro da "democracia conservadora", dando importância à religião como valor social mas não como objetivo político (Hale, 2006). Esta definição do partido foi ainda mais clara quando este se tentou juntar ao Partido Popular Europeu (idem). Neste sentido, é importante sublinhar que o partido AKP nasceu da ala reformista do Partido da Virtude que sucedeu ao Partido do Bem Estar como representante do movimento islâmico político Movimento Visão Nacional. Ou seja, assim se denota a transformação do movimento político islâmico para uma posição menos radical.

Mais, a política externa do governo AKP foi desenvolvida de forma a ser abrangente o suficiente para resolver a crise identitária que define a política interna e externa da Turquia (Duran, 2006). Ao alterar a sua posição em relação ao mundo ocidental, centro de tensão entre islamitas e seculares na Turquia, o AKP redefiniu "(...) a noção de interesse nacional que é a maior fonte de legitimação na política externa turca, ao representar a orientação ocidental na política externa como complementar, não como uma substituição das relações com outras regiões"<sup>81</sup>(Duran, 2006: 289).

Além disso, a política externa do AKP constituiu uma tentativa de superar a disputa entre islamitas e secularistas no espaço interno e, ao mesmo tempo, corresponder às expectativas europeias e americanas. O AKP ganhou legitimidade política no espaço interno através do apoio exterior, sendo que os políticos que o compõem aprenderam com o *soft coup* de 1997 que não basta ser eleito para conseguir um lugar estável no governo

---

<sup>80</sup> No original "In their changing discourse one sees not a rejection of modernity as would be expected given their earlier positions but instead an engagement with the modern discourse and institutions. Their demands are no longer grounded on Islam, Islamic civilization, values, the uniqueness of the Muslim society but on the universality of political modernity, i.e., human rights, democracy and the rule of law."

<sup>81</sup> No original "(...) the notion of national interest that is the main source of legitimization in Turkish foreign policy, by depicting the Western orientation in foreign policy as complementary, not as a substitution for relations with other regions".

(idem). De facto, o apoio do AKP ao plano Annan, a cooperação com Washington contra Saddam Hussein e as reformas democráticas no país "conseguiram a autoridade no palco internacional para o partido que tinha procurado e falhado em conseguir na arena doméstica" (Seufert, 2012: 8).

A transformação do movimento islâmico na Turquia está também associada ao desenvolvimento do movimento Gülen (Yavuz e Esposito, 2003). A liberalização económica e social nos anos 80 permitiu a multiplicação e expansão da religião no espaço público, sendo que neste período diferentes ordens religiosas, como Nakşibendi, movimentos religiosos, como o movimento Nur, referidos anteriormente, e o movimento político islâmico, representado por Necmettin Erbakan e o Movimento Visão Nacional, competiam pelo poder de interpretação da religião (idem). Neste contexto social, o movimento Gülen aparece como um fenómeno que contrabalança a emergência do Islão político, representado pelo Movimento Visão Nacional, que na altura apresentava posições mais extremistas (Gözaydın, 2009).

Hoje um movimento social religioso internacional, o movimento Hizmet ou Gülen (referindo-se ao seu líder Fethullah Gülen) cresceu então com a incursão da religião na sociedade turca nos anos 80. Os ensinamentos de Gülen derivam das ideias defendidas por Said Nursi, o teórico que inspirou o movimento Nur (Tee, 2016). Nursi defendia a incursão dos devotos na sociedade turca para restaurar, de forma pacífica, a religião islâmica como princípio orientador da mesma (idem). O movimento Gülen adotou o método de incentivo à consciência islâmica através de círculos de leitura para criar redes educativas internacionais (Yavuz e Esposito, 2003). Apesar de não ter uma estrutura formal, o movimento detém várias organizações destinadas a participar no sistema educativo e económico de cada país. Desta forma, o movimento detém escolas e dormitórios estudantis, meios de comunicação, como canais de televisão, jornais e rádios, empresas e instituições financeiras (Başkan-Canyaş e Canyaş, 2016). Na Turquia, o grupo detinha o jornal *Zaman* e o canal de televisão *Samanyolu* (Gözaydın, 2009). Desta forma, apesar do movimento não incentivar a participação política, encoraja os seus seguidores a obter posições de influência, deixando a sua marca no processo político de forma indireta (Tee, 2016).

Uma marca tornada clara nos últimos anos, uma vez que uma disputa entre o AKP e o movimento Gülen alterou o futuro político da Turquia. Nos primeiros anos de governo, o AKP apoiou o movimento Gülen e abriu portas aos seus seguidores, ou seja, "(...)

formou-se uma 'grande aliança', transformando a primeira década dos anos 2000 numa era de ouro para os atores islâmicos turcos"<sup>82</sup> (Demiralp, 2016: 1). A inserção dos seguidores do movimento para posições governamentais foi na verdade uma forma de controlar as instituições estatais por forma a fazer frente ao poder militar (Yavuz e Koç, 2016). Deste modo,

O movimento inclui burocratas bem treinados, com uma boa educação e competentes que iriam controlar instituições estatais-chave enquanto trabalhavam com Erdoğan para as transformar. Mais, o movimento ajudava oficiais do AKP a estabelecer ligações internacionais que funcionavam para o governo como 'embaixadas paralelas'. Na verdade, burocratas pró-Gülen foram nomeados para posições importantes no governo, incluindo na polícia, instituições judiciárias, e nos departamentos de educação e saúde.<sup>83</sup> (Yavuz e Koç, 2016: 136).

No entanto, a relação entre estes dois aliados começou a deteriorar-se em 2011, sendo que a resposta do governo à oposição do movimento Gülen foi afastar os seus seguidores de posições de poder, o que, por sua vez, fez com que os seguidores tentassem um golpe de estado no Verão de 2016 (Yavuz e Koç, 2016).

#### 4. 5. A perda de influência militar

O governo AKP foi também acusado de usar o movimento Gülen para acabar com a influência das Forças Armadas no sistema político turco através de casos judiciais que violaram princípios legais (Yavuz e Koç, 2016). De facto, como já foi referido, as Forças Armadas ocuparam um lugar proeminente no espaço político da Turquia e a perda de influência do poder militar durante o governo AKP é uma das características mais importantes da política externa e interna turca nas últimas décadas.

A influência militar na política turca tem as suas origens ainda no império otomano (Yavuz e Esposito, 2003). A modernização levada a cabo no império otomano, referida no capítulo dois, aumentou o poder do estado que por sua vez modernizou as forças armadas, tornando-as um agente de controlo sobre a sociedade (idem). Além de modernizar as Forças Armadas, o império investiu ainda na ciência e tecnologia para

---

<sup>82</sup> No original "(...) a 'grand alliance' was formed, turning the first decade of the 2000s into a golden age for Turkey's Islamic actors."

<sup>83</sup> No original "The movement included well-trained, educated and competent bureaucrats who would control key state institutions while working with Erdoğan to transform them. Moreover, the movement helped AKP officials to establish international connections that functioned as 'parallel embassies' for the government. In fact, pro-Gülen bureaucrats were appointed to prominent positions throughout the government, including the police, the judiciary, and the departments of education and health."

fomentar a sua economia, promovendo a ideia de que a ciência é uma forma de ordenar e controlar a sociedade, o que influenciou também a adoção do secularismo rígido na era republicana (idem).

Na República da Turquia, as Forças Armadas assumiram o papel de pilar da nação, tendo em conta a sua devoção aos princípios de Atatürk (Özbudun e Hale, 2010). Mais, as Forças Armadas assumiram o papel de guardião da República contra ameaças separatistas (curda) ou religiosa (islâmica), argumentando uma relação especial com o povo turco (Güney e Karateklioğlu, 2005). Segundo Güney e Karateklioğlu (2005), esta relação advém de três heranças históricas: otomana, na qual o poder militar se tornou sinónimo de modernização e ocidentalização; as Guerras da Independência, que trouxe às forças armadas legitimidade aos olhos do povo; e, finalmente, a ligação aos ideias kemalistas.

Durante o governo AKP, a influência das Forças Armadas diminuiu devido ao processo de democratização impulsionado pela UE, assim como ao apoio prestado pelo eleitorado ao partido (Bardakçi, 2013). Além disso, vários casos judiciais que puseram a descoberto conspirações para expulsar o AKP do poder governativo, como o caso *Ergenekon*<sup>84</sup>, prejudicaram a reputação das forças armadas e o seu papel político (idem). De facto, o caso Ergenekon "(...) sublinhou a profundidade da animosidade contra o governo AKP no establishment secular e a sua determinação em utilizar meios extralegais contra este se necessário"<sup>85</sup> (Cizre, 2011: 65)

As Forças Armadas perderem ainda influência no que respeita à política externa. Özcan (2010) defende que este fenómeno resultou, em primeiro lugar, do processo de integração europeia obrigou à implementação de reformas que limitaram a influência militar no sistema político, tal como foi referido, e, ao mesmo tempo, alargaram o espaço de participação das organizações não-governamentais no mesmo. Em segundo lugar, o AKP consolidou o seu poder face aos outros partidos e face às forças armadas e conseguiu a pouco e pouco tomar conta do processo de decisão na política externa. De sublinhar que, à medida que o governo AKP retirava o controlo do sistema político da elite militar e burocrática, as decisões referentes à política externa correspondiam cada vez mais à

---

<sup>84</sup> *Ergenekon* refere-se ao julgamento de um grupo secular e nacionalista extremista, justamente intitulado *Ergenekon*, acusado de orquestrar atos de violência com o objetivo de provocar a ação militar e um golpe de estado e retirar o AKP do poder (Tait, 2008).

<sup>85</sup> No original "(...) underscored the depth of animosity against the AKP government in the secular establishment and its determination to use extralegal means against it if necessary."

vontade de um maior segmento da sociedade responsável pela eleição do AKP (Seufert, 2012). Finalmente, a divergência com os Estados Unidos no que respeita à guerra no Iraque quebrou a aliança entre Washington e as Forças Armadas turcas, o que significou também uma perda de influência, nomeadamente, no controlo da decisão política em Ancara no que respeita aos curdos no Iraque (Özcan, 2010).

#### 4.6. Conclusão

As transformações sociais e políticas expostas neste capítulo retrataram a luta entre diferentes grupos políticos pela definição de identidade nacional turca na política externa. A redefinição identitária pelo governo AKP tornou-se possível através da emancipação social e política de uma massa conservadora e religiosa que tinha até então sido excluída do processo político pela elite kemalista. Uma emancipação que decorreu da abertura económica e política dos anos 80 na Turquia, que abriu espaço aos movimentos islâmicos, e que permitiu ainda a ascensão de uma elite académica que vincava a herança otomana e identidade muçulmana da Turquia, o que se espelha no trabalho de Ahmet Davutoğlu.

À herança histórica e religiosa dos ideias desta nova elite académica junta-se a defesa da democracia, direitos humanos e estado de direito, resultante de uma transformação do movimento político islâmico turco, claramente expressas na política externa do AKP, como ficou explícito no capítulo anterior. O movimento islâmico incorporou conceitos ocidentais por forma a ultrapassar o obstáculo da influência militar e kemalista no sistema político turco. Isto é, ao adotar posições que não antagonizavam o poder kemalista, fez com que este perdesse força e justificação para controlar o processo democrático.

A perda de influência militar foi também decisiva para a consolidação do AKP no sistema governativo, sendo que, neste ponto o investimento do partido na integração europeia, anteriormente rejeitada pelo Movimento de Visão Nacional de Erbakan, com ligações aos dirigentes do AKP, foi efetivamente determinante para contornar a elite kemalista. Hoje, mesmo que o processo de integração europeia esteja parado, a influência militar no sistema governativo turco é efetivamente menor (Kadercan e Kadercan, 2016).

## CAPÍTULO CINCO

### 5. A identidade turca e a União Europeia

A proximidade histórica e geográfica entre a Europa e a Turquia fez com que ambas as partes se tenham influenciado mutuamente no processo de definição identitária, isto é, a Europa tem um papel na definição identitária da Turquia e vice-versa. O império otomano foi o "outro" do "eu" europeu, a Europa, o sonho de Atatürk, e a integração da Turquia a prova de que esta nação pertencia à civilização ocidental.

Para o objetivo desta tese, que analisa a redefinição da identidade turca através da política externa pelo governo AKP, importa sobretudo saber qual a construção de identidade turca veiculada por esse mesmo governo no que respeita ao contexto de integração europeia. Neste processo, o AKP conseguiu ir mais longe do que a elite kemalista alguma vez conseguiu. No início dos anos 2000, enquanto que a elite kemalista permaneceu presa à ideia de Europa como equivalente à modernidade e ao progresso civilizacional (Vardar, 2005), o governo AKP adotou a linguagem de democracia, direitos humanos e estado de direito (Dağı, 2004) que a Europa assumia nos anos 90 e 2000 (Vardar, 2005), e apresentou a Turquia como um país democrático ou em processo democrático. Ao contrário também do que era habitual, o AKP evidenciou de forma clara a identidade islâmica da Turquia como uma mais-valia para a União Europeia que apostaria de forma definitiva num projeto multicultural caso aceitasse a Turquia como estado-membro.

Por forma a aprofundar estas questões, o capítulo divide-se em três secções, sendo que a primeira serve o propósito de delinear o percurso histórico entre a Turquia e a União Europeia. Em seguida, analisamos a importância do conceito de identidade entre a Turquia e a União Europeia e, finalmente, expomos a construção identitária da Turquia pelo governo AKP no contexto da integração europeia.

#### 5. 1. O eterno candidato

A candidatura da Turquia à União Europeia, em 1959, foi precoce, numa altura em que a união se constituía apenas como Comunidade Económica Europeia. As razões desta candidatura prendem-se não só com o facto da Turquia querer fazer parte das instituições ocidentais, como também com a rivalidade com a Grécia, que na mesma altura apresentou a sua candidatura fazendo com que Ancara receasse o favorecimento ao seu país-vizinho (Düzgit e Tocci, 2015). A Turquia apresentou a sua candidatura a membro-associado da CEE apenas algumas semanas depois da Grécia (Verney, 2009). Neste primeiro momento, o principal enfoque da discussão em torno da associação da CEE com a Turquia centrava-se em questões de carácter económico e estratégico (Düzgit e Tocci, 2015).

Anos mais tarde, em 1963, é assinado o Acordo de Ancara que inicia a integração económica entre a Turquia e a CEE e, apesar do acordo ter deixado a Turquia fora da decisão política, a integração total esteve sempre no horizonte (Verney, 2009). Iniciou-se assim um longo percurso no processo de adesão, marcado por uma maior ou menor aproximação entre os dois agentes ao longo dos anos, cujo desfecho é desconhecido ainda hoje. Düzgit e Tocci (2015) dividem esta relação em três períodos: durante a Guerra Fria, nos anos 90 e os anos 2000.

A primeira década foi reservada à fase preparatória de acesso à associação económica que culminou na assinatura em 1970 do Protocolo Adicional, marcando o início da fase de transição. No entanto, por razões económicas e políticas, os anos 70 marcaram um período difícil na relação entre os dois agentes. No lado económico, a Turquia começou a exigir novos acordos para compensar o facto da comunidade ter assinado também acordos económicos com países do sul da Europa (Düzgit e Tocci, 2015). Na verdade, nos anos 70, parecia ser a Turquia a parte hesitante. O Acordo de Ancara estava a ser contestado dentro da Turquia e o início das negociações de acesso com a Grécia foram vistos como um desafio (Verney, 2009).

No aspeto político, surgiu ainda uma outra questão que impede até hoje uma total adesão da Turquia: a crise do Chipre. A comunidade europeia foi bastante crítica da intervenção militar turca em 1974 ao mesmo tempo que iniciou as negociações com a Grécia para a integração europeia, o que acabou por acontecer em 1981. Isto veio dificultar as negociações com Ancara, uma vez que a Grécia começou a usar a Comunidade Europeia como o seu principal instrumento para ter vantagem política sobre a Turquia (Düzgit e Tocci, 2015). Este facto fez com que Ancara desistisse momentaneamente da

aproximação europeia em 1978. Apesar desta decisão não ter perdurado, o golpe militar de 1980 foi também um golpe nas relações com a Comunidade Europeia (Verney, 2009), uma vez que, a Europa não ofereceu o seu apoio ao golpe militar.

Finalmente, em 1987, a Turquia decidiu candidatar-se a país-membro da Comunidade Europeia. Na verdade, o contexto no qual a Turquia fez a sua candidatura era bastante diferente nos anos 60 e nos anos 90. Enquanto que, nos anos 60 a questão identitária era pouco relevante, nos anos 90 ela tornou-se central (Düzgit e Tocci, 2015), ao mesmo tempo que ambos os agentes tentavam adaptar-se a um mundo pós-Guerra Fria. Enquanto que nos anos da Guerra Fria, a importância estratégica da Turquia facilitou a sua aceitação como país "europeu", a partir dos anos 90, a definição de país "europeu" incluía um conteúdo normativo, evidenciando uma identidade coletiva assente em valores civilizacionais (Verney, 2009), o que não beneficiou a integração turca.

No final da década, a candidatura da Turquia parecia mesmo ter chegado ao fim, uma vez que na Cimeira do Luxemburgo, em 1997, o Conselho Europeu excluiu a Turquia da lista dos países candidatos à União Europeia (Erdemli, 2003). Esta rejeição foi vista por Ancara como um ato de discriminação, sobretudo devido à situação problemática em que os países aceites se encontravam (Düzgit e Tocci, 2015). No entanto, esta situação foi retificada dois anos depois, quando na Cimeira de Helsínquia, a Turquia é reconhecida como país-candidato. Os estados-membros não quiseram nesta altura perder o apoio da Turquia, dada a instabilidade política no sudeste europeu (idem). Nesse mesmo ano, a OTAN tinha bombardeado a República Federal da Jugoslávia, em guerra pelo território kosovar.

Depois de estabelecido o estatuto de país-candidato, a relação entre a União Europeia e a Turquia conheceu um período de grandes avanços. Apesar das negociações não terem começado nessa altura, uma vez que a Turquia não apresentava os requisitos políticos dos critérios de Copenhaga, deu-se início ao processo de adaptação aos mesmos (Müftüler-Baç, 2016).

Este desenvolvimento culminou no início das negociações em 2005, sendo que o AKP se apresentou em 2002 como um partido que promoveria a integração europeia e, de facto, nos primeiros anos de governo, tomou medidas para aproximar a Turquia desse objetivo. Até à decisão em 2004 de abrir as negociações com a Turquia, o governo implementou vários pacotes legislativos de harmonização com as regras europeias que não

só expandiam direitos políticos como introduziram alterações ao Conselho Nacional de Segurança que permitiram diminuir a influência das Forças Armadas na vida política (Akçay e Yılmaz, 2013)<sup>86</sup>.

Paradoxalmente, logo em 2005, o governo AKP começou a dar sinais de uma "fadiga de reforma"<sup>87</sup> (Patton, 2007: 340). Nesta altura, Erdoğan defendeu a repressão violenta dos protestos do Dia Internacional na Mulher, em Março de 2005. Além disso, o novo código penal proposto pelo governo não só não protegia as mulheres dos crimes de honra, como ainda tornava mais duras as penas impostas àqueles acusados de insultar a nação ou prejudicar os interesses nacionais. Em 2006, Erdoğan parecia ter esquecido a atitude positiva em tentar encontrar uma solução para o conflito curdo, demonstrada num discurso que o líder do AKP proferiu em Agosto de 2005 em Diyarbakır, e defendeu as Forças Armadas turcas contra acusações de uso de força excessiva na repressão de protestos incitados pelo funeral de um membro do PKK. Finalmente, também em 2006, o governo AKP adotou leis antiterrorismo que deram mais poder às forças de segurança e acabaram com as garantias contra o uso da tortura (Patton, 2007).

## 5.2. A Turquia, a União Europeia e a luta pela definição identitária

Ao longo de toda esta relação, como mencionámos anteriormente, não são só as questões económicas e estratégicas que pesam mas é evidente igualmente um discurso centrado na questão identitária, tanto nas razões que levaram a Turquia a perseguir a integração europeia, como no discurso europeu da sua rejeição ou, pelo menos, impasse.

Em termos históricos, o "turco" tem sido crucial na representação do "outro" na definição identitária do "eu" da Europa (Neumann e Welsh, 1991). De acordo com Neumann e Welsh, "a força militar e proximidade física do império Otomano, juntamente com a sua forte tradição religiosa, fizeram com que fosse um "outro" particularmente importante na definição da identidade europeia"<sup>88</sup> (1991: 330), unindo o mundo cristão da Europa contra um inimigo comum, o Islão. Uma tendência que dura até hoje, sendo que

---

<sup>86</sup> Ver capítulo quarto.

<sup>87</sup> No original "reform fatigue"

<sup>88</sup> No original "the military might and physical proximity of the Ottoman Empire, combined with the strength of its religious tradition, made it a particularly relevant Other in the evolution of European identity".

alguns estudos sobre a identidade europeia mostram que a Turquia é representada como o "outro" na mente de muitos europeus (Yılmaz, 2009).

Por sua vez, a República da Turquia, com a adoção dos ideais do kemalismo, olhava para a Europa como a última etapa na ascensão à civilização (Macmillan, 2013). O processo de ocidentalização que começou no império otomano foi exacerbado com a República e a integração europeia "seria o último passo na marcha de um século e meio para a modernidade"<sup>89</sup> (Vardar, 2005: 91). A sua candidatura em 1959 à associação com a Comunidade Europeia serve assim o propósito de ocidentalização do país que, sobretudo no contexto da Guerra Fria, se traduzia na pertença às instituições ocidentais (Düzgit e Tocci, 2015).

Desta forma, o kemalismo e o partido kemalista, CHP, tem sido apoiante, ao longo da história da República da Turquia, da adoção de valores e instituições ocidentais (Macmillan, 2013). No entanto, o kemalismo é ao mesmo tempo pró-ocidental mas anti-imperialista, ou seja, ao mesmo tempo que a Europa é vista como um modelo civilizacional, é também representada como uma ameaça (idem). Isto deve-se sobretudo aos chamados síndrome de Tanzimat e Sèvres, duas vivências históricas do império otomano que se encontram ainda hoje visíveis no discurso nacionalista e kemalista. O síndrome de Tanzimat refere-se às reformas de modernização adotadas pelo império otomano que levou ao seu enfraquecimento, e o síndrome de Sèvres refere-se ao Tratado de Sèvres de 1920 que determinava a divisão territorial do império entre os poderes vencedores da Primeira Guerra Mundial. Esta ambiguidade fez com que "apesar de ter existido um esforço para manter as relações com o Ocidente a um certo nível, então, o estado kemalista seguiu uma política de 'ocidentalização sem o ocidente'<sup>90</sup>" (Macmillan, 2013: 143).

Apesar então do esforço pela integração europeia e pela cooperação de Ancara com instituições internacionais, a Turquia seguiu uma política de distância dos assuntos internacionais, exceto quando estes constituíam uma ameaça à sua integridade e união nacional (Nas, 2012). De acordo com Çiğdem Nas (2012: 29):

(...) a identidade turca estava esmagada entre duas alternativas: ser o lobo solitário ou fazer renascer o espírito do império Otomano ao redefinir os laços históricos, culturais e políticos com os países vizinhos. A primeira alternativa da

---

<sup>89</sup> No original "would be the last step in Turkey's century and a half-long march toward modernity"

<sup>90</sup> No original "While there was an effort to maintain relations with the West at a certain level, then, the Kemalist state pursued a policy of 'Westernization without the West'

identidade turca perdurou mais ou menos na era da Guerra Fria, apesar da Turquia fazer parte do campo ocidental.<sup>91</sup>

O fim da Guerra Fria alterou não só o contexto securitário e estratégico como forçou a Turquia a encontrar uma nova posição no contexto internacional. De notar que, a própria União Europeia estava a definir o seu papel político no pós-Guerra Fria. Nesta altura, a União Europeia reforçou o seu carácter político e a busca por uma definição identitária da Europa fez com que a relação com a Turquia tivesse estagnado até ao final da década (Düzgit e Keyman, 2007). Depois do final da Guerra Fria, "uma pós-ocidente Turquia está a agir com uma pós-Guerra Fria Europa"<sup>92</sup> (Turunç, 2013: 78), isto é, com a influência dos países do alargamento, a União Europeia seria já uma entidade diferente, uma Europa de múltiplas modernidades e centros. Isto ao mesmo tempo que na Turquia se dá uma mudança na política externa que deixa de estar centrada nas alianças com o Ocidente. No final da Guerra Fria, a Turquia investiu por exemplo no Cáucaso e Ásia Central na procura de uma alternativa à integração europeia<sup>93</sup> (Bozdağlıoğlu, 2003), tal como referido no segundo capítulo.

Neste contexto, o AKP propõe uma redefinição da política externa que representa a Turquia como um país central e um modelo de harmonia entre o Ocidente e Oriente, vincando desta forma o carácter islâmico do país. De sublinhar que, esta nova política externa surge no contexto pós-11 de Setembro, quando o antagonismo entre os Estados Unidos e o mundo muçulmano se evidenciava (Duran, 2006). Sendo assim, tornou-se útil mostrar a Turquia como um país capaz de conciliar os dois mundos e, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da política internacional. Uma política externa centrada em questões identitárias, e não nas suas capacidades militares, faria com que a Turquia se tornasse mais útil aos países ocidentais (idem).

O AKP tenta superar a definição da Turquia como uma "ponte" entre civilizações, uma analogia utilizada na apresentação das vantagens que uma eventual integração europeia da Turquia teria para a Europa, nomeadamente por Turgut Özal, primeiro-ministro turco até 1989 e presidente da República até 1993 (Kösebalaban, 2008). Esta definição foi considerada demasiado restritiva, pois condenava o país a uma posição de

---

<sup>91</sup> No original "(...)Turkish identity was squeezed between two alternatives: being the lonely wolf and rekindling the spirit of the Ottoman Empire by redefining historical, cultural and political ties with neighbouring countries. The first state of Turkish identity more or less continued into the Cold War era despite the fact that Turkey was part of the Western camp".

<sup>92</sup> No original "(...) post-western Turkey is acting alongside a post-Cold War Europe."

<sup>93</sup> Ver capítulo dois.

periferia, nomeadamente por Ahmet Davutoğlu<sup>94</sup>. Na sua visão, a Turquia seria um país central: "A única função de uma ponte é ligar duas entidades e transportar o que existe de um lado para o outro. Uma nação-ponte não pode ser percebida como um ator que tem uma existência independente"<sup>95</sup> (Davutoğlu *apud* Kösebalaban, 2008: 23). A política externa do AKP promove a Turquia como um país central com uma responsabilidade histórica e cultural, capaz de contribuir para a paz global<sup>96</sup>.

Ao mesmo tempo, é preciso sublinhar que a iniciativa pela integração europeia demonstrada pelo AKP resulta de um fenómeno de transformação do Islão político na Turquia no final dos anos 90<sup>97</sup>. O AKP nasceu da ala reformista do Partido da Virtude que sucedeu ao Partido do Bem Estar como representante do movimento islâmico político Movimento Visão Nacional. Nesta transformação, o movimento passou a apoiar a entrada da Turquia na União Europeia, algo a que tradicionalmente se opunha. De acordo com Duran (2006), o movimento conservador islâmico apercebeu-se que precisava de ajuda externa para conseguir suplantar o poder kemalista no estado turco. Segundo Dağı (2005), os "pós-Islamitas" adotaram uma nova linguagem política que incorporou conceitos como a democracia e direitos humanos, ligados a ideais por norma ligados ao Ocidente.

"Pós-Islâmica" é também uma das quatro narrativas usadas de forma estratégica pelo AKP, que adapta e mistura as narrativas conforme o contexto ou audiência (Onar, 2013). Segundo Onar (2013), a narrativa pós-Islâmica centra-se no uso do conceito de civilização. Esta estratégia serve por exemplo na confrontação com a questão curda, pois o facto de o AKP utilizar o conceito de civilização retira ênfase ao nacionalismo turco, fazendo com que ambas as comunidades possam coexistir através de uma identidade muçulmana comum. Na análise levada a cabo por este trabalho exposta no capítulo oito, podemos verificar que apesar de serem poucas as referências diretas à identidade muçulmana, Erdoğan faz referência a um passado comum entre as duas comunidades que ultrapassa a recente história da República da Turquia.

Onar (2013) aponta ainda outras três narrativas usadas pelo AKP - a da democratização, otomanista e o que a autora apelida de "Turkey Inc.". No discurso referente à democratização, um dos elementos essenciais é a referência ao povo, ao mesmo

---

<sup>94</sup> Ver capítulo três.

<sup>95</sup> No original "The only function of a bridge is to link two entities and to carry what is on the one side to the other. A bridge nation cannot be perceived of an actor who has an independent existence".

<sup>96</sup> Ver capítulo três.

<sup>97</sup> Ver capítulo quatro.

tempo os elementos pró-seculares são representados como autocratas presos a uma ocidentalização superficial que utilizam para explorar as massas devotas. Mais, esta narrativa iguala as preferências do povo aos valores europeus (Onar, 2013). A democratização é de facto um dos elementos mais frequentes no discurso do AKP nos primeiros anos de mandato, tal como demonstrado neste trabalho. Na questão do véu islâmico, por exemplo, analisada no capítulo sete, a democratização é um conceito bastante utilizado. O mesmo diz Onar (2013) que refere que no que respeita à questão do véu os dirigentes do AKP referem sobretudo a liberdade de expressão e religião. Além disso, é notável também que o discurso do AKP cria uma distância entre o povo e a elite secular nesta matéria, mais uma vez, como será demonstrado no capítulo sete. Finalmente, a narrativa otomanista serve para promover a autoconfiança nacional e a narrativa de "Turkey Inc." é utilizada na tentativa de promover a Turquia como centro de prosperidade na região (Onar, 2013).

Ao contrário da perspetiva kemalista, o AKP rejeita a ideia de que a Turquia teria que abandonar a sua identidade para ser assimilada pela cultura europeia (Macmillan, 2013). Pelo contrário, o AKP evidencia as diferenças culturais, sobretudo, como já referimos, a identidade islâmica. O partido liderado por Erdoğan quis apresentar a Turquia como um país moderno mas ao mesmo tempo islâmico, que se transformou imitando os valores europeus (idem). Neste sentido, a identidade turca da era AKP pode ser fruto da europeização da mesma. A europeização da identidade turca é paralela à desmistificação da identidade turca pensada pela República (Nas, 2012). De acordo com Nas (2012), nos anos 2000, a Europa era o ponto comum entre todos os grupos que se sentiam ostracizados pela elite kemalista e que questionavam a componente étnica da definição republicana da identidade turca.

A representação da Turquia como sendo ao mesmo tempo europeia e asiática, ocidental e islâmica pelo AKP demonstra, segundo Rumelili (2011), uma adaptação a uma União Europeia pós-alargamento. Esta nova política externa da Turquia advém da tentativa por parte da Turquia em exercer a sua influência na Europa, uma vez que não detém o poder institucional para o fazer (Rumelili, 2011). Neste aspeto, Rumelili (2008) argumenta que a política de apresentar a Turquia como uma identidade híbrida prejudica o processo de adesão, uma vez que seria mais fácil para a Europa aceitar a integração de um país muçulmano por razões estratégicas.

Tendo em conta a relevância do conceito de identidade nas relações entre a UE e Turquia, a próxima secção expõe as principais construções identitárias da Turquia presente no discurso da liderança do AKP, analisado nesta tese, no que concerne ao processo de adesão da União Europeia.

### 5. 3. A vantagem de um país muçulmano na União Europeia

No seu primeiro evento internacional como primeiro-ministro da Turquia, em Novembro de 2002, num encontro da Assembleia Parlamentar da OTAN, Abdullah Gül vinca não só a importância da Turquia para esta organização, mas refere também a importância de apoiar a entrada do país na União Europeia. Gül referiu que, "se a Europa aceitar certos pontos e se aceitar candidatos incluindo a Turquia como membros, a União Europeia vai crescer ainda mais. A Turquia é um país democrático. É um país em conformidade com o mundo moderno. E é um país que vai fortalecer a União Europeia. Ao mesmo tempo vai servir de exemplo para o mundo islâmico. E com este exemplo contribuirá para a paz no mundo"<sup>98</sup> (Gül, citado em Zaman, 2002a). Estas palavras, proferidas num contexto internacional e de promoção da Turquia nesse mesmo espaço, resumem a narrativa avançada pela liderança do AKP no que respeita à identidade da Turquia no contexto de integração europeia.

Tal como Macmillan (2013), Rumelili (2011) e Onar (2013) indicam, o AKP aposta na definição da Turquia como país muçulmano. Não só a Turquia é definida como país muçulmano mas como representante do mundo islâmico e um modelo a seguir por este último. Como tal, a sua entrada na União Europeia iria transformar as relações entre a Europa e os países muçulmanos. Esta narrativa, que coloca a Turquia como um porta-voz de uma civilização islâmica, é, de acordo com Kaya (2013:15), "(...) uma nova posição tanto para a elite política turca como para o público, pois estavam habituados à ideia kemalista de longa data que a Turquia moderna estava disposta a tornar-se parte da civilização ocidental"<sup>99</sup>. No entanto, de acordo com Kaya (2013), esta narrativa

---

<sup>98</sup> No original "Eğer Avrupa bazı noktaları kabul eder ve Türkiye dahil olmak üzere adayları üye olarak kabul ederse AB daha genişleyecektir. Türkiye demokratik bir ülkedir. Çağdaş dünyaya uyum sağlamış bir ülkedir. Ve AB'yi güçlendirecek bir ülkedir. Aynı zamanda İslam dünyasına örnek teşkil edecektir. Bu örnekle dünya barışına katkıda bulunacaktır."

<sup>99</sup> No original: "This is a new position for both the Turkish political elite and public, as they were used to the long-standing Kemalist idea that modern Turkey was willing to become part of the Western civilization".

demonstrou que o AKP estava mais interessado em reanimar o poder hegemónico na região do que no processo de integração europeia, uma vez que em relação à União Europeia, este discurso sublinha as diferenças da Turquia, ao mesmo tempo que enfatiza as afinidades com os seus países-vizinhos. Neste sentido, Kaya (2013) aproxima-se da posição de Rumelili (2008) que sublinha que a caracterização da identidade da Turquia como híbrida prejudica o acesso à União Europeia.

Na mesma altura em que Gül promovia a ideia de que a Turquia seria um país representante do mundo islâmico junto dos membros da OTAN, Erdoğan encontrava-se com membros do governo alemão e declarava, depois de um encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão de então, Joschka Fisher, que "nós não queremos olhar para a União Europeia como uma união cristã, não queremos ver. Assim como a Turquia vai ser testada através do olhar dos países europeus, também a União Europeia será testada no dia 12 de Dezembro [data da Cimeira de Copenhaga onde foi decidido que, em Dezembro de 2004, seria feita uma avaliação da Turquia com vista a determinar uma data para o início das negociações de adesão]. Com a cimeira de Copenhaga, a forma como o mundo muçulmano olhar para a União Europeia vai ganhar novo significado"<sup>100</sup> (Zaman, 2002b). A entrada da Turquia na União Europeia seria assim, segundo Erdoğan, um teste que iria pôr à prova a retórica europeia de apoio à diversidade cultural, assim como à capacidade da Europa de estar aberta à integração cultural, nomeadamente, à sua capacidade de acolher o mundo muçulmano.

Como foi referido anteriormente neste capítulo, a política externa do AKP surgiu num contexto pós-11 de Setembro e, portanto, tanto Gül como Erdoğan tentam apelar à importância da integração da Turquia na União Europeia por forma a promover uma conciliação entre o mundo muçulmano e ocidental. Isso é também evidente no facto de Erdoğan referir com bastante frequência que a integração europeia da Turquia significaria a rejeição da tese do "Choque de Civilizações" de Huntington.

O "Choque de Civilizações" é uma teoria avançada por Samuel P. Huntington, segundo a qual, a maior fonte de conflito do mundo pós-Guerra Fria seria cultural e afirma: "O choque de civilizações dominará a política global. As divisões entre civilizações serão

---

<sup>100</sup> "Biz AB'yi Hıristiyan birliđi olarak görmüyoruz, görmek istemiyoruz. Türkiye, Avrupa ülkeleri nezdinde nasıl test oluyorsa, 12 Aralık'da AB'de test olacak. Müslüman dünyasının AB'ye bakışı Kopenhag zirvesiyle yeni bir anlam kazanacak."

as linhas de batalha do futuro"<sup>101</sup> (Huntington, 1993: 22). Para Huntington (1993), a Turquia constitui o caso mais óbvio dentro do grupo de países aos quais chama "divididos"<sup>102</sup>, uma vez que no princípio da República, os líderes turcos quiseram aliar o país ao Ocidente e às instituições ocidentais, como a NATO e União Europeia, mas alguns segmentos da sociedade continuaram a apoiar um revivalismo islâmico e definem a Turquia como um país muçulmano pertencente ao Médio Oriente.

Em vez de um caso perdido no meio de uma luta civilizacional, a Turquia é apresentada pelo AKP como uma solução contra este conflito. A propósito da reação dos líderes europeus ao tema da integração europeia da Turquia durante um périplo pelas capitais europeias de Erdoğan em Novembro de 2002, na mesma altura em que se encontrou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, o líder do AKP declarou, numa entrevista ao canal turco CNN Türk que, "nesta ocasião, o mundo não dar esta oportunidade ao choque de civilizações. A Turquia é o único candidato que pode constituir um modelo para esta situação"<sup>103</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2002c). Erdoğan é, de facto, bastante claro ao utilizar a tese do "Choque de Civilizações", sendo que chega mesmo a afirmar, em Istambul, pouco tempo antes da Cimeira de Copenhaga, que "com este comportamento [recusar a entrada da Turquia na UE], vão provar que são um clube cristão e vão dar razão a Huntington"<sup>104</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2002d).

O líder do AKP nunca abandonou esta ideia mesmo quando os avanços no processo de integração europeia pareciam já estar a abrandar. Como vimos, depois de 2005, o governo do AKP começou a apresentar sinais de "fadiga de reforma" (Patton, 2007: 340), não avançando na implementação de reformas, mas Erdoğan insistia ainda em 2006 que "(...) acreditamos na necessidade da nossa participação na União Europeia. Queremos que a União Europeia seja a morada da união entre civilizações"<sup>105</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2006a), enquanto discursava no encontro do Movimento Mundial para a Democracia, em Istambul. O líder do AKP referiu a ideia do "Choque de Civilizações",

---

<sup>101</sup> No original "The clash of civilizations will dominate global politics. The fault lines between civilizations will be the battle lines of the future."

<sup>102</sup> No original "torn".

<sup>103</sup> No original "Dünya bir medeniyetler çatışmasına bu vesileyle yataklık etmemeli. Türkiye dünyaya modeli takdim etmenin tek namzedi durumundadır."

<sup>104</sup> No original "Bu tavrınızla, Hristiyan kulübü olduğunuzu tescil etmiş olacaksınız ve Huntington'ı haklı çıkaracaksınız."

<sup>105</sup> No original "bizim AB'ye katılmamız gerektiğine inanıyoruz. Medeniyet arası ittifakın adresi AB olsun diye istiyoruz."

enquanto falava da necessidade de respeitar diferentes culturas, e de incrementar a cultura democrática ao combater o terrorismo, injustiça e a desigualdade social.

A ideia de que a Turquia é um país muçulmano, representante do mundo islâmico, cuja integração europeia iria prevenir o "Choque de Civilizações" está tão presente no discurso da liderança do AKP que mesmo Arınç, um ator político menos visível no espaço público que Erdoğan ou Gül, tanto na questão da União Europeia como nos outros temas em análise nesta tese, reproduz este discurso quando afirma que "a União Europeia vai reavaliar as suas relações com o mundo islâmico e a religião do Islão através da integração da Turquia. Desta forma, divisão, choques e falta de comunicação serão substituídas por entendimento e cooperação."<sup>106</sup> (Arınç citado em Hürriyet Daily News, 2004a), em 2004, num simpósio em comemoração do Dia de Soberania Nacional e das Crianças.

A par com a narrativa referente ao "Choque de Civilizações", está a ideia da Turquia na Europa como uma aliança de civilizações. Numa visita oficial à Bósnia-Herzegovina em 2005, Erdoğan respondia a perguntas num encontro com o Conselho da República daquele país, e afirmava que "ao aceitar a Turquia como país-membro, a União Europeia deverá realizar o encontro de civilizações"<sup>107</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2005a). Nesse mesmo ano, a Turquia e a Espanha criavam no âmbito das Nações Unidas o projeto Aliança de Civilizações que visa a promoção do diálogo e cooperação intercultural.

Se Erdoğan se apoia na ideia da entrada na Turquia na União Europeia ser um antídoto ao "Choque de Civilizações", Gül tende a referir mais frequentemente a ideia de que a adesão turca iria contribuir para a paz mundial, apesar de ter utilizado também por vezes o conceito de Huntington. Por exemplo, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros declara em 2004: "Eu acredito que numa altura em que a profecia do choque de civilizações ainda está nas manchetes, é óbvio que a UE no final só tem a ganhar com a adesão da Turquia"<sup>108</sup> (Gül citado em Zaman, 2004a), palavras que o próprio Gül escreveu para o jornal Zaman, por ocasião da declaração do Conselho Europeu em Dezembro de 2004 que atestou que a Turquia estava pronta para o início das negociações para a adesão. De notar que, os dois líderes políticos têm efetivamente perfis bastante distintos na forma

---

<sup>106</sup> No original The EU will reassess its relations with the Islamic world and the religion of Islam through Turkey's membership. This way, division, clashes, lack of communication will be replaced with understanding and cooperation."

<sup>107</sup> No original "AB Türkiye'yi üye olarak medeniyetler buluşmasını sağlamalı."

<sup>108</sup> No original "İnanıyorum ki medeniyetler çatışması kehanetlerinin hala mansetlere taşındığı bir zamanda Avrupa Birliği'nin Türkiye'nin nihai üyeliğinden kazanabileceği çok şey mevcuttur."

como se apresentam, Erdoğan é considerado mais competitivo e Gül mais amigável (Barkey citado em Dombey, 2013). De acordo com Cornell (2013),

O duo Recep Tayyip Erdoğan e Abdullah Gül foi o que de várias maneiras criou o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) e o transformou num sucesso. Enquanto que Erdoğan era o político carismático e populista que incitava as audiências, Gül era o operador político cuidadoso e agradável.<sup>109</sup>

A ideia de que a Turquia iria contribuir para a paz mundial conjuga-se seguramente com os conceitos avançados por Davutoğlu para a política externa do país<sup>110</sup>. Davutoğlu argumenta que devido ao seu passado histórico, a Turquia tem a capacidade para ser um país central que influencia de forma positiva os desenvolvimentos políticos no Médio Oriente, e desta forma, influenciaria também a política internacional e contribuiria para a paz mundial. Daí que Gül declare, numa entrevista ao Turkish Daily News, antes da Cimeira de Copenhaga em 2002, que "um povo muçulmano, democrático, transparente e moderno pode contribuir muito para a EU. A Europa pode contribuir significativamente para a paz mundial se agir em conjunto com a Turquia"<sup>111</sup>(Gül citado em Hürriyet Daily News, 2002a). A ideia de que a Turquia iria contribuir para a paz esteve presente não só nas ideias de Davutoğlu e nas palavras de Gül, mas também nas tentativas de mediação de conflitos feitas por Ancara durante o governo AKP, referidas no terceiro capítulo.

Ao mesmo tempo, a liderança do AKP sublinha a importância da Turquia como ator regional e global e das vantagens que a União Europeia poderia adquirir caso aceitasse a adesão deste país. Em 2003, por exemplo, num discurso numa sessão no parlamento turco, Gül referiu a Guerra do Iraque para demonstrar a importância estratégica da Turquia e afirmou que "foi demonstrado que a UE, juntamente com um país importante como a Turquia, pode ter um papel nos eventos importantes no mundo"<sup>112</sup>(Gül, citado em Zaman, 2003a).

Neste sentido, e apesar da política proposta por Davutoğlu tentar superar o conceito de Turquia como "ponte" entre o Ocidente e o Oriente (Kösebalaban, 2008), Erdoğan recorreu a este conceito por duas vezes para enaltecer a importância da Turquia no espaço regional e internacional. A primeira referência ocorreu durante a visita a Itália

---

<sup>109</sup> No original "The Recep Tayyip Erdoğan and Abdullah Gül duo is in many ways what created the Justice and Development Party (AKP), and made it uniquely successful. While Erdoğan was the charismatic, populist politician that could rouse crowds, Gül was the cautious and likeable political operator."

<sup>110</sup> Ver capítulo 4.

<sup>111</sup> No original "There is a lot of contribution that a Muslim, democratic, transparent and modern people could make to the EU. Europe could make very positive contributions to the world peace if it acts together with Turkey".

<sup>112</sup> No original "AB, Türkiye gibi önemli bir ülke ile birlikte dünyada önemli olaylarda rol alabileceğini göstermiştir."

em 2002, em antecipação da Cimeira de Copenhaga, com o primeiro-ministro de então, Sílvio Berlusconi, e outra ao responder a uma pergunta sobre como a Turquia iria equilibrar as suas relações com o Médio Oriente com a candidatura à União Europeia, no Quinto Fórum Económico de Gidá, na Arábia Saudita, em 2004. Nesta ocasião, Erdoğan declarou que a Turquia pode cumprir o seu dever como ponte entre o Médio Oriente e a UE<sup>113</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2004b). Erdoğan não escolheu portanto, nesta ocasião, vincar o papel da Turquia como país central na região mas sim como um elo de ligação com a Europa.

#### 5.4. Um exemplo de união entre o Islão e a democracia

A liderança do AKP investiu igualmente na promoção da Turquia como a solução para uma outra questão que tem sido largamente debatida no estudo do Médio Oriente e mundo árabe, a da possibilidade ou não de existir um regime democrático num país muçulmano (Zakaria, 2004). Tal como a Turquia seria a chave para prevenir o "Choque de Civilizações", também seria o exemplo que iria provar que Islão e democracia podem coexistir. Dias depois de o AKP ter ganho as eleições em Novembro de 2002, Gül respondia a uma questão colocada numa entrevista pela agência Reuters sobre a possibilidade da origem do AKP no movimento político islâmico turco poder eventualmente influenciar a política externa que o partido iria adotar quando no governo. O líder político negou esta possibilidade e afirmou que "nós [AKP] queremos provar que um país com uma identidade islâmica pode ser democrático, transparente e pode estar confortável no mundo moderno<sup>114</sup>" (Gül citado em Hürriyet Daily News, 2002b). Como foi referido anteriormente, o AKP autodefiniu-se como um partido ligado à "democracia conservadora", utilizando este termo para sublinhar que o partido não tinha a religião como linha orientadora no que respeita a decisões políticas (Hale, 2006).

Um ano depois das palavras de Gül acima referidas, Erdoğan referiu a importância da União Europeia admitir um país que conseguiu conciliar o Islão e a democracia num contexto de combate ao terrorismo islâmico. O então primeiro-ministro respondia a perguntas de jornalistas europeus após os atentados terroristas em Istambul em

---

<sup>113</sup> No original "Türkiye, Ortadoğu ile AB arasında köprü görevini yerine getirebilir."

<sup>114</sup> No original "We want to prove that a country with a Muslim identity can be democratic, transparent and can be comfortable in the modern world."

Novembro de 2003, que atacaram não só duas sinagogas em Istambul, no dia 15, como o consulado britânico e a sede do banco HSBC, no dia 20, ao mesmo tempo que o presidente norte-americano George W. Bush se encontrava com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair. Erdoğan afirmou que, "este assunto [da entrada da Turquia na União Europeia] ganhou agora ainda mais importância. Porque a Turquia, que está a olhar para o Ocidente e que, mais ainda, está muito determinada em se juntar à União Europeia, demonstrou que tem sido capaz de harmonizar, de uma forte maneira, Islão e democracia<sup>115</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003b).

O exemplo turco da conciliação entre Islão e democracia foi também referido por Arınç já em 2004, no primeiro encontro realizado em Istambul do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia. Em referência ao processo de integração europeia e àqueles que têm dúvidas se a Turquia deveria entrar na União Europeia, Arınç respondeu que "àqueles intelectuais que insistem que os muçulmanos têm problemas com a democracia e que presumem que, assim que saírem dos seus hotéis, vamos ter problemas ao conviver juntos, gostaria de mostrar a minha cidade onde igrejas, sinagogas e mesquitas estão lado a lado<sup>116</sup>" (Arınç, citado em Zaman, 2004c). Esta ideia esteve presente ao longo dos anos em análise nesta tese, embora com menos frequência nos últimos anos do primeiro mandato do AKP.

No entanto, e apesar da liderança do AKP referir o exemplo turco de conciliação entre Islão e democracia, a ideia de que a Turquia seria um país democrático nem sempre é clara. Por vezes, os dirigentes políticos veiculam a ideia de que a Turquia está em progresso democrático. Em 2002, Gül respondia a uma pergunta sobre se iria abandonar o cargo de primeiro-ministro, caso seja levantada a interdição a Erdoğan de ocupar cargos políticos, imposta juntamente com a sua condenação a 18 meses de prisão por citar um poema que incitaria ódio com base na religião. Nesta ocasião, Gül respondeu que "se queremos apresentar a Turquia como um verdadeiro candidato à UE, é preciso elevarmos

---

<sup>115</sup> No original "Bu konu şimdi daha da önem kazanmıştır. Zira Batı'ya yönelmiş olan, dahası AB'de yer alma konusunda son derece kararlı Türkiye, İslam ve demokrasiyi güçlü bir biçimde bağdaştırdığını da göstermiştir"

<sup>116</sup> No original "Müslümanların demokrasi ile bir sorunu olduğunu iddia eden ve bir arada yaşama konusunda problemlerimiz olabileceğini sanan entelektuellere bu otelden çıktığımızda şehrimizin her yanında kilise, havra ve camilerin nasıl yan yana inşa edildiğini göstermek isterdim".

os nossos patamares democráticos<sup>117</sup>" (Gül, citado em Zaman, 2002e), equiparando desta forma a prisão de Erdoğan com políticas não democráticas.

A condenação de Erdoğan foi também referida nesta altura pelo primeiro-ministro do Luxemburgo de então, Jean-Claude Juncker, durante a visita do político turco ao Luxemburgo. Juncker defendeu o levantar das restrições impostas a Erdoğan e este último declara que a prioridade do governo AKP era "transformar a Turquia num país de liberdades<sup>118</sup>" (Erdoğan citado em Hürriyet Daily News, 2002c).

Já em 2005, uma conferência que se debruçava sobre a polémica questão de categorizar o massacre de arménios em 1915 pelo império otomano de "genocídio" suscitou protestos, aos quais Arınç respondeu que os manifestantes estavam a tentar denegrir a imagem internacional de país candidato à UE, declarando que "a única forma da Turquia atingir o nível dos países desenvolvidos em termos de democracia é o desenvolvimento de liberdades e a criação de um ambiente em que as pessoas podem expressar as suas opiniões e convicções<sup>119</sup>" (Arınç citado em Hürriyet Daily News, 2005a). Sendo assim, tanto Gül como Arınç ou Erdoğan associam o desenvolvimento democrático da Turquia com o expandir da liberdade de expressão. Um argumento que espelha a transformação do movimento islâmico que deu origem ao AKP que passou a defender os direitos do indivíduo para conseguir também um espaço maior na esfera política da Turquia, como foi referido no capítulo quarto e como é também notório na questão referente ao uso do véu islâmico, discutida no capítulo sete.

Além disso, Kirişçi (2011) argumenta que os dirigentes políticos turcos têm consciência de que por vezes é mais vantajoso sublinhar que a democratização na Turquia está ainda em progresso. Por exemplo, Gül foi elogiado por, em 2003, numa conferência da Organização para a Cooperação Islâmica, criticar os países muçulmanos, afirmando que era preciso prestar mais atenção aos direitos humanos, direitos das mulheres e transparência governamental, numa perspetiva de que a Turquia estaria incluída nos países que deveriam tomar estas medidas (Kirişçi, 2011). Esta ideia de progresso no sentido de aperfeiçoar o sistema democrático é igualmente expressa na questão referente ao véu islâmico e questão curda analisados neste trabalho.

---

<sup>117</sup> No original "Türkiye'yi AB'ye gerçekten aday bir ülke haline getirmek istiyorsak o zaman demokratik standartlarımızı yükseltmemiz gerekiyor".

<sup>118</sup> No original "make Turkey a country of freedoms"

<sup>119</sup> No original "The only way for Turkey to reach the level of developed countries in terms of democracy and freedom of expression is the expansion of freedoms and the creation of a climate in which people can express their views and beliefs".

## 5. 5. Um país europeu, moderno e secular

Apesar de ser notória a definição da Turquia como país muçulmano, pertencente a uma civilização diferente daquela europeia, e, até mesmo, representante do mundo islâmico, a liderança do AKP identifica por vezes a Turquia como país europeu.

Num discurso proferido no Parlamento turco em Maio de 2003, durante uma discussão sobre a candidatura da Turquia à União Europeia, Erdoğan afirmou "o que faz a Turquia um país europeu é o facto de ter adotado os valores que a Europa representa, uma democracia participativa, pluralista, Estado de Direito, Direitos Humanos, secularismo, liberdade de pensamento e consciência<sup>120</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003c). Esta referência está ligada ao projeto de modernização de Atatürk cuja última etapa seria a pertença à Europa (Macmillan, 2013). O próprio Erdoğan, assim o insinua, dias mais tarde, quando afirma, enquanto participava na cimeira entre a União Europeia e os países dos Balcãs ocidentais, em Salónica, que quem apoia a integração europeia, "(...) dá apoio ao projeto civilizacional da Turquia<sup>121</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003d).

Um ano mais tarde, num encontro entre o presidente do Parlamento Europeu e os presidentes dos parlamentos dos países-candidatos, também Arınç expressa os mesmos conceitos e afirma que "apesar da sua população ser maioritariamente muçulmana, a Turquia é um país secular, um país moderno europeu. Quando a Turquia se tornar membro da União Europeia, vai ter um papel crucial no entendimento entre as civilizações com a sua identidade privilegiada<sup>122</sup>" (Arınç citado em Hürriyet Daily News, 2004b). Esta junção e referência a diferentes conceitos, denota uma tentativa de concessão aos ideais kemalistas por vezes expressa pela liderança do AKP.

Mais ainda, tal como foi referido por Onar (2013), o discurso do governo AKP iguala por vezes os valores europeus aos valores do povo turco. Erdoğan afirmou, em Maio de 2003, que "nós vemos a entrada na UE como a elevação do povo turco ao nível da

---

<sup>120</sup> No original "Türkiye'yi Avrupalı yapan, Avrupa'nın temsil ettiği değerleri, katılımcı demokrasiyi, çoğulcuğu, hukukun üstünlüğünü, insan haklarını, laikliği, düşünce ve vicdan özgürlüğünü benimsemiştir".

<sup>121</sup> No original "Türkiye'nin medeniyet projesine vereceklerdir."

<sup>122</sup> No original "When Turkey becomes a member of the EU, it will play a key role in providing compromise among civilizations with its privileged identity".

civilização moderna. O povo turco identifica-se como europeu<sup>123</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003e). Tal como noutros temas analisados nesta tese, Erdoğan é o político que mais se refere ao povo. Isto coaduna-se com a sua imagem de símbolo da ascensão de um segmento social que se encontrava marginalizado pela elite secularista. Na verdade, na tentativa pelo estado de excluir Erdoğan da política (com a sua condenação), a sua popularidade aumentou e tornou-se o "Nelson Mandela da maioria excluída da Turquia" (Yavuz, 2003: 259).

Finalmente, e como seria de esperar num discurso que se refere à candidatura da Turquia à União Europeia, os atores políticos em questão sublinham a importância da Turquia como ator regional e global, em conjugação também com a política externa delineada por Davutoğlu. Em 2004, Gül chegou mesmo a utilizar a expressão "profundidade estratégica". Na antecipação da Cimeira do Conselho Europeu de Dezembro de 2004, onde os líderes europeus decidiram iniciar as negociações de adesão à União Europeia com a Turquia, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros declarou ao jornal Zaman que "a Turquia vai contribuir muito para a União Europeia. Vai contribuir com uma profundidade estratégica que nenhum outro membro poderá dar<sup>124</sup>" (Gül, citado em Zaman, 2004d).

## 5. 6. Conclusão

A representação da Turquia como país muçulmano, pertencente a uma civilização diferente daquela europeia, é clara no discurso da liderança do AKP. Ao contrário dos outros temas analisados nesta tese, a identidade muçulmana da Turquia é claramente sublinhada por Erdoğan, Gül e Arınç no que respeita ao processo de adesão à União Europeia. Em conjugação com as ideias avançadas por Davutoğlu de uma importância significativa da Turquia nas relações internacionais e regionais, os líderes políticos apresentam o país como a solução para o entendimento entre diferentes culturas e para a prevenção de conflitos. Erdoğan, Gül e Arınç apresentavam soluções para temáticas que preocupavam a comunidade internacional, não só com a teoria do "Choque de

---

<sup>123</sup> No original "Biz AB'ye uyeliği Türk halkını çağdaş uygarlık seviyesine ulaştırmak için araç olarak görüyoruz. Türk halkı kendini bir Avrupalı olarak tanımlamıştır".

<sup>124</sup> No original "Türkiye, AB'ye çok şey katacak. Hiç bir yeni üyenin katamayacağı stratejik derinlik katacak".

Civilizações", como a conjugação entre Islão e democracia, apresentando a Turquia como modelo de um país democrático e muçulmano.

Ao assumir a Turquia como representante da civilização islâmica, esta definição transforma a União Europeia no "outro" da identidade turca, tendo em conta que só a harmonia entre os dois polos iria superar o "Choque de Civilizações" de Huntington e provar que a União não é apenas um "clube cristão", como refere Erdoğan. Desta forma, o vincar da identidade muçulmana no contexto da integração europeia contradiz os ideias kemalistas que ditavam que a Turquia deveria aspirar a fazer parte da civilização ocidental (Kaya, 2013). Talvez por isso, ocasionalmente, os líderes políticos tenham referido precisamente que a União Europeia representa o caminho para a modernização ditado por Atatürk.

Esta ambiguidade por vezes presente no discurso dos três líderes reflete-se igualmente no facto de a descrição da Turquia como país democrático nem sempre ser clara. A certeza na representação da Turquia como um país modelo na conciliação entre Islão e democracia é, por vezes, posta em causa quando os líderes políticos sublinham o facto de o país estar ainda em progresso democrático. Um progresso que caracterizou o período em análise, entre 2002 e 2007, mas que, como foi referido anteriormente, esmoreceu no final do primeiro mandato do governo AKP.

## CAPÍTULO SEIS

### 6. A identidade turca e a Guerra do Iraque

Pouco depois de formar governo, no final de 2002, o AKP foi confrontado com uma difícil decisão, a de apoiar ou não a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Um apoio que se traduziria sobretudo na permissão dada às forças americanas para usar portos e bases militares em território turco no ataque às tropas iraquianas.

A dificuldade na resposta a este pedido espelhou a complexidade da política externa turca naquele período. Por um lado, a elite kemalista que dominava até então a política externa viu-se confrontada com uma iniciativa americana que poderia prejudicar a Turquia numa matéria que lhe era particularmente sensível, uma possível autonomia curda. Por outro lado, o novo governo tinha em vista uma política alternativa para o Médio Oriente, que admitia uma influência turca nesta região e uma independência da Turquia face aos Estados Unidos e União Europeia.

Esta decisão colocava ainda um problema identitário. Se na visão kemalista, a Turquia, como país ocidental, deveria colaborar com os seus parceiros do mundo ocidental, como os Estados Unidos, por outro lado, os políticos que apoiavam esta perspetiva foram confrontados com o facto de a invasão americana não servir os interesses turcos. Mais, foram confrontados com a divisão dos seus aliados, Estados Unidos e União Europeia, nesta matéria (Aras, 2004).

Além disso, uma maior cooperação política ao Médio Oriente, defendida pelo novo governo, desafiava o *status quo* da política externa turca. A visão kemalista foi confrontada com a alternativa proposta pelo novo governo de cariz conservador islâmico, cuja visão da Turquia englobava a sua definição como país muçulmano, e uma maior ligação ao Médio Oriente (Oğuzlu, 2008).

É, portanto, nesta discussão sobre o papel da Turquia no Médio Oriente e aliança estratégica com os Estados Unidos, que a definição de identidade nacional turca como país ocidental, líder na região, símbolo democrático ou país muçulmano e pertencente ao Médio Oriente, é colocada em questão. Ou seja, no contexto do objetivo delineado por esta tese que analisa a construção identitária da Turquia pela política externa do governo AKP, a participação turca na guerra do Iraque é não só um dos casos mais salientes em termos de

política externa, no primeiro mandato do governo AKP, como ainda realça o conflito identitário que compõe o sistema político turco.

O objetivo do presente capítulo é assim apresentar as definições identitárias da Turquia pelos principais atores políticos do AKP no que se refere à participação do país na guerra do Iraque. Por forma a melhor compreender as implicações das definições identitárias apontadas, iniciamos o capítulo com o contexto histórico e político das relações entre a Turquia e os Estados Unidos e, em seguida, o reestruturar da política do Médio Oriente durante o governo AKP.

## 6. 1. A aliança entre Ancara e Washington

Numa aliança que durou décadas e, de certa forma que dura até aos dias de hoje, houve com certeza momentos de maior ou menor aproximação entre os Estados Unidos e a Turquia. Entre os períodos de maior aproximação está a década de 50, como aliados na Guerra Fria, e de maior afastamento a crise do Chipre, nos anos 60, e o momento sobre o qual este capítulo se debruça, a segunda Guerra do Golfo.

Nos primórdios da Guerra Fria, a Turquia foi um membro ativo da aliança ocidental, não só por razões securitárias (Estaline chegou mesmo a ameaçar a integridade territorial da Turquia) como ideológicas, obedecendo ao princípio kemalista de que a política externa da Turquia deveria alinhar-se com o Ocidente (Özcan,2008). Nesta altura, "os líderes turcos pareciam acreditar que o facto de serem membros [da NATO] confirmava que eram parte integral da Europa - a realização do sonho de Atatürk para a Turquia moderna<sup>125</sup>" (Harris, 2003: 69).

É exemplo desta cooperação com a aliança ocidental a participação turca na Organização do Tratado Central ou Pacto de Bagdad. Fundado em 1955, o Pacto de Bagdad constituiu uma aliança defensiva entre a Turquia, Iraque, Reino Unido, Paquistão e Irão, cujo objetivo era travar a influência da União Soviética no Médio Oriente (Barrinha e Bastos, 2016). Esta aliança partiu da iniciativa norte-americana que pretendia criar uma proteção regional contra os avanços soviéticos (Sanjian, 1997). A Turquia e o Iraque foram os primeiros países a adotar este plano, assinando um acordo de assistência mútua entre a

---

<sup>125</sup> No original: "Turkish leaders seemed to believe that membership confirmed them as an integral part of Europe - the realization of Atatürk's dream for modern Turkey"

contra uma agressão externa (Jasse, 1991). O acordo visava a inclusão de outros países com interesse em manter a segurança na região, incluindo o Reino Unido e os Estados Unidos. No entanto, Washington recusou juntar-se ao acordo alegando um possível agravamento das relações entre Israel e o mundo árabe ou mesmo das relações entre os países árabes (Ashton, 1993), apesar de continuar a apoiar a iniciativa, assinando acordos bilaterais com cada membro e participando nas reuniões (U.S. Department of State Archive, 2009). Por sua vez, o Reino Unido, tentando manter a sua influência na região, tornou-se membro ainda em 1955.

No entanto, esta "fase de uma imaginada completa harmonia"<sup>126</sup> Harris (2003: 66) entre Washington e Ancara terminou com crise do Chipre nos anos 60, quando o presidente americano Lyndon B. Johnson escreve uma carta a Ancara em tom de aviso para não atacar outro membro da NATO, a Grécia, devido ao conflito cipriota. Esta questão fez com que os representantes turcos se apercebessem da restrição que a aliança com os Estados Unidos impunha ao país, pois não seria mais a Turquia a escolher os seus próprios inimigos (Uslu, 2003).

Daí que, nesta altura a Turquia tentasse promover a cooperação com outros países, nomeadamente com a União Soviética, apesar de nunca ter realmente considerado uma mudança drástica de aliança (Uslu, 2003). Na verdade, durante este período e até ao golpe de estado de 1980, "a Turquia seguiu uma política externa multidimensional e tentou aumentar o nível das relações com os países de Terceiro Mundo e com o mundo árabe"<sup>127</sup> (Özcan, 2008).

O golpe de estado de 1980, que alterou significativamente a vida política na Turquia<sup>128</sup>, voltou a reforçar a aliança entre Washington e Ancara, uma vez que os Estados Unidos foram dos primeiros países a apoiar as forças armadas turcas. A relação positiva entre os dois aliados manteve-se ainda durante o governo Özal, uma vez que este foi um defensor do mercado livre e responsável pela abertura da economia turca (Harris, 2003).

No entanto, o contexto no qual se desenvolveu a cooperação entre os dois países durante décadas foi drasticamente alterado com o fim da Guerra Fria. Durante este período, os interesses de Washington e Ancara convergiram. Os Estados Unidos viam na Turquia um importante aliado numa localização estratégica contra a União Soviética e a Turquia

---

<sup>126</sup> No original "phase of imagined complete harmony"

<sup>127</sup> No original "Turkey followed a multi-dimensional foreign policy and tried to increase the level of relations with Third World countries and the Arab World"

<sup>128</sup> Ver capítulo quatro.

acredita que a aliança com os Estados Unidos servia de proteção a uma eventual ameaça soviética (Sayari, 2004). Numa nova conjectura mundial, a Turquia teria que voltar a encontrar o seu lugar.

A década de 90 na Turquia foi marcada pela instabilidade externa e interna (de sucessivos governos), o intensificar da atividade do PKK e uma maior expressão do Islão político<sup>129</sup>. Estes fatores refletiram-se igualmente nas relações entre a Turquia e os Estados Unidos. Se em certos momentos a aliança foi forte (como na Primeira Guerra do Golfo), foi também fraca noutros (críticas dos Estados Unidos à forma como a Turquia lidava com o conflito curdo, a recusa dos Estados Unidos ao pedido de uma política mais forte da NATO na Bósnia por parte de Ancara, entre outros) (Sayari, 2004).

Neste novo contexto internacional, a Turquia deu mais importância às organizações internacionais e não apenas à sua cooperação com os Estados Unidos. Atendendo também ao facto de que a política externa era agora mais discutida na opinião pública, assim como entre políticos e oficiais, "o horizonte da política securitária e externa da Turquia alargou-se tanto regional como funcionalmente. A Turquia estava mais presente nas crises internacionais e tentou proteger os seus interesses de forma mais assertiva"<sup>130</sup> (Uslu, 2003: 290).

Apesar disso, o final da década "pode ser visto em retrospectiva como um período de lua-de-mel"<sup>131</sup> (Hale, 2007: 89) para a aliança entre os Estados Unidos e a Turquia que nesta altura voltou a ser reforçada. O apoio americano à candidatura turca à União Europeia e a ajuda na captura de Öcalan, líder do PKK, são disso exemplo.

Destá forma, quando Washington decidiu invadir o Iraque, os oficiais americanos pareciam estar convencidos de que iriam contar com o apoio da Turquia (Hale, 2007). De facto, a liderança do AKP parecia convencida que seria melhor seguir o plano americano (idem), uma vez que seria a única forma de conter as consequências negativas que o conflito traria ao país (Balık, 2016), nomeadamente um possível agravamento do conflito curdo (Sommer, 2015). No entanto, o "(...) o verdadeiro desafio centrar-se-ia em convencer o TBMM [*Türkiye Büyük Milliyet Meclisi*, em turco, ou Grande Assembleia Nacional da Turquia, em português] e o público da necessidade de apoiar a guerra americana no

---

<sup>129</sup> ver capítulo 2.

<sup>130</sup> No original "the horizon of Turkey's foreign and security policies broadened both regionally and functionally. Turkey was more active in the international crises, it tried to protect its interests more assertively."

<sup>131</sup> No original "in retrospect can be seen as a honeymoon period."

Iraque.<sup>132</sup>" (Balık, 2016: 169). De acordo com a Constituição da Turquia, qualquer apoio a um ataque militar que inclua o envio de tropas estrangeiras para território turco, precisa de ser aprovado pelo Parlamento, uma questão sublinhada por Erdoğan na sua visita a Washington em Dezembro de 2002 (Balık, 2016).

Neste período, a influência de Davutoğlu na política externa do AKP fez-se notar, uma vez que este aconselhou Abdullah Gül, a tentar persuadir Saddam Hussein para cooperar com as resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na questão iraquiana, e tentar criar uma plataforma regional que promovesse uma solução pacífica (Balık, 2016). Esta ação conjuga-se com a definição de Turquia como um país que contribui para a paz pela liderança do AKP, à qual nos referimos com mais detalhe posteriormente, e com a política externa turca delineada por Davutoğlu, tornada explícita no capítulo três.

A decisão foi colocada perante o Parlamento em Março de 2003, sendo que o AKP decidiu permitir aos seus membros do Parlamento votar livremente, sem orientação partidária, o que resultou na rejeição da moção que permitiria ao exército americano usar os portos e bases turcas nas operações de invasão do Iraque (Balık, 2016). O resultado surpreendeu tanto o AKP como Washington e marcou o início de um período difícil entre os dois aliados, apesar de o Parlamento ter aprovado mais tarde a abertura do espaço aéreo ao exército americano e o envio de tropas turcas para o Norte do Iraque (idem).

Na verdade, a guerra no Iraque não só pôs a Turquia numa situação difícil face aos Estados Unidos mas também pôs o país num dilema sobre qual dos aliados apoiar, se os Estados Unidos se a União Europeia (Aras, 2004). Apesar de nem todos os estados-membros serem contra a invasão americana do Iraque, alguns dos seus membros mais fortes, como a França e a Alemanha opuseram-se às intenções norte-americanas (BBC News, 2003a). Segundo Aras (2004: 106), "A identidade de Ancara estava dividida entre os EUA e a UE e foi forçada a escolher um lado na crise do Iraque"<sup>133</sup>, sendo assim obrigada também a escolher entre uma forte posição na região ou ser membro da União Europeia. Mais tarde, em 2005, as relações entre os Estados Unidos e a Turquia recuperaram após Washington ter visto uma relação positiva entre Ancara e Bagdade (Hale, 2007).

---

<sup>132</sup> No original "The real challenge would centre on convincing the TBMM and the public of the necessity of supporting the US war on Iraq."

<sup>133</sup> No original: "Ankara feels its identity torn between the U.S. and the EU and has been forced to chose a side in the Iraqi crisis."

## 6. 2. O conflito curdo e a Guerra do Iraque

A comunidade curda é uma parte significativa dos habitantes da Turquia e constitui 15 a 20 por cento da população (Zanotti, 2014). O nacionalismo turco imposto pela República por altura da sua fundação resultou na supressão dos direitos da comunidade curda, um tema analisado em detalhe no capítulo oito desta tese, e no desenvolvimento de um movimento separatista curdo, o PKK. Numa luta de décadas, a ameaça colocada pelo separatismo curdo definiu a estrutura política turca, nomeadamente, no que respeita à influência militar na decisão política <sup>134</sup>(Uzer, 2011)

No que respeita ao contexto da Guerra do Iraque, Ancara receava que com a invasão americana, o PKK seria capaz de encontrar abrigos seguros no Norte do Iraque, uma área controlada pela população curda iraquiana, ou mesmo que esta região se declarasse autónoma e se transformasse num estado curdo independente (Somer, 2015). Ancara percecionava o Norte do Iraque e o Sudeste da Turquia (com uma vasta população curda) regiões idênticas e que, portando, dada a oportunidade, a identidade étnica curda iria sobrepor-se a qualquer outra (idem), fazendo com que a população curda na Turquia aspirasse a uma independência. De facto, a nova constituição iraquiana de 2005 legitimou o Governo Regional do Curdistão, no Norte do Iraque, que detém a sua própria constituição, órgão legislativo, bandeira nacional, forças de segurança e um sistema democrático (Bilgin e Sarıhan, 2013).

Na verdade, depois da invasão americana do Iraque, em 2006, o PKK lançou vários ataques a território turco das Montanhas Quandil, no Norte do Iraque. Nesta altura, Erdoğan pediu ajuda a Washington para destruir os campos de treino do PKK na região, mas sem sucesso. Os curdos eram apoiantes da política americana no Iraque e Washington considerava o seu apoio crucial (Larrabee, 2007). Apesar disso, atendendo ao facto de que as relações entre os dois aliados se deterioravam rapidamente, Washington acabou por apoiar o ataque ao PKK no Norte do Iraque pelas forças turcas (Gordon e Taşpınar, 2008). A urgência em atacar o PKK no Norte do Iraque refletir-se-á na análise de discurso apresentada mais à frente neste capítulo, uma vez que, na segunda metade do primeiro mandato do AKP, o discurso da sua liderança se centra na ideia de que a Turquia fará o

---

<sup>134</sup> Ver capítulo dois.

que for necessário para manter a sua segurança. Mais ainda, o reacender dos ataques do PKK prejudicaram o que parecia ser uma posição mais favorável por parte do governo AKP face à minoria curda e à concessão de direitos a esta, uma questão em análise no capítulo oito.

Apesar do escalar do conflito com o PKK, que vitimou centenas de membros das forças de segurança turcas, o governo AKP mostrou-se disposto a manter uma relação com o Governo Regional do Curdistão, ao autorizar voos para duas cidades da região, a abertura do consulado em Mosul, e ao manter relações económicas baseadas sobretudo no petróleo e gasolina (Larrabee, 2007).

Juntamente com a explicitação da relação entre Washington e Ancara, e a importância da questão curda no contexto da Guerra do Iraque, seguimos o capítulo com o enfoque na posição da Turquia face ao Médio Oriente, sendo que ambos se conjugam na análise no papel deste país na invasão do Iraque.

### 6.3. A Turquia e o Médio Oriente

Desde o colapso do Pacto de Bagdad, uma aliança entre a Turquia, o Iraque, Grã-Bretanha, Paquistão e Irão, para prevenir a expansão do comunismo no Médio Oriente, que o governo turco não tinha uma estratégia definida e abrangente para a região, concentrando-se apenas em relações bilaterais com vários países (Hale, 2009).

Com o governo AKP, esta política sofreu uma mudança. A política externa do AKP consistia em tornar a Turquia um líder da região, fazendo uso do seu legado histórico. Esta liderança conjugaria relações com os Estados Unidos e União Europeia, assim como com os países do Médio Oriente, Cáucaso e Balcãs<sup>135</sup>.

Neste contexto, a cooperação da Turquia com os países do Médio Oriente evoluiu substancialmente. São disto exemplo as relações com a Síria, país com o qual a Turquia esteve à beira da guerra mas com o qual mantinha excelentes relações em meados dos anos 2000. Ancara e Teerão mantinham também relações estáveis (Sözen, 2010). Na verdade, os únicos países com quem a Turquia mantinha uma ligação problemática eram o Chipre e a

---

<sup>135</sup> Ver capítulo três.

Arménia, e mesmo com este último as relações diplomáticas tiveram um desenvolvimento positivo durante o segundo mandato do AKP (idem).

Durante este período, a Turquia estava num processo de definição da sua identidade e do seu lugar com os países vizinhos (Linden e Tolay, 2012). A identidade é, na verdade, central no debate sobre qual a política externa adotada pela Turquia no que concerne o Médio Oriente. A política externa turca está intimamente ligada à luta pelo poder político e à política identitária da própria Turquia (Altunışık, 2009). Tal como afirma Aras (2004:18), "diferentes elites identitárias geram diferentes exigências e diferentes tentativas de influenciar a política externa"<sup>136</sup>, um processo ao qual também Weldes (1998) e Campbell (1992) se referem quando sublinham que há um conflito constante entre a representação dominante de identidade e as representações que a desafiam. Ou seja, diferentes grupos políticos lutam pelo poder de impor a sua definição identitária e, logo, a sua política externa.

Altunışık (2009) afirma que o AKP, tal como Turgut Özal e Ismail Cem anteriormente, apresentava uma visão alternativa àquela tradicionalista, associada aos partidos CHP, de cariz kemalista, e *Milliyetçi Hareket Partisi*<sup>137</sup> (MHP), nacionalista, quanto à política do Médio Oriente. O AKP apresentava uma nova definição de identidade da Turquia, como país muçulmano, democrático e parte da civilização islâmica, diferente daquela preconizada pelos tradicionalistas que viam a Turquia como um estado moderno secular (Altunışık, 2009).

O AKP foi além da visão securitária e tentou promover as relações políticas com os grupos sunitas e xiitas, adotando uma política externa focada no *soft power* da Turquia na região e na promoção da Turquia como um exemplo, um país muçulmano e democrático que se situaria numa diferente civilização, isto é, islâmica (Altunışık, 2009). Na verdade, como assinalaremos mais à frente, o governo AKP define a Turquia como um país democrático e promotora da paz no que respeita à guerra do Iraque, apesar de manter uma postura rígida no respeito à autonomia curda.

É na verdade a questão curda que mais enforma a visão tradicionalista no contexto da invasão do Iraque (Altunışık, 2009). A guerra no Iraque demonstrou aos tradicionalistas que os interesses dos aliados ocidentais nem sempre servem os interesses da Turquia.

---

<sup>136</sup> No original "Different elite identities give birth to different demands and attempts to influence foreign policy:".

<sup>137</sup> Partido de Ação Nacionalista

Aliás, no caso do Iraque esta visão tradicionalista ficou dividida, se, por um lado, uns defendiam que a Turquia deveria intervir militarmente por forma a ganhar talvez uma oportunidade para lidar com a ameaça curda, outros achavam que o país não deveria intervir pois desconfiavam dos planos americanos. Na verdade, os Estados Unidos eram a favor de um Iraque fragilizado e descentralizado, o que seria contra os interesses securitários da Turquia (Özcan, 2008).

Por sua vez, a decisão contra a participação das tropas turcas na coligação liderada pelos Estados Unidos foi na verdade vista como uma maior abertura democrática na Turquia e o enfraquecimento do poder militar no país (Özcan, 2008). Esta decisão e a política externa do AKP em relação ao Médio Oriente fez com que muitos falassem do afastamento da Turquia em relação ao Ocidente, falado mesmo da criação de um "eixo dos excluídos", que incluía a Rússia e que surgiu como reação aos Estados Unidos ou uma alternativa da Turquia em relação ao projeto europeu (Linden et al., 2012).

Oğuzlu (2008) argumenta em contraste que esta mudança não representa um afastamento dos países ocidentais mas apenas uma maior importância da questão do Médio Oriente nas relações da Turquia com os seus parceiros ocidentais. A Turquia adotou uma atitude mais pragmática em relação ao Médio Oriente e também uma atitude menos emocional em relação à Europa e aos Estados Unidos (Oğuzlu, 2008). Deste modo, a política do AKP em relação ao Médio Oriente produziu alguns resultados positivos. Como por exemplo, o facto de, por altura do início das negociações com a União Europeia, em 2005, o mundo árabe ter começado a olhar com interesse para a Turquia, sendo que começou a surgir a ideia de que a Turquia constituiria um modelo de reforma para o mundo árabe (Kirişçi, 2011).

#### 6. 4. A construção discursiva de um país democrático e pacífico

A invasão do Iraque pelas forças norte-americanas surgiu então numa altura em que o governo turco, liderado pelo AKP, pretendia construir uma nova política externa para o país. Esta nova política fazia da Turquia um país influente a nível regional, com ligações ao Médio Oriente, mas também aos Balcãs, União Europeia e Cáucaso, aproximando-se assim do legado histórico do império otomano. A sua influência seria política e não militar, de *soft* e não *hard power* (Keyman, 2009), sendo que os líderes

turcos sublinhavam a ideia de que a Turquia deveria contribuir para a paz no Médio Oriente, atingindo assim um patamar de influência a nível internacional (Davutoğlu, 2008).

Atendendo a este objetivo, o discurso apresentado pelos líderes políticos em análise neste trabalho retrata sobretudo a Turquia como um país democrático e a favor da paz. A Turquia como país democrático é seguramente uma das definições identitárias mais recorrentes no contexto da invasão do Iraque, sobretudo entre 2002 e 2005. Esta característica está presente ao longo dos quatro eventos analisados nesta tese, em harmonia com a definição de Turquia veiculada pelas ideias de Davutoğlu para a política externa do país e ainda com a estratégia discursiva do AKP, consequência da transformação do movimento político islâmico turco<sup>138</sup>.

No contexto da guerra do Iraque, a definição de identidade nacional como democrática surge principalmente como justificação face à decisão do parlamento em não ceder território turco para a invasão americana. Logo no início do mandato do AKP, mesmo antes da decisão parlamentar e após uma visita oficial aos Estados Unidos, onde o líder do AKP se encontrou com o então presidente norte-americano, George W. Bush, Erdoğan indicou que "somos um país [a Turquia] democrático. Numa democracia, estas decisões mais importantes são tomadas pelo parlamento"<sup>139</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2002f). Poucos dias depois, Gül transmite a mesma ideia ao declarar, numa reunião no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia, que "a Turquia não é um emirado, não é um reinado. Isto significa que, num caso de vida ou morte como a guerra, as políticas da Turquia não podem ser determinadas apenas por umas frases vindas dos lábios do seu líder"<sup>140</sup> (Gül, citado em Zaman, 2002g).

Aproximadamente um mês depois da decisão parlamentar, num artigo publicado no Washington Post, Erdoğan admite mesmo a dificuldade da decisão e defende as posições tomadas pela Turquia, afirmando que "nós queríamos encontrar um entendimento entre democracia, as sensibilidades da sociedade turca, o apoio aos Estados Unidos e o nosso desejo de proteger os nossos próprios interesses nacionais"<sup>141</sup> (Erdoğan, citado em Zaman, 2003f).

---

<sup>138</sup> Ver capítulo quatro.

<sup>139</sup> No original "Biz demokratik ülkeyiz. Demokrasilerde parlamento ağırlık olarak böylebir kararı vermeli".

<sup>140</sup> No original "Türkiye bir emirlik değil, krallık değil. Yani, savaş gibi hayatı bir konuda liderin dudaklarından çıkacak birkaç cümle Türkiye'nin politikalarını belirleyemez"

<sup>141</sup> No original "Demokrasi ve Türk kamuoyunu duyarlılıklarıyla ABD'yi destekleme ve kendi ulusal güvenlik çıkarlarımızı koruma arzumuz arasında bir uzlaşma sağladık".

Arinç recorre também ao conceito de democracia para justificar a atitude das autoridades turcas face à invasão do Iraque. Anos mais tarde, respondendo nos Estados Unidos a uma pergunta sobre como a decisão parlamentar turca afetou as relações entre Ancara e Washington, Arinç pronuncia-se sublinhando também que a "Turquia é um país democrático e soberano com um parlamento em funções<sup>142</sup>" (Arinç citado em *Hürriyet Daily News*, 2005b) e que os Estados Unidos eram responsáveis pela decisão negativa uma vez que não tinham informado suficientemente o governo e povo turco sobre os seus planos no Iraque.

De forma mais contida que por exemplo no contexto de integração europeia, este conceito é também citado para enaltecer a importância da Turquia no Iraque e no Médio Oriente. Erdoğan, por exemplo, afirmou em Abril de 2003 que "a Turquia é o único país que pratica um sistema democrático no Médio Oriente. Nós temos outra vantagem. A Turquia é o único país que possibilita a harmonia entre a democracia e a cultura islâmica<sup>143</sup>" (Erdoğan citado em *Hürriyet Daily News*, 2003a). O então primeiro-ministro discursava num encontro em Câmara de Indústria de Ancara onde sublinhou o papel que a Turquia poderia desempenhar na reconstrução do Iraque após a invasão norte-americana, nomeadamente, na área da construção civil.

Mais tarde, no final de 2003, Gül utiliza a mesma ideia para referir a Turquia como um modelo democrático. O então ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou, enquanto falava da possibilidade da cooperação entre empresas japonesas e turcas na reconstrução do Iraque com o então primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, que acreditava que "a Turquia será um bom modelo para a democracia.<sup>144</sup>" (Gül citado em *Hürriyet Daily News*, 2003b).

## 6. 5. A Turquia como país promotor de paz

Se a definição identitária ligada ao conceito de democracia serviu de justificação à recusa do parlamento turco em apoiar os Estados Unidos, a construção da Turquia como país promotor de paz na região associa-se aos esforços diplomáticos deste país por uma

---

<sup>142</sup> No original "Turkey is a democratic and sovereign country with a functioning parliament."

<sup>143</sup> No original "Because Turkey is the only country which practices a democratic system in the Middle East. We have another advantage. Turkey is the only country which enables harmony with democracy and Islamic culture"

<sup>144</sup> No original "I believe that Turkey will be a good model for democracy".

resolução pacífica da crise antes da invasão e ao envio de tropas turcas para o Iraque como força estabilizadora após a mesma.

A Turquia organizou encontros com vários países do Médio Oriente por forma a tentar convencer Saddam Hussein a evitar a guerra (Hale, 2007). No final deste périplo pelo Médio Oriente e antes de viajar para Davos onde iria participar no Fórum Económico Mundial em Davos no final de Janeiro de 2003, Gül declarou numa conferência de imprensa que "os esforços da Turquia para encontrar uma solução pacífica para a crise no Iraque atraíram o interesse do mundo inteiro"<sup>145</sup> (Gül, citado em Zaman 2003g). Mais uma vez, a ideia de que a Turquia tem uma posição preeminente na região e consequentemente no mundo, o que se conjuga com a política externa de Davutoğlu e do AKP, que promove o país como força positiva no Médio Oriente e não como ator beligerante.

Referindo-se a esse mesmo encontro em Davos, na sessão semanal no parlamento turco no final de Janeiro de 2003, Erdoğan recorreu igualmente à ideia de que a Turquia seria um país promotor de paz. Erdoğan afirmou que:

A Turquia chegou a uma posição para determinar o destino da guerra do Iraque. Eu tenho testemunhado que o nosso país está numa posição crucial para a paz não só na região mas também no mundo durante os encontros de Davos [referindo-se aos encontros internacionais do Fórum Económico]<sup>146</sup> (Erdoğan citado em Hürriyet Daily News, 2003c).

Como foi referido anteriormente, Ancara acabou por enviar tropas turcas para o Norte do Iraque em Março de 2003. Uma decisão que o governo AKP justificou argumentando que o objetivo da operação seria prevenir uma crise humanitária (Burkeman & Howard, 2003). Isto mesmo é antecipado por Gül, numa entrevista na televisão estatal da Turquia, TRT, em Março de 2003, onde declarou que "se necessário, nós enviaremos tropas para a zona pelas pessoas e para prevenir o terrorismo"<sup>147</sup> (Gül citado em Zaman 2003h),

Apesar do envio de tropas para o Norte do Iraque sinalizar a preocupação de Ancara com uma crescente autonomia curda e do governo ter afirmado que esta seria uma medida necessária para proteger o interesse nacional (Güney, 2005), Erdoğan assinalou, por ocasião da visita do primeiro-ministro da Índia Atal Bihari Vajpayee, em Setembro de 2003, que a Turquia "não irá para o Iraque pela segurança de um só grupo étnico, mas para

---

<sup>145</sup> No original "Irak'taki krizin savaşız bir şekilde çözümünü sağlamaya dönük Türkiye'nin gayretleri, bütün dünya ilgisini çekmektedir"

<sup>146</sup> No original "Turkey has come to a position to determine the fate of the Iraqi war. I have witnessed that our country is in a crucial position for the peace in both the region and the world during the Davos meetings."

<sup>147</sup> No original "Gerekirse insanı kaygılar ve teröre imkan vermemek için bölgeye asker göndeririz."

garantir a paz e segurança de todo o povo iraquiano<sup>148</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003i). O líder do AKP tentou assim afastar a ideia de que Ancara teria apenas como único objetivo conter as forças curdas. Erdoğan falava numa altura em que foi autorizado um segundo envio de tropas turcas para o Iraque, desta vez a pedido de Washington (BBC News, 2003b).

Tal como no contexto de integração europeia da Turquia, quando Erdoğan estabelece ligações entre os valores europeus e o povo turco, também na justificação do envio de tropas turcas para o Iraque, o líder do AKP apela a uma ligação com o povo iraquiano. Em resposta a uma pergunta colocada pelo Secretário-Geral da Liga Árabe, durante o Fórum Ambrosseti, realizado em Setembro de 2003, sobre a força militar da Turquia, o líder do AKP respondeu que "nós [a Turquia] queremos ir lá pela paz do povo iraquiano. Nós queremos estar numa região separada dos americanos. Se o povo iraquiano quiser, iremos."<sup>149</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2003j).

## 6. 6. A Turquia como um país forte e influente

A guerra do Iraque ocorreu numa altura em que, como já referimos anteriormente, o governo turco aspirava a uma política externa que mostrasse a Turquia como país líder da região. Não admira portanto que, do discurso identitário sobre a Turquia de então sobressaia a ideia da Turquia como país forte e importante tanto no Médio Oriente como no mundo.

Referindo-se à decisão das Nações Unidas quanto à invasão do Iraque, por exemplo, Erdoğan refere em Fevereiro de 2003 que "a Turquia é um grande país que a comunidade internacional não pode ignorar enquanto toma uma decisão"<sup>150</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2003k). Estas palavras foram incluídas na mensagem de Erdoğan à população turca por ocasião do *Kurban Bayramı* ou Festa do Sacrifício, uma importante celebração na religião muçulmana.

---

<sup>148</sup> No original "Herhangi bir etnik unsurun güvenliği için değil, tüm Irak halkının güvenliği ve huzuru için Türkiye oraya gidecektir."

<sup>149</sup> No original "Biz Irak'a halkının huzuru için gitmek istiyoruz. Orada Amerikalardan ayrı bir bölgede olmak istiyoruz. Irak halki isterse gideriz."

<sup>150</sup> No original "Türkiye, uluslararası camianın hiçbir kararında göz ardı edemeyeceği büyük bir ülkedir".

Este ênfase na força da Turquia é notável ainda nos avisos feitos por Ancara aos curdos do Iraque do Norte. Após as forças curdas terem entrado em Kirkuk, uma das preocupações de Ancara (Hale, 2007), Gül comentou sobre estes desenvolvimentos num jornal diário turco onde afirmou, de forma assertiva, que "o nosso aviso para eles (Curdos do Iraque) é este: Não provoquem a Turquia desnecessariamente. Nós temos garantido a sua segurança por 12 anos [data da primeira Guerra do Golfo]. Nós temos-lhes garantido todos os tipos de ajuda, mas ninguém deve tomar a Turquia de forma leve. Todos deviam saber isto: a Turquia é o país mais importante da região<sup>151</sup>." (Gül citado em Hürriyet Daily News, 2003d).

Além disso, na política externa adotada pelo AKP, segundo os preceitos da "Profundidade Estratégica" de Davutoğlu<sup>152</sup>, a influência da Turquia no Médio Oriente está ligada a uma ligação histórica com a região e este conceito está igualmente presente no discurso dos dirigentes turcos no que respeita à invasão do Iraque. Erdoğan é bastante claro quando, num comunicado televisivo à população em Maio de 2003, afirma:

Por causa da sua localização geográfica e da sua grande responsabilidade histórica nesta região, a Turquia não pode ter uma política externa unidimensional e unidirecional. O princípio básico da política externa do nosso governo é a activa e expansiva abertura da Turquia exigida por esta localização. O nosso governo, a braços com problemas de política externa como o Iraque, o Chipre e a Europa, que se acumularam com o passar dos anos, começou a fazer grandes e ativos esforços no contexto deste princípio básico.<sup>153</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2003l).

Na verdade, há uma constante referência por parte de Erdoğan e Gül ao povo iraquiano como "irmãos<sup>154</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003m) e "parentes<sup>155</sup>" (Gül citado em Zaman, 2003n), o que remete para uma ligação entre os povos através da religião. Erdoğan chegou mesmo a referir "irmãos muçulmanos<sup>156</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2003m) num encontro com o ex-presidente norte americano Bill Clinton em Setembro de 2003.

---

<sup>151</sup> No original "Our warning to them (Iraqi Kurds) is this: Do not provoke Turkey unnecessarily. We have been providing their security for 12 years. We have given them all kinds of help, but no one should take Turkey lightly. Everyone should know this: Turkey is this region's most important country."

<sup>152</sup> Ver capítulo três.

<sup>153</sup> No original Türkiye, sahip olduğu coğrafi konum ve derin tarihi sorumluluk alanı içinde tek boyutlu ve tek eksenli bir dış politika yürütmez. Hükümetimizin temel dış politika ilkesi Türkiye'nin bu konumunun gerektirdiği aktif ve kapsamlı bir açılımdır. Irak, Kıbrıs ve Avrupa Birliği gibi yılların birikimi dış politika sorunlarını önünde bulan hükümetimiz bu temel dış politika ilkesi çerçevesinde aktif ve yoğun bir çaba içinde olagelmıştır.

<sup>154</sup> No original "kardeşlerimizin"

<sup>155</sup> No original "akrabamızdır"

<sup>156</sup> No original "Müslüman kardeşlerimiz"

A ligação histórica da Turquia ao Iraque continua a ser referida pela liderança do AKP ao longo dos anos, como é notório, por exemplo, quando Gül enquanto respondia a perguntas colocadas pelo jornal Turkish Daily News, numa altura em que as eleições no Iraque, em Janeiro de 2005, deram a vitória aos curdos em Kirkuk, declara que a "Turquia é a favor da manutenção da integridade territorial do Iraque. Não atua sob ameaças. Um confronto no Iraque nesta altura devido ao comportamento extremistas iria causar o caos no Iraque. A região não pode resolver este problema sozinha. A Turquia é um país regional. Tem uma responsabilidade histórica perante a região<sup>157</sup>" (Gül citado em Hürriyet Daily News, 2005c).

Na verdade, a questão curda e a luta contra o PKK vão dominar o discurso político a partir de 2005 no que respeita ao Iraque. A partir desta altura a liderança do AKP reitera de forma constante que a Turquia fará "(...) o que for necessário de forma hábil no devido tempo"<sup>158</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2005b), palavras proferidas num encontro do partido em Outubro de 2005, onde apelou ainda a uma maior ação contra o PKK por parte de Washington.

## 6. 7. Conclusão

A construção discursiva da identidade turca no que concerne ao contexto da invasão do Iraque remete sobretudo para um país democrático, promotor de paz, forte e influente na região. Esta construção está de acordo com a política externa avançada pelo AKP, e com as ideias que estiveram por detrás desta política expressas por Davutoğlu. No entanto, esta posição nem sempre foi fácil de conciliar com a preocupação turca em relação a uma possível autonomia curda pois à medida que a ameaça do PKK no Norte do Iraque se torna mais evidente, o discurso volta-se para uma posição mais dura e de advertências que o governo fará "o que for necessário<sup>159</sup>" para garantir a segurança nacional (Gül citado em Zaman, 2006b), deixando de referir de forma frequente conceitos como democracia ou paz.

---

<sup>157</sup> No original "Turkey is a regional country. It has a historical responsibility towards the region."

<sup>158</sup> No original "bizler gereğinin vaktinde, zamanlamasını iyi yapmak kaydıyla yerine getirilebileceğinin bilinmesini"

<sup>159</sup> No original "(...) bir gerekeni yaparız."

O discurso analisado neste capítulo reflete assim a tentativa do governo AKP em manter a construção identitária turca nos trâmites definidos por uma política externa que tentava enaltecer a influência da Turquia na região como país promotor de paz. No entanto, o governo deparou-se com um conflito que é há muito parte estruturante do sistema político turco, o conflito curdo, o que acabou por endurecer as palavras da sua liderança.

## CAPÍTULO SETE

### 7. A identidade turca e o véu islâmico

Ser contra ou a favor da proibição do véu islâmico nas instituições educacionais e estatais é uma das questões que melhor simboliza a cisão na sociedade turca entre aqueles que seguem os preceitos de secularismo e modernidade ditados pelo pai fundador da nação - Mustafa Kemal Atatürk - e aqueles que querem uma maior expressão social e política da religião muçulmana. Esta divisão dá continuidade à velha questão que assombra a República da Turquia desde a sua concepção - o dualismo entre o Ocidente e Oriente, a pertença à civilização ocidental ou oriental (Göle, 1996). Enquanto que, os defensores da proibição e de um Estado secular rígido representam a defesa do processo de modernização da República da Turquia (Islam et al., 2010), e, portanto, o ultrapassar da dualidade ao integrar a nação turca na civilização ocidental, os opositores à lei representam a incursão da religião na sociedade, e, na perspetiva kemalista, a ameaça de uma islamização do Estado e da sociedade (Cindoğlu e Zencirci, 2008).

No contexto político, esta fratura traduz-se na defesa da proibição do véu pelo *establishment* kemalista, tradicionalmente o detentor do poder burocrático e militar, e a tentativa de relaxamento desta imposição por partidos políticos mais moderados, como o caso do Partido da Pátria de Turgut Özal, e partidos políticos islâmicos, como o caso do Partido do Bem-Estar. A história da República da Turquia está marcada pelos avanços e retrocessos nesta lei - quando alguns governos tentavam anulá-la, o *establishment* kemalista voltava a impô-la.

Sendo assim, ao simbolizar as questões ligadas à modernidade, ao secularismo e à religião islâmica, a controvérsia em torno do véu islâmico é palco para a expressão de determinada representação da identidade turca. Ao definir a identidade na Turquia neste contexto, o ator político expressa a sua construção de identidade nacional turca no que concerne a esta dicotomia entre secularismo e islamismo, modernidade e tradição.

Serve assim o seguinte capítulo para demonstrar qual a definição da identidade turca transmitida pelo AKP neste contexto e, desta forma, qual a sua representação da Turquia no que respeita aos conceitos acima referidos. Ou seja, os atores políticos analisados assumem uma posição relativamente à Turquia como estado moderno e secular

ou estado muçulmano, no qual a religião tem expressão. Talvez também por isso, Erdoğan, Gül e Arınç utilizem neste contexto um discurso pouco claro, e assinalem desta forma uma "política de evasão"<sup>160</sup>(Hale e Özbüdün, 2010: 26) quando em causa estão assuntos sensíveis, como o véu islâmico, como iremos analisar em detalhe mais à frente neste capítulo.

Antes disso, iniciamos este capítulo com uma análise mais detalhada da importância da questão do véu islâmico para a definição da identidade do Estado turco e como esta simboliza uma forte divisão na sua sociedade e política. Segue-se o resumo dos eventos políticos que inscreveram esta controvérsia na história da República da Turquia. Abordaremos ainda o período de governo do AKP e quais as posições tomadas pelo partido quanto a esta questão e, finalmente, a exposição das características do discurso referente à identidade turca pelos atores políticos, Erdoğan, Gül e Arınç, no contexto da proibição do uso do véu islâmico nas instituições educacionais e estatais na Turquia.

## 7. 1. A importância do véu islâmico na definição da identidade turca

A República da Turquia estabeleceu, desde a sua instauração, uma fissura na sociedade turca. Por um lado, a imposição forçada da modernidade à sociedade pós-otomana definia a identidade turca como moderna e secular. Por outro lado, e apesar da imposição de um secularismo rigoroso e da tentativa de erradicação da religião do espaço público, a tradição islâmica continuou a fazer parte da sociedade.

De facto, o afastamento da expressão religiosa do espaço público é uma característica do secularismo imposto na instauração da República da Turquia. Como referimos anteriormente no terceiro capítulo, na transformação para um Estado-Nação, a elite política turca impôs um secularismo radical que implicava um controlo assertivo da religião, sendo esta a única maneira de conseguir o progresso e a modernidade (Kuru, 2009). Na Turquia, a instauração de um estado secular, no termo turco *laiklik*, determina não só a erradicação da religião do estado mas o controlo do estado sobre todas as atividades religiosas. No estado kemalista, por exemplo, a Presidência de Assuntos

---

<sup>160</sup> No original "politics of avoidance" (Hale e Özbüdün, 2010: 26)

Religiosos (*Diyanet*), decidia sobre todas as questões relacionadas com teologia, fé e rituais religiosos (Karakas, 2007) .

No entanto, esta forma de laicismo nunca conseguiu afastar de forma decisiva a religião do espaço público (Atasoy, 2009). Na verdade, o efeito foi, talvez, o contrário ao desejado - a religião foi politizada e tornou-se " a identidade contra-hegemónica dominante da larga periferia<sup>161</sup>" (Yavuz, 2003: 208). A tradição islâmica tornou-se o símbolo de uma oposição à elite estatal e kemalista e, portanto, o Islão, faz parte de uma identidade turca concorrente à secular e moderna. O processo *top-down* de ocidentalização imposto pelo estado foi acompanhado por um processo *bottom-up* de emancipação islâmica (Yavuz, 2003). De acordo com Hakan M. Yavuz (2003: 4),

Após a fundação da República em 1923, a elite secularizante, centrada no estado, falhou efetivamente na incursão e transformação a sociedade tradicional e foi igualmente mal sucedida no desenvolvimento de um sistema alternativo de valores e vida associativa para a população rural do país<sup>162</sup>.

Esta tentativa de confrontar a elite política kemalista é sobretudo visível na história do movimento *Milli Görüş*, ou Movimento de Visão Nacional<sup>163</sup>, que veiculou a expressão política dos grupos Islâmicos para o sector público a partir do final dos anos 60 (Yavuz, 2003). O movimento foi representado por vários partidos políticos (Partido da Ordem Nacional, Partido da Salvação Nacional, Partido do Bem Estar e Partido da Virtude), uma vez que o confronto com o *establishment* kemalista resultou muitas vezes na ilegalidade dos mesmos, como por exemplo, o Partido do Bem-Estar, encerrado em 1998.

Desta feita, a posição contra ou a favor da proibição do véu islâmico corresponde a dois espectros da identidade turca: a elite secular é a favor da proibição, enquanto que os movimentos políticos islâmicos são contra. O conflito sobre a proibição do véu islâmico torna-se assim a mais visível expressão da interligação entre a religião e a política na Turquia (Arat, 2010), correspondendo à tentativa de reconquista do espaço público pelo Islão político ao establishment secular Kemalista (Atasoy, 2009). De acordo com Ayhan Kaya (2015), a questão em torno do véu islâmico "tornou-se uma questão simbólica

---

<sup>161</sup> No original "religion gradually was politicized and became the dominant counterhegemonic identity of the broad periphery"

<sup>162</sup> No original "After the foundation of the Republic in 1923, the secularizing, state-centric elite failed effectively to penetrate and transform traditional society, and was similarly unsuccessful in developing an alternative value system and associational life for the rural population of the country."

<sup>163</sup> Ver capítulo quatro.

fraturante que representa o contínuo debate entre secularistas e muçulmanos, modernistas e tradicionalistas, europeístas e eurocéticos"<sup>164</sup> (Kaya, 2015: 56).

Na verdade, a representação da mulher é importante no que respeita à dicotomia entre modernidade e tradição. A representação da mulher turca sem o véu islâmico era uma das características definidoras da ideologia kemalista. Os direitos políticos atribuídos à mulher na República da Turquia em 1934 eram uma fonte de orgulho para o movimento kemalista, uma vez que corroborava o argumento de que estes eram progressistas e ocidentais (Göle, 1996). O véu representaria o não-moderno, o cidadão retrógrado, diferente do moderno Kemalista (Elver, 2012).

## 7. 2. O culminar do conflito

Assim como a inserção e exclusão do Islão político fazem parte da história da República da Turquia, também o oscilar entre um relaxamento e uma maior restrição do uso do véu islâmico em instituições educacionais e estatais faz parte da história política desta controvérsia.

No entanto, apesar de ser uma questão que perpassa o processo de modernização das primeiras décadas do estado turco, ela apenas se tornou alvo de discussão da opinião pública e política, a partir dos finais dos anos 60. Mais precisamente, inicia-se em Ancara quando uma estudante decidiu usar um véu que não só tapava o cabelo como também a testa, os ouvidos, o pescoço e os ombros (Çarkoğlu e Kalaycıoğlu, 2009). Este pormenor, apesar de parecer de pouca importância, faz com que haja uma distinta diferença entre um véu que cobre mais o corpo da mulher e aquele que era tradicionalmente usado pela mulher turca, uma imagem normalmente associada à mulher rural (Jenkins, 2008). O castigo imposto à aluna e ao colega que a defendeu gerou protestos e atraiu a atenção da imprensa nacional (Çarkoğlu e Kalaycıoğlu, 2009).

Esta polémica ganhou ainda maior importância nos anos 80. Depois do golpe de estado de 12 de Setembro de 1980, a aliança entre o movimento islâmico e o poder militar contra movimentos comunistas e ateístas trouxe de volta esta questão para as universidades (idem). Apesar de nesta década, e como resultado desta aliança, o poder militar ter

---

<sup>164</sup> No original "It has become a symbolic faultline epitomising the ongoing debate between secularists and Muslims, moderns and traditionalists, European and Eurosceptics."

reconhecido a presença da religião islâmica no estado turco (Atasoy, 2009), o *establishment* kemalista começou também a olhar para a questão do véu islâmico como um desafio ao estado secular, um passo em falso na fronteira pouco clara entre a incursão do Islão político no regime kemalista e o controlo da religião pelo estado.

Em consequência, seguiram-se uma série de leis que restringiam o uso do véu islâmico nas instituições educacionais e estatais, sendo que a mais significativa foi aquela emitida pelo Conselho de Ensino Superior (*Yükseköğretim Kurulu*, na língua turca), em 1982. De notar que, não existe uma lei nacional no que respeita a esta questão, mas apenas leis administrativas com uma aplicabilidade limitada (Atasoy, 2009).

Dois anos depois do fim do governo militar e da entrada no governo de Turgut Özal, esta lei foi alterada, permitindo o uso do véu desde que de uma forma "moderna, contemporânea" (Atasoy, 2009: 173). Esta alteração à lei deu origem a uma importante distinção entre o véu tradicional (*başörtüsü*) e o *türban*, que seria então esse véu mais moderno, que não cobriria o pescoço e as orelhas. No entanto, esta distinção não foi adotada pela sociedade.

Se o objetivo desta distinção era despolitizar o uso do *türban*, conceptualizando-o como uma peça de vestuário moderna e, por isso, aceitável num regime secular, o que se seguiu foi exatamente o oposto. A partir de então o uso do *türban* tornou-se símbolo do Islão político na Turquia e, mais, da sua tentativa de conquistar espaço político. De acordo com Atasoy (2009: 174), o *türban* "discursivamente identifica o cobrir a cabeça como um símbolo político de um movimento reacionário islâmico contra o estado. Em contraste, o *başörtüsü* ficou associado à inocência da comum mulher turca-muçulmana da Anatólia"<sup>165</sup>.

Sendo assim, em 1986, o YÖK anulou a lei anterior, afirmando que o *türban* era agora a expressão de "certas orientações ideológicas"<sup>166</sup> (Cumhuriyet citado em Çınar, 2005). Isto deu origem a vários protestos, petições, boicotes e greves de fome, no final dos anos 80.

Anos depois, a proibição do véu islâmico continuou a marcar a agenda política. Desta vez, estando no centro do conflito político entre o movimento islâmico e o *establishment* kemalista, naquele que foi um evento político decisivo para o movimento e

---

<sup>165</sup> No original "discursively identifies their head covering as a political symbol of an Islamic reactionary movement against the state. In contrast, the *başörtüsü* came to be associated with the innocence of ordinary Turkish-Muslim women from Anatolia"

<sup>166</sup> No original "certain ideological orientations"

que iria marcar de forma decisiva a sua transformação: o chamado "golpe de estado pós-moderno". Uma das exigências feitas pelo Conselho Nacional de Segurança ao então primeiro-ministro, Erbakan, foi o reforçar da proibição do uso do véu islâmico, o que, no entanto, iria contra a vontade do seu grupo político. Durante os anos 90, o movimento político islâmico promoveu o retorno do uso do véu islâmico como uma forma de libertação da mulher e da nação contra a opressão do estado secular que negava à nação turca a sua verdadeira identidade (Çınar, 2005).

Há dois argumentos no que respeita à proibição do véu islâmico. Se, por um lado, é o símbolo do movimento islâmico na Turquia, que pode ser associado a um movimento contrário à modernidade, por outro, considera-se que é uma forma moderna de agência (Cindoğlu e Zencirci, 2008), uma vez que representa, no espaço público, a mulher conservadora que se emancipa. A politização do véu islâmico acompanha uma maior intervenção da mulher, tal como refere Nilüfer Göle,

Paradoxalmente, como o próprio Islão politizado, movimentou as mulheres para o cenário político, e o véu negro [no Irão], o símbolo do retorno das tradições islâmicas pré-modernas, agiu como a expressão da ação participativa das mulheres nas manifestações políticas (1996:84).

Apresentamos em seguida, como a controvérsia em volta da proibição do véu islâmico se desenvolveu até aos dias de hoje com o governo do AKP.

### 7. 3. O governo AKP e o véu islâmico

Como referimos anteriormente no capítulo quatro, o AKP é produto de uma transformação do movimento político islâmico na Turquia, que abandonou um espectro posição radical anti-ocidente para incorporar um discurso de democratização e respeito pelos direitos humanos. No entanto, tendo em conta as raízes políticas do partido no movimento islâmico turco, houve sempre a suspeita, sobretudo por parte da elite kemalista, de que haveria uma "agenda escondida" por parte do AKP para instaurar um regime autoritário islâmico (Hale e Özbüdün, 2010).

É disto exemplo a controvérsia gerada em volta das palavras de Erdoğan sobre a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de que era legítima a proibição do véu islâmico nas instituições educacionais na Turquia, de que apenas a *ulema* (comunidade religiosa) teria o direito de julgar quanto a esta questão (Zaman, 2005c). Estas palavras

foram interpretadas pela elite secular como a prova de que o AKP intencionava instaurar um estado islâmico (Jenkins, 2008), sendo que foi mesmo iniciada uma investigação pelo procurador do Supremo Tribunal turco, Nuri Ok, quanto às reações à decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos uma vez que estas "(...) não deveriam ter como alvo a secular, democrática, com base na Constituição, República da Turquia.<sup>167</sup>" (Ok citado em *Hürriyet Daily News*, 2005d). Esta investigação parece no entanto não ter tido resultados significativos.

Desta feita, torna-se evidente que a controvérsia gerada em torno da proibição do véu islâmico é significativa na análise das políticas do AKP. Na verdade, durante as campanhas eleitorais, o líder do AKP, Erdoğan, evitou falar de como esta questão seria solucionada, referindo apenas que esta questão deveria ser resolvida através do reconciliação social e não através do conflito político (Jenkins, 2008). O consenso social nesta questão é várias vezes referido por Erdoğan ao longo do primeiro mandato do AKP, como iremos analisar em pormenor mais à frente neste capítulo. Mais, embora muitos membros femininos do partido usassem véu, nenhum foi incluída na lista dos representantes partidários no parlamento (idem). Esta relutância em tomar uma posição definitiva é sintomática durante o primeiro mandato. De facto, nesta altura, o AKP apenas determinou o fim desta proibição no serviço público, com exceção dos profissionais na área da justiça e segurança, no contexto da aplicação de reformas ligadas ao processo europeu de integração (Kaya, 2015).

O AKP apenas tentou acabar com a proibição do véu após o primeiro mandato pois não queria ir contra o establishment secular e militar (Elver, 2012) o que vai ao encontro de uma questão já debatida nesta tese, nomeadamente, uma tentativa de evitar o confronto aberto com a elite kemalista por parte do AKP. O mesmo é demonstrado na análise do discurso da liderança do AKP em relação à integração europeia, uma vez que na definição identitária turca são por vezes incluídas referências a Atatürk e ao seu projeto de modernização, apesar do ênfase na Turquia como país representante de uma civilização diferente daquela europeia ser dominante.

Na verdade, mesmo nos últimos meses do primeiro mandato do AKP, a oposição secular ainda se fazia sentir. Nesta altura, o CHP bloqueou o processo de eleição do Presidente da República, pois não queria que nem Erdoğan nem Gül se candidatassem

---

<sup>167</sup> No original "(...) should not take the secular, democratic, constitutionally based turkish republic as its target;"

(Cindoğlu e Zencirci, 2008). Uma das razões apontadas contra estas candidaturas era precisamente o facto de que ambas as esposas destes líderes usarem o véu islâmico.

A questão do véu islâmico só foi então levantada depois do partido vencer as segundas eleições gerais e de um dos seus membros fundadores, Abdullah Gül, se ter tornado presidente. Anteriormente, este cargo pertencia a Ahmet Necdet Sezer, conhecido pela sua posição secularista (Kaya, 2015). De acordo com Kaya (2015), o AKP só conseguiu realmente consolidar a sua posição no seu segundo mandato governamental, altura em que começou a exercer o seu poder político de acordo com uma conceção maioritária de democracia e autoritarismo eleitoral de carácter islâmico (Özbüdün citado em Kaya, 2015).

Seguimos então neste capítulo com o escrutínio da construção discursiva da identidade turca pelo AKP no contexto desta discussão, esclarecendo deste modo a posição dos atores políticos analisados quanto à discussão entre um secularismo assertivo e a expressão religiosa na Turquia.

#### 7. 4. A identidade turca na voz do AKP

Na análise das palavras proferidas pelos atores políticos pertencentes ao AKP, Abdullah Gül, Recep Tayyip Erdoğan e Bülent Arinç, quanto à identidade da Turquia no contexto do uso do véu islâmico, há uma característica que ganha relevância: a opacidade do discurso. Apropriamo-nos desta forma de um conceito utilizado por Richard Jackson na sua análise do discurso sobre o terrorismo na América pós-11 de Setembro (Jackson, 2005). Jackson (2005) sublinha a opacidade, ou falta de transparência, no discurso quando "muitos dos termos e frases [usados] nunca são devidamente definidos ou explicados, o que faz com que os seus significados tenham que ser presumidos ou inferidos através do contexto no qual ocorrem<sup>168</sup>" (Jackson, 2005: 157).

No caso do discurso proferido pelos dirigentes políticos do AKP analisados, esta opacidade permite-lhes evitar tomar uma posição clara quanto à identidade da Turquia o que, como vimos, neste caso, significaria tomar uma posição quanto à dicotomia entre secularismo e tradição religiosa islâmica. Vejamos então o seguinte exemplo nas palavras

---

<sup>168</sup> No original "Many of the terms and phrases are never properly defined or explained, which results in their meanings having to be assumed or inferred through the context in which they occur."

proferidas por Abdullah Gül: "Ninguém deve trazer problemas artificiais para a Turquia. Mas não reconhecer claras injustiças não se coaduna com países civilizados. (...) Temos que reconhecer as realidades naturais, a realidade da Turquia"<sup>169</sup>(Gül citado em Zaman, 2002h). Gül comentava num canal televisivo uma declaração do então Presidente da República Ahmet Necdet Sezer onde este afirmava que o véu não iria ser permitido no espaço público. A declaração de Sezer foi feita ainda em Novembro de 2002 semanas depois do AKP ter ganho as eleições, mais uma vez comprovando que a temática sobre o uso do véu islâmico assinala uma tensão entre a elite secular, neste caso representada por Sezer, e o partido de Gül.

Para o AKP, esta questão servia apenas para fomentar a tensão política no país, daí que Gül sublinhe que "ninguém deve trazer problemas artificiais para a Turquia"<sup>170</sup> (Gül citado em Zaman, 2002h). A referência a "realidades naturais" é paradoxalmente clara na sua indefinição. Estas palavras parecem assumir que o uso do véu é uma característica da Turquia mas, no entanto, sem referência à religião islâmica.

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros é, por vezes, um pouco mais claro. Ao comentar o facto de, em Junho de 2005, em Erzurum, na Turquia, algumas mães terem sido impedidas de assistir a uma cerimónia de formatura na Universidade Atatürk por usarem o véu islâmico, Gül afirmou que "o véu faz parte da estrutura da sociedade, não vem de fora. É parte da sua própria crença, parte da sua própria cultura. É um resultado do conservadorismo turco e modernização."<sup>171</sup>(Gül citado em Zaman, 2005d). Gül não deixa no entanto de sublinhar que esta é uma questão também ligada ao conceito de modernização, o que reverte a ideia kemalista de que o véu estaria ligado a uma mentalidade retrógrada. Erdoğan comentou o mesmo incidente dizendo que "aqueles que fizeram cumprir esta regra (...) mostraram que não estão interessados nas raízes da alma da nação"<sup>172</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2005e), sendo igualmente evasivo no que respeita à ligação entre a religião muçulmana e o povo turco.

Na verdade, no que respeita ao uso do véu islâmico, encontramos apenas uma clara referência à identidade muçulmana da Turquia, proferida por Erdoğan, numa visita a Inglaterra. Nesta ocasião, ao responder a uma pergunta sobre o facto de, em Inglaterra, ser

---

<sup>169</sup> No original "Türkiye yapay sorunlar kimse çıkarmasın. Ama aleni haksızlıkları ben görmüyorum demek de, medeni ülkelere yakışmaz. (...) Türkiye'nin doğal gerçeklerini, realitelerini kabullenmeliyiz."

<sup>170</sup> No original "Türkiye yapay sorunlar kimse çıkarmasın."

<sup>171</sup> No original "Başörtüsü yapıdan gelen bir şey, dışarıdan alınmış suni bir şey değil. Kendi inancının, kendi kültürünün parçası. Başörtüsü Türk muhafazakarlığının, modernleşmesinin bir neticesidir".

<sup>172</sup> No original "bu milletin ruh köküyle ilgisinin olmadığı görülmüştür".

permitido o uso do véu islâmico a funcionários em instituições públicas, o então primeiro-ministro turco responde que este é um direito humano e que se tal "é possível num país maioritariamente cristão, então - se houver um consenso- também deveria ser possível num país maioritariamente muçulmano como a Turquia"<sup>173</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2005f). De notar que, esta definição foi utilizada numa visita ao exterior e não na Turquia, o que reforça a ideia de que a liderança do AKP evitava o confronto com a elite secularista na política interna da Turquia.

A opacidade do discurso no que se refere à definição da identidade turca como muçulmana, no primeiro mandato do AKP, está de acordo com o que referimos anteriormente neste capítulo quanto à "política de evasão" de assuntos difíceis pelo AKP a que se refere Hale e Özbüdün (2010) quando o que está em causa é o confronto com o *establishment* kemalista. Ou seja, podemos atribuir esta falta de transparência no discurso nesta altura à tentativa de não-confrontação com a elite kemalista durante os primeiros anos de governo do AKP.

## 7. 5. O véu islâmico como direito universal

No final dos anos noventa na Turquia, o movimento político islâmico alterou a sua tradicional posição contra o Ocidente e adotou uma linguagem cravada de conceitos como democracia, direitos humanos e Estado de direito<sup>174</sup>. O movimento político islâmico assegurava assim a sua sobrevivência, uma vez que, no espaço democrático, onde os direitos políticos são respeitados, este movimento poderia ter expressão (Dağı, 2005).

O mesmo fenómeno se aplicou à discussão sobre a proibição do véu islâmico em instituições educacionais e estatais. Também aqui, representantes da transformação do movimento político islâmico, como Erdoğan, Gül e Arınç, passaram a referir direitos como a liberdade religiosa e de expressão como argumentos contra a proibição do véu. Tal como Korteweg e Yurdakul afirmam, "enquanto que os pró-seculares se serviram do discurso iluminista europeu para argumentar, Erdoğan recorreu a um discurso universal ("em

---

<sup>173</sup> No original "Ağırlığı Hıristiyan olan ülkelerde sağlanmışsa, ağırlığı Müslüman olan Türkiye'de de konsensusle başarılıdır."

<sup>174</sup> Ver capítulo quatro.

qualquer lado do mundo") de direitos humanos, dizendo que usar símbolos religiosos não é necessariamente uma ofensa ao estado secular<sup>175</sup>" (2014: 84).

Em Novembro de 2002, a questão do véu islâmico esteve no centro de uma polémica em torno de Arınç, por este se ter feito acompanhar pela sua esposa - que usa o véu islâmico - num ato oficial de governo. Este evento provocou uma forte reação na sociedade e levou o presidente Sezer a caracterizar o véu islâmico como símbolo religioso que não deveria ser usado no espaço público (An-Na'im, 2008). Ao referir esta questão, no dia em que se realizou a primeira votação para Presidente da Assembleia da República da Turquia em Novembro de 2002, posição para a qual seria nomeado, Arınç respondeu que a proibição do véu é um ato de discriminação e afirmou que na Turquia "ninguém pode ser sujeito a discriminação com base na sua vida pessoal, crença ou vestuário<sup>176</sup>" (Arınç citado em Zaman, 2002i).

Anos mais tarde, Gül repete o argumento de que o uso do véu é um direito universal. Numa declaração feita em Abril de 2005, Abdullah Gül afirma que "não existem liberdades nem direitos específicos a cada nação. Nós vamos cumprir as normas universais na resolução deste assunto<sup>177</sup>" (citado em Hürriyet Daily News, 2005e). Esta declaração foi feita em resposta a um comentário do então Presidente do Supremo Tribunal turco, Mustafa Bumin, que afirmou que seria contra qualquer tentativa do AKP em acabar com a proibição do uso do véu islâmico nas universidades. Na sua resposta, Abdullah Gül não só associa o direito a usar o véu islâmico com o conceito de direitos universais, como também nega qualquer característica da identidade turca que poderia influenciar esta matéria. Também Arınç respondeu aos comentários de Bumin recorrendo novamente ao conceito de liberdade, ao afirmar: "Certas pessoas tentam impôr mais proibições, numa altura em que mais liberdades são precisas.<sup>178</sup>" (Arınç citado em Hürriyet Daily News, 2005e).

Na mesma altura, Erdoğan afirma ao jornal Zaman que "no que respeita ao assunto do véu islâmico já há um consenso no povo. Agora é a vez do Parlamento ter dentro de si um consenso"<sup>179</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2005g). Na verdade, um dos

---

<sup>175</sup> No original "Whereas pro-seculars drew on a European enlightenment discourse to make their claims, Erdoğan turned to a universal ("anywhere in the world") human rights discourse, arguing that wearing political symbols is not inherently an offense against the secular state."

<sup>176</sup> No original "Türkiye'de hiç kimse, özel hayatından, inancından ve kıyafetinden dolayı ayrımcılığa tabi tutulamaz."

<sup>177</sup> No original "There are no nation specific rights or freedoms. We will abide by the universal norms in resolving this issue".

<sup>178</sup> No original "Certain people tried to impose more bans at a time when more freedoms are needed".

<sup>179</sup> No original "Başörtüsü konusunda halk nezdinde mutabakat var. Sıra Parlamento içi mutabakatta."

pontos mais referidos por Erdoğan quando se refere à controvérsia em torno do véu islâmico é de que existe na Turquia um "consenso no povo" no que respeita a esta matéria, mas que este não é traduzido na lei em vigor. Apesar de não fazer referência à identidade religiosa do povo turco, Erdoğan deixa assim transparecer que o povo não estaria contra o fim da proibição do véu islâmico.

Gül apelou igualmente ao conceito de povo, quando, num canal televisivo, comentava a expulsão de um tribunal, ordenada por um juiz, da advogada Hatice Hasdemir, por esta se recusar a retirar o véu islâmico, em 2003, e declarou que "na visão do povo turco este problema não existe. Estão todos de mão dada.<sup>180</sup>" (Gül citado em Zaman, 2003o). Desta forma, a liderança do AKP sublinha a ideia de que há uma separação entre o povo e o estado turco, lembrando que o estado kemalista não tem correspondência na nação. Mais uma vez, e tal como foi referido no capítulo cinco, Erdoğan demonstra ter um discurso mais combativo que Gül, apelando ao povo mais vezes que este último.

Em 2006, surgiu ainda outro caso que suscitou os comentários da liderança do AKP. O mais alto tribunal administrativo da Turquia pronunciou-se contra a promoção de uma professora apenas porque esta usava o véu islâmico fora da escola. Erdoğan comentou que, "enquanto primeiro-ministro de um país onde a liberdade impera<sup>181</sup>", condenava esta decisão (citado em Hürriyet Daily News, 2006a), acrescentando ainda que "a liberdade religiosa e de consciência não pode ser restringida" (Erdoğan citado em Hürriyet Daily News, 2006a). O líder do AKP reforçava assim a ligação da questão do véu islâmico com o conceito de liberdade.

No entanto, é importante sublinhar que a definição da Turquia como país democrático não é, mais uma vez, clara, tal como é notório na questão da integração europeia da Turquia<sup>182</sup>. Mais uma vez e também neste ponto, a opacidade é uma característica da linguagem usada pelos atores políticos analisados. Tal como a liberdade a que se refere Erdoğan na citação referida não é claramente definida, também frases como "num país democrático e transparente, um problema como este deveria estar resolvido<sup>183</sup>" (Abdullah Gül citado em Hürriyet Daily News, 2002d), proferidas por Gül numa entrevista

---

<sup>180</sup> No original: "Türkiye halkının içinde böyle bir problem yoktur. Herkes el ele."

<sup>181</sup> No original "As the prime minister of a country where freedom prevails"

<sup>182</sup> ver capítulo seis.

<sup>183</sup> No original: "In a democratic and transparent country, such a problem should be solved"

ao *Turkish Daily News*, em 2002, não deixam claro se a Turquia é um país democrático ou se para lá se dirige.

Além disso, há ainda outro conceito usado pelos dirigentes do AKP aqui analisados - o conceito de “país civilizado”. De facto, esta expressão é utilizada diversas vezes no discurso de Abdullah Gül e de Erdoğan, embora mais uma vez os conceitos não sejam devidamente definidos. Vejamos, por exemplo, esta citação: "Nos países civilizados todos mostram respeito pela escolha pessoal de cada um"<sup>184</sup> (Gül citado em Zaman, 2002j). Nesta entrevista ao jornal Zaman, logo após as eleições de Novembro 2002, respondendo a uma pergunta sobre o impacto que iria ter no estado turco, o facto da esposa do primeiro-ministro usar véu islâmico, Abdullah Gül não é claro quanto ao facto da Turquia ser ou não um país civilizado mas relaciona com certeza este conceito com o respeito pela escolha pessoal que, neste caso, se refere ao uso do véu islâmico. Ao lado do conceito de um país civilizado está ainda a ideia de um país "maduro". Na mesma entrevista, Gül afirma que está convencido que "a Turquia atingiu esta maturidade. O povo mostrou esta maturidade"<sup>185</sup> (Gül citado em Zaman, 2002j) de mostrar respeito pela escolha pessoal.

A ideia de um país maduro e civilizado relacionada com o uso livre do véu islâmico contrasta na verdade com a ideia de país civilizado promovida pelo processo de modernização que caracterizou a instauração da República da Turquia. Para os dirigentes governativos que seguiram os princípios de Atatürk e que definiram para a República recém-nascida um secularismo rígido, como referimos anteriormente nesta tese, um país civilizado era exatamente aquele que não permitiria o uso do véu islâmico em instituições religiosas e educacionais. Como afirmou no início do século XX, Ziya Gökalp, com a instauração do estado moderno, a Turquia movia-se assim para o círculo da civilização secular, ligada à ideia de civilização europeia (Gökalp citado em Göle, 1996). No entanto, as palavras de Gül associam a ideia de um país civilizado não àquele que segue um secularismo rígido e, portanto, proíbe o uso do véu, mas àquele que respeita a liberdade religiosa.

Também Bülent Arınç refere que a Turquia não é mais um país que se prende com o medo das consequências de um maior controlo sobre a liberdade do povo. "Já não há

---

<sup>184</sup> No original "Medeni ülkelerde kişisel tercihlere herkes saygı gösterir."

<sup>185</sup> No original "Ben Türkiye'nin bu olgunlukları ulaştığı kanaatindeyim. Halk bu olgunluğu gösterdi"

ninguém para ouvir essas palavras [de medo]"<sup>186</sup> (Arınç citado em Zaman, 2005h), afirmou Arınç.

Em suma, a liderança do AKP apresentou a Turquia como um país civilizado, democrático onde a liberdade religiosa é respeitada, tentando associar a questão do véu islâmico ao respeito pelos direitos do indivíduo. De notar que, a construção da identidade nacional turca como democrática reflete uma oposição àquela da elite kemalista. Como foi referido no terceiro capítulo desta tese, o movimento político islâmico utilizou o conceito de democracia por forma a contornar o controlo do sistema político pelo *establishment* kemalista (Duran, 2006). Deste modo, o "outro" do "eu" definido pelo discurso da liderança do AKP nesta temática aplicar-se-ia à elite kemalista. Ou seja, a definição da Turquia como país democrático poderá ter como ponto de partida um "outro" interno, o que contraria o conceito de que é através da política externa e da exposição ao "outro" que o "eu" se define.

## 7. 6. Conclusão

Ao contrário do que se verificou no discurso relativo à integração europeia, a liderança do AKP não é clara na definição da Turquia como país muçulmano na questão do uso do véu islâmico. A opacidade do discurso é notória no que respeita a esta matéria o que demonstra uma relutância por parte do AKP em confrontar diretamente o *establishment* kemalista. A proibição do uso do véu islâmico era, como vimos, uma das questões mais simbólicas no que respeita à divisão entre secularistas e defensores da expressão religiosa no espaço público e portanto um discurso combativo por parte do AKP nesta matéria poderia colocar o seu governo numa posição frágil.

Tal como a transformação do movimento político islâmico significou a adoção de um discurso de defesa dos direitos humanos e democracia, também a liderança do AKP tenta associar a questão do véu islâmico a direitos universais como a liberdade religiosa, ao mesmo tempo que associa a ideia de um país civilizado com aquela de um país em que estas liberdades são respeitadas. Neste ponto, o discurso da liderança do AKP reverte a

---

<sup>186</sup> No original "bu sözlere itibar edecek kimse kalmadı".

ideia de modernização da elite kemalista, que relaciona a proibição do véu com o progresso da Turquia em direção ao mundo civilizado, ou seja, ocidental, e apresenta um país civilizado como aquele onde o véu não seria motivo de discriminação.

Finalmente, o discurso de Erdoğan em particular cria uma divisão entre a vontade do povo e aquela do Estado nesta matéria, o que sublinha a imagem de que o uso do véu islâmico representa a expressão do povo marginalizado pela elite kemalista. O uso do *türban* associa-se assim à emergência de um grupo social conservador, referido no quarto capítulo desta tese, que progressivamente desafia o controlo kemalista sobre o sistema político turco.

## CAPÍTULO OITO

### 8. A identidade turca e o conflito curdo

Se por um lado, a história da República da Turquia está condicionada pela divisão entre secularismo e religião, tal como vimos na questão do véu islâmico, ela está igualmente aprisionada pelo conflito entre nacionalismo turco e curdo. A construção de um Estado-nação turco nas cinzas de um império otomano multiétnico fez com que a inclusão ou não de algumas etnias dentro da nação turca desse origem a conflitos determinantes na estruturação da sociedade turca. Mais, o não reconhecimento da minoria curda pela República da Turquia condena até hoje o país a conflito político que condiciona não só a vida na Turquia como os desenvolvimentos políticos na região.

A questão curda é determinante na definição da identidade da Turquia pois ela dá conta da tensão existente no país entre preservar a definição de Estado-Nação que nasceu com a República e conceder direitos à minoria curda no processo de tornar o país mais democrático. Isto é, o reconhecimento dos direitos da minoria curda consequentes do desenvolvimento democrático contrasta com o conceito identitário da República da Turquia que alia estado, nação e etnia turca.

É sobre esta questão que o presente capítulo se debruça, tendo como objetivo definir a construção da identidade da Turquia pelo AKP no contexto da questão curda. Esta definição define o posicionamento do AKP na dicotomia entre a definição republicana do Estado turco, que levou à assimilação da etnia curda, e uma definição democrática que comporta o reconhecimento dos direitos da minoria.

Iniciamos o capítulo com uma revisão histórica do conflito e suas implicações para a definição identitária da Turquia. Segue-se a exposição das medidas tomadas pelo governo AKP desde 2002 até aos dias que correm, e, finalmente, a análise da construção da identidade turca no discurso político de Recep Tayyip Erdoğan, Abdullah Gül e Bülent Arınç.

## 8.1. A instauração da República e a questão curda

Apesar da influência política que os movimentos nacionalistas curdos tiveram e continuam a ter na política da Turquia e da região, estes tiveram um desenvolvimento tardio. Uma vida pastoril e o isolamento fez com que entre os curdos se desenvolvesse uma estrutura tribal e, portanto, uma consciência coletiva da etnia curda tardou a aparecer. Mais ainda, o povo curdo esteve dividido pelo império otomano e persa e, no século XX, entre a Turquia, Irão, Iraque e Síria (Barkey e Fuller, 1998; Gunter, 2016).

Durante o império otomano, os curdos estavam longe do centro de decisão e eram tidos como parte da população muçulmana sunita, uma vez que o império definia as suas minorias através da religião e não pela etnia (Barkey e Fuller, 1998), uma questão que viria a definir o estatuto dos curdos também dentro da República da Turquia. No período das reformas Tanzimat, que previa uma maior centralização do poder, os emirados curdos, que tinham até então funcionado como pequenos estados, perderam a sua influência. O seu poder político foi transferido para *sheiks* religiosos, cujo poder político se sente ainda hoje. As famílias mais influentes curdas como os Barzani e Talabani têm como antepassados *sheiks* (Gunter, 2016).

A formação da República da Turquia ocorreu na era dos nacionalismos e dos estados-nação, tendo sido construída através de um processo de engenharia social que envolveu a tentativa de homogeneização da população (Üngör, 2008). O império otomano continha uma população bastante heterogénea e no momento da instauração da República da Turquia, em 1923, a população incluía:

(...) turcos, judeus e cristãos, mas também vários grupos muçulmanos não-turcos como os curdos, árabes, lazés, georgianos muçulmanos, muçulmanos falantes de grego, albaneses, muçulmanos macedónios, búlgaros muçulmanos, sérvios muçulmanos, bósnios, tártaros, circassianos, abecazes e daguestaneses, entre outros.<sup>187</sup> (Çağaptay, 2004: 87)

Sendo assim, entre 1913 e 1950, uma época qualificada por Üngör (2008) de era dos Jovens Turcos, cujos ideais, apesar de nascidos no império otomano marcaram a República da Turquia, foram utilizadas várias técnicas de engenharia social contra estas minorias. Estas técnicas consistiram na manipulação dos censos, políticas para o aumento

---

<sup>187</sup> Tradução livre da autora. No original: "(...) Turks, Jews and Christians, but also diverse non-Turkish Muslim groups such as Kurds, Arabs, Lazes, Muslim Georgians, Greek-speaking Muslims, Albanians, Macedonian Muslims, Pomaks, Serb Muslims, Bosnians, Tartars, Circassians, Abkhazes, and Daghestanis, among others."

da natalidade na maioria étnica, alteração de fronteiras, assimilação forçada das minorias, deportações, limpeza étnica ou genocídio.

Nos primeiros anos da década de vinte, os curdos eram ainda vistos como habitantes da Turquia com práticas culturais e etnia diferente daquela de grande parte da sociedade turca (Yeğen, 2007). Este reconhecimento da parceria entre os turcos e os curdos neste período devia-se sobretudo a um estratégia política, pois os turcos precisavam do apoio curdo para ganhar a Guerra da Independência turca (Barkey e Fuller, 1998), onde curdos e turcos lutaram lado a lado (Aras, 2014). Durante este período, o Tratado de Sévres entre os aliados e as autoridades otomanas em 1920 determinava o fim do império e a abdicação de alguns dos territórios do mesmo, ao mesmo tempo que reconhecia a autonomia curda. No entanto, as autoridades turcas nunca aceitaram este tratado e no Tratado de Lausanne, assinado em 1923, os territórios curdos do império foram divididos entre a Turquia, o Iraque e a Síria (idem).

No entanto, a Constituição adotada pela declarada República da Turquia em 1924, embora reconhecendo a existência de vários grupos étnicos, entre os quais a minoria curda, dentro do estado turco, especifica igualmente que nenhum direito especial deve ser atribuído a nenhuma destas comunidades (Yeğen, 2009). De acordo com esta Constituição, não haveria qualquer grupo étnico no país, mas apenas cidadãos turcos (idem), como é referido no documento - "O povo da Turquia, independentemente da religião ou raça, é turco no que se refere à cidadania<sup>188</sup>" (Constituição da Turquia, 1924, citado em Çağaptay, 2006:15)

Apesar de o conceito de cidadania parecer abrangente a todos aqueles que queiram ser cidadãos, neste caso, percebemos pela frase "são turcos no que se refere à cidadania", que ele é limitador, pois o conceito de cidadania ou cidadão tornou-se inseparável da ideia de "turquicidade<sup>189</sup>" (Barkey e Fuller, 1998: 10). Turcos por nacionalidade ou por cidadania, mas mesmo assim turcos. Assim, a Constituição faz ao mesmo tempo uma distinção entre aqueles que são turcos através da cidadania, e aqueles que são turcos através de nacionalidade (Yeğen, 2011). Arménios, judeus e outras minorias não-muçulmanas seriam turcos através da cidadania, pois não sendo muçulmanas nunca poderiam ser turcas. Estas minorias não-muçulmanas, tais como gregos e arménios, foram

---

<sup>188</sup> No original "The People of Turkey, regardless of religion and race, are Turks as regards citizenship".

<sup>189</sup> No original "Turkishness".

forçadas a um processo de assimilação, ou foram expulsas do país, seja através de pressão política ou de programas de troca de populações (Saatcı, 2002).

Desta forma, é igualmente evidente o papel da religião islâmica na definição da sociedade turca no início da República e do destino da comunidade curda. O facto da comunidade curda no império otomano ser vista apenas como parte da população muçulmana sunita, ditou que na República os curdos fossem vistos como parte da nação turca. Isto porque, apesar da elite kemalista promover um secularismo rígido, esta adotou o conceito de Islão de Ziya Gökalp, autor já referido neste trabalho, que implica não só uma religião mas sim uma cultura e uma identidade (Çağaptay, 2006).

O mesmo autor entendia que a nação turca era composta por turcos e outros muçulmanos que habitavam a Anatólia que poderiam tornar-se turcos se sofressem um processo de assimilação. Na verdade, "Ankara acreditava que a fusão e transformação dos muçulmanos em nação turca era uma necessidade histórica<sup>190</sup>" (Çağaptay, 2006: 16). Daí que Yeğen (2009) considere que os curdos eram vistos como "possíveis turcos"<sup>191</sup>, isto é, "os curdos foram, em princípio, convidados a tornarem-se turcos"<sup>192</sup> (2009: 598). No entanto, Yeğen (2009) afirma que esta ideia abriu também a possibilidade, e a suspeita, de que os curdos nunca se transformariam em turcos, isto é, a ideia de que os curdos tinham a possibilidade de se tornarem turcos, gerou em paralelo a ideia de que os curdos poderiam não se tornar turcos.

Todos estes conceitos e a imposição de políticas de assimilação, tirando autonomia à comunidade curda não foi, como sabemos, pacífica. Ainda nos anos 20, em 1925, vários representantes da comunidade curda tomaram o controlo de várias províncias no leste e iniciaram uma marcha para Diyarbakır, um evento que ficou conhecido como a revolta de Shaikh Said. Esta revolta foi violentamente suprimida, sendo que o governo destruiu aldeias e dizimou milhares de combatentes e não-combatentes (Üngör, 2008).

De acordo com Olson (1989), a revolta de Shaikh Said foi o culminar de quatro fases do desenvolvimento do nacionalismo curdo desde o final do século XIX até aos anos 20. Ainda no século XIX, o Sheikh Ubaydallah foi o primeiro a declarar que queria um Curdistão Independente e a supressão dos principados curdos pelo império otomano,

---

<sup>190</sup> No original "Ankara believed that a merger of the Muslims into the Turkish nation was a historical necessity"

<sup>191</sup> No original "Prospective Turks".

<sup>192</sup> No original "(...) Kurds have, in principle, been invited to become Turks".

referida anteriormente, fez com que este fosse visto como um líder nacional (Olson, 1989). A segunda fase iniciou-se com a criação por Abdulhamid II do Regimento da Cavalaria Leve Hamidiye<sup>193</sup>, cujo objetivo seria unir o império sobre a bandeira da religião islâmica (idem). Como foi referido no capítulo dois, o reino de Abdullahmid II caracteriza-se em oposição ao período dos Jovens Otomanos que tentaram incorporar reformas ocidentais no império. O regimento foi importante para os curdos pois representou a reunião da autoridade curda num só polo. Em seguida, a revolta dos Jovens Turcos em 1908 fez com que surgissem igualmente organizações nacionalistas curdas. Finalmente, a quarta fase refere-se ao período entre a assinatura do Tratado de Sévres e a revolta de Shaikh Said (Olson, 1989).

Esta revolta serviu de exemplo, nos olhos da elite kemalista de que a comunidade curda era reacionária e retrógrada. De acordo com Üngör (2008),

a revolta apenas serviu para confirmar receios e preconceitos dos Jovens Turcos [entendidos por Üngör como os ideologistas não só do final do império otomano mas também do início da República] de que a sociedade curda era centrífuga, tribalista, reacionária, e possivelmente uma ameaça separatista com a qual se tinha que lidar urgentemente<sup>194</sup> (2008: 29).

O discurso da elite kemalista retratava as populações do leste como primitivas e inferiores, que precisavam de ser controladas pela nação turca que agia em nome do progresso e razão (Üngör, 2008). Seguiram-se então nos anos 20, várias deslocações forçadas e deportações da população na região leste do país (idem). A década de 20 e 30 foi marcada não só pela revolta de Shaikh Said, mas também por muitas outras rebeliões, das quais se destacam as revoltas de Ararat, entre 1927 e 1930, e a de Dersim, em 1938 (Romano, 2006). Depois desta última, a oposição curda parecia finalmente ter terminado (idem), sendo que "as elites rebeldes curdas tinham todas sido exiladas, mortas, ou deportadas para o ocidente da Turquia, enquanto que os aghas, beys e sheikhs que restavam foram designados para cargos ou intimidados até permanecerem em silêncio<sup>195</sup>" (Romano, 2006: 38).

No processo de assimilação, a predominância da língua turca era vista como crucial, uma vez que a língua turca era uma das características mais importantes da "turquicidade" (Çağaptay, 2004). Uma tese em voga nos anos 30 argumentava que a língua

---

<sup>193</sup> No original "Hamidiye Light Cavalry Regiments" (Olson, 1989:7).

<sup>194</sup> No original "the uprising only served to confirm established Young Turk prejudices and fears that Kurdish society was a centrifugal, tribalist, reactionary, and potentially separatist threat that needed to be dealt with urgently"

<sup>195</sup> No original "Rebellious Kurdish elites had all been exiled, killed, or deported to western Turkey, while the remaining aghas, beys and sheikhs were either co-opted or cowed into silence."

foi a portadora das memórias e características culturais do povo turco, durante a emigração deste desde a Ásia central até à Anatólia. Daí que, "uma vez que o turco conservou as características da nação, apenas aqueles que falavam esta língua poderiam reivindicar a descendência turca"<sup>196</sup> (Çağaptay, 2004: 89).

Desta forma, o governo kemalista acreditava que se a língua turca substituísse todas as outras línguas existentes dentro dos limites do país, todas as minorias muçulmanas seriam integradas na cultura turca (Üngör, 2008). Este enfoque na língua como forma de adquirir a "turquicidade" traduziu-se na proibição da língua curda em instituições estatais e educacionais desde 1923 (Kuzu, 2016). O fim desta restrição, pelo menos no que respeita à educação e aos meios de comunicação, surgiu apenas nos anos 2000, e de forma parcial.

Apesar das inúmeras revoltas da etnia curda que ocorreram até 1938, como consequência destas políticas de assimilação, estas apenas foram definidas como revoltas curdas nos anos 80 (Çelik, 2010 apud Ergin, 2014), pois anteriormente eram definidas pela elite kemalista como ligadas ao fundamentalismo islâmico (Brockett, 1998 apud Ergin, 2014).

A transição para um sistema político multipartidário foi favorável à minoria curda, pois deu uma oportunidade aos líderes curdos de participar na política do país, na condição de abandonarem o nacionalismo curdo (Taşpınar, 2005). Foi apenas depois dos golpes de estado de 1960, 1971 e 1980, e das políticas severas contra a expressão de um identidade étnica adotadas depois de cada um destes eventos, que o nacionalismo curdo ganhou maior expressão (Barkey e Fuller, 1998). Políticas duras de assimilação depois do golpe de estado de 1980 contribuíram para o desenvolvimento do PKK, fazendo com que a emergência deste movimento separatista se confundisse no espaço público com as reivindicações da população curda (Dixon e Ergin, 2010). O PKK transformou a política interna e externa da Turquia (Barkey e Fuller, 1998) e continua a influenciá-la até aos dias que correm.

O PKK nasceu dos movimentos de esquerda na Turquia nos anos 70, e, sendo assim, distinguiu-se dos partidos políticos curdos, geralmente de carácter conservador, organizados de acordo com estruturas de líderes tribais (Jongerden e Akkaya, 2011). Tendo como base uma ideologia política, o PKK pode ser considerado como uma "organização

---

<sup>196</sup> No original "Since Turkish had conserved the characteristics of the nation, only those, who spoke it, could claim Turkish descent."

política militante<sup>197</sup>" que utiliza a violência de forma instrumental de acordo com um programa político (Jongerden e Akkaya, 2011: 124). O partido foi definido como um partido marxista-leninista que se propunha a lutar pela "Revolução do Curdistão"<sup>198</sup> (Öcalan apud Özcan, 2005: 86). Em 1984, o PKK atingiu pela primeira vez alvos militares em 1984, no sudeste da Turquia. Apesar da eficácia inicial com que as forças turcas suprimiram o PKK, no final dos anos 80, a organização aumentou não só as suas atividades de recrutamento mas também os seus ataques violentos (Pusane, 2015).

Tal como a Segunda Guerra do Golfo trouxe consequências ao conflito turco com o PKK, também a Primeira Guerra do Golfo abriu portas à atividade do PKK no Norte do Iraque, fazendo com que o número de vítimas do conflito aumentasse de forma abrupta, uma vez que "enquanto que o PKK causou 1.619 vítimas mortais entre 1984 e 1990, este número aumentou para 4.132 entre 1991 e 1993"<sup>199</sup> (Pusane, 2015: 729). No início dos anos 90, o PKK tinha já evoluído para um movimento internacional, tendo atividades não só na Turquia mas também em vários países europeus (Güneş, 2013).

Em 1993, o PKK reconheceu que o conflito tinha chegado ao seu ponto máximo e começou a investir mais em atividades políticas e, desta forma, o conflito estagnou (Ünal, 2016). Assim permaneceu até em 1999 Öcalan ser preso, altura em que o PKK retirou os seus militantes armados da Turquia (idem). Um cessar-fogo que durou até 2004.

No entanto, há vários argumentos que defendem que o nacionalismo curdo não é produto de uma reação contra as políticas repressivas do estado turco. Vários autores apontam para o facto de que muitos curdos estão integrados na sociedade turca, além de que não há prova de que o nacionalismo turco tenha precedido ao nacionalismo curdo (Tezcür, 2009). Há ainda autores, como Heper (2007 citado em Tezcür, 2009) que considera que não há políticas de assimilação pelo estado turco à população curda, mas apenas um nacionalismo cívico, que apenas se tornava problemático quando a pessoa se assumia curda publicamente e exigia direitos específicos à comunidade curda. De referir que, ao nos referirmos a nacionalismo cívico remetemos para o conceito de uma "comunidade política aberta, voluntária formada pelo reconhecimento de que o interesse

---

<sup>197</sup> No original "militant political organization".

<sup>198</sup> No original "Kurdistan Revolution".

<sup>199</sup> No original " While the PKK caused 1,619 deaths between 1984 and 1990, this number rose to 4,132 between 1991 and 1993."

peçoal de cada cidadão é promovido através do compromisso com um bem maior<sup>200</sup>" (Brown, 2000: 34). Ou seja, o nacionalismo cívico, tido normalmente como um conceito ocidental, comporta a possibilidade da entrada de novos membros à comunidade e de fazerem parte das suas instituições e forma de vida, em contraste com o nacionalismo étnico, uma nação construída através do elo ancestral entre os seus elementos (Khen, 2016).

Heper refere que o enfoque no nacionalismo curdo não explica os períodos de relativa paz entre o estado e a população curda. De facto, ainda em 2009, Başbuğ, chefe das Forças Armadas turcas, declarou que não houve na Turquia conflito étnico entre 1938 e 1984 (Başbuğ, 2009, citado em Tezcür, 2009). Mais recentemente, muitos curdos não consideram que haja uma distinção clara entre a identidade curda e turca, vendo as duas como compatíveis, apesar do movimento nacionalista curdo veicular a ideia de uma nação homogénea (Tezcür, 2009).

Foi apenas nos anos 90 que surgiu no espaço público uma discussão em torno da questão curda, que era tida anteriormente como um assunto tabu (Ergin, 2014). Várias circunstâncias contribuíram para a abertura política para esta discussão, sendo uma delas a falência do processo de modernização kemalista (idem).

Além disso, num mundo globalizado, a reivindicação da identidade tornou-se central nas relações políticas, o que fez com que na Turquia, a questão curda, tida anteriormente como um problema regional, fosse incluída na emergência global desta "política identitária" (Keyman e Gumuscu, 2014). Como Keyman e Gumuscu (2014: 102) sublinham, "a globalização neoliberal, o fim da Guerra Fria, a Guerra do Golfo, a integração regional na Europa, a candidatura da Turquia ao estatuto de membro da UE e o mundo pós-11 de Setembro contribuíram significativamente para a crescente importância da questão curda e afetou as políticas de identidade/reconhecimento na Turquia<sup>201</sup>".

Ergin (2014) argumenta ainda que nos anos 90 e 2000, a identidade curda passa por um processo de racialização, que envolve a definição de uma raça através da perceção de características do grupo. Isto é, este processo comporta uma enfatização de diferenças

---

<sup>200</sup> No original "(...) voluntaristic political community formed by the recognition that the self-interest of each citizen is promoted by commitment to the common good".

<sup>201</sup> No original "Neoliberal economic globalization, the end of the Cold War, the Gulf War, the regional integration in Europe, Turkey's application to the EU for the full membership status, the post-9/11 world have made significant contributions to the growing importance of the Kurdish question and affected the politics of identity/recognition in Turkey".

físicas em relação à população curda, a atribuição de uma diferente conduta moral, a própria atribuição da identidade curda por população não-curda e, finalmente, o medo de extinção da identidade turca. Desta forma, a identidade curda torna-se cada vez mais imutável, deixando cada vez mais de parte a ideia de que os curdos seriam assimilados pela nação turca (Ergin, 2014).

É neste contexto que surge o AKP, nos anos 2000. A forma como o AKP lidou com o conflito curdo, apesar de surpreendente nos primeiros anos de governo, cedo esmoreceu face às dificuldades políticas que foram surgindo. É sobre esta questão que nos debruçamos em seguida.

## 8. 2. O AKP e o conflito curdo

A atitude do AKP face à questão curda distingue-se pelo facto de Erdoğan ter reconhecido a existência de um problema. Uma diferença significativa face a outros governos, pois, durante décadas, a versão oficial era a de que não havia nenhuma questão curda, mas sim e apenas um conflito relacionado com o terrorismo, agravado pelo subdesenvolvimento da população da região e pela ajuda prestada ao PKK pela comunidade internacional (Kirisçi, 2011). No entanto, este reconhecimento e os pequenos avanços na concessão de direitos à comunidade curda que caracterizaram a ação do governo até 2005 esmoreceram na segunda metade do mandato. Tanto neste tema como naquele referente à integração europeia, a força reformista do governo AKP diminuiu após este período.

Um dos fatores determinantes na abertura expressa pelo governo para a resolução do conflito curdo foi sem dúvida o programa de candidatura da Turquia à União Europeia. Tal como determina Yeğen,

À medida que a Turquia continua o caminho para se tornar membro da UE, continuar com uma política extensiva de assimilação dos curdos, sobretudo se baseada no uso da força, como a deslocação forçada, é cada vez menos viável. Na verdade, o contrário é mais provável. Desde que a Turquia continue como país candidato à UE, as pressões exteriores para levantar restrições à expressão cultural curda vão continuar a aumentar.<sup>202</sup> (Yeğen, 2009:612)

---

<sup>202</sup> No original "As Turkey continues down the path of EU membership, pursuing a broad policy of Kurdish assimilation, especially one based on forcible means such as displacement, is increasingly less viable. In fact, the contrary is more likely. As long as Turkey remains a candidate for EU membership, outside demands to remove restrictions on Kurdish cultural expression will continue to increase."

Não só a candidatura à UE forçou o governo a tomar medidas para a resolução do conflito, como estas medidas foram determinantes para que a abertura das negociações com a Turquia em 2004 fosse aceite. Medidas como o administrar do levantamento do estado de emergência em treze províncias com um elevado número de população curda pelo AKP e a permissão para a transmissão de programas de rádio e televisão em línguas de minorias étnicas. Mais ainda, o governo fez com que a decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em relação a Leyla Zana (presa por falar em curdo durante o juramento oficial no parlamento turco) fosse respeitada, o que levou à libertação da deputada (Kirişci, 2011). O enfoque no processo de democratização da Turquia, algo que esteve lado a lado com a candidatura à UE, foi frequentemente referido pelo AKP no contexto do conflito curdo, como veremos mais à frente.

O evento mais marcante deste período de otimismo em relação à questão curda, foi sem dúvida o discurso de Erdoğan, em Agosto de 2005, em Diyarbakır (a cidade com maior população curda do leste da Turquia). Nesta ocasião, Erdoğan declarou que "O problema curdo não pertence apenas a parte desta nação, mas a todos nós"<sup>203</sup> (Erdoğan citado em Zaman, 2005i).

No entanto, apesar da aparente abertura, a verdade é que Erdoğan nunca ultrapassou a fronteira daquilo que seria aceitável na sociedade turca. Isto é, também nesta matéria, como naquela respeitante ao véu islâmico como vimos no capítulo sete, Erdoğan mantém uma posição ambígua no primeiro mandato do AKP. Ao mesmo tempo que reconhece mais facilmente o conflito curdo que outras frações políticas, também se cinge à ideia de nacionalismo cívico e declara que "Curdos, Turcos, Circassianos, Lazes, todos somos cidadãos da República da Turquia. Curdos, Turcos, Circassianos, Lazes, todos são meus irmãos"<sup>204</sup> (Erdoğan, citado em Zaman, 2004e), não contrastando de forma clara com os ideias da elite kemalista. Mesmo quando aposta numa definição mais clara do papel da composição étnica na Turquia, Erdoğan afirma apenas que as identidades étnica são subsidiárias e que a identidade que abrange a população é o vínculo da cidadania à República da Turquia, tal como declarou em Novembro de 2005, "somos todos cidadãos da

---

<sup>203</sup> No original "Kürt sorunu milletin bir parçasının değil, hepsinin sorunudur."

<sup>204</sup> No original "Kürt'ü, Türk'ü, Çerkez'i, Laz'ı, hepimiz Türkiye Cumhuriyeti vatandaşlarıyız. Kürt'ü, Türk'ü, Çerkez'i, Laz'ı, hepsi benim kardeşim".

República da Turquia sob essa supraidentidade. Nós todos temos subidentidades...<sup>205</sup>" (Erdoğan citado em Hürriyet Daily News, 2005f).

De acordo com Tezcür (2009), tal como a elite kemalista, Erdoğan também vê a "turquicidade" como uma categoria que abrange várias etnias, mas, ao mesmo tempo, reconhece mais facilmente uma identidade distinta à comunidade curda. Este reconhecimento não prejudicaria, na sua perspectiva, a união entre turcos e curdos, pois estas duas comunidades partilham uma mesma história e mesma cultura, referindo-se tendencialmente, neste último ponto, ao Islão (Tezcür, 2009).

Erdoğan, nas palavras acima citadas, apenas faz referência a minorias maioritariamente muçulmanas, não contrastando mais uma vez com a definição republicana de cidadania turca, que via as minorias muçulmanas como parte da nação turca. Daí que, "apesar de ser a mais poderosa oposição e o maior desafio ao regime kemalista, o AKP partilha o nacionalismo turco que é a característica mais importante do kemalismo<sup>206</sup>" (Çiçek, 2011: 22).

De acordo com Sarigil e Fazlıoğlu (2014: 441), "a liderança do partido conservador no governo AKP (...) olha para o Islão como 'cimento' entre curdos e turcos e acredita que a promoção de uma consciência islâmica e a noção de irmandade muçulmana deveria restringir tendências separatistas e etnonacionalistas<sup>207</sup>". Erdoğan tenta assim afastar os curdos conservadores dos partidos políticos ligados ao nacionalismo curdo.

Apesar disso, esta atitude pode ser paradoxal pois, ao utilizar a religião islâmica como forma de combater o etnonacionalismo curdo, o AKP aproxima-se do nacionalismo turco (Sarigil e Fazlıoğlu, 2014), o que não contribuí para uma reconciliação entre o estado e a comunidade curda. Se o enfoque de união entre as duas comunidades passa a ser a religião islâmica, então este fenómeno poderá ir também contra a elite secularista (Somer, 2011).

Deste modo, o AKP conseguiu durante o seu primeiro mandato um apoio significativo entre a população curda, sendo que "nas províncias do leste com uma

---

<sup>205</sup> No original "We are all citizens of the Republic of Turkey under that upper identity. We all have subidentities..."

<sup>206</sup> No original "Although it is the most powerful opposition and challenge to the Kemalist regime, the AKP shares the Turkish nationalism which is the most important feature of Kemalism".

<sup>207</sup> No original "The leadership of the ruling conservative Justice and Development Party (...) regards Islam as 'cement' between the Kurds and the Turks and believes that the promotion of Islamic consciousness and the notion of Islamic brotherhood should restrain ethno-nationalist or separatist tendencies".

população curda significativa, o AKP aumentou a sua percentagem de votos em cerca de 150 por cento entre 2002 e 2007<sup>208</sup>", à frente do partido pró-curdo, Partido da Sociedade Democrática (Somer, 2011: 270).

Por esta altura, o AKP resistiu também a pressões das forças militares e dos partidos da oposição por uma intervenção militar contra o PKK no Norte do Iraque, numa altura em que o PKK suspendeu o autoproclamado cessar-fogo (em 2004) e cujos ataques intensificaram em 2007. Daí que, o partido tenha conseguido também o apoio da população curda, pois comparado com os partidos da oposição o AKP parecia "pró-paz" e "pró-povo" (Somer, 2011: 271). No entanto, na corrida eleitoral de 2007, o crescente sentimento nacionalista no país acabou por influenciar o AKP, sendo que o partido adotou já nessa altura uma retórica de forte cariz nacionalista (Pusane, 2014).

Na verdade, havia também já algum descontentamento entre a população curda desde 2005, pois os resultados das políticas introduzidas estiveram aquém das expectativas. A programação em curdo em canais estatais por exemplo foi limitada a 45 minutos por dia e o ensino na língua curda enfrentou também obstáculos na burocracia. Se em 2005, Erdoğan foi recebido por uma multidão em Diyarbakır, em 2008, houve um significativo boicote à sua visita (Larrabee e Tol, 2011). Este descontentamento tornou-se evidente nas eleições locais de 2009 quando o AKP perdeu imensos votos no sudeste do país para o partido pró-curdo DTP. Este último obteve uma maior percentagem de votos que o AKP em dez concelhos gerais de província (Çarkoğlu, 2009)

Mais ainda, depois das eleições em 2007, o AKP alterou a sua posição e atacou o PKK no Norte do Iraque, além de apoiar o encerramento do DTP acusado de apoiar o separatismo. Çiçek (2011) argumenta mesmo que um dos principais objetivos das iniciativas democráticas tomadas pelo AKP em 2009 foi precisamente o marginalizar dos movimentos políticos pós-curdos em vez de resolver o conflito. De acordo com Casier, Jongerden e Walker (2011), a iniciativa do governo, o encerramento do DTP e uma nova onda de detenções de ativistas e políticos curdos, que ocorreu nesta mesma altura, representam "(...) um esforço renovado para conter e reverter a influência política e social do movimento curdo."<sup>209</sup> (Casier et al., 2011: 103).

---

<sup>208</sup> No original "In eastern provinces with substantial Kurdish populations, the AKP increased its share of votes by about 150 per cent between 2002 and 2007".

<sup>209</sup> No original "(...) a renewed effort to contain and roll back the political and societal influence of the Kurdish movement."

Outra das razões pelas quais o esforço pela resolução do conflito curdo esmoreceu foi uma maior divisão política sobre a questão do secularismo no início de 2007 (Somer, 2011). Dada a rígida posição do CHP face ao secularismo, o AKP aproximou-se do MHP (uma união que conseguiu o fim da proibição do véu nas universidades), o que por sua vez fez com que políticas de abertura em relação aos direitos dos curdos se tornasse mais difícil (idem). A restrição do uso do véu, questão que desenvolvemos em pormenor no capítulo 6, parece ter ganho toda a atenção política do AKP depois das eleições de 2007, e, sendo esta uma questão que divide a sociedade turca, absorveu todo o espaço de manobra política do partido (Polat, 2008), estreitando o caminho deixado para solucionar o conflito curdo.

### 8. 3. A identidade turca e o conflito curdo no discurso do AKP

No que respeita às questões colocadas pelo conflito curdo na definição identitária da Turquia, o discurso dos atores políticos analisados não é inovador. Poderíamos discutir se a globalização, a emergência da política identitária e a integração regional na União Europeia, traria um discurso no qual a identidade da Turquia se refletiria como multicultural, um país onde as minorias étnicas são respeitadas e onde um sistema democrático permite a expressão política dessas mesmas minorias. No entanto, os líderes do AKP cingem-se ao conceito de nacionalismo cívico, ou seja, todas as etnias estão sob a alçada da cidadania turca. Neste ponto, a liderança do AKP denota mais uma vez, como vimos nas outras temáticas analisadas nesta tese, um compromisso com a elite kemalista, tentando navegar entre uma posição mais favorável à comunidade curda e uma de não confrontação com os ideais kemalistas.

Veja-se por exemplo a declaração de Erdoğan em Julho de 2004, enquanto falava à população turca em Istambul, um mês depois do PKK ter declarado o fim do cessar fogo iniciado depois da captura de Öcalan em 1999: "nesta terra nós não queremos que os filhos da nação sejam mortos por esta ou aquela razão. (...) Nós vamos colaborar de mãos dadas. Nunca vamos discriminar. Deixem-nos erguer o mais depressa possível. Não duvidem. Curdos, turcos, circassianos, lazes, são todos cidadãos da Turquia. Curdos, turcos,

circassianos e lazes, são todos meus irmãos.<sup>210</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2004e). A grande novidade do discurso do AKP, sobretudo no período entre 2004 e 2005, como referido anteriormente, é de facto o reconhecimento dos curdos como uma entidade e etnia diferente, apesar de vincar a cidadania turca como elemento que abrange todas as etnias.

Além disso, Erdoğan não se afasta totalmente das ideias republicanas que equacionam a cidadania da República com a nação turca. Apesar de colocar normalmente um maior ênfase numa cidadania comum e acessível a todos, o então primeiro-ministro sublinhou muitas vezes que o conceito de cidadania está ligado à nação turca. Isto é notório no debate sobre o conceito de supraidentidade.

Em Novembro de 2005, Erdoğan deslocou-se à cidade de Şemdinli, no sudeste da Turquia, região de maioria curda, para tentar acabar com os protestos que duravam há semanas nesta cidade. Os protestantes acusavam as forças de segurança turcas de serem responsáveis por um bombardeamento que provocou várias mortes. Nesta ocasião, Erdoğan declarou que "todos são abrangidos pela identidade supranacional que é a cidadania da Turquia<sup>211</sup>" (Erdoğan citado em Hürriyet Daily News, 2005g). As palavras do líder do AKP presumiam que era possível ter uma subidentidade, como a curda, e uma outra identidade, que seria aquela de cidadão ou cidadã da Turquia.

Na ocasião em que Erdoğan profere estas palavras, o líder do partido republicano, Deniz Baykal, criticou-o, afirmando que a única identidade supranacional seria a "turquicidade" (Hürriyet Daily News, 2005g) e que ao equiparar a identidade étnica a uma subidentidade, também a etnia turca seria então também uma subidentidade (Zaman, 2005j). Erdoğan acaba por ceder a Baykal, equiparando a cidadania turca à nação turca e remetendo para ideias expressas por Atatürk em 1920. No entanto, num passo arrojado, ao remeter para essas mesmas ideias, Erdoğan refere as palavras de união entre turcos e curdos com base religiosa proferidas pelo próprio Atatürk num discurso em 1920. Se por um lado, este evento demonstra uma cedência à ideologia kemalista pelo AKP, por outro lado, mostra igualmente como Erdoğan tenta unir turcos e curdos com base numa religião comum.

Na verdade, de acordo com Sarigil e Fazlıoğlu (2014), o AKP tentou enfatizar a religião muçulmana como o elo de ligação entre as duas comunidades. No entanto, nesta

---

<sup>210</sup> No original "Biz bu topraklarda vatan evlatları şu veya bu gaye uğruna öldürülsün istemiyoruz. (...) El ele vereceğiz, asla ayırım yapmayacağız. Bir an önce ayağa kalkalım. Oyuna gelmeyin. Kürt'ü, Türk'ü, Çerkez'i, Laz'ı, hepimiz Türkiye Cumhuriyet vatandaşlarıyız. Kürt'ü, Türk'ü, Çerkez'i, Laz'ı, hepsi benim kardeşim."

<sup>211</sup> No original "Everyone is covered by the supra-national identity of citizenship of Turkey"

matéria, Erdoğan foi claro apenas uma vez, ao declarar que na Turquia " entre as diferentes partes étnicas há um importante elo de ligação religioso. Porque a Turquia é 99 por cento muçulmana<sup>212</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2005k). O primeiro-ministro de então respondia a perguntas sobre o conflito curdo numa visita oficial à Nova Zelândia, sendo que, tal como na questão do véu islâmico, a referência clara à religião muçulmana foi feita fora da Turquia. Apesar disso, Erdoğan quando fala de minorias pertencentes à cidadania turca, refere-se sobretudo a minorias maioritariamente muçulmanas, referindo-se inúmeras vezes a "curdos, (...) lazes, bosníacos, albaneses, circassianos<sup>213</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2005l).

As palavras de Erdoğan têm eco naqueles expressas ocasionalmente por Gül e Arınç. Num encontro com o presidente do município de Doğubayazıt, em 2005, membro do partido DEHAP (partido de vertente nacionalista curda), também Arınç adota uma postura conciliadora e sublinha que "nós somos todos pessoas deste país, da montanha ou da planície, ricos ou pobres, todos pertencem a esta sociedade<sup>214</sup>" (Arınç citado em Zaman, 2005m). Também Abdullah Gül, numa declaração no congresso do AKP em Maio de 2006, sublinha que "a união forte da Turquia faz-se com este e oeste, com turcos, curdos, alevitas, sunitas, bosníacos, com todos os cidadãos deste país em solidariedade não vamos pôr em perigo o nosso futuro<sup>215</sup>" (Abdullah Gül citado em Zaman, 2006c). Mais uma vez, a referência a minorias enquadra apenas aquelas de religião muçulmana.

Para Erdoğan era fundamental distinguir entre comunidade curda e PKK. O então primeiro ministro respondeu durante uma visita a Oslo em 2005, a um comentário de um apoiante do PKK que afirmou que os curdos não faziam sequer parte da Constituição da Turquia, que "o PKK não pode falar em nome dos curdos, não os pode representar<sup>216</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2005n) - o que denota mais uma vez uma vontade em cooperar com a população curda. Uma das estratégias do AKP para conseguir o apoio da população curda foi na verdade a conquista da classe média e comunidade religiosa curda (Aktan, 2014), que estaria em oposição ao movimento secular do PKK, apesar deste ter adotado

---

<sup>212</sup> No original "etnik unsuları birbirine bağlayan önemli bir din bağı vardır. Çünkü Türkiye'nin yüzde 99'u Müslüman'dır."

<sup>213</sup> No original "Kürt (...) Laz da var, Bosnak da var. Arnavut da var, Çerkez da var"

<sup>214</sup> No original "Biz bu ülkenin insanıyız. Dağında ve bağında yaşayan da, fakiriyle zenginiyle hepimiz bu toplumun bir ferdiyiz"

<sup>215</sup> No original "Türkiye güç birliği içinde doğulusuyla, batısıyla, Türk'ü ile, Kürt'ü ile, Alevi'siyle. Suni'siyle, Bosnak'ıyla bu ülkenin vatandaşı olan hepimiz elbirliği içinde ülkenin geleceğini kesinlikle tehlikeye atırmayacağız."

<sup>216</sup> No original "PKK, Kürtler adına konuşamaz, onları temsil edemez".

uma posição menos rígida no que respeita à religião ao longo dos anos, tendo mesmo chegado a formar um grupo islâmico nacionalista curdo intitulado Partido Islâmico do Curdistão (Sarigil e Fazlıođlu, 2013).

A união entre turcos e curdos é também sublinhada por Erdoğan através da referência a um passado histórico entre as comunidades. Numa visita à cidade de Bilecik, em Setembro de 2005, numa cerimónia em comemoração de Ertuđrul, pai do fundador do império otomano, Osman I, Erdoğan, em resposta a conflitos com o PKK na semana anterior, disse que "a fundação legal da nossa irmandade não é fraca e não é apenas baseada em retórica. Nós, somos irmãos há séculos e assim permaneceremos<sup>217</sup>" (Erdoğan citado em Zaman, 2005o). A insistência em tentar aproximar os dois povos esteve lado a lado com o sublinhar da democracia como solução para a tensão entre as duas comunidades, como será demonstrado em seguida.

#### 8. 4. A democracia como solução

Como vimos anteriormente, os passos dados pelo governo AKP no sentido de resolução do conflito curdo estão intimamente ligados com o processo de democratização que, por sua vez, está ligado à candidatura da Turquia à UE. As citações referenciadas neste trabalho são sobretudo do período entre 2004 e 2005 que, como referimos anteriormente, dá conta de um maior empenho do AKP em resolver o conflito curdo. Este período coincide com o progresso verificado no processo de integração europeia, que tornou menos viável o uso da força e repressão pelas forças estatais no conflito curdo, como foi referido anteriormente (Yeđen, 2009).

Sendo assim, o AKP relaciona frequentemente a solução da questão curda com o sucesso do processo de democratização. Num encontro com um grupo de intelectuais que tinham assinado uma petição pelo cessar fogo do PKK, em Diyarbakır, em Agosto de 2005, Erdoğan declarou que

nós acreditamos que o problema curdo e outros problemas políticos, económicos e culturais são problemas de democratização, e todos eles têm que ser resolvidos sob a alçada da democratização e ordem constitucional. Nós abrimos uma nova

---

<sup>217</sup> No original "Bizim kardeşliğimizin hukukî temeli zayıf, retorikten ibaret değildir. Biz, asılardan beri kardeşiz ve ebediyen öyle kalacağız."

página em branco para resolver os problemas da Turquia<sup>218</sup> (Erdoğan citado em *Hürriyet Daily News*, 2005h).

Por esta altura, Erdoğan fez um discurso em Diyarbakır onde assinalava que o "problema curdo" não era apenas um problema da comunidade curda mas de toda a Turquia. Como foi referido anteriormente, o reconhecimento de um "problema" por Erdoğan constituiu um progresso na resolução do conflito. Este discurso foi elogiado pelos líderes europeus (*Hürriyet Daily News*, 2005i) e marcou o ponto alto na determinação do AKP em resolver o conflito curdo através de uma abertura democrática.

Tal como nos outros temas analisados nesta tese, a liderança do AKP oscila na definição da Turquia como país democrático ou em progresso democrático. No discurso de 2005 em Diyarbakır, Erdoğan declarou que "quero que saibam que não há retorno do ponto em que a Turquia chegou...Nós não vamos permitir qualquer regressão no progresso democrático<sup>219</sup>" Erdoğan, citado em *Hürriyet Daily News*, 2005j). Na mesma ocasião, Erdoğan representa a Turquia como um país forte, capaz de superar dificuldades e sublinha que " a Turquia, como um grande país, evoluiu ao superar muitas coisas. Ignorar erros feitos no passado não é algo que grandes países façam<sup>220</sup>" (Erdoğan citado em *Hürriyet Daily News*, 2005k).

Apesar do pequeno progresso no reconhecimento da comunidade curda como uma etnia diferente que faz parte da Turquia, do reconhecimento da questão curda ou da promessa de democratização que o iria resolver, este pequeno avanço esmorece a partir de 2005, como foi referido anteriormente. Mais tarde, Erdoğan referia apenas que, numa visita ao Líbano em 2007, "na Turquia todas os elementos étnicos ou regionais têm os seus problemas, sejam eles grandes ou pequenos<sup>221</sup>" (Erdoğan citado em *Zaman*, 2007a). Na entrevista citada, o líder do AKP nega a "questão curda" e fala de um problema de terrorismo, não adicionando qualquer elemento discursivo que levaria a uma maior concessão de direitos à comunidade curda. As declarações de 2007 contrastam com o tom da visita a Diyarbakır em 2005, onde Erdoğan admitiu que "a questão curda não é um

---

<sup>218</sup> No original "We believe that the Kurdish problem or other political, economic and cultural problems are problems of democratization, and all of them must be handled under the umbrella of democratization and constitutional order."

<sup>219</sup> No original "I want you to know that there will be no going back from the point Turkey has reached...We will not allow any regression in the democratic progress".

<sup>220</sup> No original "Turkey, as a huge country, evolved by overcoming a great deal. Ignoring mistakes made in the past is not something big countries do".

<sup>221</sup> No original "Türkiye'deki tüm etnik unsurların veya bölgelerin kendilerine ait az veya çok sorunları var"

problema só para uma secção do nosso povo. É um problema de todos nós<sup>222</sup>" (Erdogan citado em Hürriyet Daily News, 2005k).

## 8.5. Conclusão

Apesar do otimismo dos primeiros anos de governo do AKP em relação ao conflito curdo, nada foi resolvido. Erdogan foi claro ao reconhecer o problema, sendo inovador no reconhecimento da etnia curda como distinta da turca, mas cedo deixou cair esse projeto, demonstrando também nesta matéria uma "fadiga de reforma" (Patton, 2007: 340), tal como no processo de integração europeia. Por outro lado, o reconhecimento do conflito não impediu o AKP de se cingir a uma construção kemalista da identidade da Turquia, um país pertencente à nação turca. O AKP não foi de facto inovador nesta matéria e o que poderia ter sido um caminho para a construção de uma Turquia multicultural, onde as minorias teriam direito à sua representação política, ficou adiado.

Claro ficou que, tal como na questão do véu islâmico, o AKP tenta associar a resolução do conflito curdo ao processo de democratização da Turquia. Na verdade, à medida que o desenvolvimento democrático foi abrandando e, efetivamente retrocedendo, também a solução do conflito ficou cada vez mais longe, até que, nos dias que correm, esse conflito se revela preocupantemente exacerbado.

---

<sup>222</sup> No original "The Kurdish problem is not something that concerns only a portion of the nation; it concerns all of us."

## CONCLUSÃO

David Campbell (1992) argumenta que o sucesso da política externa se espelha na eliminação das construções identitárias concorrentes àquela expressa na política externa a nível interno. A política externa serve um processo de consolidação de determinada construção identitária, resultado de um processo constante de luta entre o grupo dominante na sociedade, que define essa construção identitária, e aqueles que a desafiam. Atendendo às transformações sociais e políticas na Turquia, nas últimas décadas, expostas no segundo, terceiro e quarto capítulos desta tese, a política externa do governo AKP, no primeiro mandato, reflete um conflito pela hegemonia política entre a elite kemalista e o grupo social conservador que desafia os seus princípios. Segundo Campbell (1992), então a política externa do governo AKP refletiria o domínio e a consolidação da representação identitária da Turquia expressa por este grupo conservador e significaria o triunfo sobre a construção identitária definida pela elite kemalista.

No entanto, como esta tese argumenta, no período em consideração nesta análise, entre 2002 e 2007, há determinados aspetos da construção identitária da Turquia que são expressos na política externa do AKP mas que não são refletidos na política interna. É disto exemplo o facto de na questão da integração europeia, a definição da Turquia como país muçulmano, representante da civilização islâmica ou do mundo muçulmano ser clara, enquanto que no tema relativo à proibição do uso do véu islâmico, essa definição é turva. Isto sugere que o grupo conservador que desafiou a construção identitária da elite kemalista, não tendo ainda o domínio absoluto sobre esta definição, utilizou a política externa como instrumento para um maior controlo da construção identitária em detrimento de um debate interno sobre a mesma.

Por um lado, no que se refere à política externa e à integração europeia, em análise no capítulo quinto, o discurso do governo AKP vinca a identidade muçulmana e a pertença a uma civilização islâmica, apesar de isso ser contrário aos ditames kemalistas de que a Turquia pertenceria a uma civilização europeia e moderna. Por outro lado, como foi sublinhado no capítulo sete, a liderança do AKP, na política interna, utiliza um discurso opaco quando se refere ao tema da religião, referindo-se apenas a conceitos como "realidades naturais" ou à tradição da Turquia, sem no entanto serem claros na definição de cada um. Nesta senda, sobretudo Erdoğan refere que há um consenso social no que respeita a esta matéria, sugerindo que a população turca estaria a favor do levantamento da

proibição do véu islâmico. A opacidade no discurso relativamente à religião islâmica revela a tentativa de evitar um confronto direto com o *establishment kemalista*, não esquecendo que neste período esta era uma questão ainda sensível; em 2008, o AKP correu mesmo o risco de ser encerrado sob acusações de atividades anti-seculares.

Na questão do véu islâmico denota-se ainda o que Duran (2006) refere como a internacionalização de questões internas. A liderança do AKP refere com frequência o respeito pelos direitos universais e direitos do indivíduo em oposição à lei que proibia o uso do véu. A utilização destes conceitos reflete igualmente a mudança de discurso que acompanhou a transformação do movimento político islâmico na Turquia, movimento esse que adotou conceitos como a democracia ou direitos humanos (Dağı, 2004). Uma manobra cujo objetivo era contornar a elite kemalista (Dağı, 2005) a qual no final dos anos 90, dominava ainda o sistema político turco, como é sublinhado pelo afastamento de Erbakan do governo no *soft coup* de 1997, referido no segundo capítulo. A tentativa de superar as ideias ditadas pela elite kemalista é também notória na referência à Turquia como país civilizado. No discurso da liderança do AKP, o conceito de país civilizado inclui aquele onde o direito de usar o véu islâmico seria respeitado, enquanto que, como vimos no capítulo sete, para o *establishment kemalista* o uso do véu representa um retrocesso no processo de modernização da Turquia.

Todavia, apesar ainda dos líderes do AKP sublinharem a diversidade cultural como um aspeto positivo de uma possível integração europeia da Turquia, o conceito de Turquia como um país multicultural, que respeita os direitos de uma minoria, não está presente no discurso relativo ao conflito curdo. Pelo contrário, apesar do avanço do AKP no reconhecimento da comunidade curda como uma etnia distinta na Turquia, o conceito de nacionalismo cívico foi dominante, sobretudo no discurso de Erdoğan, em conformidade com os ideais kemalistas. Também neste aspeto, o discurso da liderança do AKP foi pouco claro, uma vez que, ao mesmo tempo que enfatizou o conceito de cidadania como abrangente a todas as comunidades da Turquia, por vezes também equiparou este conceito à nação turca, adotando nestes casos, uma posição ainda mais próxima dos ideais da República, discutidos no capítulo oito desta tese.

Um certo compromisso com os ideais kemalistas é, sem dúvida, durante este período, uma constante no discurso do governo AKP, o que indica que a luta pela hegemonia e pela capacidade de definir a identidade nacional na Turquia é ainda fulcral nesta altura. A concessão à elite kemalista é visível não só na questão curda mas também

no que respeita ao véu islâmico, como referimos anteriormente, e mesmo no evento referente à União Europeia, por vezes, o discurso da liderança do AKP é contraditório. Apesar da definição da Turquia como representante do mundo muçulmano ser preponderante, por vezes, o país é também definido como moderno e europeu, o que reflete o argumento de Duran (2006) de que a política externa do governo AKP no primeiro mandato pretendia ser abrangente o suficiente para superar os conflitos identitários do país. Esta tentativa de incluir várias construções identitárias no discurso de Erdoğan, Gül e Arınç faz com que o discurso relativo à construção identitária seja menos estável, uma vez que, segundo Hansen (2006) quanto mais inconsistente for a articulação de diferentes construções identitárias no discurso, menor estabilidade este terá.

Em concordância com a política externa delineada por Davutoğlu, que serviu de base àquela do governo AKP, está a referência ao passado histórico da Turquia nos eventos relacionados com a Guerra do Iraque e com o conflito curdo, isto é, tanto na política externa como interna. Davutoğlu invoca uma responsabilidade histórica da Turquia na região e apesar da referência ao império otomano não ser clara, a liderança do AKP refere uma ligação histórica entre a Turquia e o Iraque. Um mesmo passado histórico em comum entre turcos e curdos é também sublinhado no discurso referente ao conflito curdo. Como referimos no quarto capítulo desta tese, a referência ao império otomano é uma característica do trabalho desenvolvido pela nova elite intelectual, na qual se inclui Davutoğlu, produto da emancipação económica de uma camada social mais conservadora que adquiriu expressão na sociedade turca com a abertura económica do país nos anos 80. Além disso, a nostalgia em relação ao império otomano faz parte da política do AKP (Ergin e Karabaya, 2017).

Uma definição identitária da Turquia comum aos quatro eventos analisados nesta tese é aquela de país democrático ou em abertura democrática, sendo assim comum na construção identitária na política externa e interna do AKP. Durante o primeiro mandato como governo, o AKP, tentando acelerar o projeto de integração europeia, adotou medidas que contribuíram para a abertura democrática da Turquia. Uma das maiores consequências desta abertura foi a perda de influência militar no sistema político, um tema referido no quarto capítulo. O investimento na abertura democrática pelo AKP decorreu mais uma vez da constatação pelo movimento político islâmico que tal o iria proteger da intervenção da elite kemalista no sistema governativo (Duran, 2006). Ou seja, os direitos que este grupo político iria adquirir com uma maior abertura democrática abrir-lhes-iam espaço de ação

política num sistema político fortemente controlado pela elite kemalista. Ao longo da história da República da Turquia, as Forças Armadas assumiram um papel de guardião dos ideais kemalistas, protegendo o estado contra a ameaça do separatismo curdo ou do Islão político (Güney e Karateklioğlu, 2005), intervindo e orquestrando vários golpes de estado que destituíram governos eleitos. A forte influência do poder militar na vida política da Turquia foi frequentemente apontada como um problema pela União Europeia.

A ênfase na identidade democrática da Turquia pelo governo AKP revela assim uma oposição à elite kemalista e a emergência de uma representação de identidade turca que desafia a sua hegemonia e o seu poder de definir esta mesma identidade. A liderança do AKP refere este conceito não só no contexto da integração europeia, nomeadamente na promoção da Turquia como país que concilia a religião islâmica e a democracia, como também na questão do Iraque, onde o sublinhar do sistema democrático serviu para justificar a recusa da cedência de espaço aéreo e território turco às tropas americanas na invasão do país vizinho, Iraque. Nos eventos relativos à política interna, na questão do véu islâmico, a identidade democrática atesta uma inconformidade deste conceito com a proibição do véu, e no conflito curdo, o conceito de democracia é apresentado como uma solução, apesar do discurso se manter dentro dos limites da ideologia kemalista. No caso do conflito curdo, mesmo os escassos passos positivos dados pelo governo AKP até 2005, incluindo o reconhecimento da etnia curda como distinta da turca, esmoreceram face ao reacender do conflito com o PKK. Hoje, a proibição do véu islâmico foi abandonada e esta não é mais uma questão polémica (Korteweg e Yurdakul, 2014), enquanto que o conflito curdo se encontra numa das suas piores fases (International Crisis Group, 2017).

A definição identitária da Turquia como país central, pacífico e líder na região, tal como determinava a política externa pensada por Davutoğlu, é mais evidente no evento da ocupação do Iraque. Este aspeto, igualmente citado por Davutoğlu, é referido apenas no que toca aos eventos relacionados com a política externa, seja no caso da Guerra do Iraque, seja naquele relativo à integração europeia, onde a liderança do AKP sublinha a contribuição para a paz global que a União Europeia e a Turquia juntas, poderiam dar. De notar que, apesar do conflito curdo assolar a Turquia há décadas, o carácter pacífico do estado turco não é mencionado nesta questão. Igualmente, a aposta na definição da Turquia como país promotor de paz contrasta com o enfoque prestado a questões securitárias na política externa anterior ao governo AKP, vincando mais uma vez, neste ponto, a diferença

com o *establishment* kemalista que até então detinha o controlo da decisão política nas questões externas.

Em suma, e atendendo às palavras-chave referidas no modelo de análise apresentado na introdução desta tese, na análise do discurso da liderança do AKP, a Turquia apresenta-se como um país muçulmano (no evento relacionado com a integração europeia), apesar desta característica não ser clara na política interna (relativamente à proibição do uso do véu islâmico). A descrição da Turquia como país moderno e secular está também presente no discurso relativo à União Europeia, mas de forma menos frequente que a representação da Turquia como representante da civilização islâmica. A definição identitária como país democrático é a única característica comum a todos os eventos analisados, ao passo que aquela de país promotor de paz se evidencia na integração europeia e na Guerra do Iraque, mas não na questão interna relativa ao conflito curdo. Este último evento apresenta a definição identitária da Turquia como não-multicultural, uma vez que os líderes do AKP se cingem ao nacionalismo cívico quando se referem à identidade curda, apesar da promoção da ideia de diversidade cultural no que toca à integração europeia. Finalmente, a definição da Turquia como país influente é evidente na questão europeia e na Guerra do Iraque. Conclui-se então que, no que respeita à identidade turca definida pela política externa de Davutoğlu, apenas o carácter democrático tem igual referência a nível interno. Assim, o modelo de análise concluído apresenta-se da seguinte forma:

Fontes: Discursos formais de três agentes políticos

Número de "eu" analisados: Um

Categoria analítica: Identidade

Identificação do "eu" através de oposições

- Influente/ Não-influente
- Líder/ Não-líder
- Central/ Não-central
- Democrático/ Não-democrático
- Ativo/ Não-ativo
- Estável/ Não-estável
- Secular/ Não-secular
- Muçulmano/ Não-muçulmano
- Multicultural/ Não-multicultural
- Promotor de Paz/ Não-promotor de paz
- Mediador/ Não-mediador
- Humanitário/ Não-humanitário

Eventos Política Externa

Integração Europeia:

- Influente
- Democrático
- Muçulmano
- Promotor de Paz

Guerra do Iraque:

- Influente
- Democrático
- Promotor de Paz
- Humanitário

Eventos Política Interna:

Véu Islâmico:

- Democrático
- Não-muçulmano
- Civilizado
- Maduro

Conflito Curdo:

- Democrático
- Não-multicultural
- Não-promotor de Paz

A construção da identidade nacional turca pela liderança do governo AKP apresentada neste trabalho retrata ainda o argumento de Hansen (2006) de que a definição de identidade do "eu" pode ser construída através da oposição ou concordância com um ou vários "outros". No discurso referente à integração europeia, a definição da Turquia como país pertencente à civilização islâmica e a ênfase na solução para o "Choque de Civilizações" de Huntington, que seria a adesão turca à União, colocam a Europa como o "outro" da Turquia. Daí que, tanto Kaya (2013) como Rumelili (2008), defendam que definir a Turquia como pertencente à civilização islâmica ou apresentar a identidade do país como híbrida coloque mais obstáculos à integração europeia. Neste sentido, a construção da identidade nacional turca como pertencente à civilização islâmica surge ainda em oposição à identidade nacional definida pelos ideais kemalistas cujo processo de modernização pretendia colocar a Turquia no espectro da civilização europeia.

Como foi referido anteriormente, também a construção identitária da Turquia como país democrático surge em oposição à elite kemalista, sugerindo então que nesta matéria o "outro" do "eu" da identidade turca definido pelo governo AKP advém sobretudo da política interna. Um fenómeno que indica mais uma vez que a política externa do AKP reflete um processo interno de luta pela representação identitária entre o grupo conservador que apoia o governo e o *establishment kemalista*. Porém, este "outro" nem sempre está numa posição antagónica, já que, como foi referido anteriormente, o discurso da liderança do AKP denota em certas matérias, como naquela relativa ao conflito curdo, uma concordância com os ideais kemalistas.

## Relevância

As conclusões apresentadas nesta tese revelam sobretudo um processo complexo de articulação entre política externa e interna e da sua instrumentalização na luta hegemónica entre diferentes grupos pelo domínio político e pelo controlo da definição identitária de um país. Ou seja, esta tese contribui para o estudo da relação entre política externa e identidade ao demonstrar, através do caso turco, o papel que a luta interna pela definição identitária e a competição entre as diversas construções de identidade expressas por grupos concorrentes podem desempenhar nesta mesma relação. Neste sentido, o

modelo de análise apresentado poderá ser replicado noutros trabalhos de investigação que incidam sobre a conexão entre política externa e identidade nacional, sobretudo se estes se centrarem tanto na política externa como interna de um país para estudar esta relação.

Esta tese demonstra ainda que a política interna foi determinante na estruturação da política externa da Turquia, entre 2002 e 2007, tanto no que respeita à União Europeia como à Segunda Guerra do Golfo. A representação da Turquia como país representante do mundo islâmico, democrático e pacífico na política externa, não foi apenas uma resposta à conjuntura internacional mas também produto de uma transformação social e política interna que decorreu no país com a ascensão do partido AKP. Podemos acrescentar que, através das conclusões retiradas desta tese, é possível compreender a instrumentalização do conceito de democracia pelo governo AKP. A ênfase neste conceito por parte de Erdoğan, Gül e Arınç denota uma tentativa de ampliar o espaço político do partido, afastando definitivamente a elite kemalista, mesmo que, com o passar dos anos, o progresso democrático tenha esmorecido. Um fenómeno que explica o facto do governo AKP não ter conseguido resolver o conflito curdo ou mesmo sustentar o progresso face à integração europeia.

Ao contrário do período em análise nesta dissertação, hoje ao AKP e a Erdoğan não é mais necessário fazer concessões à elite kemalista, uma vez que dominam já o sistema político na Turquia. Nesse sentido, esta tese poderá servir de base a uma futura investigação sobre a conexão entre política externa turca e representação identitária num período em que o domínio do AKP e de Erdoğan seja já uma realidade. Sem o obstáculo da concessão à elite kemalista, que construção identitária forma a política externa e interna do AKP? Que construção identitária da Turquia se espelha hoje na política externa de Erdoğan e do AKP? Se o progresso democrático foi, no período em análise nesta tese, uma das características mais apontadas pela liderança do AKP para a Turquia, como se apresenta hoje este conceito na Turquia, tendo em conta o crescente autoritarismo político demonstrado pelos seus dirigentes?

Clara fica ainda a importância da questão identitária no sistema político turco, na medida em que, tal como esta tese sublinha, a definição do conceito de identidade revela uma profunda divisão na sociedade turca. Uma divisão que se reflete ainda nos dias de hoje, tal como é demonstrado pelos resultados das eleições no país nos últimos anos, os quais demonstram que cerca de 50 por cento dos eleitores apoiam Erdoğan e o AKP enquanto que os restantes se lhes opõem.

Na verdade, a transformação política e social do país que ocorreu durante o governo AKP fez emergir uma "nova Turquia"<sup>223</sup> (Keyman, 2014:19), um termo utilizado pela própria liderança do AKP e que se refere a "(...) um novo estado, um novo bloco histórico que inclui um novo poder militar e judiciário, (,,)"<sup>224</sup>, além de se ter tornado uma entidade "(...) pós-secular onde a religião é mais visível, ativa e estabelecida (...)"<sup>225</sup>, e uma "(...) sociedade pós-moderna que contém uma nova classe e uma nova dinâmica identitária"<sup>226</sup> (Keyman, 2014: 27).

Nesta "nova Turquia", a política externa do país caracteriza-se pelo deterioramento da sua relação com a União Europeia e Estados Unidos, pela difícil relação com a Rússia e pelo envolvimento na guerra síria, que agravou consideravelmente o conflito curdo. Ao mesmo tempo, a nível interno, os últimos anos têm demonstrado uma crescente tensão política que parece ter resultado por fim no controlo quase total da vida política na Turquia por Erdoğan e o AKP. Para isso contribuiu também a tentativa de golpe de estado em Julho de 2016, após a qual, Erdoğan e o AKP iniciaram de facto uma purga política contra a sua oposição. Se o período em análise nesta dissertação demonstra o desafio do AKP ao grupo dominante na altura, hoje é certo que é o próprio AKP e Erdoğan que detêm a hegemonia política no país.

---

<sup>223</sup> No original "New Turkey".

<sup>224</sup> No original "(...) a new state, a new historic block that includes a new military and judiciary, (...)".

<sup>225</sup> No original "(...) post-secular polity where religion is more visible, active and established, (...)".

<sup>226</sup> No original "(...) a post-modern society that consists of a new class and identity dynamics."

## Referências Bibliográficas

---

Agger, B. (1991) Critical Theory, Postmodernism: Their Sociological Relevance. *Annual Review of Sociology*, 17, 105-131.

Akçay, B., & Yılmaz, B. (2013) *Turkey's accession to the European Union: political and economic challenges*. Lanham: Lexington Books.

Aktan, I. (2014) The AKP's Three-Faceted Kurdish Policy: Tenders for the Rich, Alms for the Poor, Bombs for the opposition. In Akça, I., Bekmen, A. & Özden, B. A. (Eds.) *Turkey Reframed: Constituting Neoliberal Hegemony* (pp.107-122). Londres: Pluto Press.

Alaranta, T. (2014) *Contemporary Kemalism: From Universal Secular-Humanism to Extreme Turkish Nationalism*. Nova Iorque: Routledge.

Aljazeera (2014, 7 de Outubro). Cyprus halts unity talks with Turkey. *Aljazeera*. Disponível a partir de: <http://www.aljazeera.com/news/europe/2014/10/cyprus-suspends-unification-talks-with-turkey-201410713658717219.html> [Acesso: 6 de Fevereiro 2018]

Altunışık, M. B. (2009) World Views and Turkish Foreign Policies in the Middle East. *New Perspectives on Turkey*, 40, 171 - 194.

Altunışık, M. B. (2010) Turkey's Changing Middle East Policy. In Aydın, M. (ed.) *Turkish Foreign Policy - Old Problems, New Parameters* (pp.217-239). UNISCI.

Anadolu Agency (2014, 29 de Janeiro) Turkey looking to boost trade volume with Iran. *Anadolu Agency*. Disponível a partir de: <http://www.aa.com.tr/en/economy/280515--turkey-looking-to-boost-trade-volume-with-iran> [Acesso: 4 Setembro 2014]

Aras, B. (2001) Turkish Foreign Policy Towards Iran: Ideology and Foreign Policy in Flux. *Journal Of Third World Studies*, 18(1), 105-124.

Aras, B. (2004) *Turkey and the Greater Middle East*. Istanbul: Tasam Publications.

Aras, B. (2009, 1 de Maio) Davutoğlu era in Turkish Foreign Policy. *Today's Zaman*. Disponível a partir de: [http://www.todayszaman.com/todays-think-tanks\\_davutoglu-era-in-turkish-foreign-policy\\_179504.html](http://www.todayszaman.com/todays-think-tanks_davutoglu-era-in-turkish-foreign-policy_179504.html) [Acesso: 30 de Outubro 2014]

Aras, B. (2009) The Davutoğlu era in Turkish Foreign Policy. *Insight Turkey*, 11(3), 127-142.

Aras, R. (2014) *The Formation of Kurdishness in Turkey: Political Violence, Fear and Pain*. Nova Iorque: Routledge.

Aras, B., & Polat, R. K. (2008) From Conflict to Cooperation: Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran. *Security Dialogue*, 39, 495-515.

Arat, Y. (2010) Religion, Politics and Gender Equality in Turkey: implications of a democratic paradox?. *Third World Quarterly*, 31 (6), 869-884.

Ashton, N. J. (1993) The Hijacking of a Pact: the Formation of the Baghdad Pact and Anglo-American Tensions in the Middle East, 1955-1958. *Review of International Studies*, 19 (2), 123-137.

Atasoy, Y. (2005) *Turkey, Islamists and Democracy - Transition and Globalization in a Muslim State*. New York: I.B. Tauris.

Atasoy, Y. (2009) *Islam Marriage with Neoliberalism - State transformation in Turkey*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Austvik, O. G., & Rzayeva, G. (2017) Turkey in the geopolitics of energy. *Energy Policy*, 107, 539-547.

Aydın, M. (1999) Determinants of Turkish Foreign Policy: historical framework and traditional inputs. *Middle Eastern Studies*, 35(4), 152-186.

Aydın, M. (2000) Determinants of Turkish Foreign Policy: changing patterns and conjunctures during the Cold War. *Middle Eastern Studies*, 36(1), p.103-139.

Aydın, M. (2003) Twenty Years Before, Twenty Years After: Turkish Foreign Policy at the Threshold of the 21st Century. In Ismael, T. Y. & Aydın, M. (eds.) *Turkey's Foreign Policy in the 21st Century* (pp. 3-24). England: Ashgate Publishing.

Aydın, M. (2004) *Turkish Foreign Policy - Framework and Analysis*. Ankara: Center for Strategic Research.

Aydın-Düzgit, S., & Keyman, F. (2012) EU, Turkey Relations and the Stagnation of Turkish Democracy. *Global Turkey in Europe Series*, Working Paper 2.

Azak, U. (2010) *Islam and Secularism in Turkey - Kemalism, Religion and the Nation State*. Nova Iorque: I.B. Tauris.

Baugrande, R. (1997) *The Story of Discourse Analysis*. In Van Dijk, T. A. (ed.) *Discourse as Structure and Process* (pp.35-63). Londres: Sage Publications.

Bakhtin, M. M. (1986) *Speech, Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press.

Balık, G. (2016) *Turkey and the US in the Middle East - Diplomacy and Discord During the Iraq Wars*. Nova Iorque: I.B. Tauris.

Bardakçı, M. (2013) Coup plots and the Transformation of Civil-Military Relations in Turkey under the AKP Rule. *Turkish Studies*, 14 (3), 411-428.

Barkey, H. J. (2016) Syria's Dark Shadow over US-Turkey Relations. *Turkish Policy Quarterly*, 14 (4), 25-36.

Barkey, H. J., & Fuller, G. E. (1998) *Turkey's Kurdish Question*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Barrinha, A. (2014a) Desecuritização e Transformação dos Conflitos. In Barrinha, A., & Freire, M. R. (Eds.) *Segurança, Liberdade e Política - Pensar a Escola de Copenhaga em Português* (pp. 141-161). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Barrinha, A. (2014b) Relações Rússia-Turquia: da rivalidade à parceria estratégica. In Daehnhardt, P. & Freire, M. R. (coordenação) *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico* (pp. 253-271). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Barrinha, A. (2014c) The Ambitious Insulator: Revisiting Turkey's Position in Regional Security Complex Theory. *Mediterranean Politics*, 19 (2), 165-182.

Barrinha, A., & Bastos, L. (2016) Out of Will or Out of Necessity? Turkey and the Middle East. In Simão, L. & Piet, R. (Eds.) *Security in Shared Neighbourhoods - Foreign Policy of Russia, Turkey and the EU* (pp.119-142). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Barrionuevo, A., & Arsu, S. (2010, 16 de Maio). Brazil and Turkey Near Nuclear Deal with Iran. *The New York Times*. Disponível a partir de: <http://www.nytimes.com/2010/05/17/world/middleeast/17iran.html> [Acesso: 7 de Fevereiro 2018]

Bastos, L. (2013) A reaproximação política entre a Turquia e a Arménia segundo o pensamento de Hannah Arendt. *Relações Internacionais*, 40, 197-207.

Başkan-Canyaş, F., & Canyaş, F. O. (2016) The interplay between formal and informal institutions in Turkey: the case of Fethullah Gülen community. *Middle Eastern Studies*, 52 (2), 280-294.

BBC News (2002, Novembro 4) Turkey's Charismatic Pro-Islamic Leader. *BBC News*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2270642.stm> [Acesso: 21 de Junho 2018]

BBC News (2003a, Janeiro 22) EU allies unite against Iraq war. *BBC News*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2683409.stm> [Acesso: 6 de Setembro 2018]

BBC News (2003b, Outubro 7) Turkey set for Iraq mission. *BBC News*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3168546.stm> [Acesso: 28 de Junho 2018]

BBC News (2004, Abril 25) Cyprus 'spurns historic chance. *BBC News*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3656753.stm> [Acesso: 20 Agosto 2014].

Bechev, D. (2012) Turkey in the Balkans: Taking a Broader View. *Insight Turkey*, 14(1), 131-146.

Bilgin, F., & Sarıhan, A. (2013) *Understanding Turkey's Kurdish Question*. Maryland: Lexington Books.

Bilgin, H. D. (2008) Foreign Policy Orientation of Turkey's Post-Islamist Parties: A Comparative Study of the AKP and the Refah. *Turkish Studies*, 9(3), 407-42.

Black, A. (2011) *The History of Islamic Political Thought - From the Prophet to the Present*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Bozdağlıoğlu, Y. (2003) *Turkish Foreign Policy and Turkish identity: a constructivist approach*. New York: Routledge.

Bozdağlıoğlu, Y. (2010) Modernity, Identity and Turkey's Foreign Policy. *Insight Turkey*, 10 (1), 55-76.

Bronner, S. E. (2002) *Of Critical Thinking and its Theorists*. Nova Iorque: Routledge. Brown, D. (2000) *Contemporary Nationalism - Civic, ethnocultural and multicultural politics*. Londres: Routledge.

Brown, G., & Yule, G. (1983) *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Burkeman, O., & Howard, M. (2003, Março 21) Turkish troops enter northern Iraq. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2003/mar/22/turkey.iraq> [Acesso: 28 de Junho 2018]

Buzan, B., Wæver, O., de Wilde, J, (1998) *Security - A New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Çağaptay, S. (2004) Race, assimilation and Kemalism: Turkish Nationalism and the Minorities in the 1930s. *Middle Eastern Studies*, 40 (3), 86 -101.

Çağaptay, S. (2006) *Islam, Secularism, and Nationalism in Modern Turkey*. Nova Iorque: Routledge.

Çağaptay, S. (2017) *The New Sultan: Erdogan and the Crisis of Modern Turkey*. Nova Iorque: I.B.Tauris.

Çağaptay, S., Unver, H. A., & Arifağaoğlu, H. (2008, Março 19). *Will the Turkish Constitutional Court Ban the AKP?*. Obtido em Março 12, 2018, de: <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/will-the-turkish-constitutional-court-ban-the-akp>.

Campbell, D. (1993) *Politics without Principle: Sovereignty, ethics and the narratives*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Campbell, D. (1992) *Writing Security – United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minnesota: University of Minnesota Press.

Casier, M., Jongerden, J., & Walker, N. (2011) Fruitless Attempts? The Kurdish Initiative and Containment of the Kurdish Movement in Turkey?. *New Perspectives on Turkey*, 103-127.

Çarkoğlu, A. (2009) Turkey's Local Elections of 2009: Winners and Losers. *Insight Turkey*, 11 (2), 1-18.

Çarkoğlu, A., & Kalaycıoğlu, E. (2009) *The Rising tide of Conservatism in Turkey*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Çınar, A. (2005) *Modernity, Islam and Secularism in Turkey*. Minneapolis: Regents of the University of Minnesota.

Çiçek, C. (2011) Elimination or Integration of Pro-Kurdish Politics: Limits of the AKP's Democratic Initiative. *Turkish Studies*, 12 (1), 15-26.

Cindoğlu, D., & Zencirci, G. (2008) The Headscarf in Turkey in the Public and State Spheres. *Middle Eastern Studies*, 44 (5), 791-806.

Cizre, U. (2011) Disentangling the threads of Civil-Military Relations in Turkey: Promises and Perils. *Mediterranean Quarterly*. 22 (2), 57-75.

Cornell, S. E. (2013, Abril 24) *The Diverging Paths of Abdullah Gül and Tayyip Erdoğan*. Obtido em Março 12, 2018, de: <https://www.turkeyanalyst.org/publications/turkey-analyst-articles/item/42-the-diverging-paths-of-abdullah-g%C3%BCI-and-Tayyip-erdogan.html>

Dağı, İ. D. (2004) Rethinking Human Rights, Democracy and the West: Post-Islamist Intellectuals in Turkey. *Critique: Critical Middle Eastern Studies*, 13 (2), 135-151.

Dağı, İ. D. (2005) Transformation of Islamic Political Identity in Turkey: Rethinking the West and Westernization. *Turkish Studies*, 6 (1), 1-16.

Darroch, G. (2017, Março 12) Netherlands 'will pay the price' for blocking Turkish visit - Erdoğan. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/12/netherlands-will-pay-the-price-for-blocking-turkish-visit-erdogan> [Acesso: 13 de Outubro 2017].

Danforth, N. (2008) Ideology and Pragmatism in Turkish Foreign Policy: From Atatürk to the AKP. *Turkish Policy Quarterly*. 7 (2), 83-95.

Davutoğlu, A. (1994) *Alternative Paradigms - The Impact of Islamic and Western Weltanschauungs on Political Theory*. University Press of America

Davutoğlu, A. (2001) *Stratejik Derinlik*. Istanbul: Istanbul Küre.

Davutoğlu, A. (2008) Turkey's Foreign Policy vision: An Assessment of 2007. *Insight Turkey*, 10 (1), 77-97.

Davutoğlu, A. (2009) Turkish Foreign Policy and the EU in 2010. *Turkish Policy Quarterly*, 8(3), 11-17.

Davutoğlu, A. (2012, 12 de Março) Interview by Mr. Ahmet Davutoğlu published in AUC Cairo. Obtido em Maio,11, 2018 de: [http://www.mfa.gov.tr/interview-by-mr\\_-](http://www.mfa.gov.tr/interview-by-mr_-)

ahmet-davuto%C4%9Flu-published-in-auc-cairo-review-\_egypt\_-on-12-march-2012.en.mfa

Davutoğlu, A. (2013) The Three Major Earthquakes in the International System and Turkey. *The International Spectator: Italian Journal of International Affairs*, 48(2), 1-11.

De Fina, A. (2011) Discourse and Identity in Van Dijk, T. A. (ed.) *Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction* (pp. 265-283). Londres: Sage Publications.

Demiralp, S. (2016) The Breaking Up of Turkey's Islamic Alliance: The AKP-Gulen Conflict and Implications for Middle East Studies. *Middle East Review of International Affairs*, 20 (1), 1-7.

Dixon, J. C., Ergin, M. (2010) Explaining anti-Kurdish beliefs in Turkey: Group Competition, Identity, and Globalization. *Social Science Quarterly*, 91 (5), 1329- 1348.

Dombey, Daniel (2013, Outubro 6) Erdogan and Gul to determine Turkey's future direction. *Financial Times*. Disponível em: <https://www.ft.com/content/db6f45ec-2e6f-11e3-be22-00144feab7de> [Acesso: 12 de Março 2018]

Dunne, T., Kurki, M., & Smith, S. (2010) *International Relations Theory - Discipline and Diversity*. (2ª edição) Oxford: Oxford University Press.

Duran, B. (2006) JDP and Foreign Policy as an Agent of Transformation. In Yavuz, M. Hakan (ed.) *The Emergence of a New Turkey – Democracy and the AK Parti* (pp.281-305). Utah: The University of Utah Press.

Düzgit, S., & Keyman, F. (2007) Turkey and European Integration: Toward Fairness and Reciprocity. In Keyman, F. (ed.) *Remaking Turkey* (pp. 245-258). United Kingdom: Lexington Books, p. 245-258.

Düzgit, S., & Tocci, N. (2015) *Turkey and the European Union*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Ehteshami, A., & Elik, S. (2011) Turkey's Growing Relations with Iran and Arab Middle East. *Turkish Studies*. 12(4), 643-662.

Elver, H. (2012) *The Headscarf Controversy - Secularism and Religion*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Erdemli, Ö. (2003) Chronology: Turkey's Relations with the EU. In Çarkoğlu, A., & Rubin, B. (eds) *Turkey and the European Union - Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics* (pp. 4-8). Estados Unidos da América: Frank Cass Co.

Ergin, M. (2014) The racialization of Kurdish identity in Turkey *Ethnic and Racial Studies*, 37 (2), 322-341

Ergin, M. & Karakaya, Y. (2017) Between Neo-Ottomanism and Ottomania: navigating state-led and popular cultural representation of the past. *New Perspectives on Turkey*, 54, 33-59.

Fairclough, N. (1989) *Language and Power*. Nova Iorque: Longman.~

Fairclough, N. (1992) *Discourse and Social Change*. Oxford: Polity Press.

Fairclough, N. (1995) *Critical discourse analysis: the critical study of language*. Nova Iorque: Longman.

Fairclough, N. (1995) *Media Discourse*. Nova Iorque: Edward Arnold.

Fairclough, N. (2001) The Dialects of Discourse. *Textus XIV*, 231-242.

Fairclough, N. (2003) *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. Nova Iorque: Routledge.

Fairclough, N., Mulderrig, J., & Wodak, R. (2011) Critical Discourse Analysis. In Van Dijk, T. A. (ed.) *Discourse Studies: a Multidisciplinary Introduction* (357-378). Londres: Sage Publications.

Fairclough, N., & Wodak, R. (1997) Critical Discourse Analysis. In Van Dijk, T. A. *Discourse as Social Interaction* (pp. 258-285). Londres: Sage Publications.

Finnemore, M., & Sikkink, K. (2001) TAKING STOCK: The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. *Annual Review Political Science*, 4, 391-416.

Foucault, M. (1977) *Discipline and Punish: the Birth of the Prison*. Nova Iorque: Vintage Books.

Giddens, A. (1984) *The Constitution of Society - Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

Giddens, A. (2002) *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Gordon, P. H., & Taşpınar, Ö. (2008) *Winning Turkey -How America, Europe and Turkey Can Revive a Fading Partnership*. Washington D.C.: The Brookings Institution.

Göle, N. (1996) *The Forbidden Modern - Civilization and Veiling*. Michigan: University of Michigan.

Görgülü, A. (2009) Towards a Turkish-Armenian Rapprochement? *Insight Turkey*, 11 (2), 19-29.

Gözaydın, İ. B. (2009) The Fethullah Gülen movement and politics in Turkey: a chance for democratization or a Trojan horse? *Democratisation*, 16(6), 1214-1236.

Grad, H., & Rojo, L. M. (2008) Identities in discourse: an integrative view. In Dolón, R., & Todolí, J. (eds.) *Analysing Identities in Discourse* (pp.3-28). Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

Gumuscu, S. (2010) Class, Status and Party: The Changing Face of Political Islam in Turkey and Egypt. *Comparative Political Studies*, 43(7), 835-861.

Gunes, C. (2013) Explaining the PKK's Mobilization of the Kurds in Turkey: Hegemony, Myth and Violence. *Ethnopolitics*, 12(3), p. 247-267.

Gunter, M. M. (2016) *The Kurds - A Modern History*. Princeton: Marcus Wiener Publishers Princeton.

Güney, A. (2005) An Anatomy of the Transformation of the US-Turkish Alliance: From "Cold War" to "War on Iraq". *Turkish Studies*, 6(3), 341-359.

Güney, A., & Karatekelioğlu, P. (2005) Turkey's EU Candidacy and Civil-Military Relations: Challenges and Prospects. *Armed Forces and Society*, 31 (3), 439-462.

Gürbilek, N. (2011) *The New Cultural Climate in Turkey – Living in a Shop Window*. New York: Zed Books Ltd.

Guzzini, S., & Leander, A. (2006) Wendt's constructivism - A relentless quest for synthesis. In Guzzini, S., Leander, A. (eds.) *Constructivism and International Relations - Alexander Wendt and his critics* (73-92). Nova Iorque: Routledge.

Hale, W. (2003) *Turkish Foreign Policy since 1774*. Frank Cass Publishers.

Hale, W. (2007) *Turkey, the US and Iraq*. Londres: London Middle East Institute, SOAS

Hale, W. (2006) Christian Democracy and the JDP - Parallels and Contrasts. In Yavuz, M. H. (ed.) *The Emergence of a New Turkey – Democracy and the AK Parti* (pp. 66-88). Utah: The University of Utah Press.

Hale, W. (2009) Turkey and the Middle East in the 'New Era'. *Insight Turkey*, 11 (3), 143 - 159.

Hale, W., & Özbudun, E. (2010) *Islamism, Democracy and Liberalism in Turkey - the case of the AKP*. Nova Iorque: Routledge.

Hanioglu, M. Ş. (1995) *The Young Turks in Opposition*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Hansen, L. (2006) *Security as Practice – Discourse Analysis and the Bosnian War*. Nova Iorque: Routledge.

Harris, G. S. (2003) Turkish-American Relations since the Truman Doctrine. In Aydın, M., & Erhan, Ç. (eds.) *Turkish-American Relations - Past, Present and Future* (pp.66-88). Nova Iorque: Routledge.

Harris, G. (2018, Janeiro 24) Trump sharply warns Turkey Against Military Strikes in Syria. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/01/24/world/middleeast/trump-turkey-strikes-syria.html> [Acesso a 20 de Junho 2018]

Hopf, Ted (1998) "The Promise of Constructivism in International Relations Theory" *International Security*. 23 (1), 171-200.

Huntington, Samuel P. (1993) "Clash of Civilizations?" *Foreign Affairs*. 72 (3), 22-49.

Hürriyet Daily News (2002a, Dezembro 11) Gul says he won't let EU wound Turkey's pride. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/gul-says-he-wont-let-eu-wound-turkeys-pride.aspx?pageID=438&n=gul-says-he-wont-let-eu-wound-turkeys-pride-2002-12-11> [Acesso: 9 de Novembro 2015]

Hürriyet Daily News (2002b, Novembro 8) Possible PM Gul to set Muslim democrat example. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/possible-pm-gul-to-set-muslim-democrat->

example.aspx?pageID=438&n=possible-pm-gul-to-set-muslim-democrat-example-2002-11-08 [Acesso: 7 de Novembro 2015]

Hürriyet Daily News (2002c, Novembro 30) Erdogan gets Luxembourg's backing for 'clear membership calendar'. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan-gets-luxembourgs-backing-for-clear-membership-calendar.aspx?pageID=438&n=erdogan-gets-luxembourgs-backing-for-clear-membership-calendar-2002-11-30> [Acesso: 9 de Novembro 2015]

Hürriyet Daily News (2002d, Novembro 15) Gül: We want to shock the EU. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/gul-we-want-to-shock-the-eu.aspx?pageID=438&n=gul-we-want-to-shock-the-eu-2002-11-15> [Acesso: 27 Janeiro 2017]

Hürriyet Daily News (2003a, Abril 19) PM Erdogan reiterates will to take part in Iraq's reconstruction. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/pm-erdogan-reiterates-will-to-take-part-in-iraqs-reconstruction.aspx?pageID=438&n=pm-erdogan-reiterates-will-to-take-part-in-iraqs-reconstruction-2003-04-19> [Acesso: 14 de Dezembro 2015]

Hürriyet Daily News (2003b, Dezembro 19) Cooperation with Japan. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/cooperation-with-japan.aspx?pageID=438&n=cooperation-with-japan-2003-12-19> [Acesso: 7 de Março 2016]

Hürriyet Daily News (2003c, Janeiro 20) Erdogan: Saddam Hussein can prevent war. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan-saddam-hussein-can-prevent-war.aspx?pageID=438&n=erdogan-saddam-hussein-can-prevent-war-2003-01-29> [Acesso: 24 de Novembro 2015]

Hürriyet Daily News (2003d, Março 29) Analysis - Turkey may keep troops out of Iraq--for now. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/analysis---turkey-may-keep-troops-out-of-iraq---for-now.aspx?pageID=438&n=analysis---turkey-may-keep-troops-out-of-iraq---for-now-2003-03-29> [Acesso: 12 de Dezembro 2015]

Hürriyet Daily News (2004a, Abril 20) Erdoğan and Baykal's clash over YOK. *Hürriyet Daily News*. Disponível a partir de: <http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan>

and-baykals-clash-over-yok.aspx?pageID=438&n=erdogan-and-baykals-clash-over-yok-2004-04-20 [Acesso: 9 de Março 2017]

Hürriyet Daily News (2004b, Fevereiro 6) Arinc: Turkey plays key role in providing compromise among civilizations. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/arinc-turkey-plays-key-role-in-providing-compromise-among-civilizations.aspx?pageID=438&n=arinc-turkey-plays-key-role-in-providing-compromise-among-civilizations-2004-02-06> [Acesso: 8 de Março 2017]

Hürriyet Daily News (2005a, Setembro 26) Gov't, opposition united in support of Armenian conference. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/govt-opposition-united-in-support-of-armenian-conference.aspx?pageID=438&n=govt-opposition-united-in-support-of-armenian-conference-2005-09-26> [Acesso: 17 de Março 2017]

Hürriyet Daily News (2005b, Maio 30) 'US failure to adequately inform Parliament led to March 1 refusal'. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/us-failure-to-adequately-inform-parliament-led-to-march-1-refusal.aspx?pageID=438&n=8126us-failure-to-adequately-inform-parliament-led-to-march-1-refusal-2005-05-30> [Acesso: 16 de Março 2017]

Hürriyet Daily News (2005c, Janeiro 31) Gul Warns about Kirkuk too. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/gul-warns-about-kirkuk-too.aspx?pageID=438&n=gul-warns-about-kirkuk-too-2005-01-31> [Acesso: 5 de Abril 2016]

Hürriyet Daily News (2005d, Novembro 18) PM's Erdogan "ulema" comment under investigation. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/pm-erdogans-quotulemaquot-comment-under-investigation.aspx?pageID=438&n=pm-erdogans-quotulemaquot-comment-under-investigation-2005-11-18> [Acesso: 25 de Abril 2016]

Hürriyet Daily News (2005e, Abril 26) AKP slams Bumin. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/akp-slams-bumin.aspx?pageID=438&n=akp-slams-bumin-2005-04-26> [Acesso: 27 de Janeiro 2017]

Hürriyet Daily News (2005f, Novembro 30) Erdoğan's remarks on Kurdish identity stir debate over Turkey's national identity. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://web.hurriyetdailynews.com/erdogans-remarks-on-kurdish-identity-stir-debate-over->

turkeys-national-identity.aspx?pageID=438&n=erdogans-remarks-on-kurdish-identity-stir-debate-over-turkeys-national-identity-2005-11-30 [Acesso: 15 de Maio 2017]

Hürriyet Daily News (2005g, Dezembro 8) Baykal goes to Şemdinli. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/baykal-goes-to-semdinli.aspx?pageID=438&n=baykal-goes-to-semdinli-2005-12-08> [Acesso: 10 de Maio 2017]

Hürriyet Daily News (2005h, Agosto 11) Erdoğan met with group of intellectuals. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan-met-with-group-of-intellectuals.aspx?pageID=438&n=erdogan-met-with-group-of-intellectuals-2005-08-11> [Acesso: 11 de Maio 2017]

Hürriyet Daily News (2005i, Agosto 14) Erdoğan statements on 'Kurdish issue' music to Europe's ears. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan-statements-on-kurdish-issue-music-to-europes-ears.aspx?pageID=438&n=erdogan-statements-on-kurdish-issue-music-to-europes-ears-2005-08-14> [Acesso: 17 Março 2017]

Hürriyet Daily News (2005j, Agosto 18) DEHAP dissolved, joins Zana's movement. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/dehap-dissolved-joins-zanas-movement.aspx?pageID=438&n=dehap-dissolved-joins-zana8217s-movement-2005-08-18> [Acesso: 11 de Maio 2007]

Hürriyet Daily News (2005k, Agosto 13) Erdoğan: Kurdish problem will be resolved through democracy. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/erdogan-kurdish-problem-will-be-resolved-through-democracy.aspx?pageID=438&n=democratic-initiative-2005-08-13> [Acesso: 17 de Março 2017]

Hürriyet Daily News (2006a, Fevereiro 14) Journalists on the front line against violence. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/journalists-on-the-front-line-against-violence.aspx?pageID=438&n=journalists-on-the-front-line-against-violence-2006-02-14> [Acesso: 29 de Abril 2016]

Hürriyet Daily News (2014a, Fevereiro 10) Foreign Minister Davutoğlu: Turkey hopeful for 'last chance' on Cyprus. *Hürriyet Daily News*. Disponível a partir de:

<http://www.hurriyetdailynews.com/foreign-minister-davutoglu-turkey-hopeful-for-last-chance-on-cyprus.aspx?pageID=238&nID=62228&NewsCatID=338> [Acesso: 2 de Setembro 2014]

Hürriyet Daily News (2014b, Abril 23) PM Erdoğan stresses 'shared pain' in statement on Armenian issue. *Hürriyet Daily News*. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/pm-erdogan-stresses-shared-pain-in-statement-on-armenian-issue.aspx?PageID=238&NID=65437&NewsCatID=510> [Acesso: 5 de Setembro 2014]

Idiz, S. (2017, Agosto 22) Erdogan takes Turkey-Germany feud to next level. Obtido em Outubro 13, 2017, de: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2017/08/turkey-germany-ties-take-turn-for-worse.html>.

Idiz, S. (2018, Março 27) Latest Turkey-EU talks end with no progress. Obtido em Junho 20, 2018, de: <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/03/turkey-european-union-summit-fails-resolve-problems.html>.

International Crisis Group (2017) Turkey's PKK Conflict. Obtido em Outubro, 10, 2018, de: <http://www.crisisgroup.be/interactives/turkey/>

Islam, M. K. (2010) *Headscarf Politics in Turkey: A Postcolonial Reading*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Jackson, R. (2005) *Writing the War on Terrorism: Language: Politics and Counter-terrorism*. Manchester: Manchester University Press.

Jasse, R. L. (1991) The Baghdad Pact: Cold War or Colonialism? *Middle Eastern Studies*. 27 (1), 140-156.

Jenkins, G. (2007) Continuity and Change: Prospects for civil-military relations in Turkey. *International Affairs* 2: 339-355

Jenkins, G. (2008) *Political Islam in Turkey: Running West, Heading East?*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Jones, R. W. (2001) *Critical Theory and World Politics*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Jones, S. (2006) *Antonio Gramsci*. Nova Iorque: Routledge.

Jorgerden, J., & Akkaya, A. H. (2011) Born from the Left: the making of the PKK. In Casier, M, & Jorgerden, J. (Ed.) *Nationalisms and Politics in Turkey: Political Islam, Kemalism and the Kurdish Issue* (pp. 123-143). Nova Iorque:Routledge.

Kadercan, P. T., & Kadercan, B. (2016) The Turkish-Military as a Political Actor: Its Rise and Fall. *Middle East Policy*, 23 (3), 84-99.

Kanat, K. B., & Hannon, J. (2017) Turkey-Israel Relations in the New Era. *Mediterranean Quaterly*, 28 (4), pp. 64-86.

Karakas, C. (2007) *Turkey: Islam and Laicism between the Interests of State, Politics, and Society*. 78. Frankfurt am Main: Peace Research Institute Frankfurt.

Katzenstein, P. J., Keohane, R., & Krasner, S. D. (1998) International Organization and the Study of World Politics. *International Organization*. 52 (4), 645-685.

Kaya, A. (2013) *Europeanization and Tolerance in Turkey - the Myth of Toleration*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Kaya, A. (2015) Islamisation of Turkey under the AKP Rule: Empowering Family, Faith and Charity. *South European Society and Politics*. 20 (1), 47-69.

Keohane, R. O. (1988) International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly*. 32 (4), 379-396.

Keyman, F. E. (2009) Turkish Foreign Policy in the Era of Global Turmoil. *SETA Policy Brief*, n. 39.

Keyman, F. E. (2014) The AK Party: Dominant Party, New Turkey and Polarization. *Insight Turkey*, 16 (2), 19-31.

Keyman, F., & Gumuscu, S. (2014) *Democracy, Identity, and Foreign Policy in Turkey - Hegemony through transformation*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Kezer, Z. (2015) *Building Modern Turkey*. Pittsburgh: University of Pittsburg Press.

Khen, H. M. (2016) *National Identities and the Right to Self-Determination of Peoples*. Leiden: Brill Nijhoff.

Kili, S. (1969) *Kemalism*. Istanbul: Menteş Matbaası

Kili, S. (1980) "Kemalism in Contemporary Turkey" *International Political Science Review*. 1(3), 381-404.

Kirişçi, K. (2011) The Kurdish Issue in Turkey: Limits of European Union Reform. *South European Society and Politics*. 16 (2), 335 - 349.

Kirişçi, K. (2011) "Turkey's Demonstrative Effect" and the Transformation of the Middle East". *Insight Turkey*. 13 (2), p. 33-55.

Korteweg, A. C., & Yurdakul, G. (2014) *The Headscarf debates - Conflicts of National Belonging*. Stanford: Stanford University Press.

Kösebalaban, H. (2008) "Torn identities and Foreign Policy: The case of Turkey and Japan" *Insight Turkey*. 10 (1), p.5-30.

Kratochwil, F. (2006) Constructing a new orthodoxy? Wendt's Social Theory of International Politics and the constructivist challenge. in Guzzini, S., & Leander, A. (Eds.) *Constructivism and International Relations - Alexander Wendt and his critics* (pp.21-47). Nova Iorque: Routledge.

Kristeva, J. (1980) *A Semiotic Approach to Literature and Art*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Kuru, A. T. (2009) *Secularism and State Policies toward Religion: The United States, France, and Turkey*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Kushner, D. (1997) Self-Perception and Identity in Contemporary Turkey. *Journal of Contemporary History*. 32 (2), 219-233.

Kuzu, D. (2016) The politics of identity, recognition and multiculturalism: the Kurds in Turkey. *Nations and Nationalism*. 22 (1), 123 - 142.

Larrabee, S. F. (2007) Turkey Rediscovered the Middle East. *Foreign Affairs*. 86, 103-115.

Larrabee, F. S, & Tol, G. (2011) Turkey's Kurdish Challenge. *Survival*. 53 (4), 143-152.

Linden, R. H., Tolay, J. (2012) Understanding Turkey's Relations with Its neighbors. In Linden, R. H., Evan A., Kirişçi, K., & Straubhaar, T. (Eds) *Turkey and its neighbours* (pp.1-11). Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Lewis, B. (2002) *The emergence of modern Turkey*. New York: Oxford University Press.

Macfie, A. L. (2010) Mustafa Kemal Atatürk and the Creation of the Turkish Republic. In Paine, S.C.M. (Ed.) *Nation Building, State Building, and Economic Development: Case Studies and Comparisons*. Routledge.

MacMillan, C. (2013) *Discourse, Identity and the Question of Turkish Accession to the EU*. Burlington, USA: Ashgate.

Mango, A. (2002) *Atatürk - The Biography of the Founder of Modern Turkey*. Nova Iorque: The Overlook Press.

Mardin, Ş. (2002) *The genesis of Young Ottoman Thought - A Study in the Modernization of Turkish Political Ideas*. United States of America: Syracuse University Press.

Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Turkey (2011) Turkey-Syria Economic and Trade Relations. Republic of Turkey Ministry of Foreign Affairs. Obtido em Setembro, 1, 2014, de: [http://www.mfa.gov.tr/turkey\\_s-commercial-and-economic-relations-with-syria.en.mfa](http://www.mfa.gov.tr/turkey_s-commercial-and-economic-relations-with-syria.en.mfa).

Müftüler-Baç, M. (2016) *Divergent Pathways: Turkey and the European Union: Rethinking the Dynamics of Turkish-European Union Relations*. Opladen: Barbara Budrich Publishers.

Müftüler-Baç, M. (2017) Assessing Turkey's Foreign Policy Choices Towards the European Union. *Insight Turkey*. 19 (1), 117-134.

Nas, Ç. (2012) Europeanisation of Identity: The case of the Rebuffed Candidate. In Nas, Ç, & Özer, Y. (Eds.) *Turkey and the European Union - Processes of Europeanisation* (pp.23-45). Nova Iorque: Routledge.

Neumann, I. B., & Welsh, J. M. (1991) The Other in European Self-Definition: An Addendum to the Literature on International Society. *Review of International Studies*. 17(4), 327-348.

Nogueira, J. P.; Messari, N. (2005) *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Oğuzlu, T. (2008) Middle Easternization of Turkey's Foreign Policy: Does Turkey Dissociate from the West?. *Turkish Studies*. 9 (1), 3-20.

Oğuzlu, T. (2012) The 'Arab Spring' and the Rise of the 2-0 Version of Turkey's 'zero problems with neighbors' Policy, *SAM Papers*, No.1.

Olson, R. (1989) *The Emergence of Kurdish Nationalism and the Sheikh Said Rebellion, 1880-1925*. Austin: University of Texas Press.

Onar, N. F. (2013) Constructing Turkey Inc.: Discursive Anatomy of a Domestic and Foreign Policy Agenda. In Rumford, C. (Ed.) *New Perspectives on Turkey-EU Relations*. Nova Iorque: Routledge.

Onuf, N. G. (1989) *World of Our Making - Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press.

Öktem, K. (2011) *Angry Nation – Turkey since 1989*. Nova Scotia: Fernwood Publishing Ltd.

Öniş, Z. (2015) Monopolizing the Centre: The AKP and the Uncertain Path of Turkish Democracy. *The International Spectator*. 50(2), p.22-41.

Öniş, Z. & Kutlay, M. (2013) Rising Powers in a Changing Global Order: the political economy of Turkey in the age of brics. *Third World Quarterly*, 34(8), 1409-1426.

Öniş, Z., & Yılmaz, Ş. (2008) Greek-Turkish Rapprochement: Rhetoric or Reality?. *Political Science Quarterly*. 123 (1), 123-149

Öniş, Z., & Yılmaz, Ş. (2009) Between Europeanization and Euro-Asianism: Foreign Policy activism in Turkey during the AKP era. *Turkish Studies*. 10(1), 7-24.

Özbay, F. (2011) The Relations between Turkey and Russia in the 2000s. *Perceptions Journal of International Affairs*. 16(3), 69-93.

Özbüdün, E. (2014) AKP at the Crossroads: Erdogan's Majoritarian Drift. *South European Society and Politics*. 19 (2), p. 155-167.

Özcan, A. (1997) *Pan-Islamism - Indian Muslims, the Ottomans and Britain*. Leiden: Brill.

Özcan, A. K. (2005) *Turkey's Kurds: A Theoretical Analysis of the PKK and Abdullah Öcalan*. Nova Iorque: Routledge.

Özcan, G. (2010) The Changing Role of Turkey's Military in Foreign Policy-Making Process. In M. Aydın (Ed.) *Turkish Foreign Policy - Old Problems, New Parameters* (37-73). UNISCI.

Özcan, M. (2008) *Harmonizing Foreign Policy*. Hampshire: Ashgate.

Özerkan, F. (2010, 24 de Janeiro) Turkey-Armenia 'blame game' risks shaky normalization process. *Hürriyet Daily News*. Disponível a partir de: <http://www.hurriyetdailynews.com/default.aspx?pageid=438&n=turkey-armenia-play-blame-game-risking-shaky-normalization-process-2010-01-23> [ Acesso: 30 de Outubro 2014]

Patton, M. J. (2007) AKP Reform Fatigue in Turkey: What has happened to the EU Process?. *Mediterranean Politics*. 12(3), 339-358.

Polat, R. K. (2008) The AKP and the Kurdish Issue: What went wrong?. *SETA Policy Brief*, Maio, 14.

Presidency of the Republic of Turkey (2018) Biography. Obtido em Fevereiro 24, 2018, de: <https://www.tccb.gov.tr/en/recepTayyip Erdogan/biography/>

Pusane, Ö. K. (2014) Turkey's Kurdish Opening: Long Awaited Achievements and Failed Expectations. *Turkish Studies*. 15 (1), 81-99.

Pusane, Ö. K. (2015) Turkey's Military Victory over the PKK and Its Failure to End the PKK Insurgency. *Middle Eastern Studies*. 51 (5), 727-741.

Resende, V. M., & Ramalho, V. (2006) *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.

Ringmar, E. (2007) *Identity, Interest and Action: A cultural explanation of Sweden's intervention in the Thirty Years War*. Cambridge, Cambridge University Press.

Robins, P. (2003) *Suits and Uniforms: Turkish Foreign Policy Since the Cold War*. Seattle: University of Washington Press.

Romano, D. (2006) *The Kurdish National Movement: Opportunity, Mobilization and Identity*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Rubin, B. (2001) Turkey: A Transformed International Role. In Rubin, B., & Kirişçi, K. (Eds.) *Turkey in World Politics - An Emerging Multiregional Power* (1-3). Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Rumelili, B. (2004) Constructing Identity and relating to difference: understanding the EU's mode of differentiation. *Review of International Studies*. 30, 27-47.

Rumelili, B. (2008) "Negotiating Europe: EU-Turkey Relations from an Identity Perspective". *Insight Turkey*. 10 (1), 97-110.

Rumelili, B. (2011) "Turkey: Identity, Foreign Policy, and Socialization in a Post-Enlargement Europe". *European Integration*. 33 (2), 235-249.

Saatcı, M. (2002) "Nation-states and ethnic boundaries: modern Turkish identity and Turkish-Kurdish conflict" *Nations and Nationalisms*. 8 (4), 549-564.

Sanjian, A. (1997) The Formulation of the Baghdad Pact. *Middle Eastern Studies*. 33(2), p. 226-266.

Saraçoğlu, C., & Demirkol, Ö. (2015) Nationalism and Foreign Policy Discourse in Turkey Under the AKP rule: Geography, History and National Identity. *British Journal of Middle Eastern Studies*. 42 (3), 301-319.

Sarfati, Y. (2017) How Turkey's Slide to Authoritarianism defies modernization theories. *Insight Turkey*. 18(3), p. 395-415.

Sarigil, Z., & Fazlıoğlu, O. (2013) Religion and Ethno-nationalism: Turkey's Kurdish issue. *Nations and Nationalism*. 19 (3), p. 551 - 571.

Sarigil, Z., & Fazlıoğlu, O. (2014) Exploring the roots and dynamics of Kurdish ethno-nationalism in Turkey. *Nations and Nationalism*. 20 (3), 436 - 458.

Satana, N. S. (2008) Transformation of the Turkish Military and the Path to Democracy. *Armed Forces & Society*. 34(3), 357-388.

Sayari, S. (2004) Turkish-American Relations in the Post-Cold War Era: Issues of Convergence and Divergence. In Aydın, M., Erhan, Ç. (Eds.) *Turkish-American Relations - Past, Present and Future*. Nova Iorque: Routledge, 91 -106.

Seufert, G. (2012) Foreign Policy and Self-Image - The societal basis of Strategy Shifts in Turkey. *SWP*.

Sinkaya, B. (2012) Rationalization of Turkey-Iran Relations: Prospects and Limits. *Insight Turkey*, 14 (2), 137-156.

Skånland, Ø. H. (2010) 'Norway is a peace nation': A discourse analytic reading of the Norwegian peace engagement. *Cooperation and Conflict*. 45(1), 34-54.

Shaheen, K. (2018, 21 de Janeiro) Turkey Starts Ground incursion into Kurdish-controlled Afrin in Syria. *The Guardian*. Disponível a partir de: <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/21/turkey-starts-ground-incursion-into-kurdish-controlled-afrin-in-syria> [Acesso: 20 de Junho 2018]

Sloat, A. (2018, 24 de Janeiro). *Turkey wants to crush US allies in Syria. That shouldn't surprise anybody*. Obtido em Junho 20, 2018, de: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/01/24/turkey-wants-to-crush-us-allies-in-syria-that-shouldnt-surprise-anybody/>.

Somer, M. (2011) Toward a Nonstandard Story: The Kurdish Question and the Headscarf, Nationalism and Iraq. In Kadıoğlu, A. e Keyman, F. (Eds.) *Symbiotic Antagonisms: Competing Nationalisms in Turkey* (253-289). Salt Lake City: The University of Utah Press.

Sontag, D. (2003, Maio 11) The Erdogan Experiment *The New York Times*. Disponível a partir de: <http://www.nytimes.com/2003/05/11/magazine/the-erdogan-experiment.html> [Acesso: 15 de Fevereiro 2018]

Sözen, A. (2010) A Paradigm Shift in Turkish Foreign Policy. *Turkish Studies*. 11 (1), 103-123.

Srivastava, M. (2016, Maio 5) Turkish Prime Minister quits after rift with Erdoğan. *The Financial Times*. Disponível a partir de: <https://www.ft.com/content/0a2ef39c-12bf-11e6-839f-2922947098f0> [Acesso: 6 de Fevereiro 2018].

Tait, R. (2008, Julho 30) Turkey's governing party avoids being shut down for anti-secularism. *The Guardian*. Disponível a partir de: <https://www.theguardian.com/world/2008/jul/30/turkey.nato1> [Acesso: 12 de Março 2018]

Taşpınar, Ö. (2005) *Kurdish Nationalism and Political Islam in Turkey: Kemalist identity in Transtition*. Nova Iorque: Routledge

Tee, Caroline (2016) *The Gülen Movement in Turkey - The Politics of Islam and Modernity*. Nova Iorque: I.B. Tauris.

Tezcür, G. M. (2009) Kurdish Nationalism and Identity in Turkey: A Conceptual Reinterpretation. *European Journal of Turkish Studies*. Obtido de: <https://ejts.revues.org/4008> [Acesso: 26 de Abril 2017]

Today's Zaman (2013, Outubro 7) Gül says Israel's apology to Turkey 'too late'. *Today's Zaman*. Disponível em: <http://www.todayszaman.com/news-328397-gul-says-israels-apology-to-turkey-too-late.html> [Acesso: 1 de Novembro 2014]

Turnaoğlu, B. (2017) *The Formation of Turkish Republicanism*. Princeton: Princeton University Press.

Turunç, H. (2013) The Post-Westernisation of EU-Turkey Relations. In Rumford, C. (Ed.) *New Perspectives on Turkey-EU Relations* (pp.77-88). Nova Iorque: Routledge.

United Nations Alliance of Civilizations (2014) *Who we are. United Nations Alliance of Civilizations*. Obtido em Outubro 31, 2014, de: <http://www.unaoc.org/who-we-are/>

United Nations Peacemaker (2014) *Group of Friends of Mediation*. Obtido em Fevereiro 5, 2018, de: <https://peacemaker.un.org/friendsofmediation>.

Uras, U. (2017, 18 de Outubro) Turkey-Europe tensions high as EU summit opens. *Aljazeera*. Disponível a partir de: <https://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/10/turkey-europe-locked-war-words-eu-summit-opens-171017100837409.html> [Acesso: 28 de Fevereiro 2018]

US Department of State Archive (2009) *The Baghdad Pact (1955) and the Central Treaty Organization*. Obtido em Março 6, 2018, de: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/lw/98683.htm>.

Uslu, N. (2003) *The Turkish-American Relationship - Between 1947 and 2003*. Nova Iorque: Nova Science Publishers, Inc.

Uzer, U. (2011) *Identity and Turkish Foreign Policy - The Kemalist influence in Cyprus and the Caucasus*. New York: I.B. Tauris.

Ünal, M. C. (2016) Is it ripe yet? Resolving Turkey's 30 years of conflict with the PKK. *Turkish Studies*. 17(1), p. 91-125.

Üngör, U. Ü. (2008) Seeing like a nation-state: Young Turk social engineering in Eastern Turkey, 1913-1950. *Journal of Genocide Research*. 10 (1), 15-39.

Van Dijk, T. A. (1997) The Study of Discourse. In Van Dijk, T. A. (Ed.) *Discourse as Structure and Process* (pp.1-35). Londres: Sage Publications.

Van Dijk, T. A. (1997b) *Discourse as Interaction in Society*. In Van Dijk, T. A. (Ed.) *Discourse as Social Interaction* (pp.1-38). Londres: Sage Publications.

Vardar, D. (2005) European Union - Turkish relations and the question of citizenship. In Keyman, F. E., & İçduygu, A. (Eds.) *Citizenship in a Global World* (pp. 87-103). Nova Iorque: Routledge.

Verney, S. (2009) National identity and political change on Turkey's road to EU membership. In Verney, S., Ifantis, K. (Eds). *Turkey's Road to European Union Membership - National Identity and Political Change* (pp. 1-11). Nova Iorque: Routledge.

Wallerstein, I. (1974) *The Modern World - System I*. Estados Unidos da América: University of California Press.

Waltz, K. N. (1979) *Theory of International Politics*. Estados Unidos da América: Addison-Wesley Publishing company.

Weber, C. (2001) *International Relations Theory - A Critical Introduction*. Nova Iorque, Routledge.

Weiss, G., & Wodak, R. (2003) *Critical Discourse Analysis*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Weldes, J. (1996) Constructing National Interests. *European Journal of International Relations*. 2 (3), 275-318.

Weldes, J. (1998) Bureaucratic Politics: A Critical Constructivist Assessment. *Mershon International Studies Review*. 42(2), 216-225.

Wendt, A. (1987) The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *International Organization*. 41(3), 335-370.

Wendt, A. (1992) Anarchy is What States Make of It – the Social Construction of Power Politics. *International Organization*. 46 (2), 391-425.

Wendt, A. (1999) *Social Theory of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

White, J. (2013) *Muslim Nationalism and the New Turks*. Nova Jersey: Princeton University Press.

Williams, J. (2005) *Understanding Poststructuralism*. Nova Iorque: Routledge.

Wintour, P. (2017, Novembro 27) Turkish PM warns EU over refugee deal ahead of Syrian peace talks. *The Guardian*. Disponível a partir de: <https://www.theguardian.com/world/2017/nov/27/turkey-threatens-to-scrap-refugee-deal-over-syrian-peace-talks> [Acesso: 28 de Fevereiro 2018]

Wæver, O. (1996) European Security Identities. *Journal of Common Market Studies*. 34 (1), 103 - 133.

Wæver, O. (2002) Identity, Communities and foreign policy - Discourse analysis as foreign policy theory. In Hansen, L., & Wæver, O. (eds.) (2002) *European Integration and National Identity - The challenge of the Nordic states* (20-49). Nova Iorque: Routledge.

Yalçın, H. B. (2012) The Concept of 'Middle Power' and the Recent Turkish Foreign Policy Activism. *Afro Euroasian studies*, 1 (1), 195 - 213.

Yanık, L. (2011) Constructing Turkish 'exceptionalism'; Discourses of liminality and hybridity in post-Cold War Turkish Foreign Policy. *Political Geography*. 30, 80-89.

Yavuz, M. H. (1998) Turkish identity and foreign policy in flux: The rise of Neo-Ottomanism. *Critical Middle Eastern Studies*. 7 (12), 19-41.

Yavuz, H. M. (2003) *Islamic Political Identity in Turkey*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Yavuz, M. H. (2006) *The Emergence of a New Turkey – Democracy and the AK Parti*. Utah: The University of Utah Press.

Yavuz, M. H. (2009) *Secularism and Muslim Democracy in Turkey* New York: Cambridge University Press.

Yavuz, M. H. (2016) Social and Intellectual Origins of Neo-Ottomanism: Searching for a Post-National Vision. *Die Welt des Islams*. 56, 438-465.

Yavuz, H. M., & Esposito, J. (2003) *Turkish Islam and the Secular State: The Gülen Movement*. New York: Syracuse University Press.

Yavuz, M. H., & Koç, R. (2016) The Turkish Coup Attempt: The Gülen Movement Vs. the State. *Middle East Policy*. 23 (4), 136, 148.

Yeğen, M. (2007) Turkish Nationalism and the Kurdish Question *Ethnic and Racial Studies*. 30 (1), 119-151.

Yeğen, M. (2009) 'Prospective Turks" or "Pseudo-Citizens:" Kurds in Turkey'. *Middle East Journal*. 63 (4), 597 - 615.

Yeğen, M. (2011) From Banditry to Disloyalty - Turkish Nationalisms and the Kurdish Question. In Kadioğlu, A., & Keyman, F. (Eds.) *Symbiotic Antagonisms: Competing Nationalisms in Turkey* (pp.223-253). Salt Lake City: The University of Utah Press.

Yeşilada, B., & Rubin, B. (2011) *Islamization of Turkey under the AKP rule*. Nova Iorque: Routledge.

Yeşiltaş, M. (2013) The Transformation of the Geopolitical Vision in Turkish Foreign Policy. *Turkish Studies*. 14 (4), 661-687.

Yılmaz, H. (2009) Turkish identity on the road to the EU: basic elements of French and German oppositional discourses. In Verney, S., Ifantis, K. (Eds). *Turkey's Road to European Union Membership - National Identity and Political Change* (79-91). Nova Iorque: Routledge.

Yurdusev, N. (2010) Turkey's engagement with Europe: A History of Mutual Management. In Kerlake, C., & Öktem, K. (Eds.) *Turkey's Engagement with Modernity - Conflict and Change in the Twentieth Century* (277-299). New York: Palgrave Macmillan.

Zakaria, F. (2004) Islam, Democracy and Constitutional Liberalism. *Political Science Quaterly*. 119 (1), p.1-20.

Zaman (2002a, Novembro 20) Gül, başbakan olarak katıldığı ilk uluslararası toplantıda göz doldurdu. *Zaman*, p. 10. İstanbul.

Zaman (2002b, Novembro 20) AB'nin İslam dünyasıyla imtihanı. *Zaman*, p. 11. İstanbul.

Zaman (2002c, Novembro 25) Tayyip Erdoğan yine AB yollarında. *Zaman*, p. 10. İstanbul.

Zaman (2002d, Dezembro 6) 'Çok ciddi yolsuzluklar tespit ettik, yakında ifşa edeceğiz'. *Zaman*, p. 5. İstanbul.

Zaman (2002e, Novembro 17) 'Tayyip Erdoğan da, ben de kaprisli değiliz, olgun kişileriz'. *Zaman*, p. 5. İstanbul.

Zaman (2002f, Dezembro 12) Amerika Irak operasyonu konusunda Türkiye'yi bekliyor'. *Zaman*, p. 10. İstanbul.

Zaman (2002g, Dezembro 31) Türkiye Amerika ile Irak pazarlığını üçlü koordinasyonla yürütecek. *Zaman*, p. 11. İstanbul.

Zaman (2002h, Novembro 25) Gül: Başörtüsü bireysel özgürlük saygı gösterelim. *Zaman*, p. 5. İstanbul.

Zaman (2002i, Novembro 19) Arınç: Ayrımcılığa inat başkanlığa aday oldum. *Zaman*, p. 4. İstanbul.

Zaman (2002j, Novembro 6) Başbakanın eşinin başörtüsü Türkiye'de sorun olmamalı. *Zaman*, p. 16. İstanbul.

Zaman (2003a, Maio 24) AB üyeliği için her şey bizden yana, bu fırsatı kaçırmayalım. *Zaman*, p. 5. İstanbul.

Zaman (2003b, Novembro 27) Erdoğan: Saldırıları, AB üyesi olmamız gerektiğini gösterdi. *Zaman*, p. 13. İstanbul.

Zaman (2003c, Maio 30) Devletin zirvesinde AB kararlılığı. *Zaman*, p.1. İstanbul.

Zaman (2003d, Junho 22) Avrupa Birliği yolunda reformları destekleyenler tarihe geçecek. *Zaman*, p. 11. İstanbul.

Zaman (2003e, Maio 30) Asker AB'ye engel değil, TSK demokratikleşmenin miladi. *Zaman*, p.5. İstanbul.

Zaman (2003f, Abril 22) Erdoğan yeni makale: Irak'ın kaderi Türkiye'nin güvenliği için kritik önemde. *Zaman*, p. 11. İstanbul.

Zaman (2003g, Janeiro 25) 'Savaşsız çözüm' için barış zirvesi dünyanın ilgisini çekti. *Zaman*, p. 10. İstanbul.

Zaman (2003h, Março 26) K. Irak'ta komuta sorunu bir türlü aşamıyor. *Zaman*, p.9. İstanbul.

Zaman (2003i, Setembro 18) Ankara, Irak'ta asker konusunda Yeni Delhi'yi ikna etmedi. *Zaman*, p. 11. İstanbul.

Zaman (2003j, Setembro 7) Erdoğan: Türkiye ve Avrupa Birliği 'medeniyetler uyumu'nu inşa edebilir. *Zaman*, p. 11. İstanbul.

Zaman (2003k, Fevreviro 11) Liderlerin bayram mesajı barış yüklü. *Zaman*, p.5. Istanbul.

Zaman (2003l, Maio 10) Kamu yönetimi reformuyla hiçbir şey eskisi gibi olmayacak. *Zaman*, p. 4. Istanbul.

Zaman (2003m, Setembro 22) Asker göndermeye 'evet' eğilimi ağır basıyor, Erdoğan 'özel bölge' istedi. *Zaman*, p. 11. Istanbul.

Zaman (2003n, Fevreviro 9) Gül, milli birlik çağrısı yaptı. *Zaman*, p. 11. Istanbul.

Zaman (2003o, Novembro 9) Mahkemede başörtüsü yasağı ideologik bir tavr. *Zaman*, p. 5. Istanbul.

Zaman (2004a, Dezembro 16) Türkiye'nin Müslüman kimliği Avrupa yolunda engel değil. *Zaman*, p. 11. Istanbul.

Zaman (2004b, Janeiro 19) İslam ortak pazarı doğru değil. *Zaman*, p. 9. Istanbul.

Zaman (2004c, Outubro 20) Yeşiller '3. mucize' peşinde. *Zaman*, p. 13. Istanbul.

Zaman (2004d, Novembro 18) Ne özel statüyü kabul ederiz ne de zirveden önce Rumları tanım. *Zaman*, p. 12. Istanbul.

Zaman (2004e, Julho 4) Erdoğan: Bu topraklarda terör istemiyoruz, oyuna gelmeyin. *Zaman*, p. 4. Istanbul.

Zaman (2005a, Fevreviro 18) BM, Kıbrıs'ta da Irak'ta da iyi sınav veremedi. *Zaman*, p. 13. Istanbul.

Zaman (2005b, Outubro 21) ABD'li yetkililer, Kandil'de PKK ile silah bırakma pazarlığı yaptı. *Zaman*, p.13. Istanbul.

Zaman (2005c, Novembro 13) Şemdinli, bir zihniyetin devamı yargıdan da gereğini bekliyoruz. *Zaman*, p. 7. Istanbul.

Zaman (2005d, Junho 19) Başörtüsüne yasak koymak suyu dikine akıtmak gibi. *Zaman*, p. 4. Istanbul.

Zaman (2005e, Junho 23) Başörtüsündeki zorlukları aşıp milletin vicdanını rahatlatacağız. *Zaman*, p. 6. Istanbul.

Zaman (2005f, Outubro 29) Sezer'in sözleri yargıya baskı. *Zaman*, p. 7. Istanbul.

Zaman (2005g, Abril 15) Başörtüsü konusunda toplumda mutabakat var, sıra Parlamento'da. *Zaman*, p. 5. Istanbul.

Zaman (2005h, Fevereiro 13) Ne zaman özgürlüklerden bahsetsek 'rejim tehlikede' yargarası çıkarılıyor. *Zaman*, p. 6. Istanbul.

Zaman (2005i, Agosto 13) Çözüm formülü: Daha çok hukuk daha çok demokrasi, daha çok refah. *Zaman*, p. 2. Istanbul.

Zaman (2005j, Dezembro 15) Baykal'ın 'kimliğini açıkla' sözü Erdoğan'ı kızdırdı: Türklüğümü ağzınıza alamazsınız. *Zaman*, p. 7. Istanbul.

Zaman (2005k, Dezembro 7) Kürt vatandaşlarımızın sorunu Türklere aynı. *Zaman*, p. 5. Istanbul.

Zaman (2005l, Agosto 22) Erdoğan sert çıktı: İşine bak, kiminle görüşeceğimi sana mı soracağım?. *Zaman*, p. 7. Istanbul.

Zaman (2005m, Junho 10) Arınç: Barışı ucuz bulmadık, kimseye kaptırmaya niyetimiz yok. *Zaman*, p. 6. Istanbul.

Zaman (2005n, Abril 13) PKK, Kürtler adına konuşamaz. *Zaman*, p. 13. Istanbul.

Zaman (2005o, Setembro 12) Söğüt'ten birlik mesajı: Ebediyen kardeş kalacağız. *Zaman*, p. 1. Istanbul.

Zaman (2006a, Abril 3) Erdoğan, küresel teröre karşı uluslararası dayanışma istedi. *Zaman*, p. 6. Istanbul.

Zaman (2006b, Julho 21) Amerika ve Avrupa'yı uyardı: Türkiye'de Batı karşıtlığı artıyor. *Zaman*, p.13. Istanbul.

Zaman (2006c, Maio 22) Türkiye eski günlere dönmeyecek. *Zaman*, p. 6. Istanbul.

Zaman (2007a, Janeiro 5) Kürt sorununu yok, terör sorununu var. *Zaman*, p. 4. Istanbul.

Zanotti, J. (2014) Turkey: Background and U.S. Relations. In Dunn, R. (Ed.) *Turkey - Issues with the U.S. and the Kurds in Iraq* (pp. 1-85). Nova Iorque: Nova Publishers.

Zehfuss, M. (2001) Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. *European Journal of International Relations*. 7(3), 315-348.